



Banco **Keve**

O BANCO À SUA MEDIDA

RELATÓRIO
E CONTAS 2017



ÍNDICE
Banco Keve
O BANCO À SUA MEDIDA



Mensagem conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	04
Principais indicadores, destaques e perspectivas	08
Principais Indicadores	
Factos relevantes de 2017	
Perspectivas para 2018	
Estrutura organizacional, de gestão e responsabilidades sociais	20
Estrutura organizacional e órgãos sociais	
Responsabilidade social	
Enquadramento Macroeconómico	30
Enquadramento Económico Internacional	
Enquadramento Económico Nacional	
Enquadramento Regulamentar	
Actividade por Segmentos, Produtos e Serviços	52
Caracterização dos segmentos	
Grandes empresas	
Rede comercial e Private	
Banca electrónica e canais de distribuição	
Cobertura e localização	
Gestão de Risco	62
Organização e política de Gestão de Risco	
Avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos	
Risco de crédito e contraparte	
Risco de mercado	
Risco de liquidez	
Risco Compliance	
Risco operacional	
Capital Humano	76
Caracterização do Capital Humano	
Recrutamento e apoio organizacional	
Formação e desenvolvimento	
Análise financeira e proposta de aplicação de resultados	84
Análise financeira	
Proposta de aplicação de resultados	
Demonstrações Financeiras e notas	94
Demonstrações financeiras	
Anexo as demonstrações financeiras	
Parecer do Auditor Externo	152
Parecer do Conselho Fiscal	156



01

Mensagem conjunta do Presidente
do Conselho de Administração e do
Presidente da Comissão Executiva

Banco *Keve*

O BANCO À SUA MEDIDA

Palanca Negra



MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Caros Clientes, Accionistas, Colaboradores e Parceiros,

Terminado mais um ano, repleto de desafios, reiteramos os valores que temos assumido ao longo deste mandato. Mantivemos a dedicação, compromisso e perseverança, zelando sempre pelo bom nome e funcionamento da instituição.

Gerimos o Banco com foco nos três pilares de referência: excelência para fazer mais e melhor; progresso para gerar valor com estabilidade, sustentabilidade e proficiência; conformidade para estar em sincronia com valores éticos e normativos legais.

O ano de 2017, a nível internacional, fica marcado pelo aumento das tensões geopolíticas um pouco por todo mundo e por algumas enfermidades de natureza climática. Ainda assim, as previsões apontam para um ligeiro crescimento da economia mundial (3,7%) relativamente ao ano anterior, fruto essencialmente do crescimento das economias emergentes e do comércio mundial.

Em Angola, o ano de 2017 fica indubitavelmente marcado pela viragem de uma página na história de Angola que, após quase quatro décadas de presidência do Eng.º José Eduardo dos Santos, elege um novo Presidente da República. Este facto representou um novo desafio a nível político, associado aos diversos constrangimentos que marcaram a economia nacional ao longo do ano.

A economia nacional continua a ressentir-se dos efeitos da descida significativa e prolongada da cotação do petróleo, com impactos na diminuição das receitas fiscais do Estado, apesar de recentemente este ter quebrado a barreira dos \$70 barril. Continuamos a verificar uma redução acentuada das Reservas Internacionais, que reduziram para 13,3 mil milhões de dólares em 2017. Este valor representa uma redução para apenas 5 meses de importação, o que lançou desafios para uma nova dinamização da economia nacional, com uma aposta clara na diversificação e em novas fontes de entrada de divisas no País.

Neste contexto, as projecções apontam para a manutenção de um crescimento tímido da economia nacional de apenas 1,1% para o ano de 2017. No entanto, a economia tem dado sinais de adaptação à nova realidade após 2016 ter justificado um crescimento de apenas 0,1%.

A inflação no País manteve-se em níveis elevados, à volta de 23%, ultrapassando as previsões iniciais do OGE, mas reflectindo uma melhoria face aos níveis verificados no ano anterior (42% de inflação em 2016).

A nível do mercado cambial o valor do Kwanza face ao dólar manteve-se estável ao longo do ano de 2017, ao contrário da depreciação verificada no ano anterior. O Kwanza manteve a sua cotação oficial nos 165,9 USD/AOA, tendo registado uma cotação no mercado informal de cerca de 400,0 USD/AOA.

Os condicionantes no acesso à moeda estrangeira mantiveram-se e a quantidade de divisas a disponibilizar ao mercado para a cobertura das importações de bens e serviços foi ainda escassa, não satisfazendo a procura. Ainda assim, o BNA disponibilizou +11% face à oferta de euros do ano anterior.

Estes constrangimentos são também momentos de oportunidade e organização, pois é em momentos de crise que se aguça o engenho humano. O actual momento, particularmente adverso, tem obrigado os Bancos a reanalisarem os seus planos estratégicos e de negócios, bem como a sua organização interna. A busca de novas fontes de receitas internas e externas, a racionalização de custos, a optimização da gestão dos Recursos, com principal ênfase para o Capital Humano, a busca incessante da excelência operacional, para melhor servir os Clientes, a adequação dos Bancos às boas práticas bancárias e a gestão eficiente dos riscos associados à actividade, terão que ser, cada vez mais, factores de preocupação na agenda dos gestores bancários e será nesta senda que o Banco Keve irá desenvolver a sua actividade, por forma a garantir a sustentabilidade da Instituição, afirmando-se cada vez mais no apoio à economia nacional.

Foi com este mote que o Banco Keve desenvolveu a sua actividade, procurando sempre garantir a sustentabilidade económica e financeira da Instituição e, por outro lado, satisfazer as necessidades dos seus Clientes. O Banco manteve a sua aposta na captação e melhoria da qualidade dos recursos, verificando-se um incremento na ordem de AOA 494 milhões (+0.4%), com garantia de maior estabilidade e futuro. O Activo atingiu em 2017 o valor de AOA 151.007 milhões comparativamente aos AOA 140.687 milhões no ano anterior (+7%); o Crédito a Clientes registou um crescimento de 6% face ao exercício transacto, cifrando-se em termos brutos em AOA 67.877 milhões, os Fundos Próprios atingiram AOA 16.296 milhões, denotando um crescimento de 14% face a 2016. O rácio de solvabilidade regulamentar ascendeu confortavelmente aos 20%, traduzindo estabilidade financeira, menor vulnerabilidade e cumprindo largamente com o nível de 10% exigido pela entidade reguladora.

O Banco encetou uma série de medidas para cumprir com os novos regulamentos a nível de imparidades de crédito, fazendo um esforço no sentido de aumentar o *stock* de "Provisões de crédito e garantias prestadas" com um incremento na ordem de 101%, fixando-se em AOA 13.697 milhões, mediante um inusitado reforço das dotações para provisões em AOA 5.554 milhões.

Em 2017 o Banco Keve reforçou a sua presença em locais estratégicos, especialmente na cidade de Luanda, com a abertura de dois centros de negócios no Camama Multicenter e Universidade ISPEKA. Foi remodelado e inaugurado o novo centro *Private*, alargando e melhorando a sua rede de negócios de forma a oferecer mais e melhores serviços aos nossos clientes.



O ano foi marcado por uma série de projectos importantes que catapultaram o banco para a modernização e para o cumprimento de objectivos de natureza legal, processuais e operativos. O destaque vai claramente para a adopção plena das IAS/IFRS em 2017 e também para os projectos de carácter regulamentar como é o caso da implementação de uma solução de Cálculo de Imparidades de Crédito e do projecto SIGR relativo ao Novo Pacote Regulamentar de Riscos.

É nossa intenção assumir uma posição de vanguarda nos desafios e processos associados ao negócio bancário actual, em sintonia com a regulamentação e melhores práticas do sector, especialmente no que toca às IFRS (*International Financial Reporting Standards*), e aos acordos de Basileia e ao Combate do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.


No domínio do Capital Humano, o Banco continuou a qualificar as competências dos seus recursos mais valiosos que são os colaboradores, visando aumentar os seus conhecimentos profissionais e a harmonização de práticas e condutas, assumindo o investimento na gestão de Recursos Humanos como nuclear na nossa organização. É uma preocupação constante do Banco ser e partilhar o exemplo para a sociedade, mostrando os valores, visão e crenças que conservamos.

A responsabilidade social continua a ser vista como um investimento na sociedade e futuro. Foi neste sentido que o Banco Keve ao longo do ano de 2017 levou a cabo várias acções sociais ajudando a sociedade e as pessoas que mais necessitam.

Antes de terminar gostaríamos de deixar uma palavra de apreço aos nossos colaboradores, pelo empenho e profissionalismo. A todos os *stakeholders* os nossos agradecimentos pelo espírito de compromisso assumido nestes tempos conturbados, pela confiança e dedicação, mantendo o Banco Keve nos trilhos do sucesso. Um obrigado especial aos nossos clientes pela caminhada conjunta e pela preferência nos nossos serviços e aos nossos Accionistas pelo seu apoio e confiança para orientar os destinos da Instituição.

Depois de um ano de incertezas, apraz-nos dizer que o Banco Keve prepara-se para enfrentar os novos desafios em 2018, sempre tendo como foco construir um Banco cada vez mais sólido, transparente e à sua medida.

Banco Keve
O Banco à sua Medida



Rui Eduardo Leão da Costa Campos
Presidente do Conselho de Administração



Arlindo Nogueira Narciso Das Chagas Rangel
Presidente da Comissão Executiva



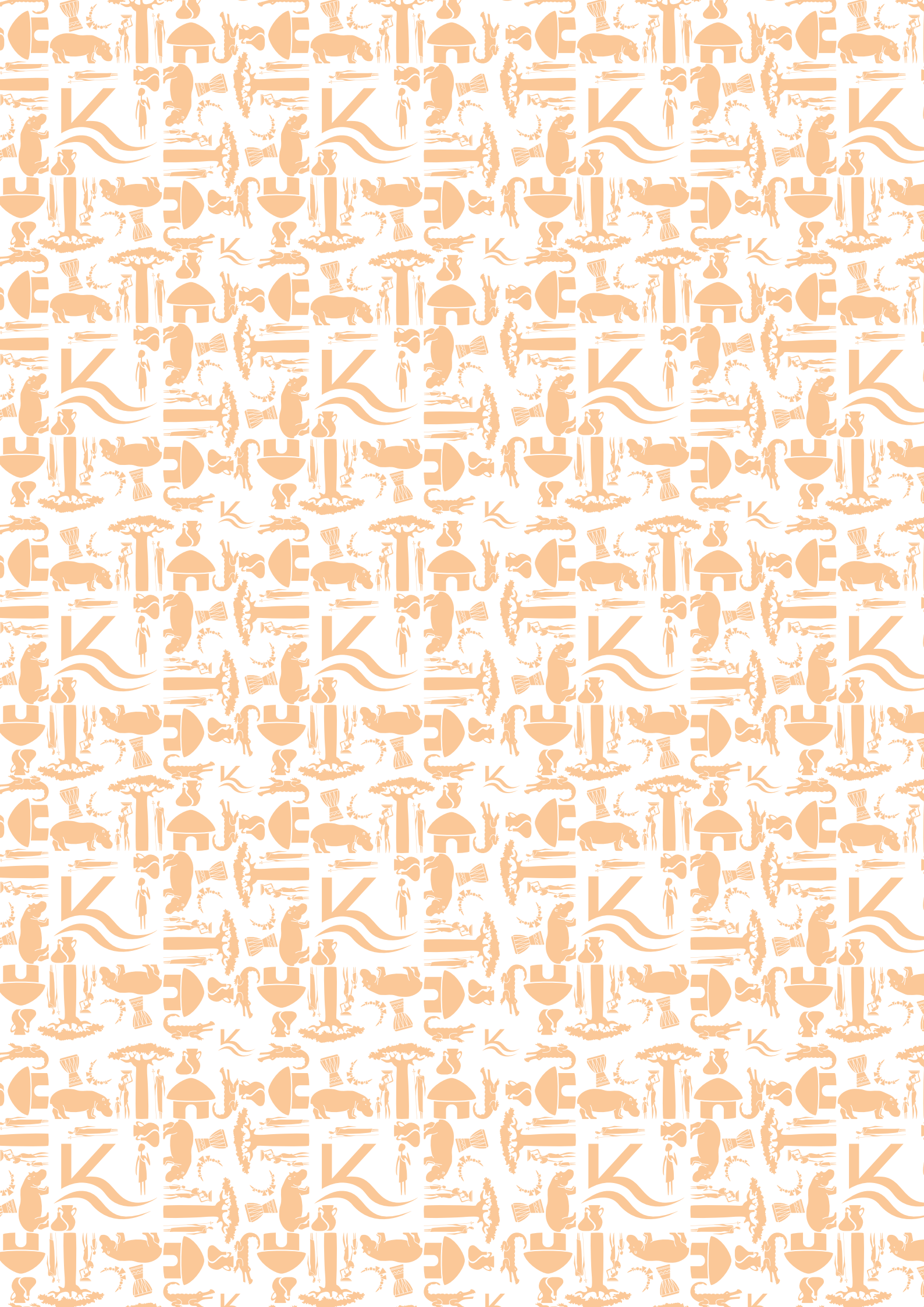
02

Principais indicadores, destaques
e perspectivas

Banco Keve
O BANCO À SUA MEDIDA

Gnu Azul





PRINCIPAIS INDICADORES

MILHARES DE AOA, EXCEPTO PERCENTAGENS	Dez-16 Real	Dez-17 Real	Var. Real	Dez-17 Orç
1. Actividade				
Resultados Líquidos	2.435.368	2.075.515	-15%	2.372.358
Margem Financeira	10.789.607	12.023.969	11%	13.652.533
Produto Bancário	21.073.701	17.103.278	-19%	27.145.401
Margem Financeira / Produto Bancário	51%	70%	+20,1 p.p	50%
Cash Flow Operacional	10.259.487	5.772.934	-44%	15.644.074
2. Rentabilidade				
ROAE - Rentabilidade Capitais Próprios Médios	18,6%	13,4%	-5 p.p	15,0%
ROAA - Rentabilidade Activos Médios	1,8%	1,4%	-0,4 p.p	1,5%
3. Estrutura				
Activo Total	140.627.837	151.006.775	7%	159.259.624
Recursos Totais*	117.488.710	119.723.891	28%	107.116.349
Crédito sobre Clientes (Líq.)	58.102.442	56.015.936	-4%	54.169.308
Fundos Próprios	14.220.315	16.295.831	-87%	17.009.054
Unidades de negócio	62	64	3%	68
Nº de Colaboradores	516	544	5%	570
4. Eficiência				
Cost-To-Income	49%	66%	+17 p.p	42%
Colaboradores / Agência	8	9	2%	8
Activo Total Médio / Colaboradores	272.535	277.586	2%	279.403
5. Solidez				
Crédito Vencido S/ Crédito Bruto	6%	14%	+9 p.p	8,0%
Provisões P/ Crédito S/ Crédito Vencido	172%	121%	-30% p.p	228%
6. Liquidez				
Rácio de Tranformação	54,8%	56,9%	+2,1 p.p	49%
Rácio de Tranformação (S/ Cativos)	71,9%	58,6%	-13,3 p.p	n.a
7. Regulamentares				
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	20,4%	20,0%	-0,4 p.p	18,0%
Rácio de Imobilizado	37%	44%	+7 p.p	n.a
Rácio de Exposição Cambial	4%	-14%	-18.8 p.p	n.a

Nota:

Alguns indicadores de 2016 foram sujeitos a alterações contabilísticas devido a transição para IAS/IFRS.

*Inclui Outros empréstimos e valores cativos

Rácios:

Cost-to-income = Custos de estrutura sobre Produto bancário

Custos de estrutura = Fornecimento e serviços + Custos com pessoal + Out. Custos operacionais + Amortizações

Rácio Transformação = Crédito bruto / Recursos totais

Rácio Transformação (s/cativos) = Crédito bruto / Recursos de clientes e Out. empréstimos



FACTOS RELEVANTES DE 2017

PROJECTOS

O Banco Keve S.A., adjudicou ao longo dos últimos três anos um número considerável de projectos tecnológicos relevantes. Muitos destes projectos tiveram um carácter obrigatório e regulamentar (BNA, AGT e CMC) e outros por necessidade de melhorias de eficiência e de controlo interno e processual. Os projectos mereceram grande dedicação e empenho de todos os intervenientes nos processos de implementação, pelo que apresentamos alguns dos projectos mais relevantes.

a) **Adopção Plena das IAS/IFRS** entrou ao longo do ano de 2017 na sua fase de conclusão. A adopção plena por parte do BNA das normas internacionais de contabilidade e relato financeiros (IAS/IFRS) a partir do exercício de 2016, obrigou a muitos esforços por parte dos bancos para cumprir com as novas exigências regulamentares. Os principais desafios passaram por matérias como as questões ligadas a (1) perdas por imparidades para a carteira de crédito, (2) o método da taxa de juro efectiva no reconhecimento de rendimentos e gastos de instrumentos financeiros, (3) divulgações requeridas pela IFRS 7 relativas a instrumentos financeiros, (4) reconhecimento e mensuração de títulos e valores mobiliários, (5) reconhecimento e divulgação de benefícios dos empregados e por fim (6) a adopção pela primeira vez das IFRS.

b) No seguimento da adopção plena das IAS/IFRS, o Banco Keve teve necessidade de efectuar uma **Migração de Plano de Contas** no sentido de adaptar o plano de contas existente (CONTIF) para o plano de contas ajustado as IAS/IFRS (CONTIF Ajustado). Este processo de migração de contas teve lugar ao longo do mês de Maio de 2017, levando a uma revisão completa do plano de contas e dos roteiros contabilísticos, tal como dos balancetes por moeda e geral. Foram também efectuadas parametrizações de várias operações bancárias, incluindo reconciliações de carteiras e execução de reportes.

c) O projecto **SIGR – Novo Pacote Regulamentar de Riscos**, vem no seguimento do novo pacote regulamentar imposto pelo BNA, por comunicação nº1319/DSI/17 de Maio último, com novos requisitos de capital para os diferentes tipos de riscos (Crédito, mercado e operacional). Este projecto assentou essencialmente na produção e geração automática dos diversos reportes de risco a serem enviados ao BNA, via SSIF, em consonância com o novo pacote regulamentar. A produção e geração automática foi garantida por uma integração com o sistema core (Banka/Financa e AM) do Banco Keve, de forma a garantir reportes ajustados às exigências do BNA

d) Ainda no âmbito dos projectos de exigência regulamentar, e face a necessidade das instituições financeiras angolanas estarem obrigadas à implementação de uma solução de **Cálculo de Imparidades de Crédito** no curto prazo (até 30 de Novembro de 2017), o Banco Keve implementou este projecto de forma a estar alinhado com as novas exigências regulamentares. Este projecto está assente

num modelo de cálculo de imparidades STANDARD para implementação de análise colectiva e de análise individual do crédito em carteira, sem necessidade de novos *interfaces* e adaptado ao sistema core do banco.

e) Para a modernização dos sistemas funcionais e de controlo interno, foi adjudicado o projecto **DR - Reconciliação Automática de Contas de Correspondentes**. Este projecto tem por objectivo o controlo de saldos e movimentos nas contas que a própria instituição tem junto de outros bancos correspondentes. Este processo está implementado na aplicação core do Banco e assenta essencialmente na reconciliação dos movimentos recebidos dos extractos SWIFT com os movimentos das operações registadas nas aplicações Financa e Banka, que afectam correspondentes.

f) No âmbito da reforma tributária em curso em Angola, foi criada a Administração Geral Tributária (AGT), organismo tributário único que resulta da integração da Direcção Nacional de Impostos (DNI), do Serviço Nacional de Alfândegas (SNA) e do Projecto Executivo para Reforma Tributária (PERT). A AGT, através do SIGT-Sistema Integrado de Gestão Tributária criou uma *gateway* de pagamento cujo objectivo é ser a única interface para em nome do Estado, efectuar o recebimento de receitas e registo dos pagamentos. O módulo **IA-Pagamentos de Impostos à DNI** permite celebrar um protocolo com a DNI para o processamento de pagamentos de impostos ao Estado em tempo real, através de diversos canais de acesso. Deste modo, o Banco dá a possibilidade a pessoas singulares e colectivas, clientes ou não da instituição, de efectuarem o pagamento dos seus impostos, através da sua rede de balcões e do serviço de *Home Banking*.

g) Sendo propósito estratégico da Comissão Executiva (CE) a modernização dos seus sistemas de informação, comunicação, controlo e imagem, o Banco apostou na modernização destes meios de divulgação enquanto paradigma de exposição, de maior acessibilidade e controlo e como canal privilegiado para divulgação de imagem, de produtos e serviços, com concomitantes ganhos em produtividade e rentabilidade. Um novo **Site institucional** configura um meio de comunicação virtual com os *stakeholders*, expedito, moderno, dinâmico e eficiente.

h) Implementação do **Sistema SAP ERP**, que irá permitir uma interacção entre o sistema core do banco com o SAP nomeadamente para a gestão de contas correntes de fornecedores, pagamentos, imobilizado e logística. Foi igualmente iniciado o projecto de orçamentação, que permitirá um melhor acompanhamento e responsabilização dos gestores orçamentais do Banco.



COMUNICAÇÃO E NOTORIEDADE

Durante ano de 2017 o Banco Keve iniciou uma transformação naquela que era a sua linha gráfica de comunicação, que estava instituída desde 2014. Com esta mudança, pretendeu-se ganhar mais dinâmica e riqueza nos conteúdos, dando um ênfase claro à Marca Keve bem como aos produtos e serviços que disponibiliza aos seus Clientes. Esta mudança gráfica foi transversal a toda a comunicação, quer externa quer interna.

Esta campanha teve como objectivo colocar o BANCO KEVE no “*top-of-mind*” das instituições bancárias e permitir que o BANCO KEVE ocupe um território de comunicação único e diferenciador da concorrência. Foi reforçado o compromisso que o Banco Keve assume perante o mercado em prol dos seus Clientes: **O de ser o único banco “feito” à medida dos seus clientes.**



Ao analisarmos o mundo que nos rodeia chegamos à conclusão que muitas coisas são realmente feitas “à nossa medida”. Então, se tudo o que nos rodeia é concebido e criado para estar à “nossa medida”, para o nosso “bem-estar”, por que razão um BANCO não o poderá ser?

Com este simples raciocínio, chegamos ao conceito da Campanha que, pela sua promessa, é tão diferenciador da comunicação da concorrência quanto pertinente, com o “DNA” do BANCO KEVE:

“Se você gosta que tudo tenha a medida certa, então escolha o banco à sua medida”

a) CAMPANHAS

“É de pequeno que se garante o Futuro”

A Conta Poupança Keve Kanuco é a opção certa para o futuro do seu filho.

Comece hoje mesmo a poupar porque é de pequeno que se garante o futuro do seu Kanuco.

É uma realidade que as crianças crescem. E, à Medida que crescem vão tendo necessidades, anseios e desejos diferentes. Primeiro os brinquedos, as bicicletas, os patins, o skate. Depois o computador, a consola, a roupa. E mais tarde, a carta de condução, o carro e os estudos. Para todas essas necessidades, há agora uma solução que permite aos pais programar as suas despesas, gerindo as suas poupanças.



A Conta **KEVE Muhatu** é uma Conta de Depósito à Ordem destinada exclusivamente a mulheres com idade igual ou superior a 18 anos. Ao abrir uma Conta à Ordem Keve Muhatu tem acesso a um conjunto de soluções criadas especialmente para si com inúmeras vantagens a destacar as seguintes:

- Possibilidade de Adesão ao Keve Salário (descoberto autorizado);
- Acesso ao Cartão Keve Muhatu (Cartão de Débito Multicaixa, exclusivo para Mulheres), que permite fazer pagamentos em estabelecimentos comerciais, levantar valores nos ATM's ligados à Rede Multicaixa, recargas telefónicas, transferências de valores a nível nacional, pagamentos de outros serviços disponíveis
- Acesso exclusivo ao Depósito a Prazo Bufunfa Mensal.
- Acesso gratuito iKeve (Serviço de Internet Banking) e Keve SMS;
- Acesso a Soluções de financiamento adaptados às suas necessidades, para concretização de projectos pessoais





“14 Anos à medida da História”

Há 14 anos nasceu o Banco Keve, nessa altura a Alda, o Gilmário, a Olga e o Décio. Não nos lembramos ao certo se já cá estava o Mateus e a Débora, de seguida o Augusto e o Wilson. Ano após ano, a nossa família foi crescendo, cada um deu o seu melhor, para fazer do Keve, o Banco à medida de todos os angolanos. À medida dos seus sonhos e realizações.

Esta campanha tem como principal foco as pessoas, quer sejam clientes quer sejam colaboradores. O objectivo foi dar enfoque a quem faz parte da família Keve e da sua história



“Nunca o seu dinheiro cresceu tão rápido”

O KEVE Bufunfa Mensal é um Depósito a Prazo, destinado a todos os Clientes Particulares e Empresas, com uma taxa aliciente e sem risco.

Este produto tem a vantagem de todos os meses receber juros, pelo que não é necessário esperar até que a aplicação vença, para recebê-los.

A taxa é garantida durante o prazo da aplicação tornando-se numa aplicação sem risco para o Cliente. Permite reforços/incrementos, à taxa de juro em vigor enquanto a aplicação estiver viva.



Campanha de Natal, Ofereça um abraço sincero a quem ama.

Que este Natal seja rico em valores que fazem uma família feliz.

Desejamos a todos um Feliz Natal e um Ano Novo Próspero

b) ABERTURA DE NOVAS AGÊNCIAS

Em 2017 o Banco Keve reforçou a sua presença em locais estratégicos na cidade de Luanda, alargando a sua rede de negócios:

- Camama Multicenter
- Universidade ISPEKA
- ATM Center (Talatona)
- Remodelação do Centro Private (Rua Rainha Ginga)



c) FEIRAS E EVENTOS

No ano de 2017 estivemos presentes em 5 feiras em Angola que contaram com a presença total estimada de 500.000 visitantes. Foram elas:

- FILDA
- Feira Internacional de Benguela
- Expo Huila
- Feira das profissões
- Feira da Poupança
- Banca de Seguros



Com a participação na FIB o Banco Keve foi distinguido com o prémio de Melhor Participação Banca e Serviços Financeiros.

O Banco Keve promoveu em Fevereiro, no Museu da Moeda, em Luanda, uma conferência sobre governação corporativa dedicada ao tema “O Papel, a importância e a formação dos Administradores Não-Executivos”.

O Banco Keve promoveu esta conferência numa altura em que as instituições financeiras angolanas, assim como diversas outras organizações, públicas e privadas, têm vindo a valorizar de forma crescente a adopção das melhores práticas de governação corporativa. O tema reveste-se de particular importância e actualidade, e tem como principais destinatários PCA's, PCE's, e Administradores Executivos e Não-Executivos.

A Sessão de Abertura foi efectuada pelo S.E. o Ministro das Finanças, Dr. Archer Manguera e a Sessão de Encerramento por S.E. o PCA do Banco Keve, Dr. Rui Campos.

Os “Princípios de Corporate Governance – O Papel, a Importância e a Formação dos Administradores Não-Executivos”, palestra a cargo do Eng.º Luís Todo Bom, Professor Associado Convidado do ISCTE, Membro do Conselho Geral do IPCG e Coordenador do Programa Avançado para Administradores N. Executivos.

Esta conferência contou com a presença de cerca de 300 pessoas, que encheram o auditório do Museu da Moeda



PERSPECTIVAS PARA 2018

Para o ano de 2018 o Banco mantém as linhas estratégicas de consolidação e expansão da sua actividade, assumindo o compromisso de transformar o Keve num Banco de referência no sistema financeiro angolano.

Iremos continuar focados no crescimento sustentável da nossa organização. O nosso plano estratégico definido para o triénio 2015-2018, assenta num programa de transformação, que passa pelo aumento “cirúrgico” dos canais de distribuição para áreas de grande relevância económica, onde o Banco ainda não se faz presente; pelo aumento dos instrumentos digitais, de forma a conferirmos aos nossos clientes, segurança, conveniência e disponibilidade imediata aos nossos produtos e serviços bancários; pelo aumento da eficiência operacional; pela especialização dos nossos colaboradores; pela intervenção mais activa no mercado de capitais; pela dinamização da actividade de cross-selling para otimizar as receitas e pelo reforço do capital destinado conferir maior solidez à instituição.

No entanto, vivemos um período em que se exige muita disciplina financeira, os recursos estão cada vez mais escassos, implicando que sejam racionalmente aplicados, ponderando o binómio rentabilidade e risco. Por isso, a nossa actividade comercial, de um modo geral, vai priorizar aquilo que também constitui uma prioridade dos programas governamentais de aceleração da economia. O crédito deve ser orientado para aí e preferencialmente de forma a ajudar o desenvolvimento do país.

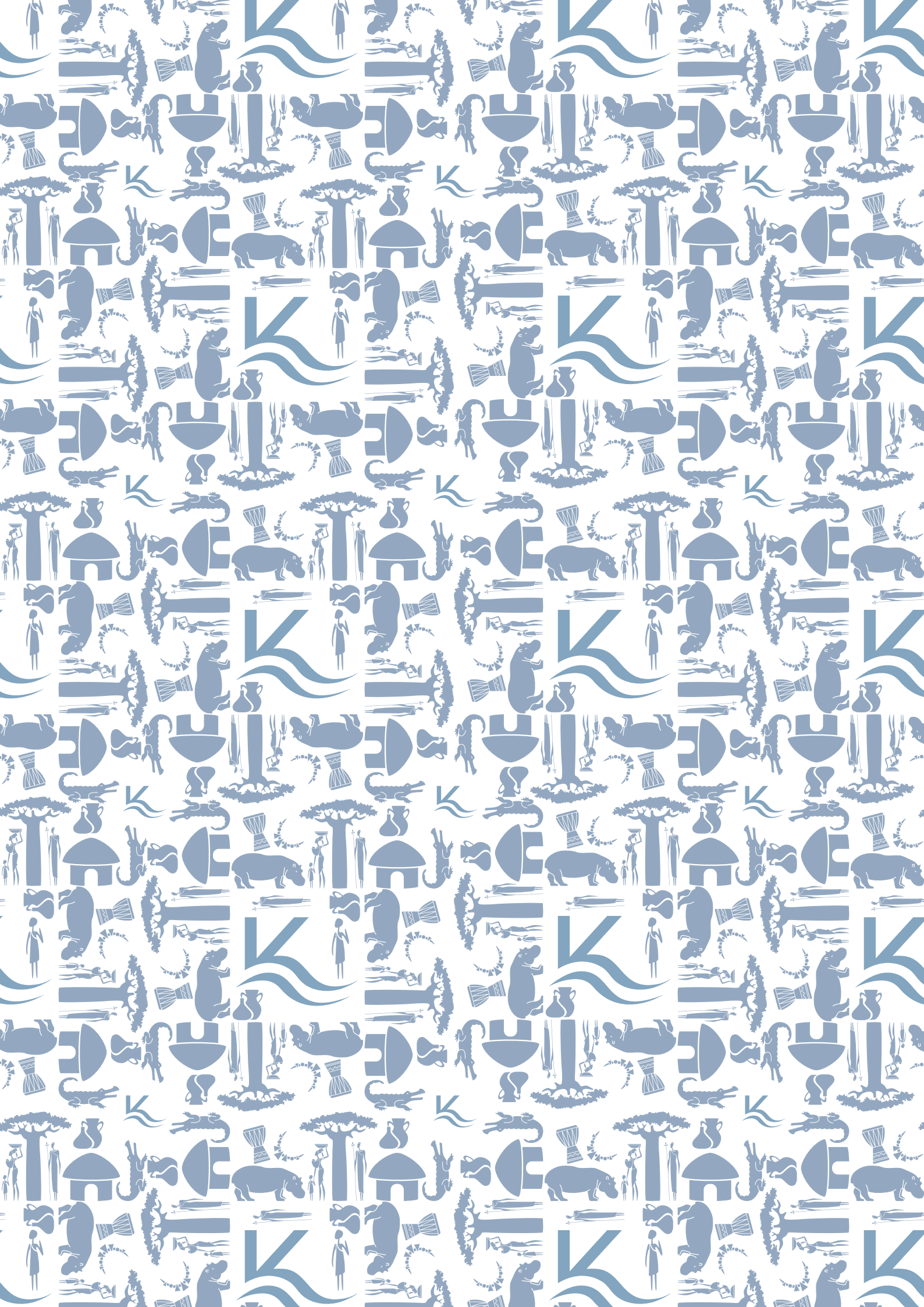
Os Bancos vão prosseguir no aprofundamento das questões ligadas ao Compliance de modo a assegurar, em próxima avaliação do GAFI, ascensão a um patamar mais consentâneo com as nossas responsabilidades.

Constituirá preocupação, certamente, o alinhamento dos Bancos a IAS/IFRS e paralelamente, deverão continuar a aferir o funcionamento das questões atinentes ao *Corporate Governance*, a fim de se melhorar a qualidade da gestão dos Bancos, de modo geral.

O ambiente concorrencial cada vez mais competitivo e os constrangimentos de liquidez do mercado deverão ser factores de impulsão para a consolidação da banca, através de movimentos de fusões e aquisições.

Finalmente, existe um potencial no sistema financeiro por explorar, que poderá ser uma oportunidade de diferenciação para os *Players*. De igual forma, a perspectiva de maior abertura da economia angolana ao investimento estrangeiro, proporcionará ao sector bancário novas oportunidades de negócio.







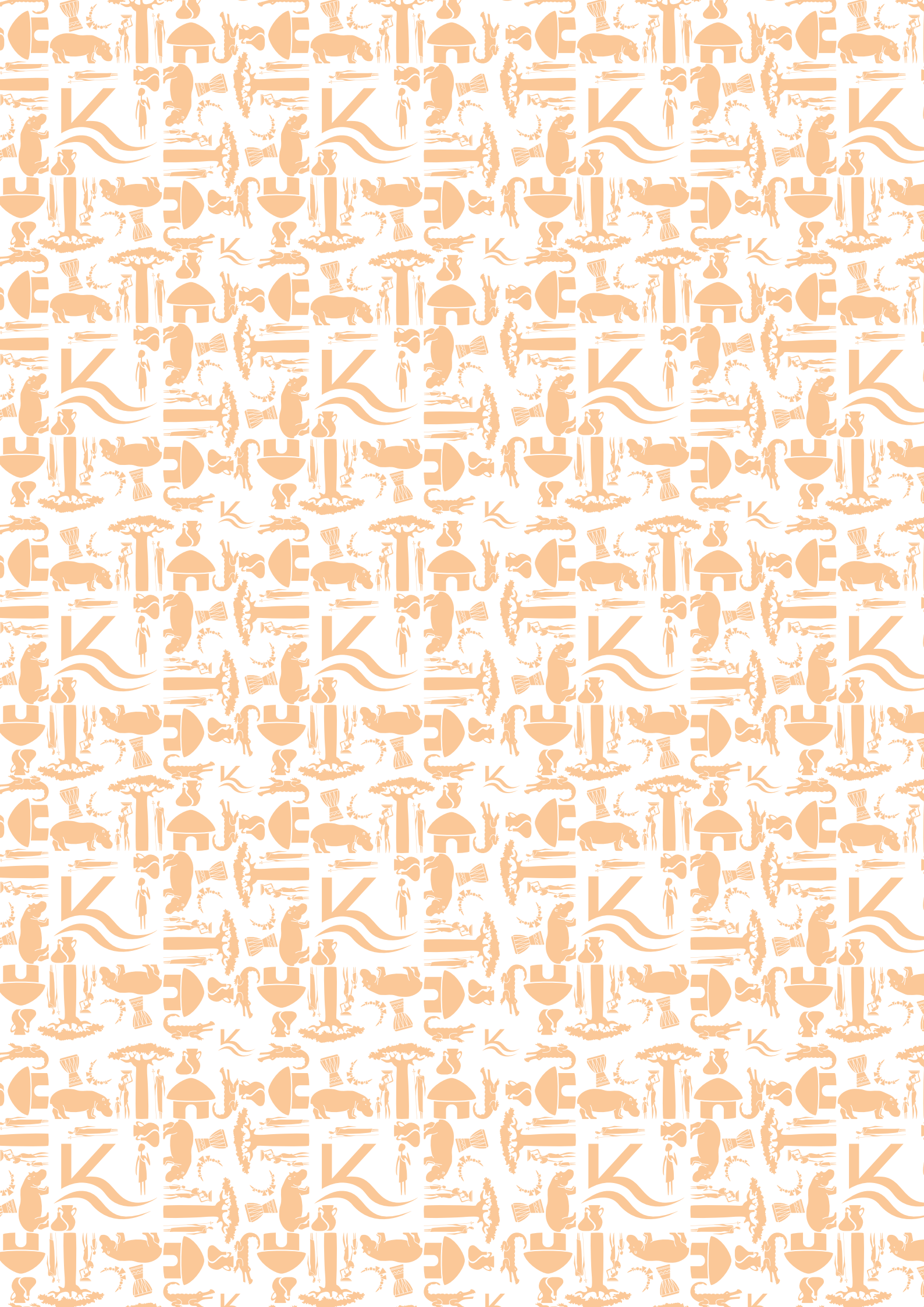
03

Estrutura organizacional, de gestão
e responsabilidades sociais

Banco Keve
O BANCO À SUA MEDIDA

Elefante Africano





ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Amílcar dos Santos Azevedo da Silva	Presidente
Mário Henrique da Silva Mello Xavier	Vice-Presidente
Teodoro Bastos de Almeida	Secretário

Conselho de Administração

Rui Eduardo Leão da Costa Campos	Presidente
Manuel Fernando Correia Victor	Vice-Presidente
Bruno André da Cruz Silva Inglês	Administrador Não Executivo
Óscar Manuel Ramalheite Mata	Administrador Não Executivo*
Yolanda Marina Isaac Carneiro	Administradora Não Executiva
Rita Yara Freire de Mello Xavier	Administradora Não Executiva

*Administrador independente

Comissão Executiva

Arlindo Nogueira Narciso Das Chagas Rangel	Presidente
Victor Manuel de Faria Cardoso	Vice-Presidente
Elsa Dalila Ferreira Azevedo da Silva	Administradora
Ana Maria dos Santos Machado	Administradora

Secretário

Arlindo A. de Sousa Lima Viegas Narciso	Secretário Comissão Executiva
---	-------------------------------

Conselho Fiscal

Décio Leandro de Carvalho Gaspar	Presidente
João da Silva	Vogal
Manuel João Cordeiro	Vogal
Gildo Mondlane Saraiva Faceira	Suplente

Auditor Externo

Deloitte (nomeado em Outubro de 2015)

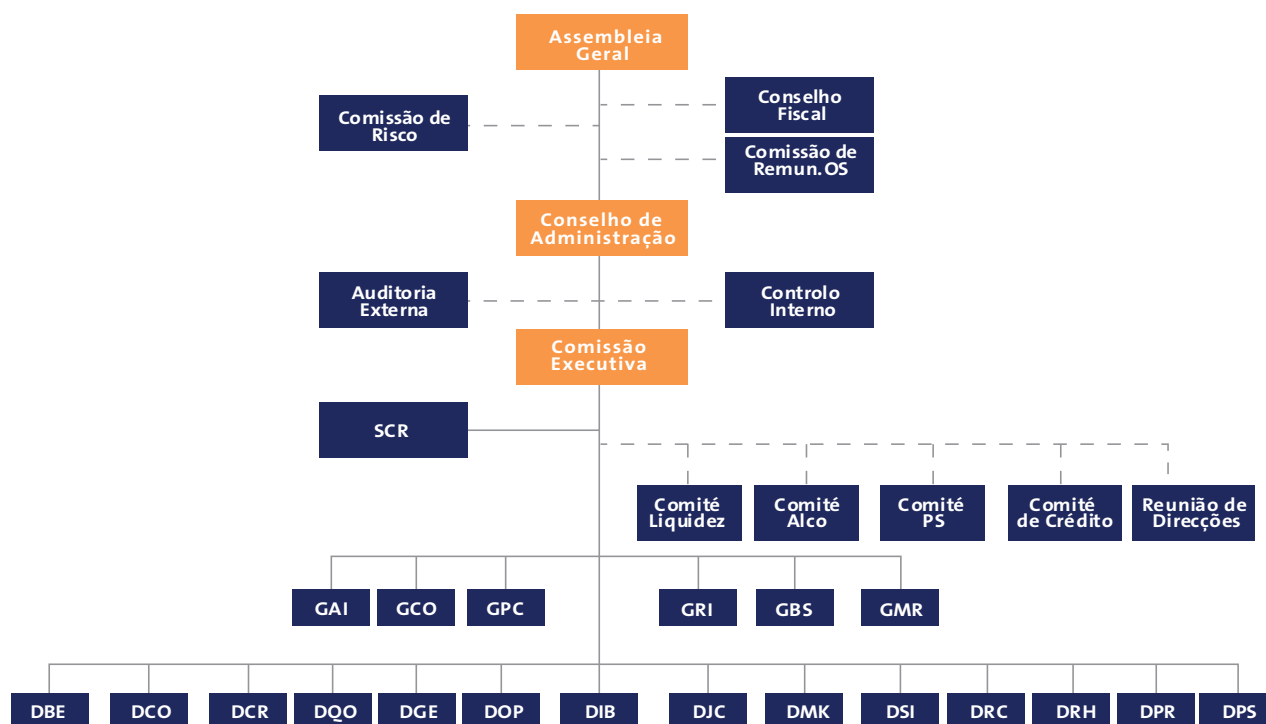


MODELO DE GESTÃO

Estrutura Accionista

A distribuição da estrutura accionista por escalões de participação é apresentada na nota nº 20 às demonstrações financeiras. Os Membros do Conselho de Administração possuem no seu todo 384.785 acções representativas de 7,88% do capital social.

Organigrama Geral



Assembleia Geral

São órgãos da sociedade, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

O mandato dos membros que integram os Órgãos Sociais tem a duração de três anos, sendo permitida a reeleição de todos ou de algum dos seus membros sem restrições quanto ao número de mandatos.

A Assembleia Geral, regularmente constituída, representa a universalidade dos accionistas, sendo as suas deliberações, quando aprovadas nos termos da Lei e dos Estatutos do Banco, vinculativas para todos eles.

Compete em especial à Assembleia Geral, eleger os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Comissão de Remunerações.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais, incluindo quaisquer outras prestações suplementares, é fixada anualmente por uma comissão de remunerações composta por três accionistas eleitos trienalmente pela Assembleia Geral.

Para o actual mandato foi aprovado pelos Accionistas um plano de negócios cuja implementação é da responsabilidade do Conselho de Administração, foi igualmente aprovada a constituição de um Órgão consultivo, designado por Conselho

Geral, ao qual, compete o aconselhamento aos restantes Órgãos Sociais em questões relevantes sobre o negócio do Banco. O respectivo Conselho é presidido pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral e é um Órgão não remunerado.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal fazem-se presentes nas reuniões da Assembleia Geral, e, nessa qualidade, intervêm, sem direito a voto, nos trabalhos e nos debates, podendo apresentar propostas.

Conselho de Administração

De acordo com os Estatutos do Banco, o Conselho de Administração pode ser composto por um mínimo de cinco e um máximo de nove Membros. O actual Conselho de Administração é composto por nove Membros.

As atribuições e competências do Conselho de Administração encontram-se definidas no art.º 24 dos Estatutos, que incluem, entre outras:

- Definir as linhas de acção e objectivos da sociedade a curto prazo, e propor à Assembleia Geral as linhas de acção e objectivos a médio e longo prazo;
- Executar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;

- iii. Exercer a gestão dos negócios da sociedade, praticando todos os actos e operações que integram o seu objecto social;
- iv. Elaborar os documentos previsionais da actividade da sociedade e os correspondentes relatórios de execução.

O Conselho de Administração reúne, em sessão ordinária, pelo menos, uma vez em cada trimestre, e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo seu presidente ou por dois ou mais administradores.

A agenda para cada reunião regular inclui, no mínimo, a seguinte ordem de trabalho:

- v. Análise da situação macroeconómica, nacional e internacional e, do ambiente concorrencial;
- vi. Análise do relatório financeiro do Banco;
- vii. Revisão e ou actualização do Plano de Negócios, incluindo a comparação das valências do Banco face ao orçamento.

A gestão executiva do Banco é, por delegação do Conselho de Administração, assegurada por cinco Administradores, designados pelo próprio Conselho, sendo um Presidente e um Vice Presidente.

O actual mandato decorre de 31 Março de 2015 a 31 de Março de 2018.

Em Julho de 2015 foram aprovados os regulamentos do Conselho de Administração e da Comissão Executiva em exercicio.

Conselho Fiscal

Sem prejuízo da competência que, na matéria, é atribuída por lei ao Banco Nacional de Angola, a fiscalização da actividade social compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos, um dos quais será o respectivo presidente, e por dois suplentes.

Os membros do Conselho Fiscal podem assistir às reuniões do Conselho de Administração, mas sem direito a votar nem a, salvo quando convidados para o efeito pelo presidente do Conselho de Administração, intervir nas discussões.

Conselho Geral

O Conselho Geral é um órgão consultivo da sociedade, competindo-lhe o aconselhamento dos restantes órgãos sociais em quaisquer questões relevantes na vida e negócios da sociedade.

Comissão Executiva

A Comissão executiva é responsável pela Gestão corrente do Banco, em base diária, toma de forma recorrente, as decisões respeitantes à sua Administração.

As atribuições e competências da Comissão Executiva encontram-se definidas no seu Regulamento, anexo I (Delegação de competências) entre outras:

- i. Estabelecer a organização interna do Banco e delegar poderes ao longo da cadeia hierárquica intermédia (Linha e Staff);
- ii. Celebração de contratos necessários à prossecução da normal actividade de acordo com o Objecto Social do Banco;

iii. Gestão do Património da Sociedade (Aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis);

iv. Admissões, definições dos níveis de categorias, condições remuneratórias e outras regalias para colaboradores, bem como a atribuição de cargos de gestão intermédia.

A Comissão Executiva mantém o Conselho de Administração regularmente informado quanto a situações que ultrapassem a delegação de competências.

Auditor Externo

A auditoria externa é, desde 2015, assegurada pela Deloitte, de acordo com a legislação em vigor (Aviso nº 4/2013 do BNA). Os Auditores externos não poderão permanecer por um período superior a quatro anos. O Banco segue uma política para garantir a independência e objectividade dos auditores externos.

Órgãos Colegiais

O Conselho de Administração tem um forte compromisso com a evolução da sua gestão, o que leva à adopção sistemática de iniciativas que a fortaleçam. Estas medidas incluem a estruturação de Órgãos Colegiais (Comités) e aprimoramentos em relação à gestão de riscos. A Administração e os Comités são ainda apoiados por um vasto número de relatórios, com periodicidades pré-definidas, cobrindo quase todas as áreas operativas.

Unidades de Estrutura

A organização interna representa para a Administração a base plena para concretização do negócio do Banco. Compreende-se que o funcionamento e desenvolvimento resultam da relação entre o Capital Humano, Processos Modelados e os Recursos Tecnológicos que sejam paralelos aos princípios de Gestão contemporâneos.

Nesse sentido, o Banco tem desenvolvidas 14 (catorze) Unidades de Linha e 6 (seis) Órgãos de Staff, que por sua vez estão organizadas em 3 (três) grandes segmentos, nomeadamente negócio, suporte e controlo.

A grande missão das Unidades é a prestação de serviços e o desenvolvimento de produtos que se adequem aos vários segmentos pelos quais o Banco se propõe servir, nos termos apropriados, aliados com qualidade e excelência.

A actual estrutura organizacional permite simultaneamente uma clara segregação das missões e funções de cada Direcção/Gabinete prevalecendo as linhas de comunicação directas e rápidas quer entre os próprios órgãos de Linha/Staff, quer entre estas e a Administração.

As principais decisões correntes de cada Direcção/Gabinete são sempre tomadas por mais do que uma pessoa (normalmente, o Director e o Administrador do Pelouro).

Por forma a assegurar o alinhamento entre a estratégia e a gestão corrente, os Órgãos de Gestão intermédia elaboram os Planos anuais de actividades que são analisados e aprovados pelo Conselho de Administração.

As Direcções apresentam ainda um conjunto de relatórios periódicos sistematizados para acompanhamento da sua actividade pela Comissão Executiva.



Comunicação Institucional

A comunicação com os Accionistas é feita através da Assembleia Geral, cuja forma de funcionamento se encontra descrita nos artigos 14º a 22º dos Estatutos. A Assembleia Geral Ordinária é realizada no primeiro quadrimestre de cada ano.

A comunicação para o mercado em geral é feita através da publicação do Relatório de Gestão e Contas anual. O Banco igualmente divulga, no seu *website*, a síntese das Contas Trimestrais em forma de Balancete conforme disposições do Aviso nº 15/07 do BNA de 12 de Setembro.

Código de Ética e Conduta Profissionais

O Banco dispõe de um Código de Ética e Conduta Profissionais que se aplica a todos os Colaboradores, incluindo a Administração. O mesmo foi actualizado em Dezembro de 2016, ao abrigo do Aviso 12/2016.

O Código de Ética e Conduta Profissionais é um Normativo interno, a sua leitura e compreensão passa pelo compromisso que os Colaboradores têm com a Cultura da Instituição, sempre que necessário, e ao abrigo dos normativos legais, o referido documento é revisto e atualizado.

O Código é estruturado por um conjunto de recomendações que propõem brio profissional pautado e assente nas boas práticas internacionais no que refere à temática sobre o Sigilo Bancário e a Gestão de conflitos de interesses.

Considerando a elevada importância que Código de Ética e Conduta Profissionais representa para o Banco, por forma a evidenciar os critérios de transparência com os seus parceiros o referido, documento encontra-se divulgado no *website* (www.bancoeve.ao).

Dentro dos vários aspectos referidos no Código, destaca-se o compromisso por parte da Administração em assegurar o rigoroso cumprimento de toda a legislação relacionada com o sector bancário (na qual a legislação cambial e prudencial têm especial preponderância).

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A intervenção do Banco Keve a nível da responsabilidade social começa desde logo pela preocupação com a saúde e bem-estar dos nossos colaboradores. O Banco Keve tem à disposição um plano de saúde para os colaboradores, que é extensivo ao conjugue e dependentes directos dos 0 aos 18 anos de idade. Desta forma, continuamos a garantir o bem-estar e a qualidade de vida dos colaboradores que, motivados, sentir-se-ão mais incentivados a produzir com empenho e dedicação.

Foram também realizadas campanhas sobre saúde e bem-estar de modo a alertar e prevenir os colaboradores sobre o seu modo de estar, de pensar e de agir, relativamente aos flagelos que assolam a sociedade.

Educar os colaboradores para estas dimensões exige acções político-sociais efectivas, eficazes e constantes não podendo ser reduzidas ao âmbito individual. É também uma responsabilidade da nossa instituição, de alertar e incorporar uma consciência colectiva e generalizada dos cuidados de saúde, capacitando-os para as actividades laborais e por conseguinte melhorar a qualidade de vida.

Campanhas

Dia Mundial do Controlo do Colesterol	Agosto
Caminhada Outubro Rosa - Luta Contra o Cancro	Outubro
Dia Mundial de Luta Contra o VIH/SIDA	Dezembro
Seja Um Pai Natal e Faça Uma Criança Feliz - Lar Horizonte Azul	Dezembro

Dia Mundial do Controlo do Colesterol

A hipertensão arterial é muitas vezes associada ao colesterol e aos maus hábitos alimentares, e é considerada um dos grandes problemas para a saúde pública, agravada pela sua prevalência e detecção quase sempre tardia, além de constituir um dos principais factores de risco para as doenças cardiovasculares e cerebrovasculares. Mesmo sendo conhecida a eficácia e efectividade de várias medidas preventivas e de controlo disponíveis, sejam ou não farmacológicas, a HTA continuará, por décadas, representando um dos maiores desafios à saúde e um dos maiores ónus para as pessoas hipertensas e para a sociedade.

Considerando que é um importante problema de saúde pública e pelo facto de que em Angola a implementação de programas integrados para a prevenção e sensibilização nos locais de trabalho são considerados prioridade, pretendemos focalizar mudanças de comportamentos com Palestras em vários temas na vertente **HTA** e distribuição de brochuras informativas, avaliação da tensão arterial, aconselhamento médico entre outros.

Esta campanha destinou-se a atender os colaboradores do Banco Keve, para que possam conhecer mais acerca desta doença crónica, e as melhores formas de tratamento, bem como o rastreio da doença na hora.

As palestras foram ministradas no local de trabalho dos colaboradores, por um especialista.



Caminhada Outubro Rosa - Luta Contra o Cancro

O Outubro Rosa é uma campanha de conscientização, realizada todos os anos no mês de Outubro, em parceria com distintas organizações como a Liga Angolana Contra o Cancro, Centro Oncológico, ou a Fundação Mulher, dirigida aos colaboradores e à sociedade em geral, sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do cancro da mama.

Neste ano, organizou-se a marcha em alusão ao **Dia Mundial da Luta Contra o Cancro da Mama**, sob o lema “Prevenir é melhor que tratar”, a concentração foi em frente ao edifício do IACC (hospital de Oncologia de Luanda, junto ao hospital pediátrico David Bernardino), e saímos em caminhada até ao Largo da Família (1º de Maio).

O objectivo deste encontro é que os participantes se solidarizem com os pacientes e se consciencializem sobre a importância da prevenção, das idas regulares ao médico, do controlo efectivo da sua saúde porque “Prevenir é melhor que tratar”.



Dia Mundial de Luta Contra o VIH/SIDA

Considerando que as ITS/VIH/SIDA são um importante problema de saúde pública e pelo facto de que em Angola a implementação de programas integrados para a prevenção do VIH nos locais de trabalho são considerados prioridade, é importante implementar na empresa o Programa de Prevenção das ITS/VIH/SIDA.

Este ano não ficamos indiferentes a este flagelo que a sociedade em geral e mundialmente se depara, a disseminação do VIH/SIDA na nossa sociedade.

Neste contexto, organizamos programas educativos sobre a saúde sexual, com palestras no local de trabalho, objectivando informar e alertar para este grande flagelo dos nossos dias.

Com esta campanha de sensibilização, pretendemos focalizar mudanças de comportamentos com Palestras em vários temas na vertente ITS e VIH/SIDA e distribuição de preservativos entre outros.

Esta campanha destinou-se a atender os colaboradores do Banco Keve, e as palestras foram ministradas no local de trabalho dos colaboradores, por um especialista.



Seja Um Pai Natal e Faça Uma Criança Feliz - Lar Horizonte Azul

Alusivo ao período Natalício, a área social do Banco Keve promove todos os anos a campanha “Seja um Pai Natal e Faça uma Criança Feliz”, convidando todos os colaboradores, caso se identifiquem com a causa, a adquirirem junto da Direcção dos Recursos Humanos, uma ou mais cartas que as meninas do Lar Orfanato Horizonte Azul escrevem ao Pai Natal e onde pedem o presente que gostariam de receber no Natal.

Pela grandiosidade e o objectivo que se prende com a data em si, o Natal, e com o propósito de nos solidarizarmos paudados pelos bons princípios de partilha e amor ao próximo, solicitamos sempre que os colaboradores se façam presentes no dia da entrega dos respectivos presentes.

O Orfanato Horizonte Azul localizado em Viana acolhe 100 meninas, dos 5 anos aos 24, ou até à formação escolar completa e ingresso na vida activa. Este lar sobrevive essencialmente de apoios e donativos de particulares. Esta acção é apenas uma no meio de tantas que estas meninas necessitam.



Desporto

A nível do desporto o Banco Keve concedeu vários patrocínios, nomeadamente:

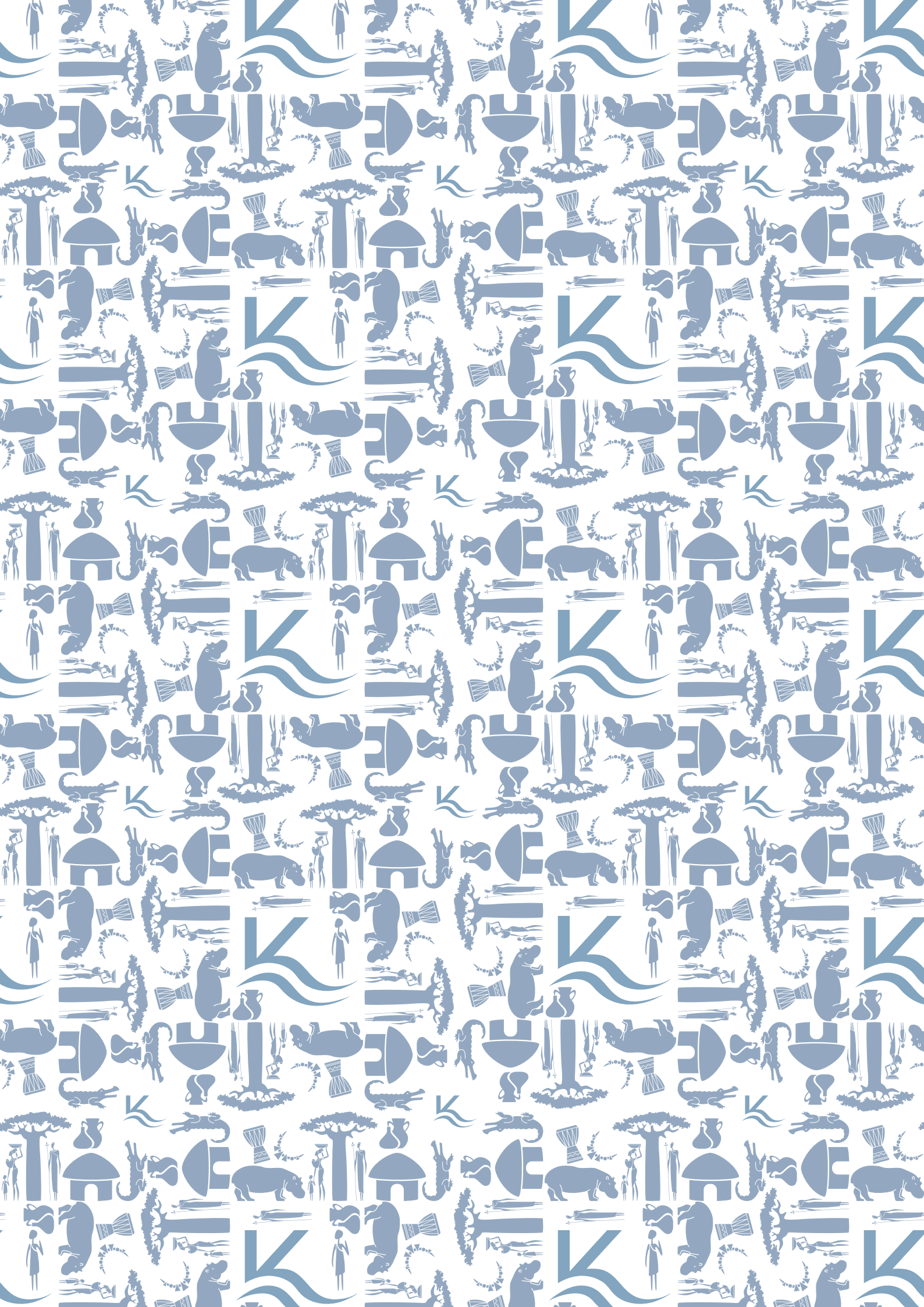
- Ao Comité Paralímpico para a sua participação no campeonato mundial de Atletismo que foi realizado em Londres, no campeonato Africano de Futebol para deficientes físicos e no Campeonato do Mundo de 2018, no México.
- Ao Grupo Desportivo Banca, cuja equipa principal de Judo foi convidada a participar no Open Internacional de Judo de Odivelas, tendo o evento sido precedido de um estágio competitivo;
- Ao Grupo Desportivo interno do Banco Keve, em conjunto com Muzas, LDA, apoiou um Torneio 3x3 Tour endossado pela FIBA. A referida competição envolveu juventude de diversas artérias de Luanda e o evento foi um sucesso.

As manifestações desportivas corporativas foram também parte integrante da nossa responsabilidade social. O banco soube reservar e reconhecer um espaço para as actividades no seio dos seus colaboradores, com apoio e orientação necessária para a realização de vários eventos. Este eventos têm vindo a tornar-se cada vez mais importantes e exigentes, sobretudo pela importância que têm na elevação dos índices anímicos, na melhoria da relação entre colaboradores, na maior interacção com os membros da Administração da Instituição e o elemento “vestir a camisola Keve de facto”, aumentando o sentimento de que somos todos parte integrante e importante desta grande família KEVE.

Foram desenvolvidas variadas actividades no âmbito do Desporto e recreação ao longo do ano de 2017, nomeadamente:

- Realização da IIIª, IVª e Vª edições da Maratona Desportiva e Recreativa Banco Keve;
- Realização do torneio de Basquetebol 3X3 nas comunidades em parceria com a MUZA Sport;
- Realização do 1º Concurso de Culinária “Chefs Banco Keve 2017”;
- Realização do torneio de futsal Banco Keve 14 anos nos géneros masculinos e femininos;
- Realização da 1ª Sessão de ZUMBA FITNESS Keve;
- Participação no campeonato em futsal para trabalhadores, realizado pela Associação Provincial de Luanda;
- Participação no campeonato de futebol de praia denominada GIRA TIGRA, organizada pela Refriango;
- Participação nos torneios de futsal para trabalhadores realizados pelo Clube de Amigos do Sambizanga denominado Taça Sambila, BDA e SNEBA;
- Participação em torneio de Basquetebol realizado pela Administração Geral Tributária (AGT);
- Participação na corrida de fim de ano “São Silvestre”.







04

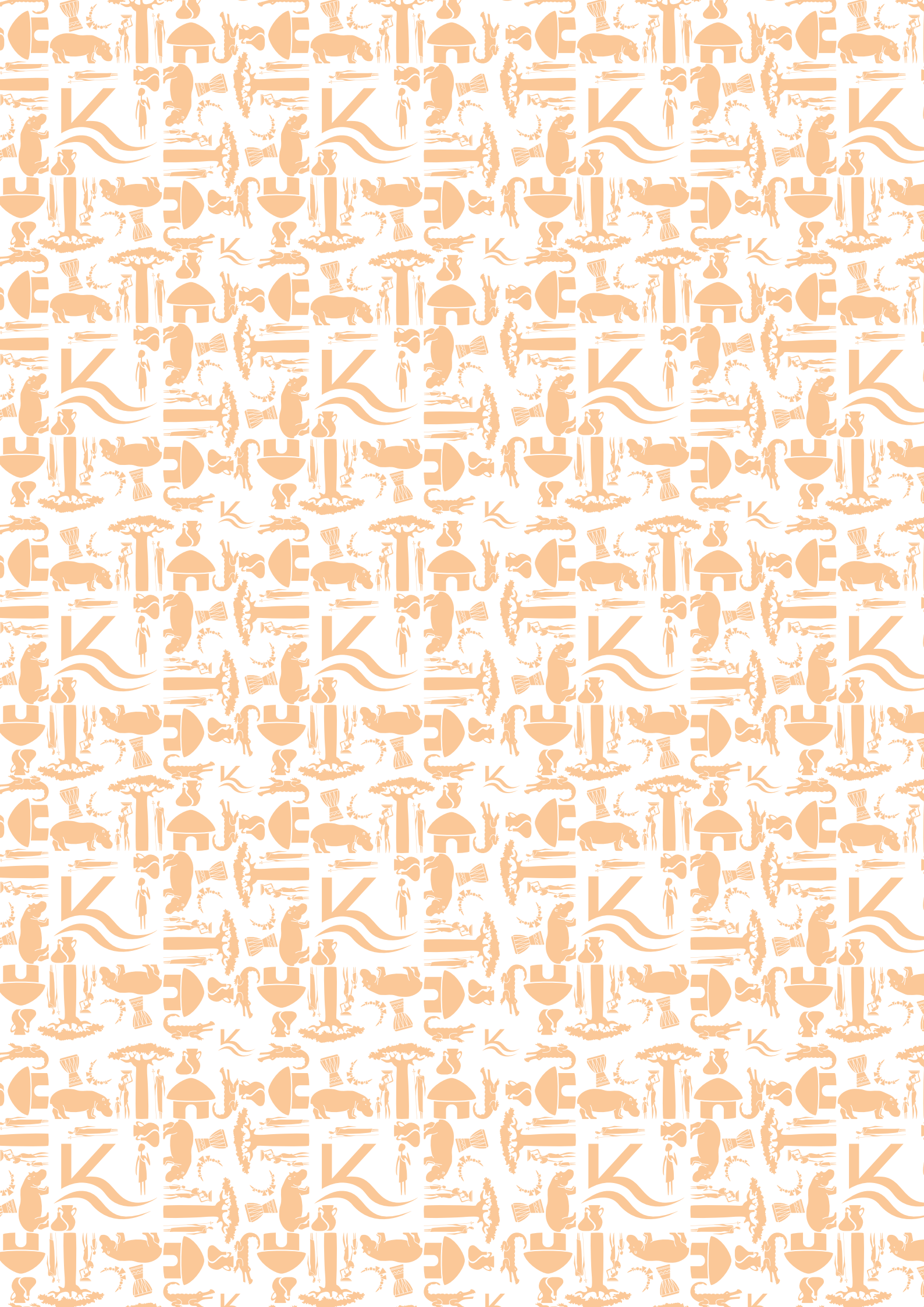
Enquadramento Macroeconómico

Banco Keve

O BANCO À SUA MEDIDA

Leão Africano





ENQUADRAMENTO ECONÓMICO INTERNACIONAL

As últimas revisões do FMI e projecções do *Economic Intelligence Unit* (EIU) apontam para um crescimento da economia mundial mais acelerado do que fora inicialmente previsto. O PIB mundial chegará aos 3.7% em 2017, o que representa um crescimento de 0,5 p.p face aos valores de 2016.

O clima económico favorável dos últimos meses proporcionou também uma revisão em alta das projecções para 2018, já que os indícios de uma estagnação do crescimento foram suplantados por um ambiente de negócio mais favorável. A revisão do crescimento das economias emergentes, influenciadas pelas boas perspectivas dos preços das *commodities*, elevou a projecção do crescimento mundial em 2018 para os 3,9% (*World Economic Outlook update*, FMI Janeiro 2018).

Dentro das economias desenvolvidas, o crescimento económico dos últimos meses foi mais acentuado na Alemanha, Japão e Estados Unidos da América (EUA), sendo que nos mercados emergentes o destaque vai para o Brasil, China e África do Sul.

Para os próximos anos perspectiva-se um crescimento mundial moderado, a rondar entre 2,1% e 1,8% (2019-2020), como reflexo do crescimento lento da produção total dos factores económicos e uma diminuição do crescimento da força de trabalho, como consequência do envelhecimento da população nos países desenvolvidos. Já nos países emergentes a tendência é contrária, pela manutenção do aumento dos preços das *commodities*, que irão impulsionar principalmente os países exportadores de petróleo.

As previsões do crescimento do PIB para os EUA melhoraram no último quarto do ano, apontando para um crescimento de 2,3% em 2017 e de 2,7% em 2018. Estas projecções representam uma melhoria de 0.2 p.p face às projecções iniciais, cujas incertezas relativamente a implementação da política fiscal eram ainda muito fortes. No entanto, o aumento da procura externa e os efeitos macroeconómicos da redução dos impostos corporativos trouxeram um novo ímpeto ao crescimento dos EUA. Ainda assim, o facto de o FED (Federal Reserve) ter já aumentado três vezes as taxas de juro nos últimos 8 meses, reflecte alguma preocupação face a uma possível inflação, o que para muitos analistas, é cada vez mais uma realidade mais próxima do que o esperado inicialmente.

Relativamente as previsões para a economia europeia, estas apontam para um crescimento económico de 2,2% para 2017 (de acordo com o Banco Central Europeu). A economia europeia encontra-se ainda em fase de recuperação, depois de ter crescido apenas 1,7% em 2016.

Os níveis de desemprego são ainda altos quando comparados com outras economias desenvolvidas, apesar dos esforços efectuados ao longo do ano de 2017 para a sua redução, tendo atingido o valor mais baixo desde 2009. De acordo com relatório tornado público pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em que foram actualizadas as projecções de crescimento das maiores economias do mundo, as perspectivas são mais optimistas, justificando o crescimento da zona euro pela evolução po-

sitiva das economias Alemã, Francesa e Italiana, as únicas para as quais são avançadas novas previsões em alta, tendo a organização melhorado todas as projecções.

A maior recuperação na actividade global é inteiramente impulsionada por países emergentes e economias em desenvolvimento. Nestes países, o crescimento deverá aumentar para 5% até o final do período da previsão.

A China e a Índia continuam a ser um dos maiores motores do crescimento mundial, com uma previsão de crescimento de 6,7% e 6.8% respectivamente em 2017. Na China, o crescimento económico apesar de estar em níveis elevados, apresenta um abrandamento do ritmo de crescimento verificado nos anos anteriores, com as previsões da economia Chinesa a apontarem para um crescimento de apenas 0,1 p.p face a 2016.

O Brasil e Rússia saíram finalmente da profunda recessão durante o ano 2017. As últimas projecções apontam para crescimentos do PIB a rondar 1,1% e 1,8%, respectivamente, depois de em 2016 terem registado decréscimos no PIB de -3,6% para o Brasil e -0,2% para a Rússia.

Relativamente ao petróleo, estima-se que a procura mundial cresça 1,42 mb/d em 2017, atingindo um consumo total de 96,77 mb/d. Desta forma os preços do petróleo continuam em crescimento, com o preço médio do crude situar-se em torno dos \$67,8/barril. Este preço é resultado do reequilíbrio de mercado que se vem verificando ao longo dos últimos meses e também por força da diminuição dos stocks de petróleo dos Estados Unidos da América.

Comportamento do PIB global, 2015– 2018

(Taxas de crescimento reais, %)

	2015	(Brexit) 2016	Projecções	
			2017	2018
Mundo	3,1	3,1	3,7	3,9
Economias Avançadas	2,0	1,8	2,3	2,3
Estados Unidos	2,6	2,2	2,3	2,7
Zona Euro	1,5	1,6	2,2	2,0
África Subsaariana	3,8	1,6	2,6	3,4
Angola*	2,8	0,1	1,1	4,9
Médio Oriente e Norte de África	2,6	3,6	2,2	3,2
América Central e do Sul	-0,3	-0,3	1,2	1,9
Ásia em desenvolvimento	6,5	6,3	6,5	6,5
Comunidade dos Países Independentes	-2,7	0,0	2,1	2,1

Fonte: Fundo Monetário Internacional (World Economic Outlook, update jan-18)

* Ministério das Finanças (Relatório de Fundamentação do OGE 2017 Revisto)

AFRICA SUBSARIANA

A nível da região da África subsariana as expectativas de crescimento económico apresentam-se animadoras para o ano de 2017, com as previsões do FMI a indicarem um crescimento de 2,6%. Estas perspectivas surgem muito em razão da recuperação da Nigéria em termos de produção de petróleo, como também no aumento da produção agrícola, após um ano de 2016 onde o crescimento não passou de 1,6%. Por outro lado, verificamos também um ambiente económico externo mais favorável ao crescimento, uma vez que



os principais parceiros comerciais viram as suas perspectivas de crescimento aumentarem. A melhoria das condições climáticas, após um período de seca extrema que afectou grande parte do sul da região ao longo do ano de 2016 e início de 2017, ajudou também a revisão em alta do crescimento.

Ainda assim, a taxa de crescimento económico da região não ultrapassa o crescimento da população para o ano de 2017 e verifica-se ainda que cerca de 12 países (num total de 45), cuja população representa 40% da região da África subsariana, irá registar um decréscimo do PIB *per capita* em 2017.

As perspectivas futuras apontam para um crescimento de 3,4% em 2018, no entanto este crescimento ainda é suportado pelas maiores economias (Nigéria e África do Sul), onde se tem ainda verificado ultimamente algumas incertezas nas políticas em curso, que podem contrariar o ímpeto de crescimento esperado.

Nas restantes economias da região, principalmente nos países que têm verificado crescimentos médios de 4% nos últimos anos, o crescimento económico é assente nos gastos públicos que na sua maioria são financiados externamente agravando o endividamento. O défice público cresceu acima dos 50% do PIB em 22 países da região desde o final de 2016, especialmente nos países exportadores de petróleo (Angola, Gabão e Nigéria), cujo défice irá absorver 60% dos proveitos destes países já em 2017.

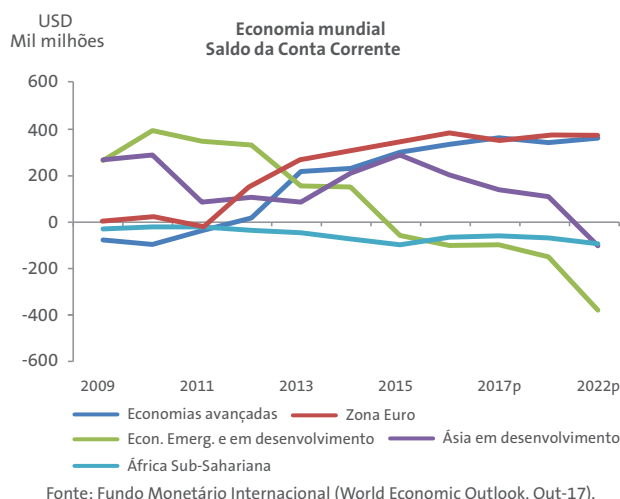
O ambiente externo tem também contribuído para a recuperação económica, uma vez que o fortalecimento do crescimento global, especialmente dos países que são os principais parceiros comerciais da região da África subsariana (China e países da zona euro) tem contribuído positivamente para o crescimento económico.

Adicionalmente verificou-se também um aumento da procura por yields atractivos proporcionando emissões de *Eurobonds* na primeira metade do ano de 2017 por parte de países como a Costa do Marfim, Nigéria e Senegal, abrindo assim mais uma porta para o financiamento externo.

Neste contexto, torna-se urgente a continuação da implementação de reformas fiscais e consolidação orçamental para que estes países consigam ultrapassar os constrangimentos que enfrentam. A maior pressão vai para os exportadores de petróleo, onde o foco deve claramente passar pela diversificação das fontes de rendimento fiscal e por uma redução dos gastos correntes.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio mundial de bens e serviços apresentou resultados mais animadoras para o ano de 2017, registando um crescimento de 1,8 p.p atingindo os 4,2% em 2017 e com previsão de uma ligeira contracção para 2018 (4,0%) de -0,2 p.p. Ainda assim, o crescimento do comércio mundial tem vindo a recuperar, depois de ter atingido um crescimento de apenas 2,4% em 2016. A ligeira desaceleração de crescimento por parte da China e a recente redução das importações por parte dos países exportadores de commodities, contribuíram para a desaceleração do comércio mundial.



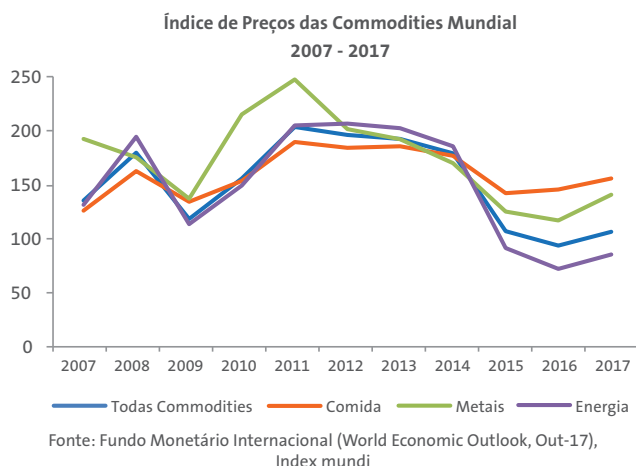
O saldo da conta corrente apresentou uma contracção a nível global (0,4%), principalmente para os países exportadores de petróleo. As economias desenvolvidas tiveram aumentos significativos de importações, enquanto as economias emergentes aumentaram a pressão na procura de produtos importados o que leva a uma previsão de crescimento perto dos 4,4% (2017) e 4,9 (2018).

MATÉRIAS-PRIMAS (Commodities)

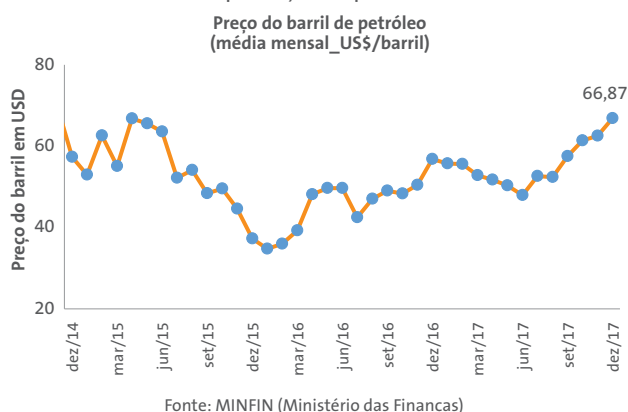
Os preços das *commodities* continuaram a sua trajectória de fortalecimento no último trimestre de 2017, com as matérias-primas industriais a liderar, enquanto que maioria dos preços das matérias-primas agrícolas mantêm-se amplamente estáveis. Os preços dos metais cresceram 22% em 2017 devido à forte procura e às restrições de abastecimento por parte da China. Com excepção do minério de ferro, espera-se que os preços dos metais aumentem moderadamente em 2018.

O ouro e outros metais preciosos, face ao enquadramento de alguma agitação no cenário político global, tornaram-se cada vez mais atractivos como activos de refúgio. O ouro tem vindo a valorizar cerca de 8% desde o início de 2017, e os metais preciosos, como a platina e o cobre, valorizaram 3% e 6% respectivamente.

Os preços das matérias-primas agrícolas mantiveram-se inalterados em 2017 e prevê-se cresçam marginalmente em 2018. A maioria dos mercados de alimentos estão abastecidos e os *stocks* de alguns tipos de grãos e cereais prevêem atingir máximos de vários anos.



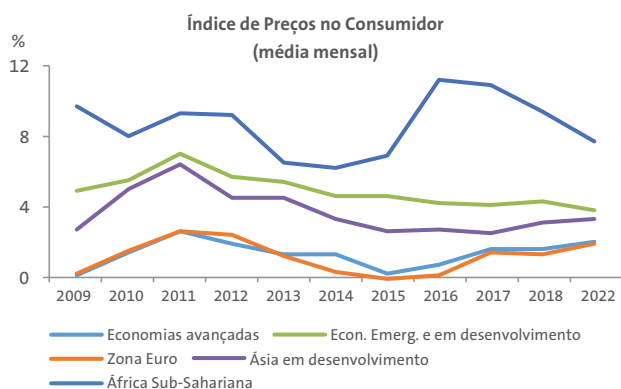
Relativamente ao petróleo, a procura mundial cresceu 1,42 mb/d em 2017 atingindo um consumo total de 96,77 milhões b/d, com intuito de satisfazer uma procura na ordem dos 95 milhões de b/d. Este excesso de oferta que se tem vindo a manter desde 2016, reflectiu-se num acordo assinado pelos países membros da OPEP, para efectuar cortes na sua produção (cerca 1,2 milhões b/d) de forma a controlar o excesso de oferta no mercado. Após assinatura do acordo em Janeiro de 2017, seguiu-se a extensão do prazo em Março, que decidiu manter os cortes da produção até Março de 2018. Por outro lado, e de forma a pressionar a descida do preço, verificara-se os aumentos nos stocks de reserva das petrolíferas dos Estados Unidos da América e a crescente produção de petróleo de xisto.



Face a este cenário, o preço do barril sofreu algumas oscilações ao longo do ano de 2017. Os primeiros três meses foram marcados por alguma recuperação do preço face às expectativas dos cortes da OPEP, com a tendência a inverter-se até meados de Junho (o preço chegou a menos de \$44 por barril), por causa das notícias dos aumentos das reservas de stock nos Estados Unidos da América e aumento da produção de petróleo de xisto. Mais recentemente temos verificado uma recuperação do preço com o crude a situar-se em \$66,8 barril no mês de Dezembro, representando um crescimento mensal de 7% face aos valores de Novembro de 2017. Este preço é resultado do reequilíbrio de mercado que se vem verificando ao longo dos últimos meses e também por força da diminuição dos stocks de petróleo dos Estados Unidos da América.

INFLAÇÃO

A taxa média da inflação nas economias avançadas situou-se durante o ano de 2017 em 1,4%, com uma previsão de aumento para 1,6% em 2018. Nas economias emergentes e em desenvolvimento houve um abrandamento ligeiro do nível geral de preços para 4,2% em 2017 (4,7% em 2016), mantendo a tendência de redução para 2018 (4,4% previstos).

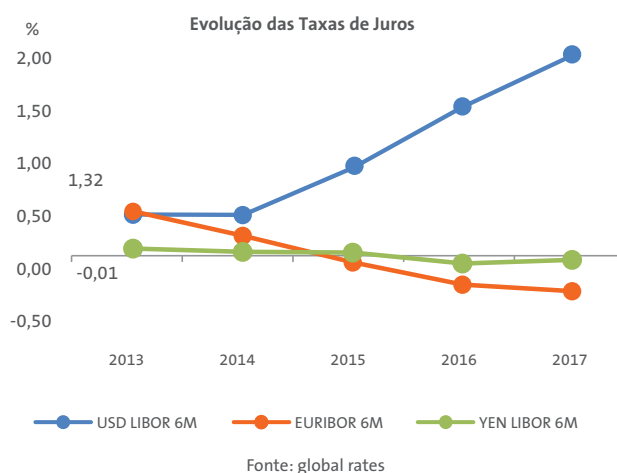
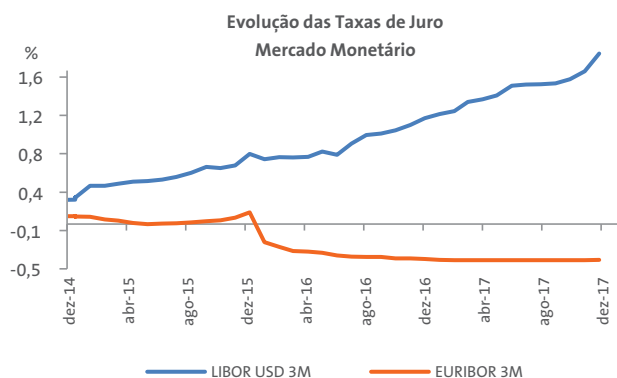


Nos EUA a taxa de inflação apresentou uma tendência de redução, tendo-se situado nos 1,7% em 2017 e com previsões de crescimento em 2018 para níveis próximos de 1,9%. A estes níveis de inflação estão associados principalmente os preços mais baixos do combustível e os choques negativos ligados aos preços das comunicações e dos medicamentos. Por outro lado, na Zona Euro a inflação apresentou um crescimento muito ligeiro, atingindo uma taxa de 0,9% em 2017 e prevê-se que em 2018 haja uma ligeira subida de 1,3%. A influenciar este comportamento da inflação, estão os preços altos da energia, os salários baixos e os altos índices de desemprego que ainda prevalece em alguns países da zona euro.

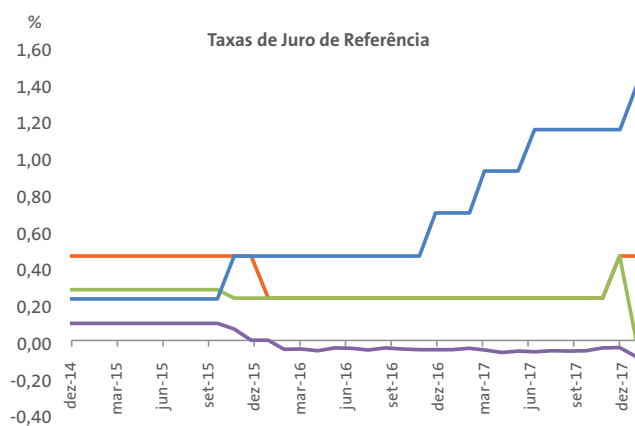
TAXAS DE JURO

Durante o ano de 2017 as taxas de juro com prazos mais curtos apresentaram tendências ascendentes, tanto no mercado Europeu como nos Estados Unidos. A taxa Libor 3 meses situou-se na casa dos 1,31% ao longo do ano de 2017, enquanto a Euribor a 3 meses se situou nos -0,33%, prevendo-se uma redução contínua desta última para os próximos anos.

Para as maturidades mais elevadas, e de acordo com as revisões do FMI, a tendência nos últimos três anos para taxas Libor com maturidade de 6 meses foi de constantes aumentos, saindo de 0,35% em 2013 para 1,52% em 2017. As recentes projecções indicam que esta taxa irá manter a tendência de subida face à política fiscal expansionista aplicada pela nova administração do Governo Americano. Por outro lado, na Europa, a taxa Euribor a 6 meses, mantém a sua tendência de redução iniciada em 2013 onde a taxa estava fixada nos 0,39%, reduzindo até -0,28% em 2017.



Relativamente às taxas de Juro de referência, as taxas de juros na Zona Euro apresentaram um comportamento estável durante maior parte do ano de 2017, tendo apresentado ligeira subida nos últimos meses, situando-se nos 0,50%, em resultado das incertezas políticas e económicas relacionadas com as eleições ocorridas em alguns países do bloco, com os partidos da extrema-direita conservadora a advogarem a retirada dos seus países da União Europeia. Nos EUA, as taxas de juros apresentaram uma tendência crescente, resultante da política fiscal mais expansionista implementada pelo Federal Reserve.



Fonte: global rates

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NACIONAL

ACTIVIDADE ECONÓMICA E CRESCIMENTO

A economia nacional real continua a ressentir-se dos problemas conjunturais que vêm afectando o país desde meados de 2014. O fraco investimento público e as grandes dificuldades que afectaram a actividade produtiva continuam a ser factores que assolam a economia nacional. Os esforços no sentido de se relançar a economia e diversificar a economia são notórios, mas a dependência do petróleo continua a ser uma realidade, representando ainda cerca de 95% das exportações do país.

As últimas estimativas do Orçamento Geral do Estado para 2017, apontam para um crescimento do PIB de apenas 1,1% (uma redução face às estimativas iniciais que eram de 2,1%), o que reflecte uma ligeira adaptação conjuntural do país ao baixo preço do petróleo e também aos esforços empreendidos para o relançamento da economia.

Indicadores Macroeconómicos

	2015	2016	2017	Var. 17/16
Inflação (%)	14,3	41,9	26,6	15,3p.p
Taxa de Crescimento Real (%)	4,0	0,1	1,1	1,0p.p
Sector Petrolífero	6,3	0,8	-0,5	-1,3p.p
Sector não Petrolífero	2,4	1,2	1,9	0,7
Exportação de Petróleo (Milhões de Barris)	669,8	654,6	475,1	-27%
Preço Médio Exportação Petróleo (USD/Barril)	40,0	41,0	48,6	18%
Reservas Internacionais Líquidas (MMUSD)	24,7	20,2	13,3	34%
Vendas de USD no BNA (MMUSD)	16,3	9,9	10,3	4%
Taxa de Câmbio 1 USD=Kz (Fim do Período)	156,4	165,9	165,9	0
Saldo Orçamental Global em % do PIB	-7,0	-0,2	-0,7	-0,5p.p

MMUSD = Mil milhões de dólares.

Fonte: Ministério das Finanças (OGE 2017 Revisto e Estatísticas sobre receitas petrolíferas) e BNA.

As projecções dos organismos internacionais apontam, de uma forma geral, para a melhoria do desempenho da economia nacional, mas com taxas de crescimento do PIB a rondar entre 1.3% e 1.5% para 2017 (O FMI aponta 1.3% para 2017 e 1.6% para 2018), o que denota uma ligeira melhoria face à estagnação verificada em 2016 (crescimento de apenas 0,1% do PIB).

Estes valores de crescimento reflectem ainda um fraco desempenho do sector petrolífero, que poderá voltar a registar um decréscimo de -0.5% e o sector não petrolífero com crescimento na ordem dos 1,9%. O desempenho do sector não petrolífero, está a ser influenciado fundamentalmente pelo crescimento esperado dos sectores da energia (40,2%), agricultura (7,3%), construção (2,3%) e indústria transformadora (4,0%), na proporção dos respectivos pesos na composição do PIB.

Composição do Produto Interno Bruto

	2014	2015	2016	Proj de Fecho 2017
PIB a preços correntes (Kz mil milhões)	12.462	12.536	16.879	18.350
Crescimento PIB Real e suas Componentes (%)				
Agricultura	11,9	0,8	6,7	4,4
Pescas e Derivados	19,1	8,1	1,7	2,2
Diamantes e Outros	1,0	2,2	-0,6	-0,6
Petróleo	-2,6	6,3	0,8	1,8
Indústria Transformadora	8,1	-2,1	-3,9	-0,7
Construção	8,0	3,5	3,2	2,2
Energia	17,3	2,5	19,9	40,2
Serviços Mercantis	8,0	2,2	0,0	1,3
Outros	6,0	1,1	0,0	0,0

Fonte: Ministério das Finanças (OGE 2017).

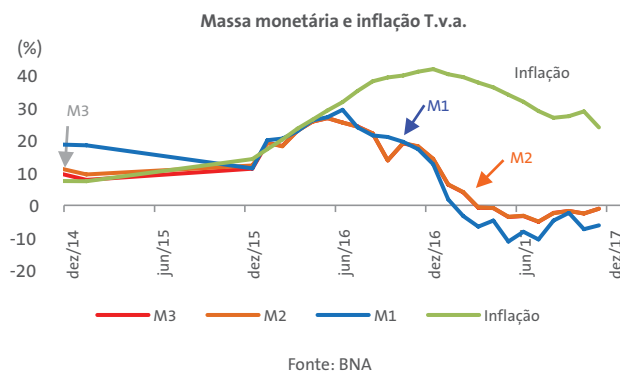
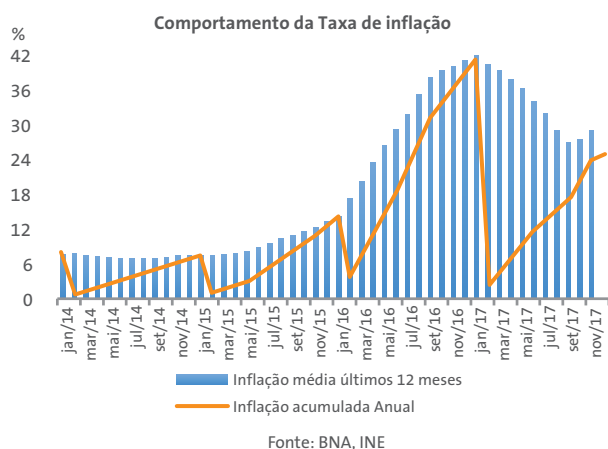
Em relação ao sector petrolífero, este continua a ser afectado por problemas operacionais, pelo adiamento dos investimentos na exploração de novos poços (devido essencialmente a redução da receita) e também pela deterioração

natural das explorações existentes. O sector representa actualmente cerca de 40% do PIB nacional, reflectindo já uma redução gradual do seu peso face aos factores acima mencionados e também pelo crescimento dos sectores não petrolíferos.

As perspectivas de crescimento futuro dependem essencialmente da capacidade de implementação de reformas estruturais, que permitirão reequilibrar a economia e afastá-la da dependência excessiva do petróleo. Estão a ser empreendidos esforços no sentido de relançar a economia nacional, com o Governo a definir as suas estratégias no Plano Intercalar de 6 meses (lançado em Outubro de 2017), de forma a corrigir os desequilíbrios macroeconómicos que afectam o país. Este plano assenta num conjunto de medidas fiscais e monetárias, que passam essencialmente por continuar (1) o processo de consolidação fiscal, (2) garantir a sustentabilidade do défice público, (3) reforçar e consolidar as políticas monetárias e cambiais, (4) dar músculo ao sector financeiro, (5) melhorar o ambiente de negócios, produtividade e competitividade das empresas locais e (6) atrair investimento directo estrangeiro. Foram também previstas medidas de controlo dos gastos públicos, com o objectivo de melhorar a eficiência e também medidas de incremento dos níveis das receitas fiscais.

INFLAÇÃO

Os dados mais recentes (Novembro 2017) apontam para uma taxa de inflação acumulada de 24,95% (fonte BNA e INE), contra os 41,9% observados em 2016. Desde de finais de 2015, que a taxa de inflação acumulada tem crescido sempre acima dos dois dígitos. O choque económico derivado da baixa do preço do petróleo e o ajustamento cambial que se verificou (especialmente em 2016) foram factores que proporcionaram uma aceleração do nível geral dos preços. Dos mencionados, outras determinantes influenciaram também as elevadas taxas de inflação, como por exemplo os custos não monetários de acesso a divisas, os custos logísticos adicionais causados pelas alterações que se vão verificando na cadeia de importações e de produção, as dificuldades de financiamento e a antecipação no aumento dos preços devido a expectativas de uma inflação continuada.



Não obstante os níveis ainda considerados altos, foi possível reduzir a taxa de inflação mensal desde Outubro de 2016, por via da combinação de políticas que incidiram sobre o controlo da liquidez e sobre a estabilização da oferta de bens essenciais. Em resultado, a taxa de inflação homóloga, medido pelo IPC, tem apresentado uma trajetória descendente, tendo passado de 41,95%, em Dezembro de 2016, para 24,95%, em Novembro de 2017. Todavia, a pressão inflacionista continua a assolar a economia nacional, essencialmente por via de uma desvalorização eminente do kwanza que poderá ocorrer já no início de 2018.

RECEITA E DESPESA FISCAL

As recentes projecções fiscais antecipam um défice fiscal mais baixo do que o previsto no OGE 2017, estimando um défice de 5,3% do PIB, ou seja, de AOA 968,4 mil milhões. Este défice é suportado por uma receita total projectada em AOA 3.253,5 mil milhões (17,7% do PIB) e uma despesa total estimada em AOA 4.221,9 mil milhões (23% do PIB).

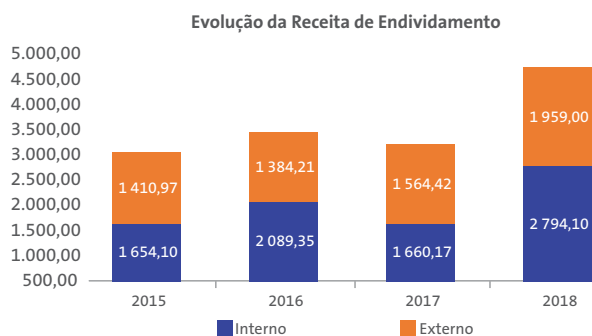
Estes valores reflectem uma melhoria da receita relativamente ao ano de 2016, devido à ligeira melhoria do preço do barril de petróleo no mercado internacional (67 US\$/barril), estando no entanto ainda aquém das receitas verificadas em 2014 e 2015. As receitas registaram um crescimento 12%, enquanto as despesas fiscais aumentaram a um ritmo muito mais acelerado de 15,7%.

Finanças Públicas

Mil Milhões de AOA	2014 Exec	2015 Exec	2016 Exec	2017 Proj.	Δ 17/16
1. Receitas	4.403	3.367	2.900	3.253	+12,2%
Impostos	4.098	3.042	2.599	2.947	+13,4%
Petrolíferos	2.970	1.898	1.373	1.703	+24,0%
Não petrolíferos	1.128	1.144	1.227	1.244	+1,3%
Contributos S.Social/ Outras	304	324	300	306	+2,0%
2. Despesas	5.221	3.774	3.648	4.222	+15,7%
Correntes	3.666	3.038	3.003	3.373	+12,3%
Capital	1.555	736	645	849	+31,6%
3. Saldo primário [1-2]	-819	-407	-748	-968	+29,4%
Financiamento líquido	303	269	726	1.024	+41,0%

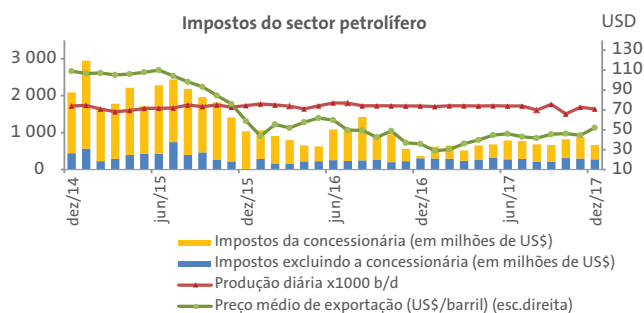
Fonte: Ministério das Finanças (OGE 2017 Revisto e OGE.)

O comportamento da despesa durante o ano de 2017 mostra a tendência expansionista, confirmando-se mais uma vez que a despesa cresce sempre que o preço do petróleo também cresce, o que trás riscos para a gestão fiscal ante a menor capacidade de arrecadação limitada das receitas não petrolíferas.



Os défices orçamentais têm sido recorrentes desde 2014, obrigando o Estado a recorrer ao financiamento tanto interno como externo, fazendo aumentar o stock da dívida para valores muito elevados, ameaçando a sua sustentabilidade. A necessidade de financiamento atingiu em 2017 um total de AOA 3.224 mil milhões, estando previsto um aumento até AOA 4.753 em 2018 (Fonte: OGE 2018). A necessidade de financiamento cresceu 5,2% entre 2014 e 2017, podendo atingir um crescimento de 55% até 2018. Este aumento é essencialmente derivado do aumento do financiamento interno, que atingirá os AOA 1.660 mil milhões em 2017 e projecta-se um total de AOA 2.794 mil milhões em 2018.

Durante o ano de 2017, as receitas petrolíferas registaram um aumento de 33,5%, impulsionadas pelo aumento dos preços do barril de petróleo de USD 45 para USD 62 durante o ano de 2017 (Estatística Mensal Minfin Dezembro 2017), sendo que são visíveis os sinais de recuperação apresentados nos últimos meses do ano. Apesar deste facto, refere-se ainda que o não pagamento do ITP (Imposto de Transacção de Petróleo) durante todo período de 2015, 2016 e 2017 e os cortes continuos na produção de petróleo da OPEP, condicionou grandemente a recuperação das receitas petrolíferas. O sector não petrolífero apresentou uma redução face a 2016, tendo-se situado na ordem de 6,8% do PIB (7,4% em 2016). A receita fiscal projectada representa 16,1% do PIB anual e é constituída de forma equilibrada pela receita não petrolífera (8,7%).



Fonte: Ministério das Finanças

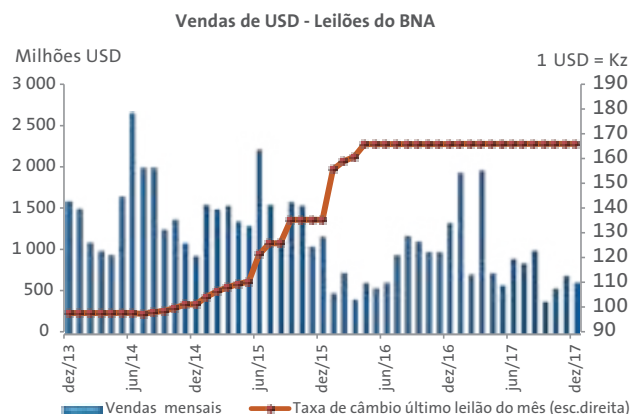
Os ajustamentos fiscais implementados recentemente, em particular a reforma dos subsídios aos derivados do petróleo e outros produtos com preços administrados, foram passos importantes para a necessária mudança do regime económico da política fiscal em Angola. É consensual que o crescimento da despesa pública não pode continuar a ser uma função do ciclo do petróleo, aumentando com o aumento do preço e reduzindo com a sua queda nos mercados internacionais.

Com base nos actuais níveis altos de despesa e ante a limitada capacidade de arrecadação de receita não petrolífera, a exposição da despesa pública à volatilidade do preço do petróleo cria incertezas e riscos para a gestão fiscal, tanto no plano orçamental como no plano financeiro. Adicionalmente, impõe fortes desafios à manutenção da estabilidade macroeconómica e do crescimento sólido do PIB.

CONTAS E MERCADO EXTERNO

De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (dados relativos ao 3º Trimestre de 2017), prevê-se um saldo positivo da balança comercial na ordem dos AOA 873.175 milhões. Apesar do saldo positivo da balança comercial, verificou-se uma diminuição das exportações face ao período homólogo, na ordem dos 1,9%, sendo que comparativamente ao trimestre anterior do ano corrente se tenha verificado um ligeiro aumento de 3,4%. A Ásia continua a ser o principal destino das nossas exportações, com um total de 73% das exportações efectuadas, logo seguido da América do Norte com 9,7%. Relativamente às importações, a Europa continua a ser o continente preferencial das importações do país, com um total de 39%.

Durante o ano 2017, a economia continuou a ser fortemente marcada pela escassez de divisas, impactando directamente na quantidade de divisas a disponibilizar ao mercado para a cobertura das importações de bens e serviços, não satisfazendo a procura na totalidade. Ainda assim, o BNA disponibilizou ao longo de 2017 cerca de EUR 10,9 mil milhões nos leilões de venda de divisas, representando um crescimento de 10% face a oferta de euros do ano anterior. Destas vendas, destaca-se a necessidade de cobrir as necessidades do sector petrolífero (incluindo a Sonangol) que absorveu cerca de 20% do total das vendas direccionadas. Outros sectores que tiveram um peso considerável nas vendas de divisas foram: Bens Alimentares (14%); Operações Diversas (14%); e Indústria 9%).



Fonte: BNA – Sistema de Gestão de Mercado Cambial

A taxa de câmbio do Kwanza face ao dólar manteve-se estável ao longo do ano de 2017, ao contrário da depreciação verificada no ano anterior. O Kwanza manteve a sua cotação oficial nos 165,9 USD/AOA, tendo registado uma cotação no mercado informal de cerca de 400 USD/AOA. O Comité de Política Monetária foi implementando políticas no sentido de estabilizar a taxa de câmbio, apesar da escassez de moedas estrangeiras no país. Estas medidas foram estrangulando as reservas do país, tornando cada vez mais eminente uma possível desvalorização do Kwanza já em 2018.

As Reservas Internacionais líquidas têm vindo a registar uma diminuição considerável, tendo já reduzido cerca de -54% desde início de 2014. Ao longo do ano de 2017, apesar do recente aumento do valor das exportações petrolíferas, a redução foi de -38%, tendo atingido o montante de US\$ 13,3 milhões em Dezembro de 2017 (US\$ 20,8 em 2016).



Fonte: BNA e MINFIN

PANORAMA MONETÁRIO E FINANCEIRO

a) Política Monetária e Liquidez

Durante o ano de 2017, o Comité de Política Monetária manteve praticamente inalteradas as taxas directoras. As únicas alterações foram efectuadas na taxa de facilidade de absorção de liquidez, onde o BNA reduziu a taxa ao longo do ano de 7,5% para 2,75% e também na alteração do coeficiente das Reservas Obrigatórias de 30% para 21%. Apesar da redução do coeficiente, importa referir que para moeda nacional deixou de ser possível cumprir as referidas reservas com utilização de Títulos e valores mobiliários.

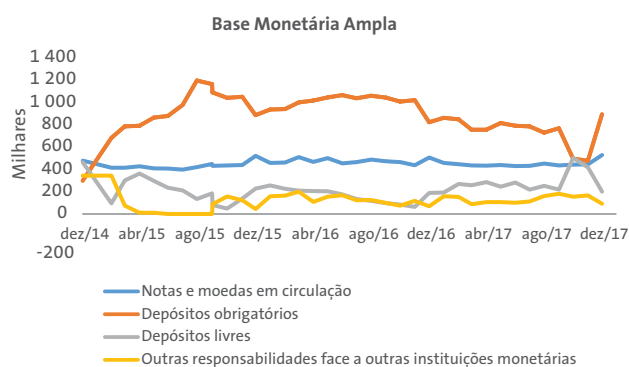
Deste modo, e em forma de resumo, o BNA procedeu ao longo do ano as seguintes medidas:

- Aumentou a Taxa BNA em 18,00% ao ano;
- Manteve a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 20,00% ao ano;

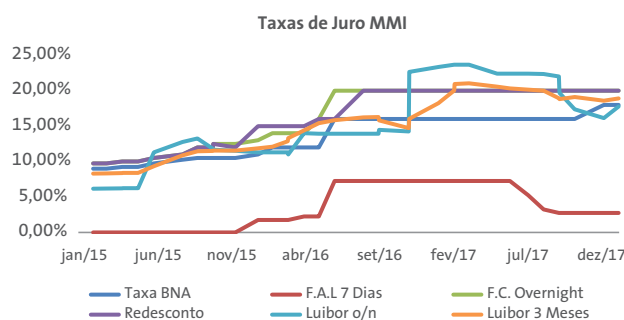
- Reduziu a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez de 7 dias de 2,75% para 0,00%.
- O coeficiente de reservas obrigatórias que incide sobre os depósitos dos bancos comerciais em moeda nacional reduziu de 30% para 21%, e manteve o coeficiente da moeda estrangeira em 15%.

A base monetária em moeda nacional situa-se actualmente em AOA 1.169 mil milhões reflectindo uma redução de 12,8% desde finais de 2016. Esta redução é impulsionada pela redução das notas e moedas em circulação de 12% e cerca de 28% nas Reservas obrigatórias em moeda nacional.

Relativamente a massa monetária (M3) esta situou-se em AOA 6.521,6 mil milhões em Dezembro de 2017, reflectindo uma ligeira contracção da massa monetária em circulação em moeda nacional face a 2016. A dolarização da economia, medida pelo peso da moeda estrangeira (ME) sobre o M3, aumentou 1 p.p. face a 2016, tendo-se situado em 33% (Dezembro 2017). Este aumento do peso de moeda estrangeira, não reflecte necessariamente um aumento real de moeda estrangeira em circulação, já que registamos uma redução ligeira do montante de moeda estrangeira de 0,3%.



Em relação as taxas de juro relativas às operações de política monetária, estas também sofreram com os choques externos resultantes a baixa do preço do Petróleo no mercado internacional. Desse modo, o Executivo tem promovido políticas para manutenção das taxas de juro activas dos bancos de forma a controlar a inflação. De um modo geral as taxas de referência apresentaram uma tendência estável, com a excepção da Luibor que apresentou uma tendência para redução, especialmente da taxa *Overnight* (O/N). As variações entre Janeiro e Dezembro de 2017 foram -5,89 p.p para Luibor O/N e de -1,10 p.p para Luibor 3 meses.

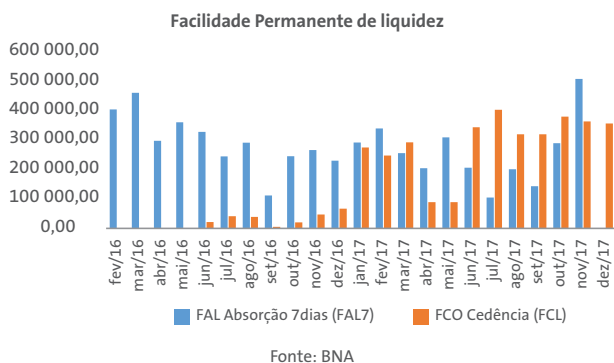


Fonte: BNA

		Último Ano			
Taxas de Juros de Angola	dez - 17	Mínimo	Data	Máximo	Data
BNA					
Taxa Básica do BNA	18,00%	16,00%	-	18,00%	dez-17
Fac. Permanente de Cedência de Liquidez	20,00%	20,00%	-	20,00%	-
Fac. Permanente de Absorção de Liquidez - Overnight	0,00%	0,00%	-	0,00%	-
Fac. Permanante de Absorção de Liquidez - 7 Dias	2,75%	2,75%	ago-17	7,25%	mai-17
LUIBOR					
Overnight	16,4%	16,14%	nov-17	23,67%	mar-17
1 Mês	17,50%	17,50%	nov-17	19,28%	mar-17
3 Meses	18,58%	18,58%	nov-17	21,05%	mar-17
6 Meses	21,08%	19,45%	set-17	23,08%	mar-17
9 Meses	22,13%	21,30%	jan-17	24,65%	mar-17
12 Meses	22,70%	21,87%	jan-17	25,75%	mar-17

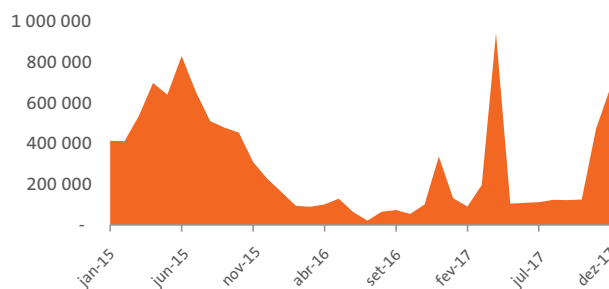
São notórias as dificuldades de liquidez do mercado ao longo do ano de 2017, uma vez que se verificou um aumento considerável na facilidade de cedência liquidez (FCO). O FCO registou um total de AOA 3.481 mil milhões (Dezembro 2017), o que contrasta com os 240 mil milhões de 2016.

Por outro lado, a alteração das Reservas Obrigatórias de 30% para 21%, sem que se possa cumprir a exigibilidade com os títulos e valores mobiliários, faz com que a necessidade real bancos (exigibilidade) seja maior para cumprir com a reserva obrigatória. O que irá com certeza fazer aumentar ainda mais a procura por parte dos bancos comerciais à FCO.



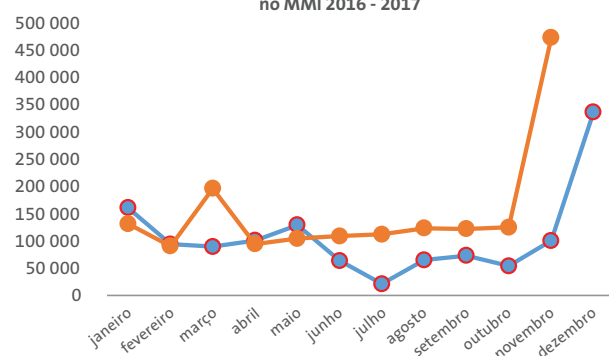
Ao longo do ano de 2017 a tendência das operações no mercado interbancário foi muito idêntica ao que se verificou em 2016. No entanto, os volumes transaccionados em 2017 foram sobejamente superiores, com um total de AOA 3.202,5 mil milhões (dados de Dezembro 2017) contra os AOA 1.286 mil milhões transaccionados no ano anterior. Deste modo regista-se um crescimento de 83,0% do volume transaccionado comparativamente a 2016.

Operações de Permuta de Liquidez no Mercado Interbancário (Milhares de Kz)



Fonte: BNA

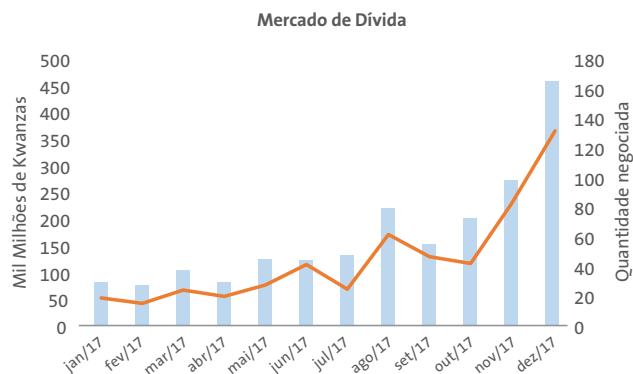
Evolução das Operações de Permuta de Liquidez no MMI 2016 - 2017



b) Mercado Secundário de Dívida

Durante o ano de 2017, a Bolsa da Dívida e Valores de Angola (BODIVA) realizou um total de 1.685 negociações no mercado secundário de dívida pública (MSDP). O volume de negócios atingiu um total de AOA 525 mil milhões em 2017, o que representou um crescimento de AOA 58,8 mil milhões face aos valores de 2016. Deste total cerca de AOA 453,3 mil milhões são relativas a Obrigações do tesouro.

O montante médio mensal de negociação foi de AOA 43,7 mil milhões, um registo superior em 44% face a media mensal de 2016.

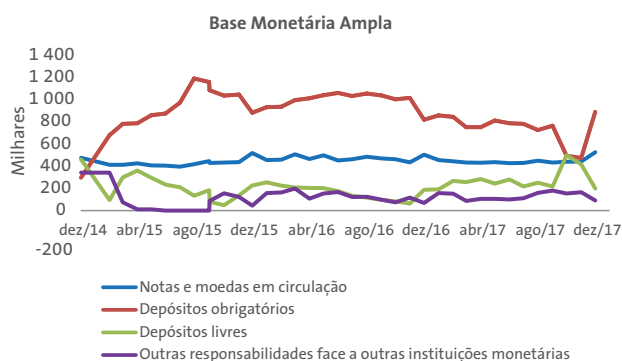


c) Síntese Monetária

A Massa monetária (M3) apresentou uma redução de 2% em 2017, tendo-se situado em AOA 6.392 mil milhões (AOA 6.529 mil milhões em 2016). Sendo que a rubrica Activos Externos líquidos, atingiu um total em AOA 2.338 mil milhões em finais de Dezembro. Relativamente ao M2, registou-se uma redução de 0,1%, tendo atingido em AOA 6.517 mil milhões em finais de Dezembro 2017.

Agregados Monetários	2015	2016	2017	Var. 12m	T.V.A. %
Activos Externos (líquido)	3.361	3.527	2.339	-1.188	-34%
Reservas internacionais (líquidas)	3.283	3.452	2.215	-1.237	-36%
Crédito à administração central (líquido)	351	1.102	2.708	1.606	146%
Agregado Monetário (M3)	5.712	6.529	6.522	-7	0%
M2 (M1 + Quase-Moeda)	5.704	6.525	6.518	-7	0%
M1	3.420	3.854	3.732	-122	-3%
Notas e moedas em poder do público	381	396	419	23	6%
Depósitos transferíveis	3.039	3.458	3.314	-145	-4%
Em moeda nacional	2.264	2.575	2.404	-171	-7%
Em moeda externa	775	883	909	26	3%
Quase moeda	2.284	2.671	2.786	115	4%
Outros depósitos	2.284	2.671	2.786	115	4%
Em moeda nacional	1.258	1.571	1.696	125	8%
Em moeda externa	1.026	1.100	1.090	-10	-1%
Outros Instrumentos equiparáveis a depósitos	8	4	4	0	5%

As notas e moedas em poder do público reduziram 47% situando-se em AOA 349 mil milhões em 2017 (AOA 396 mil milhões em 2016), tendo-se constatado ainda a redução do M1 em 6%, situando-se em AOA 3.625 mil milhões vs AOA 3.854 mil milhões.

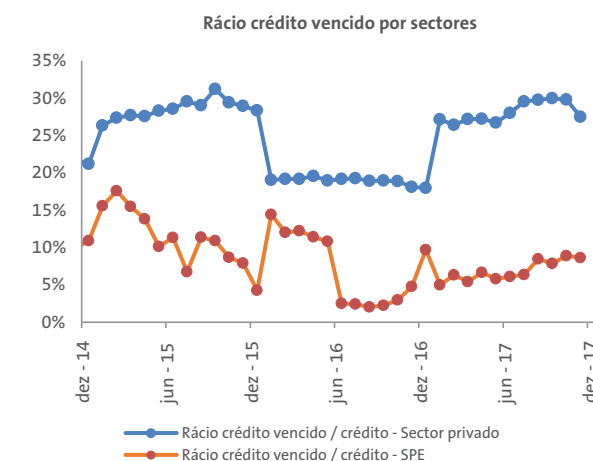
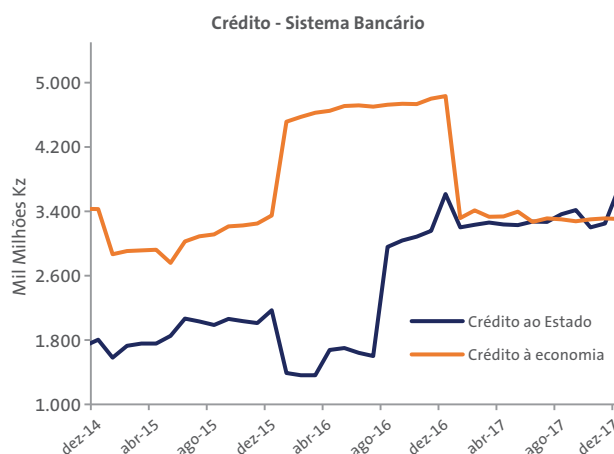


CRÉDITO À ECONOMIA

O crédito concedido à economia conheceu um ligeiro aumento em 0,9% ao longo do ano de 2017, tendo-se situado nos AOA 4.347 mil milhões em finais de Dezembro de 2017. Este crescimento deve-se essencialmente ao crescimento do crédito concedido em moeda nacional, cujo crescimento foi de 4% (AOA 3.101 mil milhões vs AOA 2.983 milhões em 2016), ao contrário do que aconteceu com o crédito em moeda estrangeira que reduziu 2% face ao ano anterior

(AOA 1.245 mil milhões vs AOA 1.273 mil milhões em 2016). O sector privado continua a representar a maior fatia do crédito concedido à economia com 74% do total do crédito concedido, mesmo tendo conhecido um abrandamento (reduziu 2% face a 2016) no seu crescimento.

Relativamente ao crédito concedido ao Estado, verificou-se um aumento de 16% em 2017, situando-se nos AOA 3.707 mil milhões em finais de Dezembro.

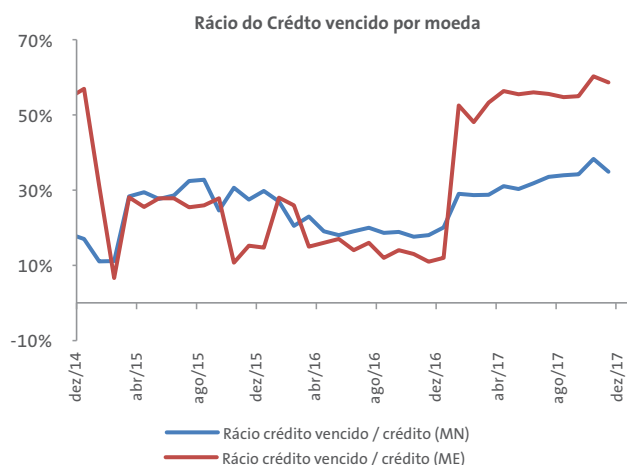


O rácio de crédito vencido sobre o total de crédito para o Sector Público Empresarial (SPE) situou-se em 8,6% em Dezembro de 2017 (-1,1 pp. comparativamente ao ano anterior). Para o Sector Privado, o rácio apresentou uma recuperação no meado e final do ano de 2017 (aumentou 10 p.p. Dezembro de 2017), tendo-se situado em 28,8% em Dezembro de 2017.

SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL

Relativamente aos indicadores de solidez do sistema bancário, verifica-se um crescimento acentuado dos riscos associados ao crédito, com o crédito vencido a representar, em Novembro de 2017, 28,5% do crédito total. Estes valores representam um crescimento 15,4 p.p. relativamente ao rácio verificado no final de 2016, que se situava nos 13,1%. Em termos percentuais estamos a falar de um aumento de 145% se compararmos com os valores do rácio de 2015.

Por outro lado, continua-se a verificar uma diminuição do crédito concedido em ME e uma tendência de aumento da concessão de crédito ao sector público, cujo peso atingiu os 10,4% em 2017, comparando com os 8,7% e 7,3% registados em 2016 e 2015 respectivamente.



Fonte: BNA — Balanço Consolidado da Banca Comercial

O grau de cobertura das provisões para crédito sobre o crédito vencido aumentou em 2017, passando de 63,1% para 106,1%, o que, tendo em conta o aumento do crédito vencido, evidencia um aumento dos níveis de risco do crédito.

Qualidade do activo (Rácios)	dez-16	mar-17	jun-17	set-17	dez-17
Valores em %					
Crédito vencido / crédito ao sector privado	18,0%	27,2%	28,0%	30,0%	28,0%
Crédito vencido / crédito ao SPE	9,7%	5,4%	6,1%	7,9%	9,3%
Crédito vencido / crédito à economia	17,9%	26,6%	27,4%	29,4%	27,4%
Provisões para crédito / Total do crédito	9,5%	11,4%	27,8%	25,5%	22,6%
Provisões para crédito / Crédito vencido	63,1%	54,6%	129,6%	113,0%	106,1%

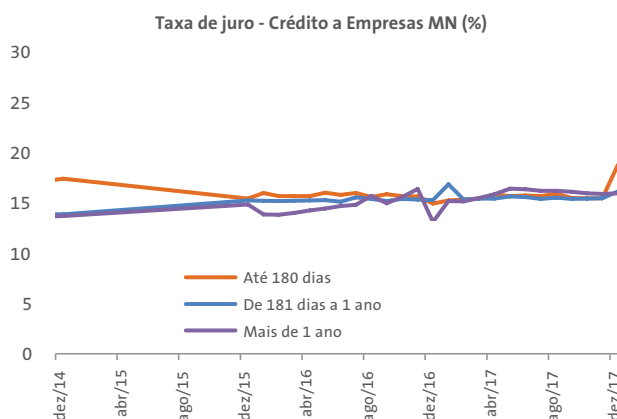
A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) registou em 2017 uma redução de 3.3 p.p. face ao período homólogo, tendo atingido os 12.3% no final do ano. Relativamente a rentabilidade dos activos, o sistema bancário tem mantido valores próximos de 2% apesar da desaceleração do principal activo dos bancos que é o crédito.

A capacidade de transformação dos recursos em crédito (rácio de transformação) situou-se em 2017 nos 52%, o que representa uma ligeira redução de 0.4 p.p. face ao final do ano anterior.

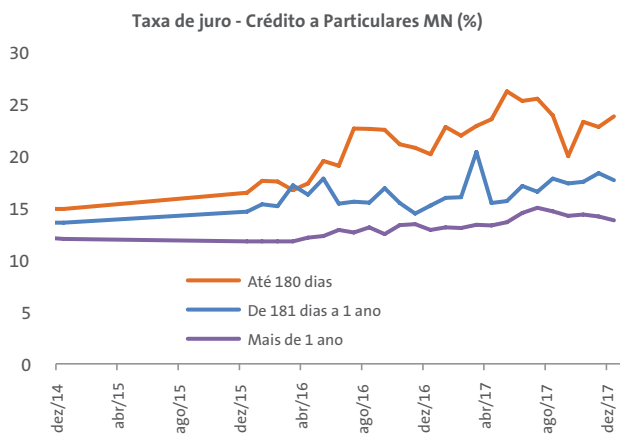
Por fim, o rácio de solvabilidade regulamentar do sistema bancário apresenta níveis de capitalização confortáveis face ao limite mínimo regulamentar exigido (10%). A solvabilidade do sistema situou-se nos 23,2% em 2017, registando um crescimento relativo ao ano anterior de 4 p.p.

Indicadores do Sistema Bancário Angolano	Sistema		
	2015	2016	2017
Adequação de capital			
Solvabilidade= FPR / (APR + ECRC/0,10)	19,8%	19,2%	23,2%
Fundos Proprios de Base (Nível I) / Activos Ponderados P/ Risco	13,8%	14,3%	17,8%
Qualidade dos activos			
Credito(ME) / Credito Total	30,8%	29,5%	24,8%
Credito Vencido Mal Parado / Credito Total Bruto	11,6%	13,1%	28,5%
Distribuição de Credito por Sector de Actividade			
Credito ao sector publico sob total do credito	7,3%	8,7%	10,4%
Credito ao sector privado sob total do credito	92,7%	91,3%	89,6%
Lucro e Rentabilidade			
Rendibilidade dos Activos (ROA)	1,7%	2,2%	2,0%
Rendibilidade do Capital (ROE)	12,9%	15,6%	12,3%
Custos Totais/ Proveitos Totais	99,8%	99,7%	99,8%
Cost-to-income	47,4%	45,2%	50,9%
Liquidez			
Activos Liquidos / Activo Total	39,7%	46,3%	40,8%
Activos Liquidos / Passivo de curto prazo	50,6%	59,2%	52,5%
Credito Total / Depositos Totais	59,0%	51,6%	52,0%
Passivo ME / Passivo Total	33,5%	34,4%	34,1%
Sensibilidade e Mutações do Mercado			
Exposição.Cambial aberta liquida / Fundos Proprios Regulamentares	34,4%	42,9%	39,4%
Numero de bancos que reportaram informaçao no periodo	28	27	28

Durante o ano de 2017 a taxa de juro de crédito em MN para empresas apresentou-se de uma forma geral estável para as maturidades até 1 ano. Para os prazos superiores a 1 ano houve uma ligeira subida com destaque para o mês de Maio, em que as taxas chegaram a atingir 16,41%. As taxas de juro em MN para os prazos de 6 meses a 1 ano situaram-se nos 16,1% em Dezembro de 2017.



Fonte: BNA — Taxas de Juro Nominais do Sistema Bancário

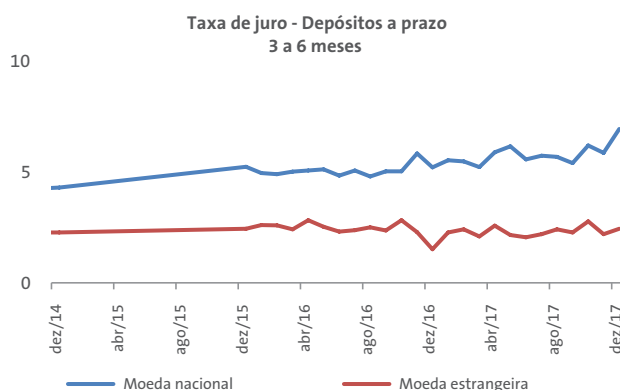


Fonte: BNA — Taxas de Juro Nominais do Sistema Bancário

Para o segmento de particulares, com excepção para prazos de mais de 1 ano, a taxa de juro em MN apresentou tendência a subida, situando-se, para os prazos de 6 meses a 1 ano em 17,6% em Dezembro de 2017 (15,9% em Dezembro de 2016). Para os prazos inferiores a 6 meses a tendência de subida foi mais acentuada no meio do ano com a taxa a atingir valores próximos de 26,2% em Maio (20,2% em 2016). A taxa de juro em ME para o prazo de 6 meses reduziu-se

de 9,1% em Dezembro de 2016 para 4,9% em Dezembro de 2017, realçando o facto de ter subidas assinaláveis nos meses de Abril (12,94%), Junho (13,92%) e Julho (13,38%).

Em relação as taxas de juros passivas (depósitos), o valor para os prazos até 6 meses em MN situou-se em 5,8% no final de 2017 (5,2% em 2016). Para ME verificou-se uma ligeira redução das taxas de juros de Depósito a prazo comparativamente a 2016. Para os prazos de 3 a 6 meses variou para 2,2% em 2017 (2,0% em 2016).



Fonte: BNA — Taxas de Juro Nominais do Sistema Bancário

ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

Regulamentação relevante para o sector financeiro aprovada em 2017

Mês	Dia	Referência	Assunto
Janeiro	10	Instrutivo n.º 01/17	Sistemas de Pagamentos
Fevereiro	02	Decreto Presidencial n.º 06/17	Autoriza o ministro das finanças a recorrer á emissão especial de obrigações do tesouro em moeda nacional (OT-MN), com características e condições técnicas previstas no presente decreto presidencial, até ao valor de KZ:5.850.000,00
		Decreto Presidencial n.º 14/17	Autoriza o ministro das finanças a recorrer á emissão especial de obrigações de tesouro, em moeda nacional, (OT-MN), com características e condições técnicas previstas neste decreto presidencial, até ao limite de kz:402.750.000.000,00
	03	Aviso n.º 01/17	Estabelece os procedimentos para a realização de investimentos, transferências de capitais, dividendos e outros rendimentos relacionados com transacções de valores mobiliários por parte de entidades não residentes cambiais
		Aviso n.º 02/17	Estabelece as regras aplicáveis à abertura e movimentação de contas de depósitos domiciliadas, junto das instituições bancárias nacionais, tituladas por não residentes cambiais, domiciliadas em moeda nacional e estrangeira
	10	Despacho n.º 50/17	Autoriza a emissão e colocação de bilhetes do tesouro 2017-Dívida Flutuante- nos termos da alínea f) do art.º 2 da Lei n.º 1/14 de 6 de Fevereiro, em conformidade com as regras e procedimentos definidos no decreto executivo n.º 59/17 de 09 de Fevereiro
	16	Lei n.º 07/17	Estabelece o regime Jurídico sobre medidas de protecção das redes e sistemas informáticos
	17	Decreto Presencial n.º 24/17	Aprova o regimento do conselho nacional de estabilidade financeira, abreviadamente designado por CNEF
	22	Decreto Presencial n.º 31/17	Regula o regime jurídico de cedência temporária de trabalhadores, bem como a actividade das empresas de trabalhos temporário e as relações contratuais com os trabalhadores e com utilizadores
Março	6	Decreto Presidencial n.º 39/17	Aprova a alteração dos artigos 4.º, 8.º e 22.º do n.º 2 do art.º 28.º do n.º 4 do art.º 29.º e o aditamento do art.º 22.º-A ao estatuto orgânico da UIF e do comité de supervisão, aprovado pelo decreto presidencial n.º 212/13 de 13 de Dezembro
		Decreto Presidencial n.º 43/17	Regula o exercício da actividade profissional dos trabalhadores estrangeiros não residentes
	13	Lei n.º 09/17	Lei Geral da Publicidade
	30	Aviso n.º 03/17	Estabelece as regras e os procedimentos aplicáveis à isenção de cobrança de comissões, bem como os deveres de informação a observar no âmbito dos serviços mínimos bancários
Abril	20	Decreto Presidencial n.º 77/17	Aprova a estratégia de implementação do sistema de pagamentos Moveis de Angola (SPMA)
	24	Decreto Presidencial n.º 79/17	Aprova a alteração dos art.º 2.º, 7.º e 10.º de 6 de Março, que regula o exercício da actividade profissional do trabalhador estrangeiro não residente
	25	Decreto Presidencial n.º 83/17	Autoriza o ministro das Finanças a recorrer à emissão de Obrigações do tesouro em moeda externa com características e condições técnicas previstas no presente diploma, até ao limite equivalente a USD 379
Maio	15	Decreto Executivo n.º 291/17	Determina que as Obrigações do tesouro previstas no art.º 1.º do Decreto Presidencial n.º 83/17 de 25 de Abril, até ao valor global de USD 379.000.000,00 são emitidas em Dólares Norte Americanos, com taxas de juro de cupão definidos na colocação, e entregues directamente aos beneficiários
	22	Despacho n.º 242/17	Determina que a emissão, colocação e reembolso das obrigações do tesouro em moeda externa, com taxas de juro de cupão pré-definidos por maturidade e colocados directamente junto dos beneficiários, de acordo com o previsto no decreto presidencial n.º 83/17 de 25 de Abril, deve obedecer em linhas gerais as condições específicas estabelecidas na obrigação geral.
Junho	20	Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/17	Estabelece as obrigações das instituições financeiras em matéria de identificação de determinadas contas e reporte de informações à Administração Geral Tributária, reforçando e assegurando as condições necessárias para aplicação dos mecanismos de cooperação internacional e de combate à evasão fiscal prevista no acordo entre a República de Angola e os Estados Unidos da América.
	28	Aviso n.º 04/17	Regime Cambial sobre Exportação de Mercadoria

Mês	Dia	Referência	Assunto
Julho	10	Aviso n.º 05/17	Regulamenta as actividades de emissão de aceitação e utilização de cartões de pagamento e os princípios de funcionamento do sistema multicaixa.
	12	Decreto Presidencial n.º 165/17	Autoriza o ministro das finanças a proceder à emissão de obrigações do tesouro em moeda nacional (OT-MN) com características e condições técnicas previstas no presente diploma, até ao valor de KZ 150.000.000.000,00 no âmbito do limite estabelecido no OGE.
	27	Decreto Executivo n.º 366/17	Aprova o regime jurídico do NIF
Agosto	01	Decreto Executivo n.º 366/17	Autoriza o ministro das finanças a recorrer à emissão especial de obrigação de tesouro em moeda nacional (OT-MN) com as características e condições técnicas previstas no presente Decreto Presidencial, até ao valor de AKZ: 1.240.000.000.00, no âmbito do limite estabelecido.
Setembro	07	Decreto Executivo n.º 366/17	Lei geral sobre os Arquivos
	25	Lei n.º 19/17	Lei sobre a prevenção e o combate ao terrorismo
	12	Aviso n.º 07/17	Regulamenta a prestação de serviços de pagamentos no âmbito dos sistemas de pagamentos de angola.
	12	Aviso n.º 08/17	Regula a classificação dos subsistemas de compensação e de liquidação do sistemas de pagamento de angola (SPA), tendo em vista a adopção de mecanismos de controlo de riscos, bem como dispor sobre o funcionamento e a operacionalização dos referidos sistemas e sobre as responsabilidades dos respectivos operadores.
	12	Aviso n.º 09/17	Estabelece os prazos para a execução de transferências e de remessas de valores, bem como para a disponibilização de fundos ao beneficiário, em resultado de numerário e de cheques, de transferências ou de remessas de valores.
Outubro	27	Decreto Presidencial n.º 258/17	Aprova o plano intercalar contendo as medidas de política e acções para melhorar a situação económica e social actual, para o período de Outubro de 2017 a Março de 2018, salvaguardando a estabilidade macroeconómica, o crescimento económico e a geração de emprego, bem como as necessidades prementes da população.
Novembro	09	Directiva n.º 07/17	Critérios adoptados para apuramentos da venda de divisas para cobertura de operações de particulares e cartões de marca internacional.
Dezembro	01	Instrutivo n.º 05/17	Política Cambial
	01	Instrutivo n.º 06/17	Reservas Obrigatórias

Principais limites e rácios prudenciais em vigor em 31 de Dezembro de 2016

Matérias	Limites e Rácios
Liquidez	
Reservas Obrigatórias Instrutivo nº 02/2016 de 11 de Abril Directiva nº 01/DSP/2016 de 18 de Abril Instrutivo nº 04/2016 de 13 de Maio	<p>O coeficiente das reservas obrigatórias (R.O.), com excepção dos depósitos do Governo Central, Governo Local e Administrações Municipais é de 30% sobre a base de incidência* em moeda nacional e 15% sobre a base de incidência* em moeda estrangeira. Pode ser deduzido à base de incidência:</p> <p>O montante de até 80% dos activos representativos do valor dos desembolsos de créditos em MN concedidos nos sectores da agricultura, pecuária, silvicultura, pescas, Indústria, energias e águas, prestação serviços de restauração e hotelaria, transportes e informática e créditos concedidos do âmbito do Angola investe com maturidades maior ou igual a 2 anos.</p> <p>O coeficiente das R.O. sobre os depósitos do Governo Central em MN é de 75% e 100% para ME. O coeficiente das R.O. sobre os depósitos dos Governos Locais e Administrações Municipais em MN é de 50% e 100% para ME;</p> <p>As reservas obrigatórias não são remuneradas.</p> <p>O cálculo da RO e o seu cumprimento são efectuados semanalmente, no primeiro dia útil e do primeiro ao último dia útil da semana seguinte ao da constituição dos saldos.</p> <p>* A base de incidência inclui, de uma forma geral, todos os recursos captados de clientes (depósitos à ordem, a prazo, outros recursos de clientes), títulos e valores mobiliários, obrigações próprias e exclui saldos das contas Bankita e juros mensuralizados da base de incidência.</p> <p>* Dos 30% do coeficiente das R.O em MN, os Bancos podem cumprir até 20% da exigibilidade em Obrigações do Tesouro, ponderando as respectivas maturidades, desde que emitidas a partir de Janeiro de 2015 e pertencentes à carteira própria dos bancos e com o total do montante dos contratos de financiamento realizados com o Ministério das finanças (MINFIN), com as seguintes ponderações:</p> <p>Ponderação obrigações do tesouro:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Obrigações com maturidade = ou > 5 anos – 100% do seu valor nominal; b) Obrigações com maturidade de 4 anos – 75% do seu valor nominal; c) Obrigações com maturidade de 3 anos – 50% do seu valor nominal; d) Obrigações com maturidade de 2 anos – 20% do seu valor nominal. <p>Ponderação para contratos de financiamento realizados com o MINFIN:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Desembolsos dos contratos de financiamento com prazos iguais ou superiores a 7 anos – 100% do valor nominal; b) Desembolsos dos contratos de financiamento com prazos entre 6 anos inclusive e 7 anos exclusive – 75% do valor nominal desembolsado; c) Desembolso dos contratos de financiamento com prazos entre 4 anos, inclusive e 6 anos, exclusive – 30% do valor nominal desembolsado; d) Desembolso dos contratos de financiamento com prazos entre 2 anos, inclusive e 4 anos exclusive – 10% do valor nominal desembolsado. <p>São elegíveis para cumprimento de R.O. em ME os seguintes activos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) 20% com saldo da conta de depósitos em ME aberta no BNA em nome de cada Instituição; b) 80% com Obrigações do Tesouro em ME pertencentes à carteira própria registada no SIGMA, emitidas em 2015.

continua

continuação

Matérias	Limites e Rádios																								
Crédito																									
Exposição máxima por cliente Aviso nº 8/07 de 12 de Setembro	25% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR). O excesso deverá ser deduzido ao cálculo dos FPR.																								
Exposição máxima global Aviso nº 8/07 de 12 de Setembro	300% dos FPR para os 20 maiores devedores.																								
Crédito em moeda estrangeira Aviso nº 3/12 de 28 de Março	Não é permitida a concessão de crédito em ME, em quaisquer prazos, para as seguintes modalidades: <ul style="list-style-type: none">• Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;• Financiamento automóvel;• Empréstimo ao consumo e micro crédito;• Adiantamentos a depositantes ou descobertos;• Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (até 1 ano).																								
Provisões para Crédito Aviso nº 11/14 de 10 de Dezembro Instrutivo nº 9/15 de 4 de Junho	<p>A classificação individual da posição em risco deve ter em conta as características e os riscos da operação e do mutuário observando no mínimo:</p> <p>a) A aplicação dada aos recursos, por tipo ou modalidade de operação;</p> <p>b) A actividade predominante do devedor;</p> <p>c) A vinculação ou não a operações passivas;</p> <p>d) As garantias recebidas do devedor;</p> <p>e) A moeda, o indexador e o prazo da operação;</p> <p>f) A identificação completa e precisa do tomador do crédito e do grupo económico a que pertence.</p> <p>Cabe à instituição detentora do crédito efectuar uma estimativa de possível perda, calculada mediante a utilização de critérios consistentes e verificáveis, bem como sustentada por informações internas e externas, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:</p> <p>a) Em relação ao devedor e seus garantes:</p> <p>i. Situação económico-financeira;</p> <p>ii. Capacidade de gestão e qualidade dos controlos internos;</p> <p>iii. Histórico de pontualidade e atrasos nos pagamentos;</p> <p>iv. Contingências;</p> <p>v. Sector de actividade económica;</p> <p>vi. Área geográfica de actuação;</p> <p>vii. Limite do crédito.</p> <p>b) Em relação à operação:</p> <p>i. Natureza e finalidade da transacção;</p> <p>ii. Características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez;</p> <p>iii. Valor.</p> <table><tr><th>Risco</th><th>Nível</th><th>Classif. Posição de risco</th></tr><tr><td>Mínimo</td><td>A</td><td>-</td></tr><tr><td>Muito baixo</td><td>B</td><td>= ou < 30 dias</td></tr><tr><td>Baixo</td><td>C</td><td>>30 e = < 60 dias</td></tr><tr><td>Moderado</td><td>D</td><td>>60 e = < 90 dias</td></tr><tr><td>Elevado</td><td>E</td><td>>90 e = < 150 dias</td></tr><tr><td>Muito elevado</td><td>F</td><td>>150 e = < 180 dias</td></tr><tr><td>Máximo</td><td>G</td><td>> 180 dias</td></tr></table> <p>A classificação das posições em risco deve ser revista mensalmente, e sempre que se verifiquem alterações nos indícios de imparidade no atraso de pagamentos de parcela do principal, nos encargos e nas características descritas acima.</p> <p>As operações classificadas num nível de risco A, não podem corresponder a existência de qualquer indício de imparidade.</p>	Risco	Nível	Classif. Posição de risco	Mínimo	A	-	Muito baixo	B	= ou < 30 dias	Baixo	C	>30 e = < 60 dias	Moderado	D	>60 e = < 90 dias	Elevado	E	>90 e = < 150 dias	Muito elevado	F	>150 e = < 180 dias	Máximo	G	> 180 dias
Risco	Nível	Classif. Posição de risco																							
Mínimo	A	-																							
Muito baixo	B	= ou < 30 dias																							
Baixo	C	>30 e = < 60 dias																							
Moderado	D	>60 e = < 90 dias																							
Elevado	E	>90 e = < 150 dias																							
Muito elevado	F	>150 e = < 180 dias																							
Máximo	G	> 180 dias																							

continua



continuação

Matérias	Limites e Rádios																																																																													
Crédito	<p>São elegíveis como mitigantes do risco de provisões as garantias reais e pessoais, recebidas pelas instituições, podendo os níveis de risco serem agravados ou reduzidos em função das insuficiências ou valorização/características das garantias da operação</p> <table><tr><th rowspan="5">Classif. Posição de risco</th><th rowspan="5">Sem Garantia</th><th rowspan="5">Pessoal</th><th colspan="5">Com Garantia</th></tr><tr><th colspan="4">Real</th><th rowspan="4">Financeira</th><th rowspan="4">Não Financeira</th></tr><tr><th colspan="2">Hipotecária</th><th rowspan="3">Outros fins</th></tr><tr><th colspan="2">Crédito Habitação</th></tr><tr><th>Posição em risco < 75% Garantia</th><th>Posição em risco > = 75% Garantia</th></tr><tr><td>A</td><td>0%</td><td>0%</td><td>0%</td><td>0%</td><td>0%</td><td>0%</td><td>0%</td></tr><tr><td>B</td><td>1%</td><td>1%</td><td>1%</td><td>1%</td><td>1%</td><td>1%</td><td>1%</td></tr><tr><td>C</td><td>5%</td><td>5%</td><td>2%</td><td>2%</td><td>5%</td><td>2%</td><td>5%</td></tr><tr><td>D</td><td>30%</td><td>20%</td><td>5%</td><td>15%</td><td>20%</td><td>10%</td><td>20%</td></tr><tr><td>E</td><td>50%</td><td>30%</td><td>15%</td><td>25%</td><td>30%</td><td>20%</td><td>30%</td></tr><tr><td>F</td><td>70%</td><td>60%</td><td>45%</td><td>55%</td><td>60%</td><td>50%</td><td>60%</td></tr><tr><td>G</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td></tr></table>	Classif. Posição de risco	Sem Garantia	Pessoal	Com Garantia					Real				Financeira	Não Financeira	Hipotecária		Outros fins	Crédito Habitação		Posição em risco < 75% Garantia	Posição em risco > = 75% Garantia	A	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	B	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	C	5%	5%	2%	2%	5%	2%	5%	D	30%	20%	5%	15%	20%	10%	20%	E	50%	30%	15%	25%	30%	20%	30%	F	70%	60%	45%	55%	60%	50%	60%	G	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Classif. Posição de risco	Sem Garantia				Pessoal	Com Garantia																																																																								
						Real				Financeira	Não Financeira																																																																			
						Hipotecária		Outros fins																																																																						
						Crédito Habitação																																																																								
		Posição em risco < 75% Garantia	Posição em risco > = 75% Garantia																																																																											
A	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%																																																																							
B	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%																																																																							
C	5%	5%	2%	2%	5%	2%	5%																																																																							
D	30%	20%	5%	15%	20%	10%	20%																																																																							
E	50%	30%	15%	25%	30%	20%	30%																																																																							
F	70%	60%	45%	55%	60%	50%	60%																																																																							
G	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%																																																																							
Fundos Próprios																																																																														
Capital Social Mínimo Aviso nº 14/2013 de 15 de Novembro	Kz 2.500.000.000,00																																																																													
Valor Mínimo dos Fundos Próprios (Art.º 75 da Lei nº 13/05 de 30 de Setembro e Aviso nº 14/13 de 15 de Novembro)	Igual ao capital social mínimo exigido.																																																																													
Reserva legal (Art.º 327 da Lei nº 1/04 de 13 de Fevereiro e art.º 76º da Lei nº 13/05)	Reserva constituída pela atribuição de uma percentagem mínima do lucro líquido de cada exercício (20%) até que o saldo acumulado represente a totalidade do capital social.																																																																													

continua

continuação

Matérias	Limites e Rádios										
Fundos Próprios											
Definição de Fundos Próprios Regulamentares (FPR) Aviso nº 5/07* de 12 de Setembro Instrutivo nº 3/11 de 8 de Junho (ver Nota 1) *Nota que foi emitido um novo Aviso no dia 28 de Abril de 2016 que revoga o presente aviso com entrada em vigor em Junho de 2017. Foram estabelecidos novos elementos integrantes dos FPR.	<table><tr><td rowspan="3">Fundos Próprios de Base (FPB) (Tier 1)</td><td>A somar</td><td>Art.3.1.1</td></tr><tr><td>+ Capital + Reserva de actualização monetária do capital social + Lucros e prejuízos transitados + Reserva legal, Reserva Especial e Outras Reservas + Resultado líquido do exercício em curso</td><td>a) b) c) d) e)</td></tr><tr><td>A deduzir</td><td>Art.3.1.2</td></tr><tr><td></td><td>- Acções ou quotas próprias em tesouraria. Não aplicável (Nota 1) - Empréstimos com natureza de capital - Imobilizações financeiras - Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais - Imobilizações incorpóreas - Outros valores a determinar pelo BNA</td><td>a) b) c) d) e) f) e g) h)</td></tr></table>	Fundos Próprios de Base (FPB) (Tier 1)	A somar	Art.3.1.1	+ Capital + Reserva de actualização monetária do capital social + Lucros e prejuízos transitados + Reserva legal, Reserva Especial e Outras Reservas + Resultado líquido do exercício em curso	a) b) c) d) e)	A deduzir	Art.3.1.2		- Acções ou quotas próprias em tesouraria. Não aplicável (Nota 1) - Empréstimos com natureza de capital - Imobilizações financeiras - Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais - Imobilizações incorpóreas - Outros valores a determinar pelo BNA	a) b) c) d) e) f) e g) h)
Fundos Próprios de Base (FPB) (Tier 1)	A somar		Art.3.1.1								
	+ Capital + Reserva de actualização monetária do capital social + Lucros e prejuízos transitados + Reserva legal, Reserva Especial e Outras Reservas + Resultado líquido do exercício em curso		a) b) c) d) e)								
	A deduzir	Art.3.1.2									
	- Acções ou quotas próprias em tesouraria. Não aplicável (Nota 1) - Empréstimos com natureza de capital - Imobilizações financeiras - Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais - Imobilizações incorpóreas - Outros valores a determinar pelo BNA	a) b) c) d) e) f) e g) h)									
	<table><tr><td rowspan="3">Fundos Próprios Complementares (Tier 2) ≤ 100% FPB</td><td>A somar</td><td>Art.3.2</td></tr><tr><td>Não aplicável (Nota 1) Não aplicável (Nota 1) + Reservas de reavaliação dos imóveis de uso próprio ⁽²⁾ + Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital ⁽³⁾ + Outros fundos</td><td>a) b) c) d) e)</td></tr><tr><td colspan="2">Nota 1: Alteração introduzida pelo Instrutivo nº 3/11 Limites dos Fundos Próprios Complementares (Art. 4): ⁽¹⁾ 1,25% do APR (Activos ponderados pelo risco) ⁽²⁾ (1º) 25% dos FPB e (2º) ≤ 50% do seu valor ⁽³⁾ (1º) 50% dos FPB e (2º) 80% valor dív. 5 anos ant. venc.</td></tr></table>	Fundos Próprios Complementares (Tier 2) ≤ 100% FPB	A somar	Art.3.2	Não aplicável (Nota 1) Não aplicável (Nota 1) + Reservas de reavaliação dos imóveis de uso próprio ⁽²⁾ + Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital ⁽³⁾ + Outros fundos	a) b) c) d) e)	Nota 1: Alteração introduzida pelo Instrutivo nº 3/11 Limites dos Fundos Próprios Complementares (Art. 4): ⁽¹⁾ 1,25% do APR (Activos ponderados pelo risco) ⁽²⁾ (1º) 25% dos FPB e (2º) ≤ 50% do seu valor ⁽³⁾ (1º) 50% dos FPB e (2º) 80% valor dív. 5 anos ant. venc.				
Fundos Próprios Complementares (Tier 2) ≤ 100% FPB	A somar		Art.3.2								
	Não aplicável (Nota 1) Não aplicável (Nota 1) + Reservas de reavaliação dos imóveis de uso próprio ⁽²⁾ + Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital ⁽³⁾ + Outros fundos		a) b) c) d) e)								
	Nota 1: Alteração introduzida pelo Instrutivo nº 3/11 Limites dos Fundos Próprios Complementares (Art. 4): ⁽¹⁾ 1,25% do APR (Activos ponderados pelo risco) ⁽²⁾ (1º) 25% dos FPB e (2º) ≤ 50% do seu valor ⁽³⁾ (1º) 50% dos FPB e (2º) 80% valor dív. 5 anos ant. venc.										

| **Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR)** Aviso nº 5/07* de 12 de Setembro Instrutivo nº 3/11 de 8 de Junho (revoga Instrutivo nº 6/09 de 8 de Maio) Instrutivo nº 6/07 de 12 de Setembro. * Nota que foi emitido um novo Aviso no dia 28 de Abril de 2016 que revoga o presente aviso com entrada em vigor em Junho de 2017. Foi estabelecido uma nova formula** de cálculo do Rácio de Solvabilidade. | | | | | |---|--|--------------| | RSR = | FPR | ≥ 10% | | | Risco de crédito + Risco de câmbio e ouro | | | | 10% | | | ** RSR ((FPR / Requisitos de FPR) * 10%
(entra em vigor em Junho de 2017) | | | | | |
| **Actualização cambial** Aviso nº 2/09 de 8 de Maio | As demonstrações financeiras devem considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), em caso de variação superior (inflação) a 100% nos últimos 3 (três) anos, mediante a correcção do valor contabilístico das contas de Imobilizações e dos Fundos Próprios. | | |

continua

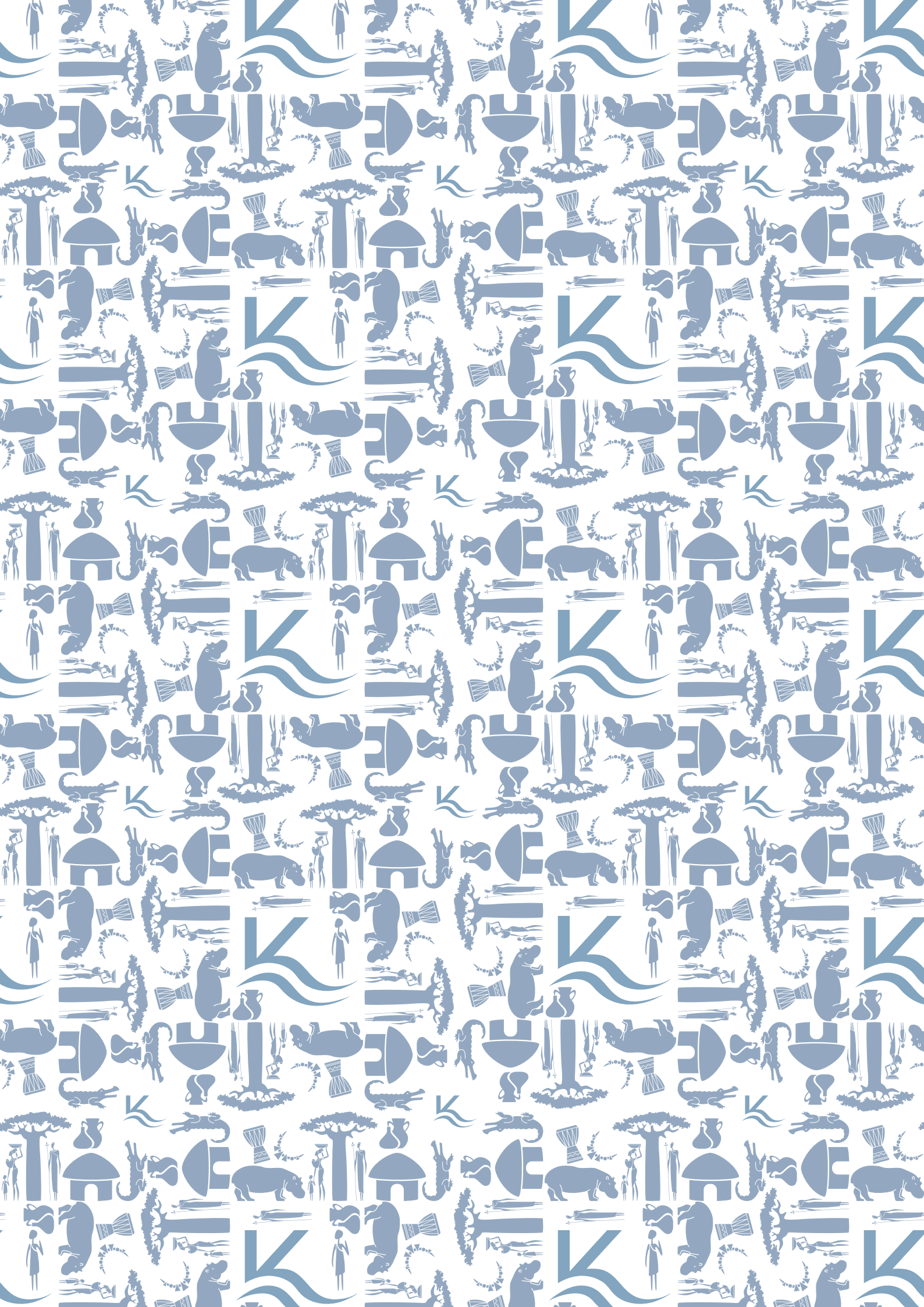
continuação

Matérias	Limites e Rádios																		
Risco Cambial																			
Exposição Cambial Aviso nº 02/2015 de 26 de Janeiro Directiva nº 03/DSI/11 de 1 de Abril	<p>O cálculo da exposição cambial abrange todas as posições activas e passivas, incluindo as extra-patrimoniais, até ao limite de 30%, que resultem em responsabilidades constituídas ou indexadas à moeda estrangeira e ouro. O limite é de 20% dos FPR para as posições activas (longas) e para as posições passivas (curtas). Ficam isentas de cálculo de exposição cambial os Títulos do Tesouro Indexados à moeda estrangeira.</p> <table><tr><td>Posição</td><td>31/12/10</td><td>30/06/11</td><td>31/12/11</td><td>30/06/12</td><td>30/06/13</td></tr><tr><td>Longa</td><td>70</td><td>50</td><td>30</td><td>20</td><td>20</td></tr><tr><td>Curta</td><td>40</td><td>30</td><td>20</td><td>20</td><td>20</td></tr></table>	Posição	31/12/10	30/06/11	31/12/11	30/06/12	30/06/13	Longa	70	50	30	20	20	Curta	40	30	20	20	20
Posição	31/12/10	30/06/11	31/12/11	30/06/12	30/06/13														
Longa	70	50	30	20	20														
Curta	40	30	20	20	20														
Imobilizações																			
Participação (directa ou indirecta) no Capital das empresas Aviso nº 12/07 de 12 de Setembro	<p>A regulamentação em vigor apenas define regras e condições para o estabelecimento de sucursais no estrangeiro e a aquisição directa ou indirecta de participações sociais em <u>instituições financeiras</u> ou similares, no País e no estrangeiro, fazendo depender o investimento de prévia autorização do Banco Nacional de Angola. As condições estabelecem que as instituições financeiras devem, entre outros:</p> <p>a) Estar em funcionamento, no mínimo, há três anos;</p> <p>b) Cumprir os limites operacionais estabelecidos na regulamentação em vigor;</p> <p>c) Cumprir os limites mínimos de capital social realizado e fundos próprios regulamentares, acrescidos do valor equivalente a 100% do capital social mínimo exigido para a constituição de um banco no País.</p>																		
Aquisição e Posse de Imóveis Art.º 11 da Lei nº 13/05 de 30 de Setembro	Não podem ser adquiridos imóveis que não sejam indispensáveis à prossecução do seu objecto social, salvo as que resultarem do reembolso de créditos próprios, caso em que os imóveis devem ser alienados no prazo de 2 anos.																		
Rácio de Imobilizado Aviso nº 6/11 de 13 de Julho (revoga Aviso nº 7/07 de 12 de Setembro)	As aplicações líquidas em imobilizado corpóreo e incorpóreo (VB-AA) não podem exceder 100% dos FPR.																		

Nota 1: Para efeitos de cálculo dos Fundos Próprios Regulamentares, o resultado líquido deve ser calculado à taxa nominal de imposto (30%), sem considerar quaisquer correcções de natureza fiscal.

Siglas utilizadas:

- MN – Moeda Nacional;
- ME – Moeda Estrangeira;
- FPR – Fundos Próprios Regulamentares;
- VB – Valor Bruto;
- AA – Amortizações Acumuladas.





05

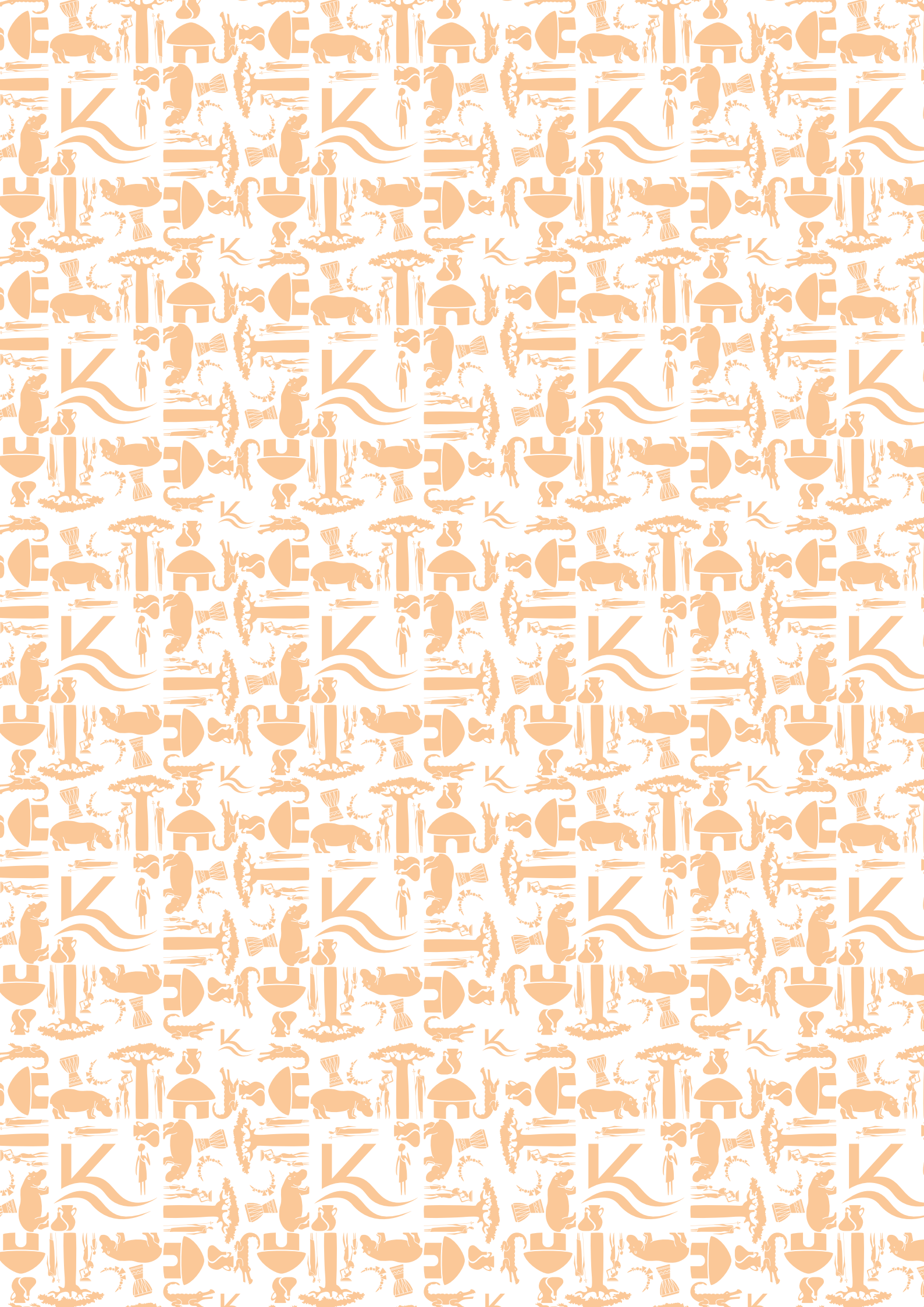
Actividade por Segmentos,
Produtos e Serviços

Banco *Keve*

O BANCO À SUA MEDIDA

Leopardo Africano





CARACTERIZAÇÃO DOS SEGMENTOS

O Banco Keve SA a nível da sua rede comercial apresenta uma segmentação que se destina essencialmente a prestar serviços destinados a Clientes Particulares, Clientes Institucionais e Empresas. Complementarmente à oferta de serviços bancários tradicionais, o Banco disponibiliza um conjunto de produtos aos vários segmentos de Clientes, cujo principal objectivo é promover a poupança e facilitar a negociação e investimento em instrumentos financeiros.

De forma a adequar e melhorar a oferta dos serviços e produtos bancários, o Banco Keve tem três direcções (DGE- Direcção de Grandes empresas, DRC- Direcção da Rede comercial e DPR- Direcção de Private) que trabalham em segmentos distintos promovendo uma relação mais próxima com cada segmento.

Os principais critérios de segmentação são os seguintes:

Direcção de Grandes empresas

- Grupos empresariais ou empresas (A partir de um certo nível de facturação)
- Grupos de entidades empresariais estatais, Associações, Fundações e Institutos públicos

Direcção de Rede Comercial

- Banca de Retalho – Clientes Particulares
- Pequenas e médias empresas cujas características não se enquadrem na DGE

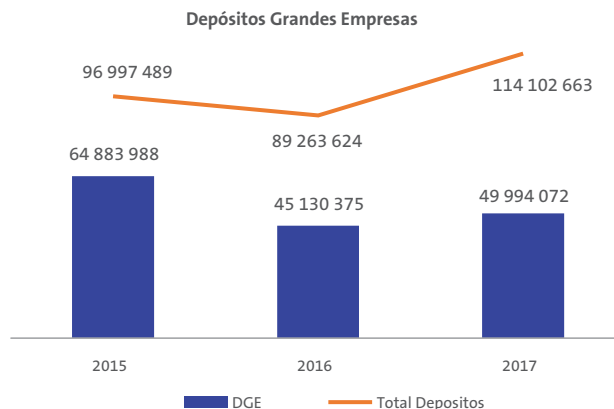
Direcção Private

- Clientes Particulares Private (Profissionais liberais, empresários e Top Private)

GRANDES EMPRESAS

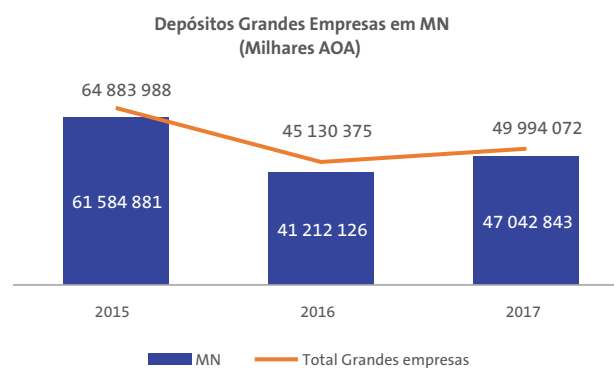
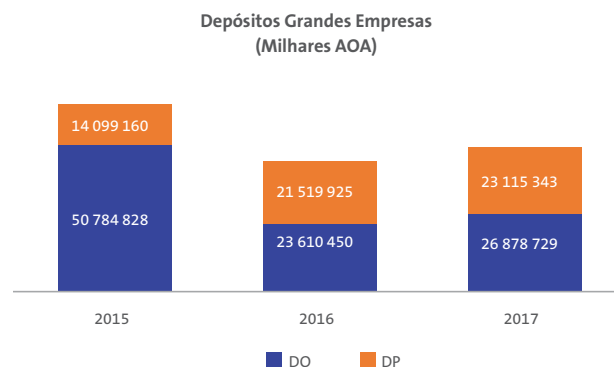
O segmento das grandes empresas sempre foi o segmento que mais contribuiu para a captação de recursos do Banco Keve. No entanto, dada conjuntura económica actual, as empresas tiveram ao longo de 2017 um comportamento atípico fruto essencialmente da escassez de moeda estrangeira influenciou negativamente a evolução dos recursos deste segmento no Banco Keve, uma vez que estas eram “obrigadas” a canalizar recursos para as instituições cujas vendas directas eram efectuadas. Ainda assim, este segmento representa 43% do total de recursos do Banco.

Em 2017, o número de clientes deste segmento cresceu 28% face ao ano de 2016, atingindo um total de 1.235 clientes. Ao nível dos recursos de clientes, o segmento de grandes empresas registou em 2017 um total de AOA 49.994 milhões, o que representa um crescimento de AOA 4.726 milhões relativamente ao anterior.



O peso do segmento grandes empresas registou uma diminuição de 7 p.p ao longo do ano de 2017 (50% em 2016 vs. 43% em 2017). Esta redução não foi associada apenas ao crescimento de outros segmentos, mas também devido à nova regulamentação do BNA, que obrigou à mobilização dos valores que estavam cativos para operações no estrangeiro já em finais de 2017.

No final do ano de 2017, o total de depósitos mantidos a ordem (AOA 26.892 milhões) representava cerca de 53% dos depósitos totais do segmento, registando um crescimento de apenas 1 p.p face ao ano anterior. Os depósitos a ordem registaram um crescimento de AOA 3.282 milhões comparativamente ao ano de 2016. Relativamente aos depósitos a prazo, estes totalizaram AOA 23.115 milhões, registando um crescimento de AOA 1.595 milhões face ao período homólogo.

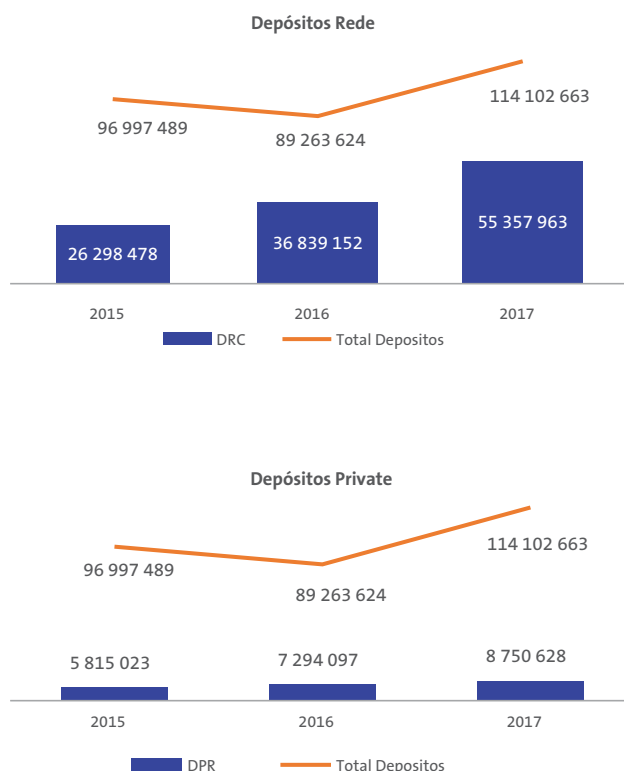


Em termos de moeda, os depósitos em moeda nacional (MN) representam a maior fatia dos depósitos totais do segmento grandes empresas, com um peso de 94%. O crescimento dos depósitos em moeda nacional tem sido o motor do crescimento dos recursos face a escassez de moeda estrangeira no mercado nacional. Os depósitos em moeda nacional registaram um crescimento de AOA 5.830 milhões face ao período homólogo.

REDE COMERCIAL E PRIVATE

O segmento da rede comercial, pela sua abrangência, tem-se tornado, cada vez mais, um segmento de grande importância na estratégia do Banco Keve. As pequenas e médias empresas e os clientes particulares assumiram ao longo do ano de 2017 preponderância relativamente ao segmento das grandes empresas, tendo registado um total de depósitos na ordem dos AOA 55.357 milhões. Este valor representa um crescimento de AOA 18.519 milhões face ao período homólogo, aumentando o seu peso no total de depósitos do banco para 49%.

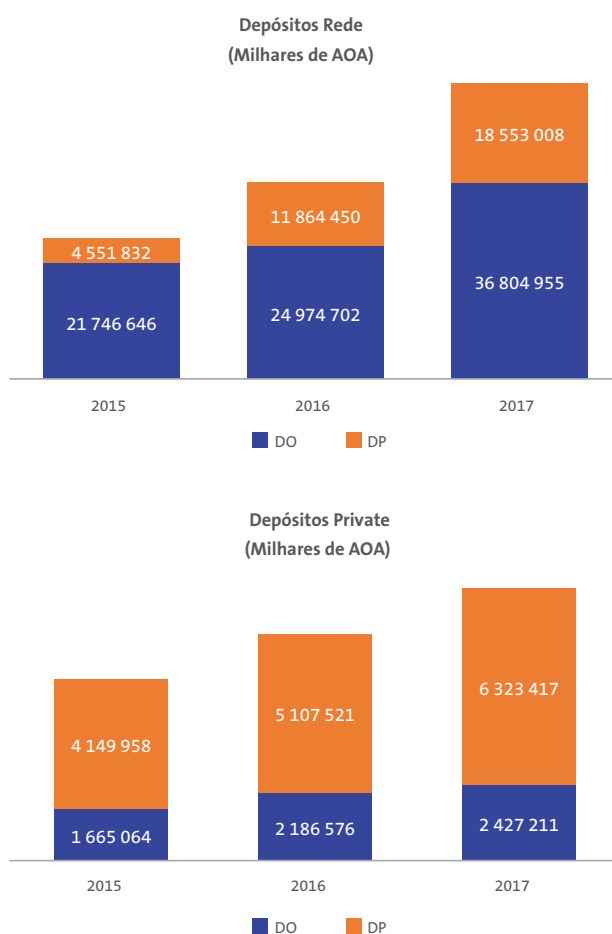
Quanto ao segmento *Private*, este tem também mantido a sua ascensão ao longo dos últimos anos, tendo atingido em 2017 um total de AOA 8.750 milhões.



Em termos de clientes, a rede comercial atingiu um total de 177.945 clientes em 2017, o que representa 99% do número total de clientes do Banco. O segmento *Private*, pelas suas características, tem uma representatividade muito pequena em termos de clientes (cerca de 349 clientes), mas que, pelo seu poder e volume de depósitos, tem uma alavancagem muito grande.

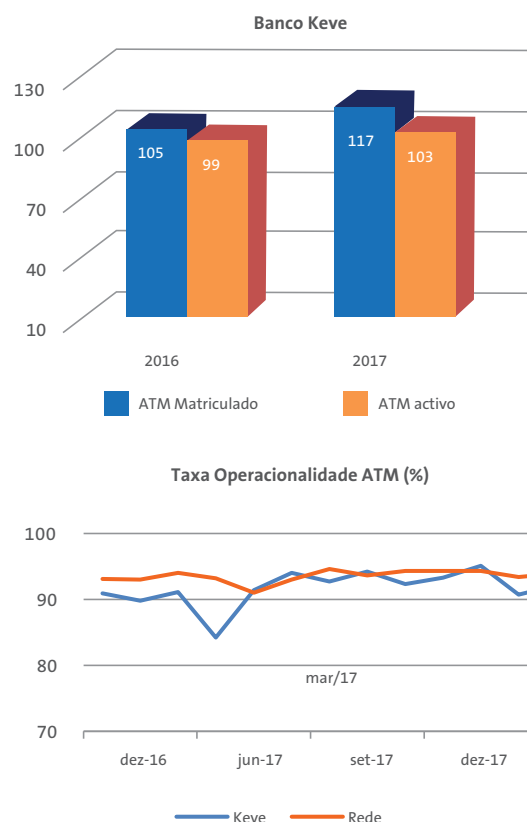
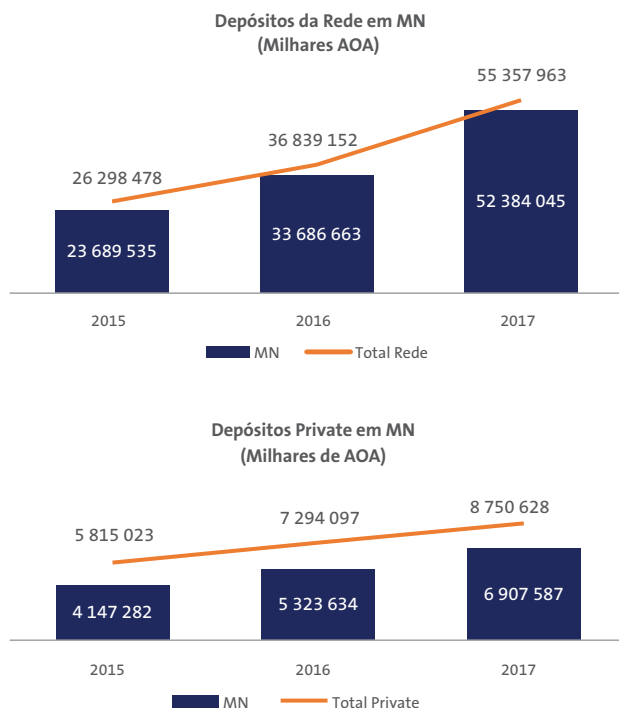
Em termos de modalidades de depósitos verificamos que os Depósitos à ordem (DO) são os mais representativos na rede comercial, com um total de AOA 36.786 milhões. Os depósitos à ordem deste segmento cresceram cerca de 47% relativamente ao ano anterior, beneficiando em parte da mobilização de depósitos cativos para operações no estrangeiro, que foi imposta no final do ano de 2017. Ainda assim, e apesar do crescimento dos depósitos à ordem em termos homólogos, registamos um crescimento de AOA 6.688 milhões nos depósitos a prazo, tendo este registado em 2017 um total de AOA 18.553 milhões.

Quanto ao segmento *Private*, o maior peso dos depósitos vai para os depósitos a prazo, com um total de AOA 6.323 milhões. Este valor representa 72% dos depósitos do segmento *Private* mostrando claramente a maior apetência para a poupança e produtos de investimentos por parte dos clientes deste segmento.



A moeda nacional (MN) continua a deter maior representatividade nos depósitos no Banco Keve e também no segmento da rede. Cerca de 94% dos depósitos da rede comercial são em moeda nacional, registando um total de AOA 52.384 milhões em 2017. A moeda nacional é igualmente o maior impulsionador do crescimento dos depósitos no segmento, tendo crescido 55% face ao ano anterior.

No segmento *Private*, os depósitos em moeda nacional representam 79%, que apesar de ser considerável, mostra que ainda existem clientes deste segmento com poupanças em moeda estrangeira.



BANCA ELECTRÓNICA E CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

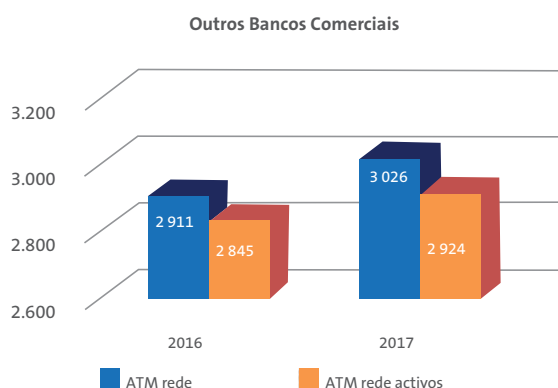
CAIXAS AUTOMÁTICOS (ATM)

No final do ano de 2017, o Banco dispunha de um total de 117 ATM's, o que representa um crescimento de 11,4% face a 2016 (+12 ATM's). Estas caixas automáticas estão distribuídas por 41 Municípios (a rede total bancária é composta por 3.026 ATM's).

Valores em Milhões de AOA	2015	2016	2017	Var.
N.º ATM	85	105	117	11,4%
Nº de Municípios	38	41	41	0,0%

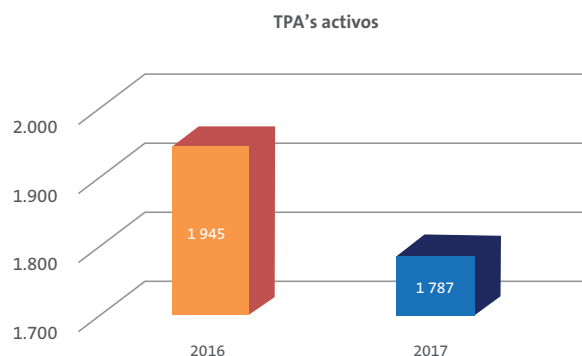
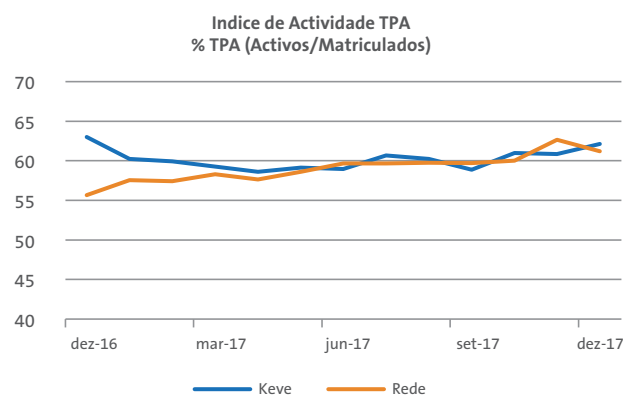
Dos 117 ATM's matriculados, o banco registou uma taxa de actividade a rondar os 14% (103 ATM's ativos). Estes níveis de actividade permitem ao Banco manter a sua quota de mercado face à rede, posicionando-se no 9º lugar.

Em termos gerais, a rede nacional de ATM's registou um total de 3.026 caixas automáticas em 2017, com uma taxa de actividade de 97%.



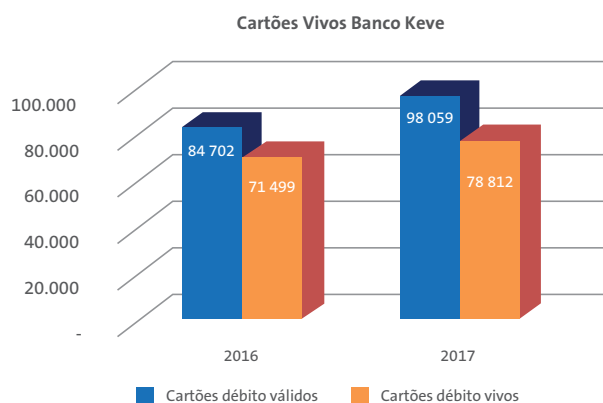
TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO (TPA)

O Banco registou em 2017 uma redução de 8,8% na sua rede de TPA's perfazendo um total de 1.787 TPA's (1.945 em 2016). O nível de actividade situou-se nos 99% (medido pelo rácio TPA's activos sobre TPA's matriculados), estando acima do índice da rede ao longo de todo o ano de 2017 (a rede situou-se em 32% em Dezembro de 2017).

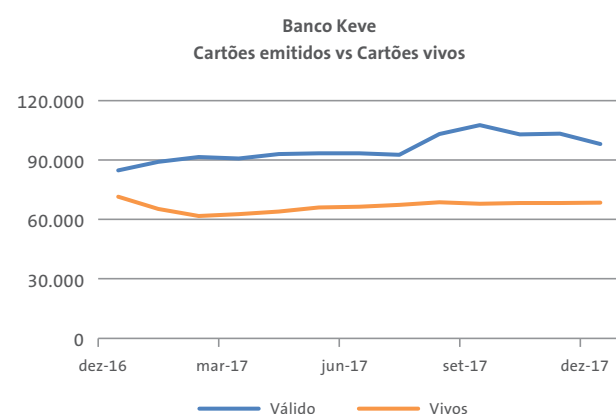
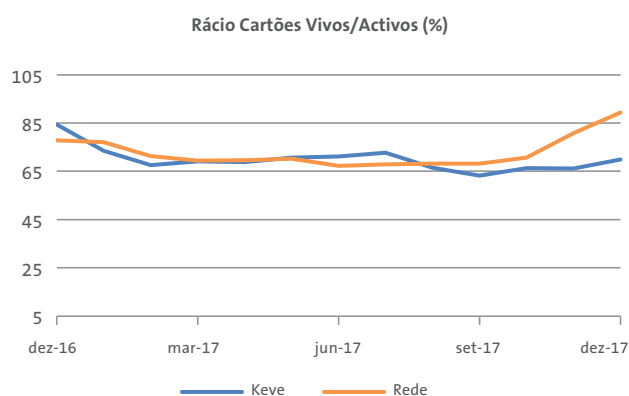


Cartões de débito (Multicaixa) e Visa

Em termos de cartões de débito, o Banco atingiu um total de 98.059 cartões de débito, dos quais 78.812 cartões encontravam-se activos (70% de actividade). A análise do rácio de cartões de débito vivos sobre cartões válidos² revela que o Banco teve um desempenho acima da média da rede (um aumento de 24%) ao longo do ano de 2017.



A rede nacional registou um total de 4.159.585 cartões de débito válidos dos quais 4.159.585 encontram-se activos. Estes valores mostram que a taxa de actividade dos cartões foi de 12%.



Relativamente aos cartões VISA a redução foi notável face à conjuntura económica e à pouca disponibilidade de divisas recebidas pelo país. Durante o ano de 2017, o Banco atingiu um total de 1.028 cartões VISA, com uma redução de 1.141 cartões em apenas um ano (o correspondente a 111%).

Cartões Visa

Ano	Cartões Visa
2016	2 169
2017	1 028

INTERNET BANKING (iKEVE) E KEVE SMS

Em 2017 haviam 46.071 contratos celebrados de Internet Banking, dos quais 2.918 com empresas e 43.153 com particulares. O acesso por parte de particulares verificou um aumento de 285% face a 2016, o que representou também um crescimento da taxa de adesão global na casa dos 251%.

Estatísticas da Banca Electrónica

	2015	2016	2017	Var
N.º de Contractos 1				
Empresas	1.319	1.921	2.918	52%
Particulares	6.543	11.210	43.153	285%
Total	7.862	13.131	46.071	251%
N.º de Transacções	2.749.539	340.483	3.109	99%
N.º Acessos	370.049	1.189.386	792.450	-33%
N.º Transacções/ N.º contractos	350	26	0	-100%
N.º Acessos/ N.º contractos	47	91	17	-81%
Keve SMS				
N.º de contractos 1/	15.046	25.603	41.856	63%
N.º Acessos	50.481	160.742	904.071	462%
Keve Tablet				
N.º de Contractos 1/	2.641	4.533	9.753	115%
N.º de Acessos	1.687	1.090.166	0	-100%

1/ Contractos em vigor em 31 de Dezembro de 2017

Relativamente ao Keve SMS, em 2017 atingimos 41.856 contratos celebrados, representando um aumento 63% face a 2016. O número de contratos celebrados de Keve Tablet situou-se 9.753 em Dezembro de 2017 (aumento anual de 115%).

SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS PELO IKEVE E KEVE SMS

iKeve

- Consulta de extractos;
- Pedido de Cheques;
- Transferências conta a conta;
- Agenda de vencimento
- Posição Integrada
- Conta a Prazo
- Conta à ordem
- Personalizar
- Mensagens
- Docs Electrónicos
- Autorizações de Debito
- Cartões
- Financiamento
- Pagamentos
- Moeda estrangeira

Keve SMS

- Consultas a:
 - Saldos
 - Movimentos
 - NBA/IBAN
 - Posição Integrada Simples
 - Posição Integrada Completa
 - Contas disponíveis
 - Lista de contas Disponíveis
 - Cambio
 - Transferências
 - Envio de Dígitos da Chave de Confirmação

COBERTURA E LOCALIZAÇÃO

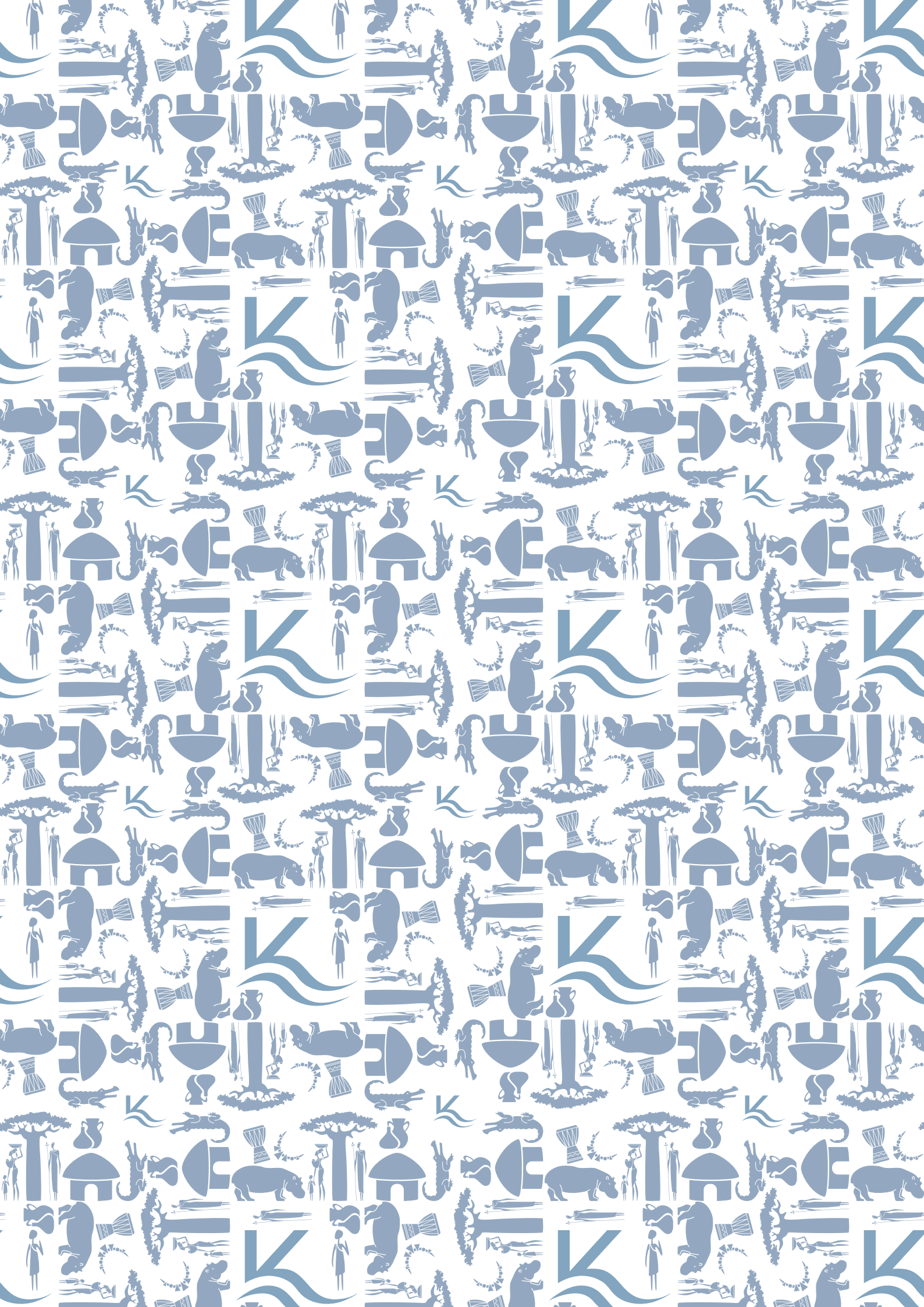


Agências Abertas

Namibe	Cabinda
Huila	Bengo
Cunene	Luanda
Cuando Cubango	Cuanza Sul
Huambo	Benguela
Malanje	Zaire

Brevemente Disponíveis

Luanda Norte
Uíge
Cuanza Norte
Luanda Sul
Moxico
Bié





06

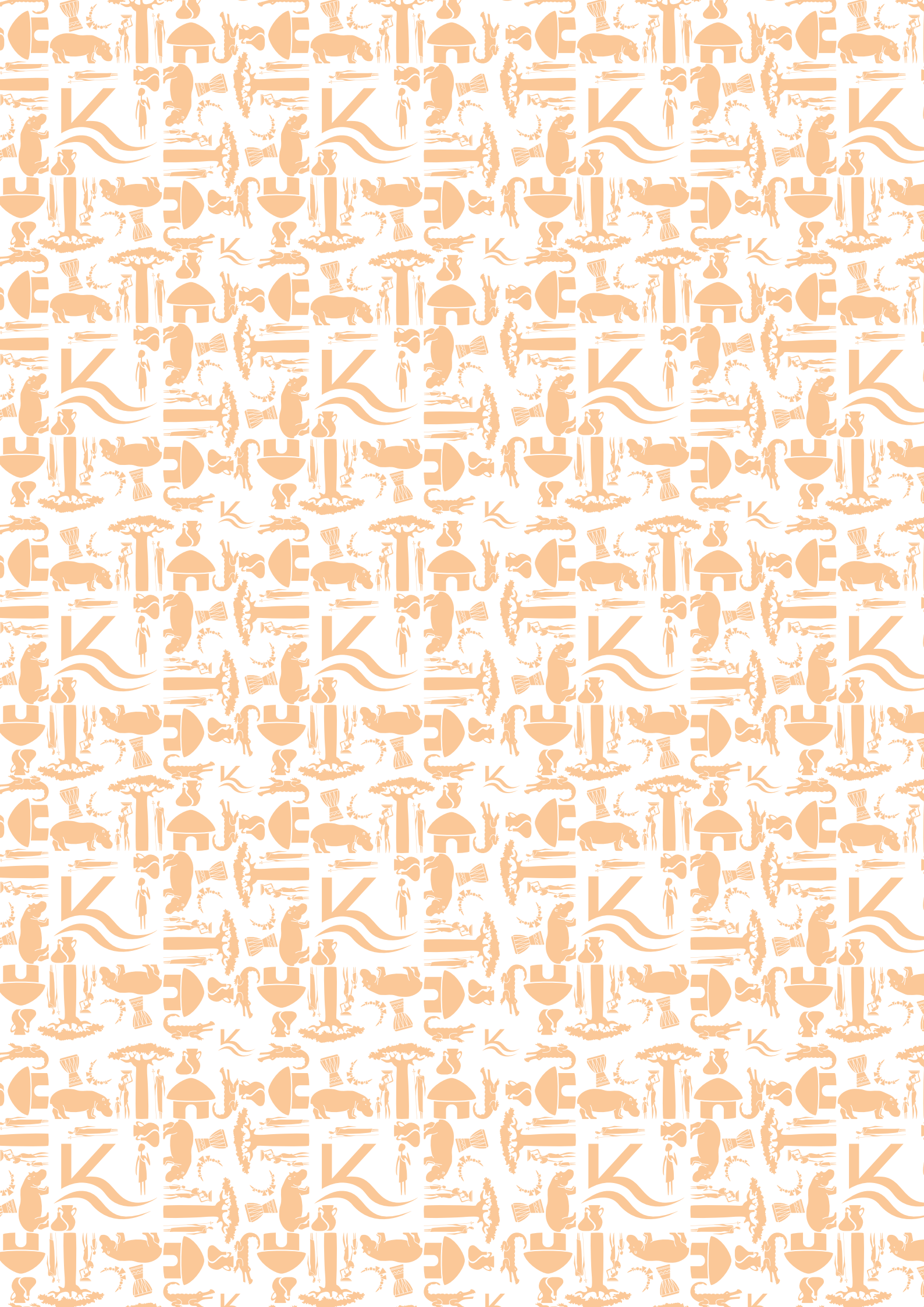
Gestão de Risco

Banco *Keve*

O BANCO À SUA MEDIDA

Rinoceronte





ORGANIZAÇÃO E POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

A gestão de risco constitui actualmente uma das mais importantes e maiores responsabilidades de uma instituição financeira, sobretudo para a sustentabilidade e continuidade do negócio. Esta tarefa, primeiramente ligada ao órgão de governação do Banco (Comissão Executiva), é gerida por um Gabinete específico (Gabinete de Risco), sendo no entanto da responsabilidade de todos os colaboradores do Banco Keve saber identificar e reportar potenciais eventos de riscos que podem impactar no seu negócio.

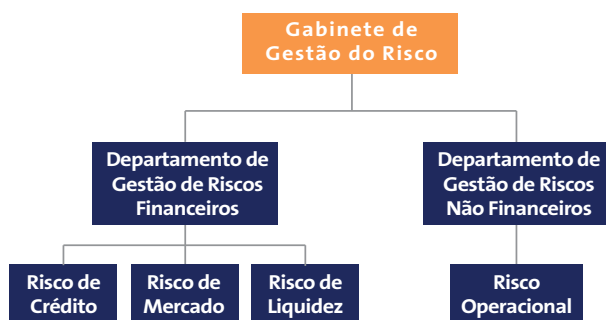
Por exigência do organismo de supervisão, o Banco Nacional de Angola, as instituições financeiras tiveram de adoptar modelos de controlo dos riscos mais eficazes. Desta forma, foi possível preservar a estrutura do negócio mantendo os níveis de adimplência, bem como o capital mínimo regulamentar para garantir a solvabilidade dos Bancos.

O novo pacote regulamentar emitido pelo BNA foi um exemplo claro de que as instituições financeiras angolanas devem dar um maior enfoque nas matérias de gestão e mitigação dos riscos.

O ano de 2017 teve uma tendência positiva em matéria de controlo e gestão de riscos, apesar do ambiente económico difícil que o país viveu. Os níveis de inflação e o aumento das taxas de desemprego, impactaram directamente na situação financeira dos clientes, aumentando os riscos e as responsabilidades por parte do Banco. Mas em função destas situações, o Banco posicionou-se de forma coerente, apoiando os clientes e proporcionando melhores soluções que fossem de encontro com a necessidade e benefício mútuo.

A gestão de risco no Banco KEVE assenta na constante identificação e análise da exposição a diferentes riscos (risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacionais e outros riscos), e na execução de estratégias de maximização de resultados face aos riscos dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA DE GESTÃO DO RISCO



O Conselho de Administração (C.A.) e a Comissão Executiva (C.E.) enquanto órgãos de gestão do Banco Keve devem compreender e conhecer os riscos da actividade, o grau de tolerância e o apetite ao risco da instituição financeira que dirigem. Ao nível da Comissão Executiva (C.E.), o pelouro do Gabinete de Risco (GRI) está atribuído a um Administrador Executivo, sem responsabilidade directa por direcções comerciais.

É mediante esta estrutura interveniente do governo do Banco que se estabelece uma moldura e mecanismos de controlo robustos para o exercício pleno e com competências próprias, sob a sua supervisão, garantir estruturas, com controlo e processos que visam assegurar e monitorizar, numa perspectiva de gestão corrente e gestão estratégica, o risco de actividade do Banco.

O Banco possui uma unidade de estrutura centralizada e independente, no que diz respeito à análise e controlo do risco, conforme as melhores práticas internacionais, sendo o Gabinete de Risco (GRI) responsável pelo acompanhamento de todos os riscos globais.

Para além do GRI, existem outras unidades envolvidas no sistema de gestão do risco e as suas respectivas funções são:

A Direcção de Crédito (DCR): assegura uma apreciação independente das estruturas comerciais do risco dos vários proponentes ou garantes e das características das operações. A atribuição de *ratings* é da competência desta direcção. Para o caso dos riscos de crédito a Particulares, compete igualmente a Direcção de Crédito (DCR) assegurar funções semelhantes, e descritas acima para Empresas, a partir da utilização de modelos quantitativos de *scoring*, igualmente produzidos pelo GRI. Estão disponíveis modelos quantitativos de suporte a esta atribuição de *ratings*, produzidos pelo GRI.

O Gabinete de Monitoramento, Cobrança e Recuperação de Crédito (GMR): assume a gestão dos processos de recuperação em caso de incumprimento. A gestão dos processos de recuperação é também da competência do GMR.

1. Ao Comité ALCO cabe a competência de acompanhar a política de gestão de risco financeiro, designadamente os riscos de liquidez, de taxa de juro, cambial, de mercado e de crédito.
2. A gestão do risco operacional está atribuída ao GRI, em alinhamento com os demais elementos de cada uma das unidades orgânicas que asseguram a identificação e gestão dos eventos de risco operacional nas suas áreas de actividade, pela utilização da ferramenta de gestão do risco operacional e dos indicadores chaves de risco ou KRI's.

De seguida, apresentam-se os vários órgãos de estrutura com intervenção na gestão integral do capital e dos riscos, respectivas responsabilidades definidas por três linhas de defesa.

O esquema funcional destas linhas de defesa apresenta-se da seguinte forma:



O modelo é caracterizado ainda pela existência de Três linhas de defesa efectivas, na Gestão e Controlo dos Riscos, o que ajuda a promover uma melhoria significativa na comunicação e controlo e gestão dos riscos, clarificando regras e responsabilidades essenciais nesse intuito e garantir um acompanhamento contínuo das iniciativas de gestão do risco.

- Conselho de Administração e Comissão Executiva: estabelece o apetite ao risco e à estratégia, e aprova o enquadramento, as metodologias, as políticas, os processos e as responsabilidades relativas à gestão do risco:
 - ◊ Informação de gestão com periodicidade mensal, detalhada no Comité de Gestão de Passivos e Activos;
 - ◊ Reuniões do Comité de Crédito;
 - ◊ Acompanhamento da exposição ao risco de crédito e da concentração da carteira de crédito;
 - ◊ Acompanhamento mensal do Stock de Provisões, apresentado no Relatório Financeiro mensal;
- Conselho Fiscal: fiscaliza a administração da Instituição, assegurando, entre outros, a fiabilidade dos registos contabilísticos.

POLÍTICA E CICLO DE GESTÃO DO RISCO

A Política de Gestão do Risco do Banco tem um perfil conservador, de forma a salvaguardar a solvabilidade e a sustentabilidade da Instituição no longo-prazo e pretende seguir as práticas comumente aceites no que respeita à gestão do risco, incluindo as recomendações de órgãos reguladores.

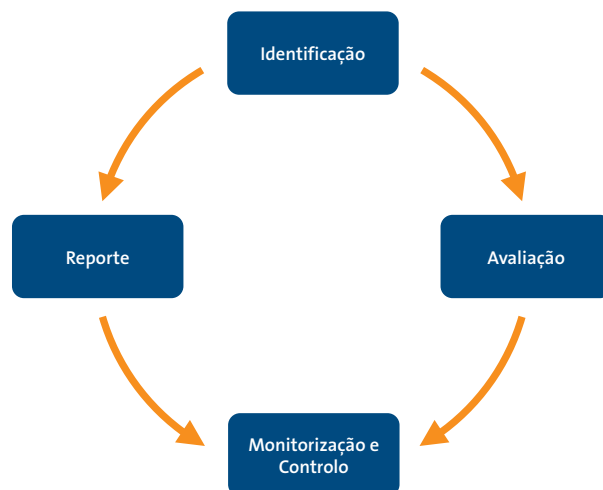
Esta política assenta no seguinte conjunto de princípios estruturais:

- **Conservadorismo:** é objectivo do Banco gerir de forma adequada e prudente o portfólio de riscos a que está exposto, assumindo pressupostos mais severos por forma a garantir que o capital alocado a cada um dos riscos é suficiente para suportar perdas provocadas por cenários bastante adversos, preservando assim o capital e o valor financeiro do Banco;
- **Independência:** a avaliação e monitorização do nível de exposição ao risco devem ser efectuadas por uma estrutura organizacional independente das estruturas organizacionais do Banco que assumem riscos, embora

estas também os devam avaliar e monitorizar, no âmbito das suas atribuições e competências;

- **Revisão:** tendo em conta o ambiente mudanças constantes, a Política de Gestão do Risco deve ser periodicamente revista para se adaptar a novas características e para incorporar nova informação ou metodologias, quer por imposição das entidades de supervisão, quer pelos objectivos de melhoria sistemáticos da Instituição;
- **Cooperação:** o objectivo final da gestão de risco é o de criar condições que melhorem a capacidade de tomada de decisão das várias unidades de estrutura do Banco, com vista a minimizar o impacto de eventos adversos nos seus resultados. Neste sentido, todas as Direcções e Gabinetes devem colaborar neste processo;
- **Integração:** a gestão do risco deve estar integrada na actividade diária do Banco, bem como no planeamento dos seus objectivos e da sua estratégia.

O ciclo de gestão dos riscos do Banco é composto pelas quatro fases representadas no diagrama que se segue:



a) Identificação

A fase da identificação engloba o levantamento dos riscos existentes ou de novos riscos a que a Instituição está sujeita. Neste sentido, é necessário que exista informação quantitativa e qualitativa das diversas áreas do Banco que seja suficiente, fiável, adequada e actualizada.

b) Avaliação

Após a identificação dos riscos, é necessário quantificá-los, por forma a avaliá-los e aferir quanto ao risco global incorrido pelo Banco. Neste sentido, a avaliação dos riscos deve ser completa, cobrindo todas as fontes e factores de risco significativos e as metodologias associadas devem ser consistentes entre as diferentes áreas.

c) Monitorização e controlo

A gestão do risco é um processo contínuo, devendo ser efectuada uma constante monitorização e controlo de todos os riscos, com especial enfoque nos considerados mais relevantes pelas avaliações efectuadas.

Em termos operacionais é necessário garantir a existência de sistemas de informação com regras inibidoras de acessos indevidos e de meios de prestação de informação automáticos, definir e implementar processos de recolha de dados

fiáveis e tempestivos e de processos de verificação e reconciliação periódica entre a informação produzida internamente e a proveniente de entidades externas e entre a informação em óptica contabilística e operacional ou de gestão.

d) Reporte

No sentido de assegurar que a informação respeitante aos riscos incorridos e aos processos e actividades desenvolvidos para a sua monitorização e controlo é divulgada de forma adequada pelas unidades de estrutura do Banco e por todas as partes interessadas (*stakeholders*), a fase de reporte no ciclo de gestão do risco respeita a dois tipos de prestação de informação que é necessário efectuar, reporte interno e reporte externo.

O reporte externo obedece a requisitos regulamentares, sendo comunicada periodicamente a exposição do Banco a determinados tipos de risco.

Objectivos

O Banco dispõe de sistemas adequados para a gestão e controlo dos diferentes riscos, possuindo metodologias de medição, processos e procedimentos de gestão e controlo dos diferentes riscos.

Esta visão permite alinhar os seguintes princípios de gestão do risco:

- Estratégia da organização influenciada pelo grau de exposição ao risco;
- Envolvimento de toda a organização no esforço de gestão do risco;
- Transparência na comunicação interna e externa dos riscos.

Permitirá ainda atingir com sucesso a sua missão, através de um controlo adequado dos riscos inerentes à sua actividade. Paralelamente, o Banco procura adaptar a sua estrutura organizativa, visando uma adequada segregação de funções, enquanto mitigadora do risco.

Nos pontos seguintes, para cada um dos riscos materiais que a instituição se encontra exposta são explicadas as estratégias, a estrutura e organização da função gestão do risco, o âmbito dos sistemas de informação e medição, as políticas de cobertura e de mitigação e estratégias e processos de monitorização.

Grau de implementação dos normativos Legais

No contexto dos novos desafios que se colocam à Função de Gestão do Risco e no seguimento das directivas emitidas pelo Banco Nacional de Angola (BNA) ao nível do acompanhamento de risco e da supervisão prudencial das Instituições Financeiras autorizadas, desenvolvemos uma *Framework*, conforme se encontra descrito ao lado:

Requisitos	Enquadramento
Risco de Crédito	<p>Publicado pelo BNA a 28 de Abril o Aviso nº 03/2016, que estabelece o requisito de fundos próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte. Instrutivo nº 12/2016 de 08 de Agosto, que define o cálculo e requisito de fundos próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte; Instrutivo nº 13/2016 de 08 de Agosto, que define a prestação de informação sobre o requisito de fundos próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte.</p> <p>Desenvolvemos uma <i>Framework</i> de Risco, onde a partir da extracção de informação existente no core, se despoleta o processo de geração dos Mapas de Requisitos de fundos próprios regulamentares para cobertura de risco de crédito. Igualmente é elaborado um Relatório de Acompanhamento e Monitorização do Risco de Crédito.</p>
Risco de Mercado	<p>Publicado pelo BNA a 28 de Abril o Aviso nº 04/2016 que estabelece os requisitos de fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação. Em paralelo à publicação deste aviso foram publicados dois instrutivos: Instrutivo 14/2016 de 08 de Agosto, que define o cálculo e requisito de fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação;</p> <p>Instrutivo 15/2016 de 08 de Agosto, que define a prestação de informação sobre requisitos de fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação. Desenvolvemos uma <i>Framework</i> de Risco, onde a partir da extracção de informação existente no core, se despoleta o processo de geração dos mapas de requisitos de fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação. Elaboramos o Relatório de Gestão do Risco de Liquidez e Risco de Mercado (Var Cambial e Taxa de Juro).</p>
Grandes Riscos	<p>Publicado pelo BNA a 16 de Maio o Aviso nº 09/2016 que estabelece os limites prudenciais aos grandes riscos. Posteriormente à publicação deste aviso foi publicado o Instrutivo nº 03/2017 de 30 de Janeiro, que define a prestação de informação sobre limites prudenciais aos grandes riscos.</p> <p>Desenvolvemos uma <i>Framework</i> que contempla o cálculo dos mapas de limites prudenciais aos grandes riscos, considerando o estabelecido no Instrutivo acima exposto.</p>
Fundos Próprios Regulamentares	<p>Publicado pelo BNA a 15 de Junho o Aviso nº 2/2016 que visa regular a metodologia de cálculo, estabelecer o valor mínimo do rácio de solvabilidade regulamentar (RSR) e definir o âmbito e as características dos elementos integrantes dos fundos próprios regulamentares (FPR).</p> <p>Posteriormente, a 08 de Agosto, foi publicado o Instrutivo 18/2016 regulamentando a prestação de informação sobre a composição dos fundos próprios e rácio de solvabilidade.</p>

Fundos Próprios Regulamentares	Desenvolvemos uma <i>Framework</i> que contempla o Cálculo do Mapa Rácio Solvabilidade que irá prestar as informações decorrentes do normativo actual, nomeadamente a informação prevista no anexo II do instrutivo nº 18/2016.
Risco de Liquidez	<p>Publicado pelo BNA a 30 de Agosto o Instrutivo nº 19/2016 que estabelece os requisitos de análise quantitativa a efectuar pelas Instituições Financeiras sob supervisão do regulador, isto no âmbito da gestão do risco de liquidez.</p> <p>Desenvolvemos uma <i>Framework</i> de Risco, onde a partir da extracção de informação existente no core, se despoleta o processo de geração do Mapa de Liquidez. Assim, essa <i>Framework</i> contempla o Cálculo do Mapa de Risco de Liquidez que irá cobrir o processo de apuramento dos fluxos de caixa e define os prazos de reporte. Igualmente é elaborado o Relatório de Gestão do Risco de Liquidez e Risco de Mercado (Var Cambial e Taxa de Juro).</p>
Risco de Taxa de Juro	<p>Publicado pelo BNA a 16 de Maio o Aviso nº 8/2016 que estabelece os requisitos de análise quantitativa a efectuar pelas Instituições Financeiras sob supervisão do regulador, isto no âmbito do risco de taxa de juro na carteira bancária.</p> <p>Desenvolvemos uma <i>Framework</i> de Risco que contempla a automatização do Cálculo do Reporte de prestação de informação de risco de taxa de juro na carteira bancária, onde se irá conhecer o impacto de um choque padronizado da taxa de juro no valor económico dos fluxos de caixa futuros associados à carteira bancária e à margem de juros.</p>
Risco Operacional	<p>Publicado pelo BNA a 01 de Julho o Instrutivo nº 16/2016 que estabelece os requisitos regulamentares para risco operacional, de acordo com o método de indicador básico, padrão ou padrão alternativo.</p> <p>Desenvolvemos uma <i>Framework</i> de Risco, onde a partir da extracção de informação existente no core, se despoleta o processo de geração do Mapa de prestação de informação para o cálculo do risco operacional e, em alinhamento, definiu-se a Matriz de Riscos e Controlo, bem como os indicadores chaves de risco (KRI's).</p>
Reporte do Novo Pacote Regulamentar	<p>Foi publicado pelo BNA o Novo Pacote Regulamentar, cuja última Análise Funcional data de 28 de Abril de 2017 e contempla um conjunto de funcionalidades críticas, designadamente novos mapas de prestação de informação, novos modelos de reporte a fornecer pelas instituições financeiras.</p> <p>Desenvolveu-se uma <i>Framework</i> de Risco que contempla a automatização do Cálculo do Reporte de prestação de informação dos diversos riscos, e assegura o Interface do Sistema Integrado de Gestão de Risco (SIGR).</p>

Métricas de avaliação de riscos

Risco	Métricas e Ferramentas
	Índice de Cobertura de Liquidez
	Rácio de Liquidez;
Risco de Liquidez	Rátios de Observação; Rácio Transformação; Concentração de Recursos; Concentração de Contraparte; Activos Líquidos em % do Activo; Activos Líquidos em % do Passivo CP; Gap de Liquidez; Gap de Liquidez Alargado; Gap de Liquidez Alargado com Captações Adicionais de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários como colateral.
	Níveis de Concentração da Carteira de Crédito: - Por Cliente; - Por Sector de Actividade. Decomposição da Carteira de Créditos e Elementos Extrapatrimoniais; Qualidade dos Activos; Grau de Incumprimento da Carteira de Crédito; Grau de Cobertura de Crédito e Elementos Extrapatrimoniais: - Por Provisões; - Por tipo de Garantia.
Risco de Crédito	
Risco de Mercado	VaR Cambial; Análise do Rácio de Exposição Cambial; Análise Taxa de Juro - Impacto da deslocação da Taxas de Juro; Análise Taxa de Juro - Activos e Passivos por Tipo de Taxa de Juro.
Risco Operacional	Indicadores Chaves de Risco (KRI's); Matriz de Risco de Controlo; Gestão dos eventos de Risco Operacional.

AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DOS RISCOS

RISCO DE CRÉDITO E CONTRAPARTE

O normativo regulamentar definiu o risco de crédito e contraparte, como aquele proveniente do incumprimento dos compromissos financeiros contratualmente estabelecidos, por parte de um mutuário ou de uma contraparte nas operações.

A aprovação de operações de crédito, seja de particulares ou empresas, seguem os princípios e procedimentos expressos no regulamento de crédito do Banco, aprovado pela Ordem de Serviço-CRD/0044.

O processo de decisão de crédito abrange os segmentos particulares e empresas e tem subjacentes três escalões de decisão, definidos em função da natureza da operação, do seu montante, do prazo, da exposição do Cliente/Grupo Económico e do nível de risco, conforme plasmado no Regulamento da Comissão de Crédito – Nº35/2012.

No seguimento das directivas emitidas pelo regulador, ao nível de acompanhamento de risco e supervisão prudencial, bem como outras necessidades de gestão global do risco, desenvolveu-se uma *framework*, aprovada pela Ordem de Serviço-210/2016, para o acompanhamento e monitorização mensal do risco de crédito, com informação global da carteira de crédito a clientes em várias dimensões, informação da qualidade da carteira, concentração e rentabilidade.

Neste âmbito, são efectuadas regularmente, análises ao comportamento da carteira de crédito, de forma a estabelecer-se mecanismos de acompanhamento adequados à evolução dos níveis dos riscos de determinados clientes e respectivas operações, antecipando-se eventuais situações de dificuldades e aplicações de medidas preventivas dos riscos em curso.

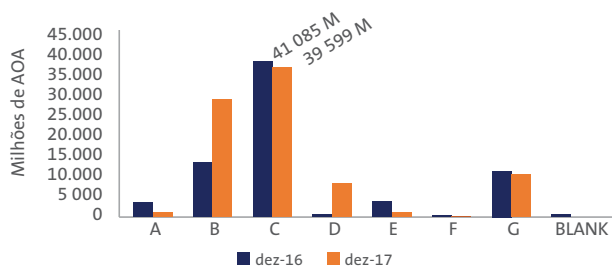
São também analisados, mensalmente, os créditos problemáticos, índices de cobertura por provisões, *write-offs* e recuperações.

Evolução da carteira de crédito por níveis de risco

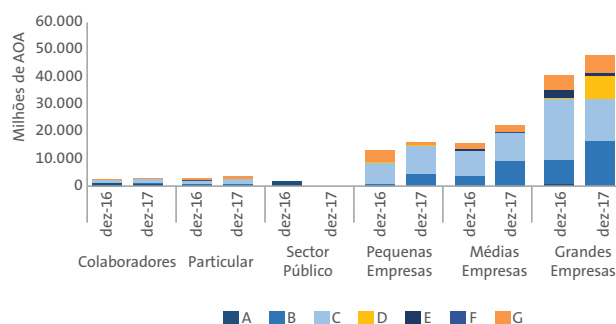
Em relação aos diferentes níveis de risco, a carteira de crédito do Banco Keve apresentou no ano 2017 um nível de risco reduzido. Cerca de 77% do crédito concedido corresponde a créditos de clientes entre o nível de risco A (nulo) e C (reduzido). A maior concentração do crédito situa-se nos níveis C (reduzido), B (muito reduzido) e G (perda), representando cerca de 45%, 33% e 12%, respectivamente.

Durante o ano de 2017, a qualidade do crédito de nível B (muito reduzido) registou uma melhoria significativa, tendo crescido em cerca de AOA 16.620 milhões, face ao mesmo período de 2016.

Evolução do total de exposição em crédito a clientes por nível de risco



Evolução da exposição por rating e segmento de cliente

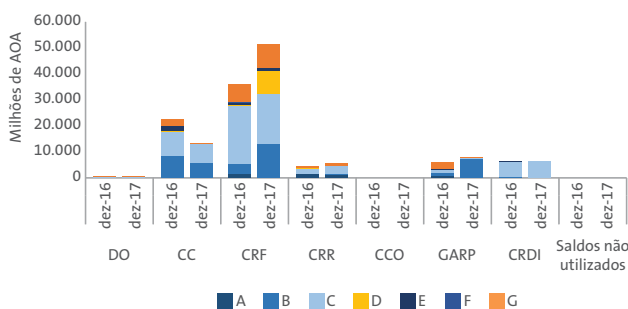


De acordo com o gráfico acima, constata-se uma elevada distribuição entre os vários níveis de risco, principalmente no segmento grandes empresas. Neste segmento, torna-se

evidente o elevado nível de concentração associado aos níveis de risco C e B, totalizando cerca de AOA 32.196 milhões. Verificou-se igualmente neste período de referência, o surgimento do nível de risco D (moderado) situando-se a volta dos AOA 8.128 milhões.

Em 2017, foi possível também verificar a existência de dois grandes tipos de produtos disponibilizados pelo Banco Keve, com elevado nível de concentração face aos diferentes níveis de risco.

Exposição por rating e produto



Os Créditos Financiamento (CRF), são actualmente o tipo de crédito com maior exposição, nomeadamente dos níveis de risco G (perda) e nível D (moderado). Importa igualmente salientar que os montantes associados aos mesmos têm vindo a aumentar.

As Contas Correntes Caucionadas (CC) apresentam o segundo maior peso na carteira, sofrendo todavia um decréscimo face ao ano de 2016. Relativamente ao nível de risco, este tipo de crédito é constituído maioritariamente por riscos de nível C (Reduzido) e nível B (muito reduzido).

RISCO DE MERCADO

O normativo regulamentar definiu, como risco de mercado, o proveniente de movimentos adversos nos preços de obrigações, acções ou mercadorias, incluindo o risco de taxas de câmbio e de taxas de juro.

O risco de mercado é monitorado pelo GRI e adicionalmente analisado no âmbito das reuniões de Comité de Gestão de Passivos e Activos que se realizam mensalmente. Os limites relativos à gestão do risco de mercado são propostos pela DMF no âmbito do plano estratégico da actuação da Sala de Mercados, que inclui políticas relativas à gestão da carteira própria, conforme Regulamento de Limites de Competência da Sala de Mercados, aprovado pela Ordem de Serviço - POD/0071/2015 e Ordem de Serviço-210/2016.

Risco de Taxa de Juro

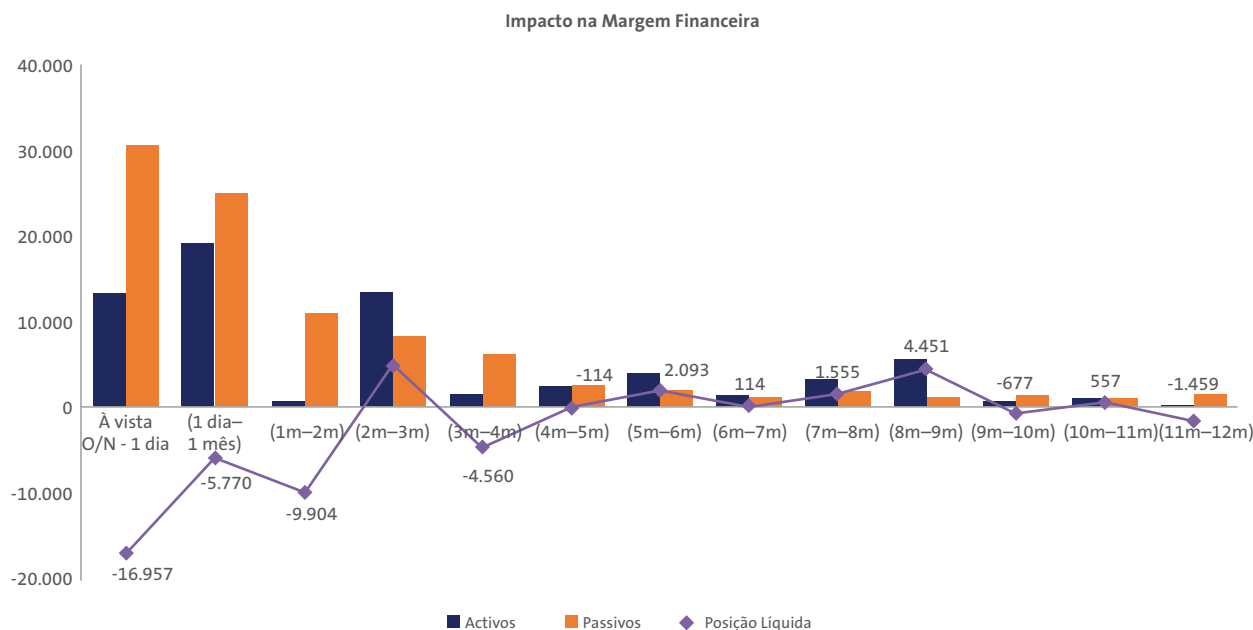
Define-se como risco da taxa de juro os movimentos nas taxas de juro resultante de desfasamentos no montante, nas maturidades ou nos prazos de fixação das taxas de juros observadas nos instrumentos financeiros com juros a receber e a pagar.

A gestão do risco da taxa de juros é acompanhado pelo GRI. A nível estrutural, a gestão do risco da taxa de juro é tratada no âmbito do Comité de Gestão de Passivos e Activos que se realiza com periodicidade mensal. Neste âmbito o acompanhamento do risco de taxa de juro inclui a análise da evolução das taxas de juro, a análise de *gaps* de *repricing* acumulados.

Igualmente o Banco monitoriza o risco estrutural de taxa de juro com base em análises de sensibilidade da margem financeira e dos fundos próprios prudenciais face às variações das curvas de taxas de juro. Esta avaliação é efectuada com base na técnica de *gap analysis*, segundo a qual todos os activos e passivos sensíveis a variações na taxa de juro, e não associáveis às carteiras de negociação, são distribuídos de acordo com as suas maturidades. Outros sim, a Sala de Mercado afecta à Direcção de Mercados Financeiros (DMF), elabora um Relatório Trimestral de Taxa Juro, onde analisa os gaps das taxas activas e passivas.

Impacto da taxa de juros na margem financeira e situação líquida

Conforme referenciado, o Gabinete de Risco analisa o impacto dos instrumentos sensíveis a taxa de juro, considerando que numa deslocação paralela da curva de rendimento de 2% em termos de impacto na situação líquida do Banco obterá um impacto em cerca de 4,50% da margem de financeira.



Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é definido como o proveniente de movimentos nas taxas de câmbio resultantes das posições cambiais originadas pela existência de instrumentos financeiros denominados em diferentes moedas.

A gestão do risco da taxa de câmbio é da competência do GRI. A um nível estrutural, a gestão do risco da taxa de câmbio é tratada no âmbito do Comité de Gestão de Passivos e Activos que se realiza com periodicidade mensal. No âmbito do Comité o acompanhamento do risco de taxa de câmbio inclui-se a análise de evolução das taxas de câmbio, a análise dos activos e passivos financeiros por moeda estrangeira e nacional, e posição cambial.

Igualmente, a Sala de Mercados elabora diariamente um Painel Financeiro onde calcula e reporta à Comissão Executiva o Balanço por moeda e os rácios de posição e exposição cambial.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como o proveniente da incapacidade da instituição cumprir as suas responsabilidades quando estas se tornem exigíveis.

A gestão da liquidez do Banco é uma competência da Sala de Mercados, alinhada ao processo de acompanhamento adstrito ao GRI. A nível estrutural, a gestão da liquidez é monitorada no âmbito do Comité de Gestão de Activos e Passivos que se realiza com periodicidade mensal. No Comité, o acompanhamento da liquidez é realizada através dos mapas de *gaps* acumulados e de contingência, da estrutura de financiamento de capitais alheios e de prazos residuais de activos e passivos.

Igualmente a evolução da liquidez do Banco é analisada semanalmente pelo Banco, e no cumprimento dos reportes ao BNA tem periodicidade mensal. A análise é realizada por moeda e por mapas de *gaps* por maturidade, o que permite a identificação atempada de eventuais desfasamentos, bem como uma gestão dinâmica das políticas de cobertura dos mesmos. Esta informação encontra-se detalhada pelas diferentes fontes de financiamento, monitorização permanente de eventuais níveis de concentração, bem como dos diferentes activos constituídos.

Este processo é reforçado do ponto de vista de controlo, pelos indicadores regulamentares definidos pelo BNA, designadamente os mapas de liquidez previstos no Instrutivo nº 19/2016, garantindo ainda o cumprimento dos rácios de

liquidez e de observação, em matéria de regras de adequação de fundos próprios.

A gestão de risco é competência do GRI, que dispõe de uma aplicação de gestão de balanço, que permite projectar os *cash flows* do balanço, permitindo um melhor acompanhamento dos reportes de gestão de liquidez.

RISCO DE COMPLIANCE

Define-se o risco de *compliance* como o proveniente de violações ou incumprimento de leis, regras, regulações, contractos, práticas prescritas ou *standards* (padrões) éticos.

A gestão do risco de *compliance* e igualmente o risco de reputação no Banco compete ao Gabinete de *Compliance* - GCO. Compete ainda ao GCO fazer cumprir as disposições legais e regulamentares, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

O GCO tem ainda, por objectivo primordial, o acompanhamento e avaliação da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adoptados para detectar qualquer risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita, e igualmente medidas para corrigir eventuais deficiências. Deve ainda prestar aconselhamento aos órgãos de administração e de gestão, para efeitos do cumprimento das obrigações legais e dos deveres de acompanhamento e avaliação dos procedimentos de controlo interno em matérias de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

Estão implementados processos formais de captação e tratamento de informação, adaptados à dimensão, natureza e complexidade, e respectiva tomada de decisões do Governo do Banco, e o cumprimento dos reportes ao órgão de supervisão. O Banco dispõe de níveis de políticas de cobertura e de redução do risco: Política de *Know your Customer* (KYC); Política de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, aprovado pela Ordem de Serviço nº 04/2013.

RISCO OPERACIONAL

Segundo o Aviso nº 2/2013 de 19 de Abril, considera-se como “risco operacional: o proveniente da inadequação dos processos internos, pessoas ou sistemas, possibilidade de ocorrência de fraudes, internas e externas, bem como dos eventos externos. Inclui o risco de sistemas de informação e de *compliance*. O Risco Operacional é inerente a qualquer actividade realizada e a sua presença não se limita a algumas áreas do Banco.

O Banco adopta o Método do Indicador Básico no que se refere ao cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios afectos ao risco operacional, de acordo ao Instrutivo do BNA nº 16/2016 de 01 de Julho.

A gestão do risco operacional compete ao GRI e a nível de acompanhamento está definido o Sistema de Gestão do Risco Operacional (SGRO), que inclui implementação, supervisão e o desenvolvimento de uma ferramenta de registo e reportes de eventos de gestão do risco operacional. Igualmente encontra-se definido um conjunto de indicadores

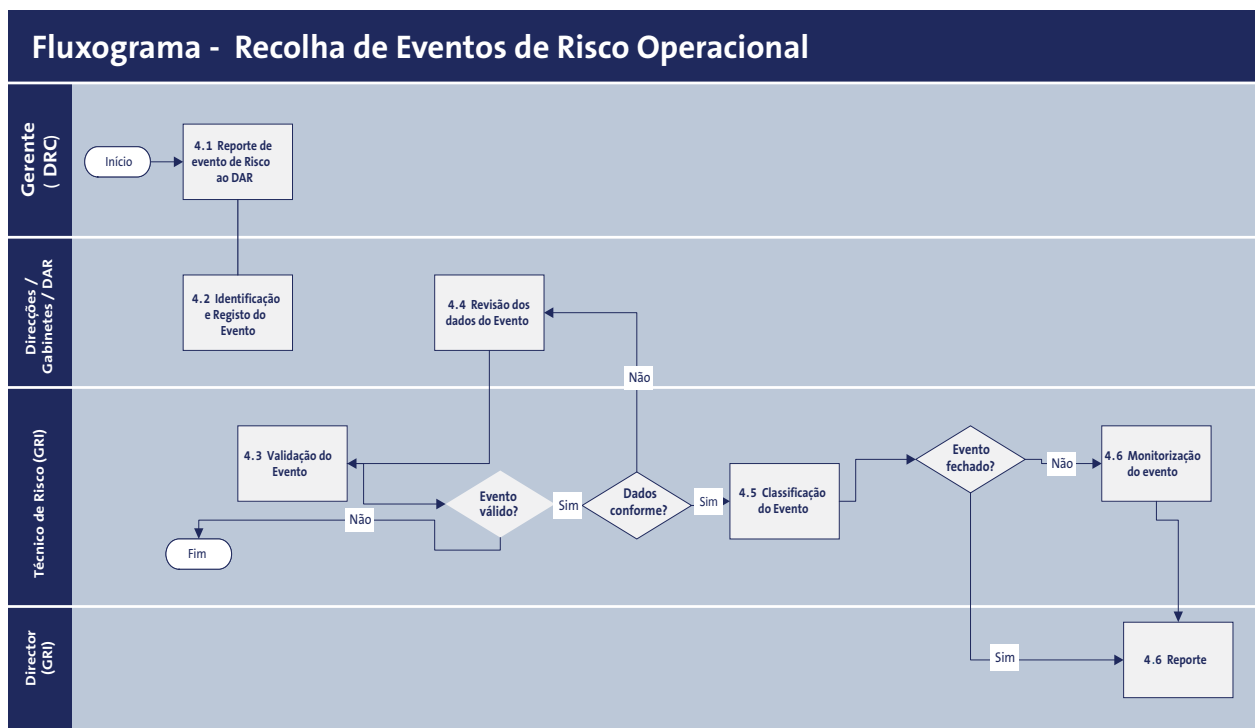
chaves de risco (KRI's), com o objectivo de acompanhar a evolução dos factores de risco face aos limites estabelecidos, a qual deve consolidar a matriz de riscos e controlos, conforme ordem de serviço nº 0236/2017 e 300/2017.

Igualmente, para um processo de mitigação do Risco Operacional, algumas etapas foram devidamente identificadas:

- Reestruturação dos processos de gestão do capital humano, mais precisamente, reforço para divulgação do Código de Ética e Norma de Conduta e participação na terza formativa, com inclusão de temáticas sobre gestão do risco;
- Remodelagem dos processos de negócios e controlos, cujo melhoramento passou pela intensificação dos controlos e riscos aos processos, formalização dos processos e padronização nos registos e na documentação visando a promoção da visão de mitigação dos riscos operacionais;
- Previsão de implementação do Plano de Continuidade de Negócios, mais precisamente testes aos processos críticos, já identificados no Projecto de Implementação do Sistema de Gestão do Risco Operacional.

A metodologia implementada de registo e reporte de eventos, concebida no sentido de privilegiar a gestão do risco operacional a todos os níveis da estrutura hierárquica, permite o conhecimento imediato da respectiva hierarquia de todos os eventos ocorridos e a respectiva tomada de medidas. Neste contexto, o GRI iniciou em Junho do corrente ano, um processo de sensibilização e formação da cultura interna de mitigação do risco, que visa o reforço dos benefícios na obtenção de informações em relação a vulnerabilidades operacionais, falhas e perdas potenciais.

O banco adopta o fluxograma abaixo, no processo de identificação e reporte dos eventos de riscos operacionais:



Responsabilidade e Funções por linha de Defesa

As principais responsabilidades e funções atribuídas, por linha de defesa, são as seguintes:

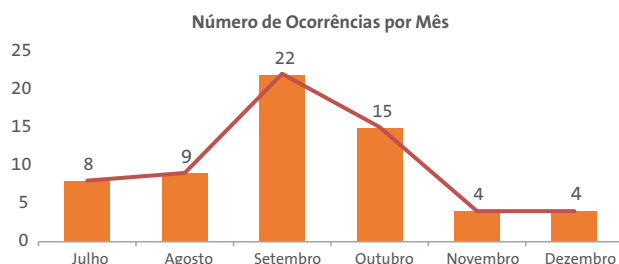
Gestão do Risco	Controlo do Risco	Auditoria Interna
1ª Linha	2ª Linha	3ª Linha
Identificar, reportar, validar e registar eventos de risco operacional;	Definir e implementar procedimentos, metodologias e ferramentas de gestão;	Supervisionar a correcta aplicação das políticas e procedimentos por parte dos intervenientes;
Assegurar o tratamento adequado dos eventos identificados;	Gerir e validar a qualidade da informação;	Testar a efectividade do ambiente de controlo implementado para a mitigação dos riscos e recomendar acções e melhoria;
Participar nas reuniões do Grupo de Trabalho de Gestão de Processos;	Identificar e analisar riscos materiais e interdependências entre riscos;	Realizar auditorias ao processo de quantificação e gestão de risco.
Garantir o envolvimento das Direcções com o suporte à gestão diária do risco operacional;	Monitorizar indicadores globais de risco;	
Identificar e implementar acções de mitigação do risco operacional e monitorizar o seu impacto;	Fomentar uma cultura de risco operacional em toda a organização;	
Disseminar uma cultura de risco operacional por todos os níveis hierárquicos;	Dinamizar as reuniões do Grupo de Trabalho de Gestão de Processos;	
Participar nos exercícios de auto-avaliação; e	Elaborar reportes para a CE e Administração sobre a gestão do Risco Operacional;	
Monitorizar os indicadores de risco (KRI's) dos Processos.	Calcular os requisitos de capital;	
	Formar e apoiar a 1ª linha de defesa na utilização dos instrumentos de gestão e no tratamento da informação;	
	Reconciliar a base de dados de perdas operacionais para garantir a qualidade e completude dos dados.	

Base de Eventos de Risco operacional

Considera-se como perda operacional, somente, aquela que tenha um reflexo material nas contas de exploração do Banco, ou seja, que tenha registo contabilístico. As perdas operacionais não contabilizadas são analisadas numa base de dados de perdas previsionais. Os eventos de perdas operacionais podem ser categorizados como perdas efectivas (directas e/ou indirectas) e perdas potenciais.

Abaixo, descrevemos, de forma detalhada, os eventos de riscos operacionais identificados e registados na ferramenta de gestão do risco operacional no período compreendido entre 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2017:

Foram registadas na ferramenta de gestão do risco operacional cerca de 62 eventos de risco operacional, dos quais destacamos o mês de Setembro como o período com maior volume de registos de eventos de risco operacional, ou seja, 22 eventos (correspondendo a 35% do total de eventos registados) e os restantes 65% (cerca de 40 eventos) encontram-se distribuídos entre os meses de Julho a Dezembro, conforme o gráfico abaixo:



Constatamos que durante o período de Setembro a Dezembro ocorreram reduções substanciais de eventos registados (cerca de 82% no número de eventos de registados/criados na ferramenta de gestão de risco operacional). Face ao volume de operações/processos e a dimensão do Banco, tal número de ocorrências não reflectem ainda o volume real de operações executadas pelo Banco que estão susceptíveis ao risco operacional. A implementação da ferramenta de gestão de risco operacional encontra-se ainda numa fase inicial, sendo a redução dos eventos de risco verificados entre Setembro e Dezembro do ano corrente, um grande exemplo da sua grande utilidade, o que denota a necessidade de se continuar com os processos de sensibilização e criação da cultura de mitigação e gestão dos riscos em toda a instituição.

Progressos alcançados e prioridades

O âmbito de gestão dos riscos da Instituição alcança uma visão ampla, permitindo que os riscos inerentes à actividade sejam devidamente identificados, mensurados (através de modelos matemáticos e estatísticos, baseados nas melhores práticas bancárias internacionais), mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das actividades da Instituição como um todo.

Progressos Alcançados Em 2017

1. Continua abordagem conservadora e prudente no que toca ao apetite ao risco e controlos implementados para definição do perfil de risco de todos os novos negócios, alinhado à visão estratégica.
2. Desenvolvimento e aprimoramento da visão sobre a Gestão de Riscos, culminando com o desenvolvimento de mecanismos diversos, que permitiram garantir o alcance dos melhores resultados para os nossos clientes, alinhado ao Plano Estratégico da Instituição.
3. Desenvolvimento e alinhamento da Matriz de Riscos e Controlos aos processos.
4. Sensibilização da cultura de mitigação de riscos.

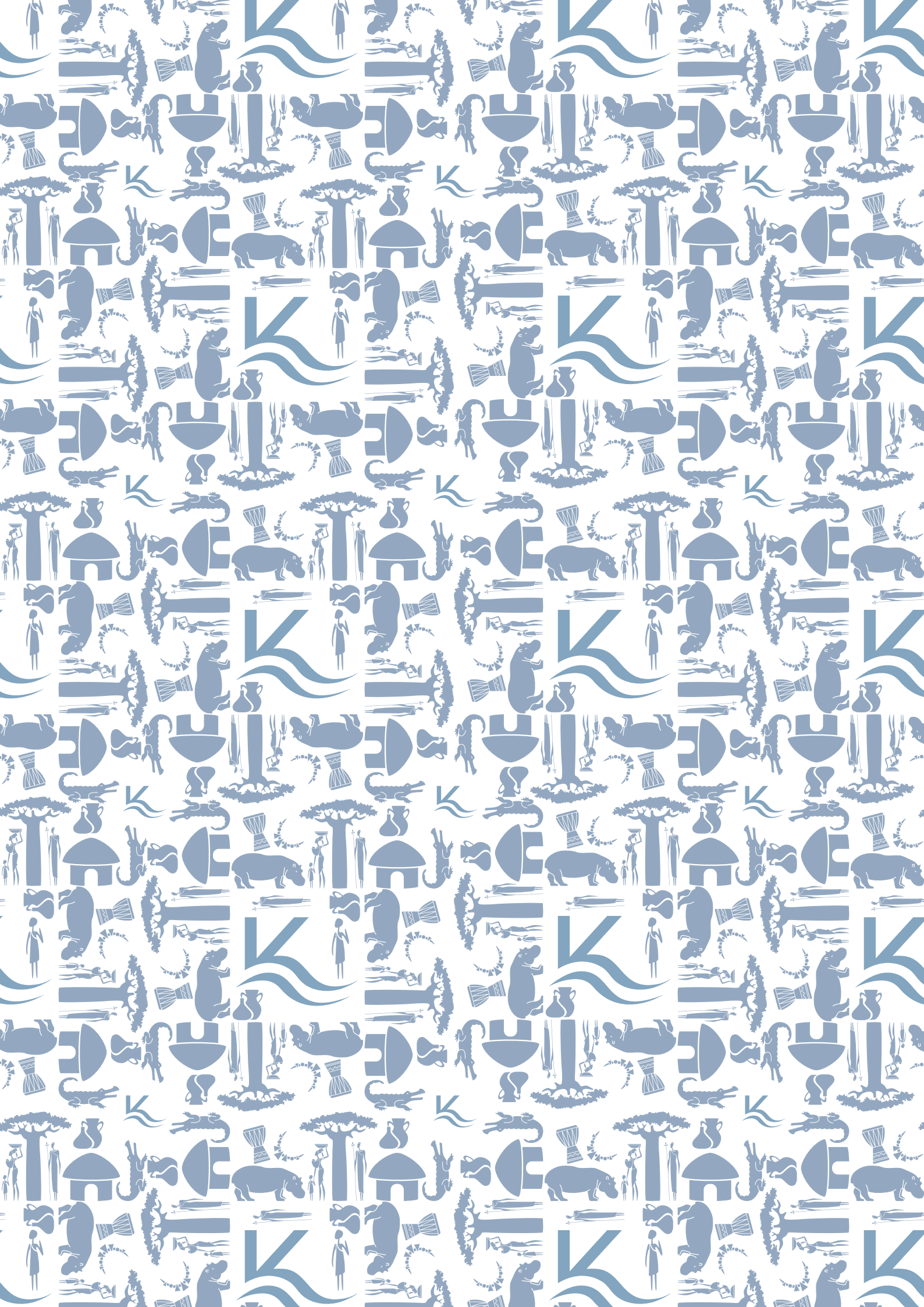
Prioridades para 2018

- Continuar a executar a nossa missão de apoiar o crescimento sustentável da instituição, através de:
1. **Recursos Humanos:** Atrair, reter e desenvolver quadros de alta qualidade e *performance*;
 2. **Estratégia:** Suportar a implementação do Plano Estratégico do Banco dentro do nível de apetite ao risco definido e em alinhamento ao Manual de Governança Corporativa;
 3. **Infra-estrutura de Risco:** Investimento contínuo no desenvolvimento do nosso sistema de gestão de riscos;
 4. **Cultura de Risco:** Construir e alavancar a nossa cultura de risco, como factor estratégico diferenciador;
 5. Concluir a matriz global de riscos e controlos;
 6. Dinamização do Comité de Gestão do Risco;
 7. Elaborar a matriz de reporte de gestão;
 8. Sistemas de limites transversal (rácios para gestão corrente dos riscos de gestão. Alinhamento com o perfil e apetite de risco;
 9. Estar em conformidade com o novo pacote regulamentar emitido pelo BNA, para os requisitos de fundos próprios regulamentares (Aviso nº 02/2016), mas precisamente obtenção de dados confiáveis para a tomada de decisão de gestão;
 10. Modelos de *Stress Test*.

Eficácia do processo de gestão de risco

O Gabinete esteve numa fase de consolidação das suas actividades, com objectivo ter a estrutura necessária para acompanhar permanentemente toda actividade do Banco no sentido de identificar as áreas geradoras de riscos, procurando evitar ou atenuar o seu efeito. Na análise das várias tipologias de riscos, foram emitidas algumas notas/observações:

Risco de Liquidez e Risco de Mercado	O processo de gestão do risco de liquidez e de mercado do Banco eficiente necessitando de melhoria contínua, de maneira a torná-la mais eficaz e identificar potenciais variáveis endógenas e exógenas que podem impactar o negócio do Banco.
Risco de Crédito	O processo de gestão do risco de crédito no Banco Keve encontra-se já consistente, tendo ferramentas de gestão de risco de crédito eficiente para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e reporte de todos os riscos de crédito que o Banco está exposto bem como a definição de medidas correctivas de forma a mitigar o seu efeito no negócio do Banco.
Risco Operacional	Com vista a cumprir completamente o ciclo de gestão de risco (identificação, avaliação, monitorização, controlo e reporte), o GRI deu início ao acompanhamento de todos os eventos de riscos operacionais registados na ferramenta com objectivo de conhecer a concentração das categorias do risco operacional e definir acções/medidas correctivas de forma a mitigá-los. Tratando-se de uma fase inicial, o processo de gestão do risco operacional necessita de melhoria (participação das áreas geradoras de riscos no registo na ferramenta), de maneira a torná-la mais eficaz e identificar potenciais eventos de riscos operacionais e avaliar o seu potencial impacto no Banco.





07

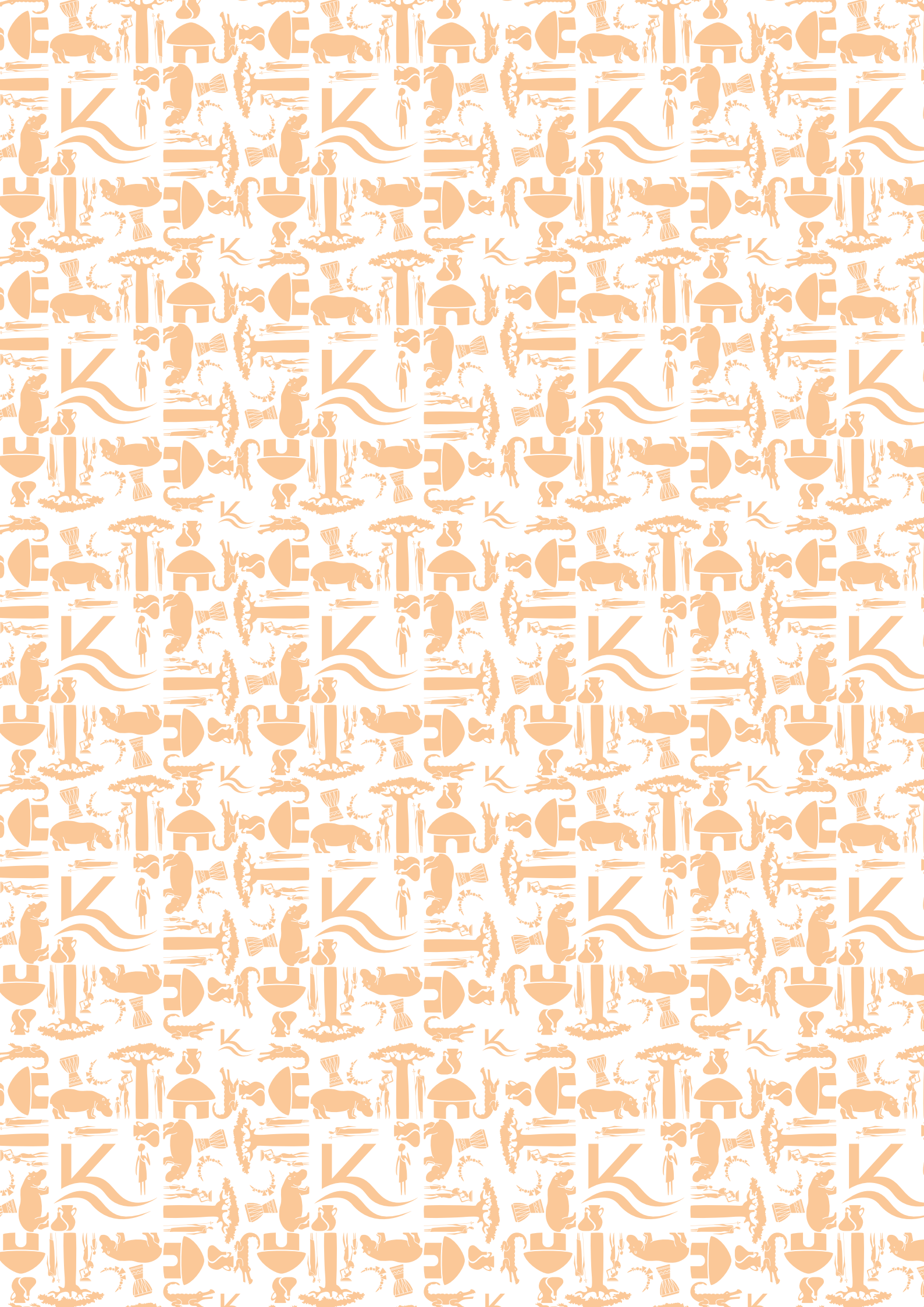
Capital Humano

Banco *Keve*

O BANCO À SUA MEDIDA

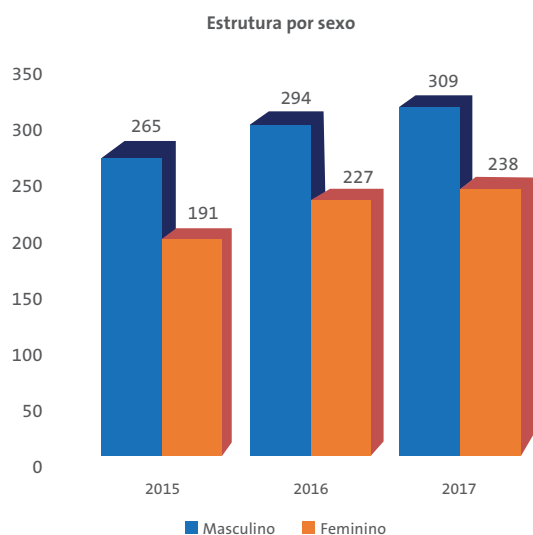
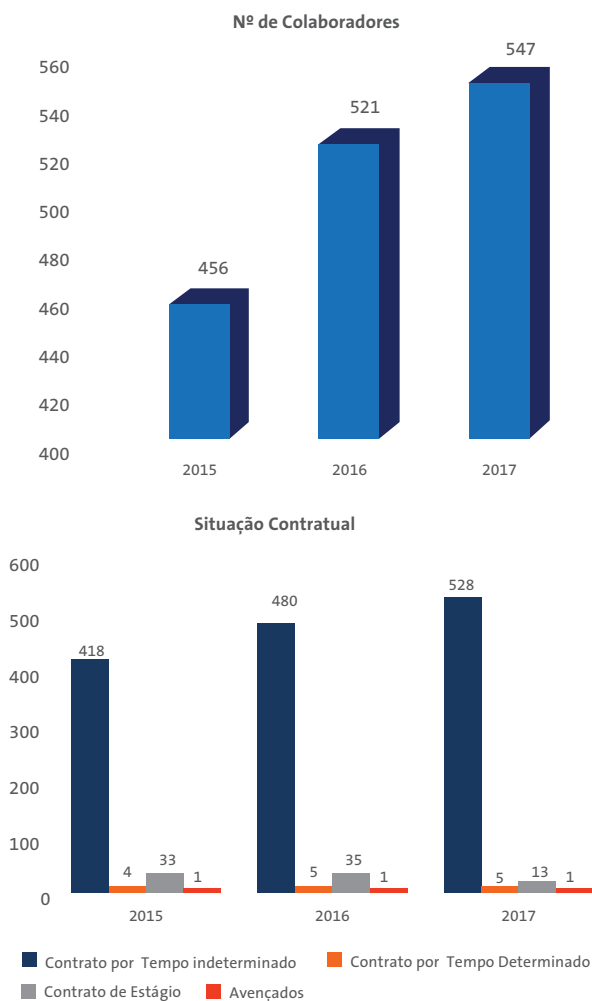
Impala





CARACTERIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

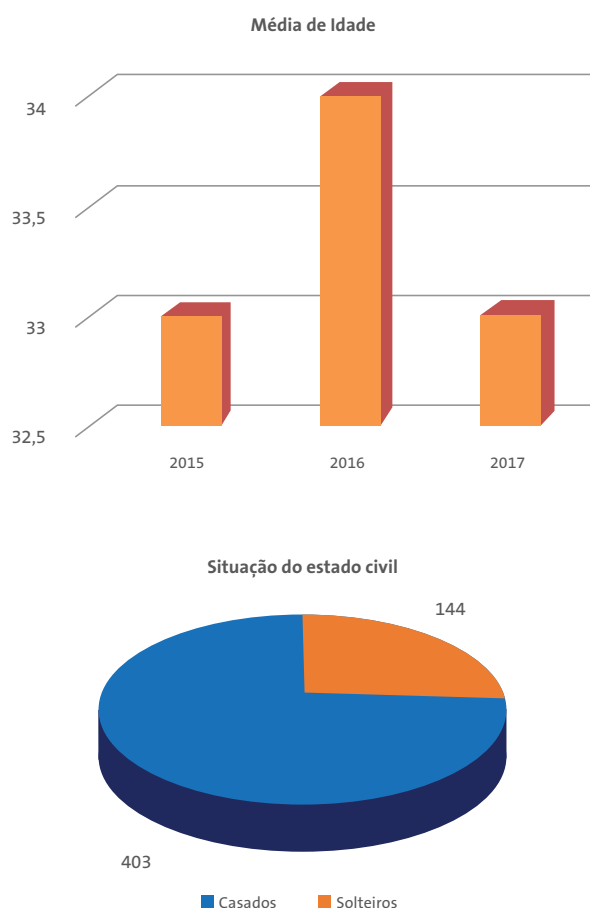
Em 2017, o Banco Keve conta com 547 colaboradores, mais 25 em relação ao ano anterior, o que corresponde a um aumento de 5% no ano (aumento de 14% em 2016). Do total de colaboradores, 97% têm contrato por tempo indeterminado, o correspondente a 528 trabalhadores. A Instituição é composta por 56 % de colaboradores do sexo Masculino e 44 % do sexo feminino.



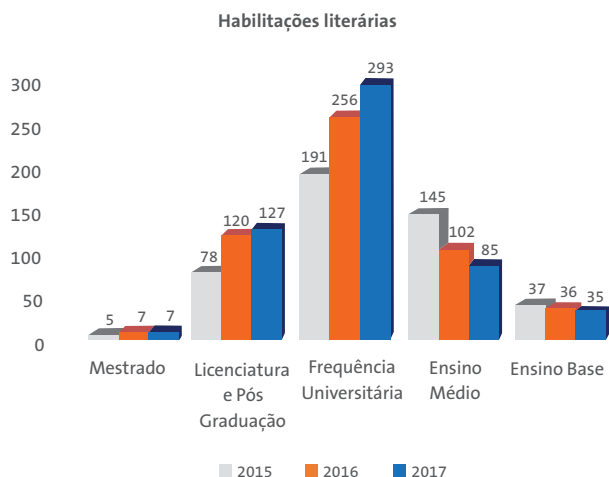
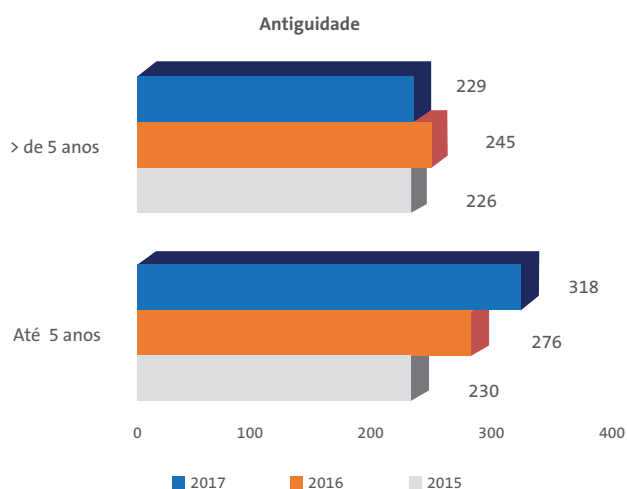
Relativamente à distribuição por escalão etário, verifica-se uma maior concentração na faixa etária entre os 24-34 anos.

	2015	2016	2017
<24 Anos	7	14	16
24 - 34 Anos	371	315	331
35 - 44 Anos	73	156	160
45 - 54 Anos	13	34	35
55 - 64 Anos	1	1	1
> 65 Anos	1	1	1
Total Colaboradores	466	521	544

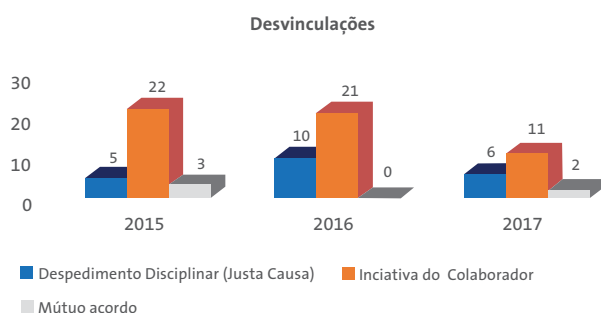
A média de idade dos colaboradores é de 33 anos, sendo 144 solteiros e 403 casados, conforme espelham os gráficos abaixo:



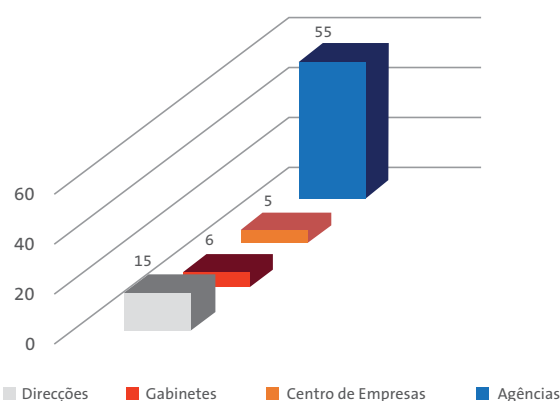
Os funcionários com tempo de trabalho acima de cinco anos representam 42% do número total de funcionários (47% em 2016). A semelhança do ano anterior, 23% dos trabalhadores são licenciados ou possuem pós-graduações.



Em 2017, registou-se a desvinculação de 19 colaboradores (29 em 2019). De acordo com as entrevistas de saída efectuadas, 50% dos trabalhadores desvinculados foram para outras instituições bancárias.

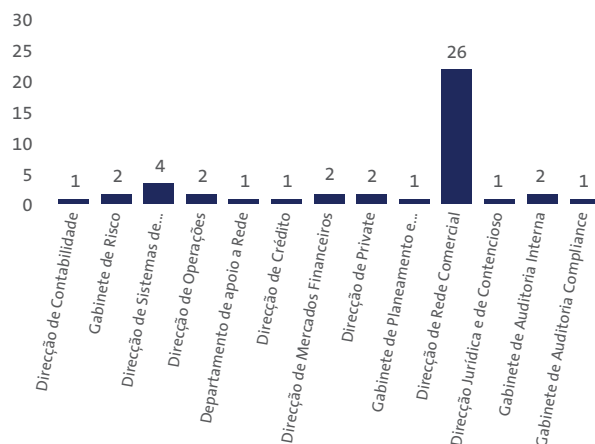


Nº de unidades orgânicas



RECRUTAMENTO E APOIO ORGANIZACIONAL

No período em análise, a Direcção de Recursos Humanos continuou a fazer a captação e gestão de currículos através do correio electrónico de recrutamento da instituição, pesquisas, captação e recomendações. Foram realizadas entrevistas e testes selectivos aos candidatos, entrevistas de cariz mais técnico com as chefias das direcções, o que culminou no recrutamento de 42 colaboradores dos quais 25 estagiários, 15 técnicos com qualificações e experiência específica e 6 colaboradores que abraçaram novos desafios no âmbito da mobilidade interna (recrutamento interno).



O recrutamento de técnicos superiores capacitados é essencial para as unidades de controlo, supervisão e centro de suporte, como garantia da qualidade do trabalho produzido e dos níveis de qualidade cada vez mais altos.

O processo de formação e socialização dos colaboradores é contínuo. A formação no acto de admissão de um novo colaborador visa proporcionar aos admitidos em situação de estagiário a socialização organizacional e o primeiro contacto com a realidade a vários níveis e em especial em relação a área adstrita. Neste contexto, os estagiários recebem informações sobre o regulamento interno, manual de conduta, orientações formais sobre a experiência de estágio e formação prática para execução das actividades diárias na direcção em que foi admitido.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O Plano de Formação Profissional dos colaboradores do Banco Keve foi elaborado a partir de dados recolhidos pelo preenchimento do formulário de Necessidades de Formação das diversas áreas.

A prossecução das atribuições adstritas à DRH pela respectiva lei orgânica exige que se disponha de técnicos com elevada qualificação. A DRH contribui para esta qualificação, promovendo a formação dos seus quadros, mormente nas matérias relativas às respectivas áreas de actuação.

	Nº de formações	Nº de participantes	Total de investimento
2015	20	1.050	18.650.000,00
2016	27	1.868	49.397.225,39
2017	27	899	63.203.637,72

No plano de formação e desenvolvimento do capital humano, a DRH, no primeiro trimestre, promoveu em todas as agências do país, um conjunto de acções formativas visando a melhoria do atendimento e serviços prestados aos nossos clientes. Destacam-se as formações em Comunicação, Crédito Bancário e Atendimento ao Público. Sendo as duas primeiras dirigidas a toda a Instituição e a última à Rede Comercial.

Foram ainda desenvolvidas formações de aperfeiçoamento e aumento de nível académico de que fazem parte os Planos de Desenvolvimento Individuais, Masters, Programas Intensivos e Pós Graduações.

A nível tecnológico, em conjunto com parceiros externos, foram desenvolvidas acções que visam a implementação de melhores sistemas de gestão e controlo (implementação da nova Ferramenta de Risco Operacional e o Sistema de Gestão – SAP).

A DRH promove estágios aos colaboradores recém-admitidos nas diversas direcções, com o objectivo de obterem conhecimento da funcionalidade e dinâmica da instituição e do negócio, num ambiente dinâmico e “On Job”.

Serviços Administrativos

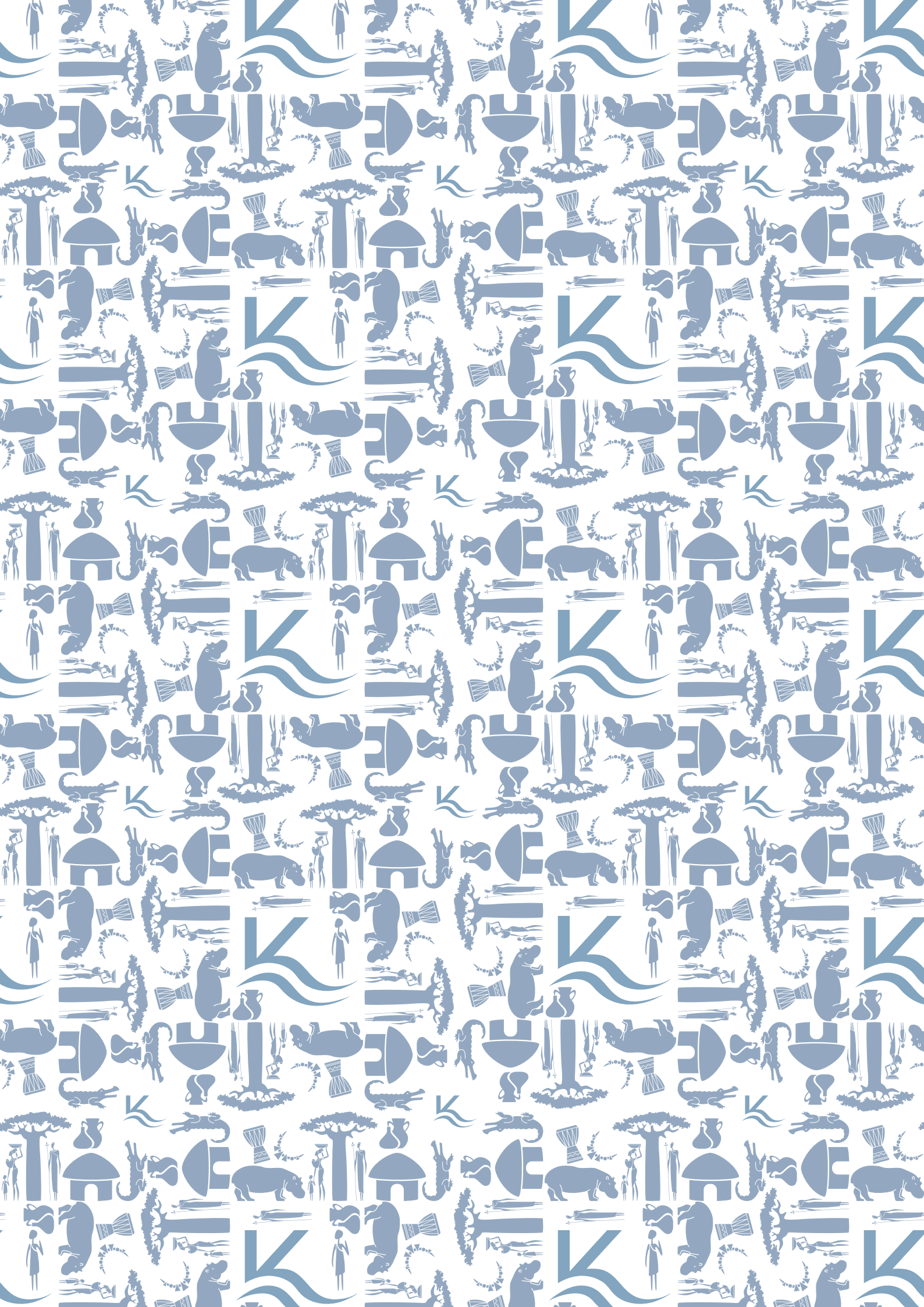
A informação que se segue, pretende realçar que a área administrativa de pessoal constitui um elemento fundamental da estratégia global de recursos humanos, concentrando um número de funções operacionais como: a gestão de contas dos colaboradores, processos de rotatividade, facturação, ausências, gestão de documentos, correspondência com as várias instituições como o INSS, MAPTSS e SME, e prestadores de serviços. Todos os programas e iniciativas da gestão de Recursos Humanos contam com o apoio da área administrativa.



Distribuição do Capital Humano por Categorias

Unidade Estrutura	Sigla	Responsável	Categoria	Unidade de Controlo e Fiscalização	Unidade Centro de Suporte	Total
Secretariado Executivo	SCR	Elsa Pereira	Chefe de Secção	7		7
Gabinete de Auditoria Interna	GAI	António Cambuta	Director	8		8
Gabinete de Compliance	GCO	Helena Morais	Directora	5		5
Direcção Jurídica e Contencioso	DJC	Arlindo Narciso	Director	10		10
Gabinete de Planeamento Controlo	GPC	Filipe Duarte	Director	4		4
Gabinete de Risco	GRI	Paula Cristina Silva	Directora	4		4
Direcção de Banca Electrónica	DBE	Paulo Rodrigues	Director	9		9
Direcção de Património e Segurança	DPS	Erasmus Ambrosio	Director	12	36	12
Direcção de Contabilidade	DCO	António Direitinho	Director	11		11
Direcção de Crédito	DCR	Mário Nicodemos	Director	13		13
Gabinete de Monitoramento Cobrança e Recuperação de Crédito	GMR	Leopoldino Silva	Director	8		8
Direcção de Grandes Empresas	DGE	Telma Sampaio	Directora	29		29
Direcção de Marketing	DMK	Manuel Amaral	Director	6		6
Direcção de Mercados Financeiros	DMF	Henrique Batalha	Director	6		6
Direcção de Operações	DOP	Helena Rodrigues	Directora	22		22
Direcção de Qualidade e Organização	DQO	Gisela Anapaz	Subdirectora	6		6
Direcção de Rede Comercial	DRC	Daniel Coelho / Maria Inês Santana	Directores	315		315
Direcção de Recursos Humanos	DRH	Yona Santos	Directora	12		12
Direcção de Sistemas de Informação	DSI	Tatiana Ferreira	Chefe de Departamento	12		12
Direcção Internacional e Banca de Investimentos	DIB	Júlio João	Subdirector	3		3
Direcção de Private	DPR	Fernando Costa	Director	9		9

*Conselho de Administração e Comissão Executiva não são contabilizados



A giraffe with a brown and white patterned coat stands against a solid orange background. Behind the giraffe's neck is a large, solid white circle. In the bottom left corner, there is a white circular graphic containing the number 08 and some text.

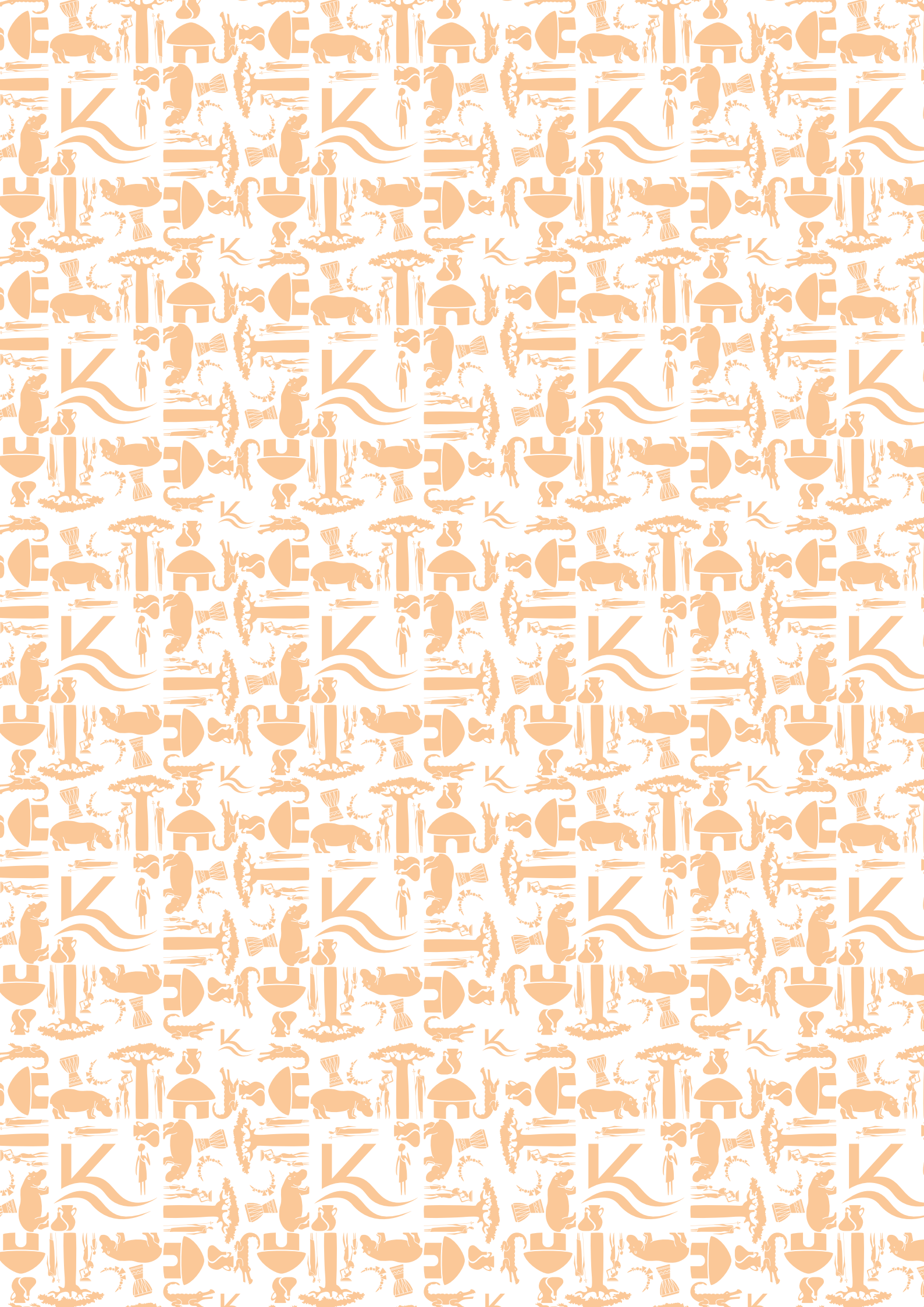
08

Análise financeira e proposta de
aplicação de resultados

Banco *Keve*

O BANCO À SUA MEDIDA

Girafa

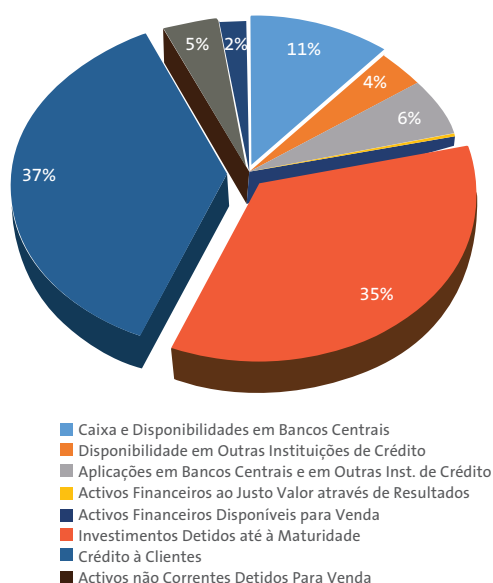


ANÁLISE FINANCEIRA

O activo líquido a 31 de Dezembro de 2017 somava AOA 151.065 milhões, o que corresponde a um aumento de AOA 10.378 Mil Milhões (7%) relativamente ao final.

	2017		2016		
Mil Milhões AOA	Valor	Peso	Valor	Peso	Δ %
Activo líquido					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	17,1	11,3%	9,4	6,7%	82%
Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito	6,0	4,0%	7,8	5,6%	-23%
Aplicações em Bancos Centrais e em Outras Inst.	8,9	5,9%	5,2	3,7%	70%
Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resul.	0,2	0,1%	0,0	0,0%	-100%
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	0,1	0,1%	0,1	0,1%	0%
Investimentos Detidos até à Maturidade	52,4	34,7%	50,1	35,6%	5%
Crédito a Clientes	56,0	37,1%	58,1	41,3%	-4%
Activos não Correntes Detidos Para Venda	0,1	0,0%	0,1	0,0%	0%
Outros Activos Tangíveis	7,0	4,6%	6,5	4,7%	6%
Activos Intangíveis	0,1	0,0%	0,0	0,0%	257%
Outros Activos	3,3	2,2%	3,3	2,3%	%-1
Activo do ano anterior	151,0	100,0%	140,6	100,0%	%7

Distribuição do Activo por peso



As rubricas com maior peso no total do activo são os Investimentos Detidos até à Maturidade (35%) e os Créditos a Clientes (37%). A expansão do activo total em AOA 10,4 Mil Milhões (7%) foi essencialmente feita através do crescimento (i) do agregado “Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais” em 82% (+AOA 7,7 Mil Milhões); (ii) incremento das “Aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito” na ordem de AOA 3,6 Mil Milhões, passando de AOA 5,2 Mil Milhões (em 2016) para AOA 8,9 Mil Milhões em 2017, representando uma subida de 70% face ao exercício anterior; (iii) Aumento em 5% da rubrica de “Investimentos Detidos até à Maturidade” no valor de 2,3 Mil Milhões AOA, influenciado basicamente pelo crescimento dos títulos indexados mantidos até ao vencimento, impactado pelo efeito da reclassificação dos bilhetes de Tesouro do dossier de

negociação para o dossier de mantidos até ao vencimento e pelo reinvestimento em novas aquisições de Bilhetes de Tesouro; (iv) Os “Outros Activos” acomodam uma variação de -1% comparativamente ao período homólogo.

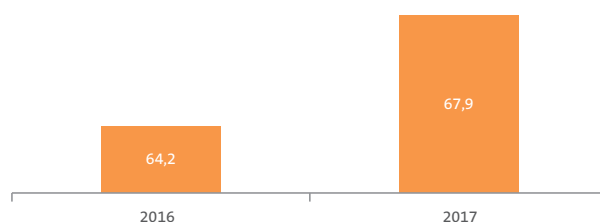
Os Outros activos Tangíveis cresceram em 6% (0,4 Mil Milhões AOA), passando de AOA 6,5 Mil Milhões (em 2016) para AOA 7,0 Mil Milhões em 2017.

O rácio de transformação dos Recursos de Clientes em crédito situou-se em 59% (72% em 2016), menos 12,0% comparativamente ao período homólogo, influenciado pelo aumento nos recursos de clientes em cerca de 25 Mil Milhões.

Crédito – Segmentação por cliente

Mil Milhões AOA	2017	2016	Var.%
Empresas	61,9	58,9	5
Particulares	6,0	5,3	13
Crédito bruto	67,9	64,2	6
Garantias prestadas	7,7	6,0	29
Créditos documentários abertos	6,3	6,6	-4
	82,0	76,8	7

Crédito bruto (Mil Milhões AOA)



Em 31 de Dezembro de 2017, as Garantias Prestadas situaram-se em AOA 7,7 Mil Milhões, representando um aumento de 29% face a 2016. Os Créditos Documentários diminuíram em AOA 0,3 Mil Milhões, patenteando uma redução de 4%.

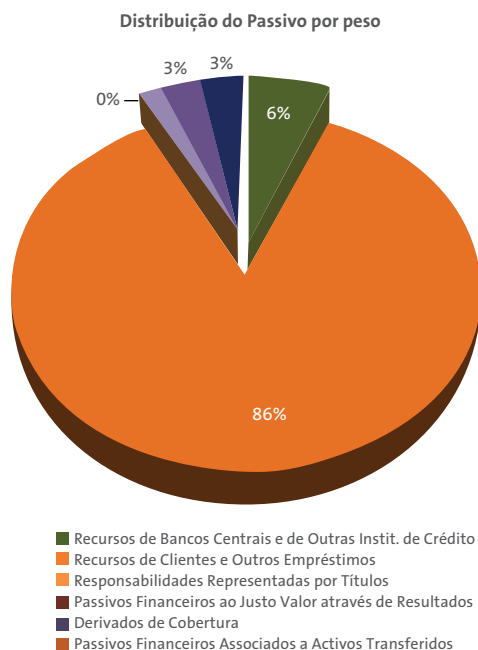
Qualidade do activo

Mil Milhões AOA	2017	2016	Peso 2017	Peso 2016	Δ%
Crédito vincendo	57,8	60,7	85,2%	94,4%	-5%
Crédito vencido	10,1	3,6	14,8%	5,6%	182%
	67,9	64,2			6%
Nº dias de atraso					
15-30	20,8	15,7	30,6%	24,5%	32%
30-60	26,3	26,9	38,7%	41,9%	-2%
60-90	0,8	0,7	1,2%	1,0%	24%
90-150	9,2	2,6	13,6%	4,1%	253%
150-180	0,1	0,4	0,1%	0,6%	-87%
>180	10,7	17,9	15,8%	27,9%	-40%
Crédito bruto	97,9	64,2	100%	100%	6%
Provisões para crédito	11,9	6,1	17,6%	9,6%	
Crédito líquido	56,0	58,1			-4

O rácio crédito vencido sobre total crédito registou um crescimento de 9,2 pp., passando para 14,8% em Dezembro de 2017. O Crédito Vencido no nível G (> 180 dias) situou-se em AOA 10,7 Mil Milhões em Dezembro 2017, o que corresponde a 15,8% da carteira de crédito bruto (27,9% em 2016). A cobertura do crédito total por provisões situou-se em 17% em 2017 contra 10% no ano anterior.

Passivo

Mil Milhões AOA	2017		2016		Δ%
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instit. de Crédito	8,4	5,6	1,5	1,1	450
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	116,3	76,6	89,8	63,5	30
Responsabilidades Representadas Por Títulos	0,0	0,0	0,0	0,0	0
Derivados De Cobertura	0,0	0,0	0,0	0,0	0
Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0
Passivos não Correntes Detidos Para Venda	0,0	0,0	0,0	0,0	0
Provisões	1,8	1,2	2,2	1,5	-15
Passivos Por Impostos Correntes	0,1	0,0	0,1	0,1	-54
Passivos Por Impostos Diferidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0
Passivos Subordinados	3,4	2,3	3,4	2,5	1
Outros Passivos	4,7	3,0	29,4	20,9	-84
Fundos Próprio	16,3	11,1	14,2	10,4	15
Passivo e fundos próprios	151,0	100,0	140,6	100,0	7



As rubricas com maior peso do total do passivo são os Recursos de clientes e outros empréstimos (86%) e os Recursos de bancos e outras instituições de crédito (6%). O Passivo do Banco regista um aumento de AOA 8,3 Mil Milhões AOA (7%), com realce para variação positiva dos “Recursos de clientes e outros empréstimos” na ordem de AOA 26,5 Mil Milhões (+30%), resultante do aumento dos Depósitos à Ordem em cerca de AOA 15 Mil Milhões. Os “Outros Passivos” acomodam uma variação negativa de AOA 24,7 Mil Milhões (-84%), decorrente da desmobilização de recursos cativos em cumprimento do Instrutivo nº 05/2017 de 1 de Dezembro. A rubrica “Recursos em bancos centrais e outras instituições de crédito” cresceu em AOA 6,9 Mil Milhões (+450%), influenciada essencialmente pelo aumento das tomadas de fundos nos bancos Residentes.

Os Fundos Próprios aumentaram em AOA 2,1 Mil Milhões (+15%), totalizando 16,3 Mil Milhões AOA em 31 de Dezembro.

Recursos de Clientes e outros empréstimos

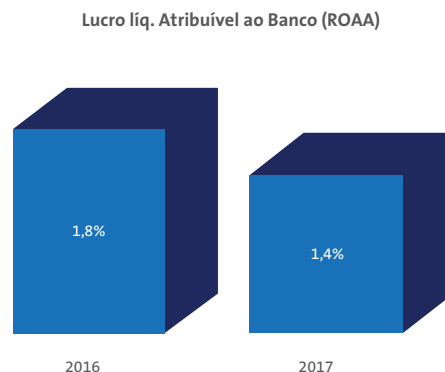
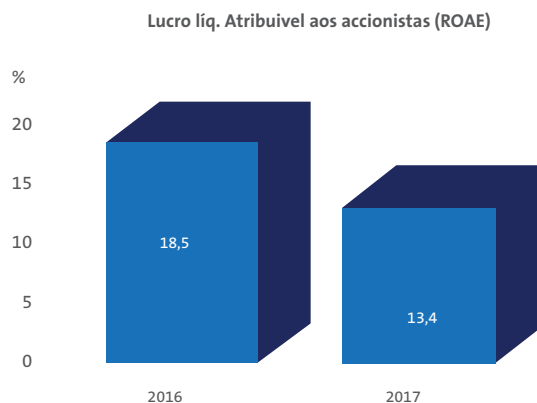
Mil Milhões AOA	2017	Peso	2016	Peso	Var.%
Depósitos à ordem	66,5	57	51,1	57%	30%
Depósitos a prazo	48,0	41	38,5	41%	25%
Outros empréstimos	1,8	2	0,1	2%	1150%
Recursos de clientes, dos quais	116,3	100	89,8	100%	30%
Moeda nacional	106,7	93	81,7	90%	31%
Moeda estrangeira	9,6	7	8,1	10%	19%
	116,3	100	89,8	100%	30%

A carteira de recursos totais de clientes cresceu em AOA 26,5 Mil Milhões (+30%), totalizando AOA 116,3 Mil Milhões em Dezembro de 2017. Este aumento reflecte o crescimento dos depósitos em moeda nacional em 31%. Os depósitos à ordem cresceram em 30% face ao ano anterior.

Resultados e Rentabilidade

Mil Milhões AOA	2017	2016	Dez 17 - Dez 16 Δ %
Margem financeira	12,0	10,8	11%
Margem complementar	5,1	10,3	-51%
Produto Bancário	17,1	21,1	-19%
Imparidades para Crédito	3,9	6,9	-44%
Resultados da intermediação financeira	13,2	14,1	-7%
Custos administrativos e de comercialização	11,3	10,8	5%
Perdas por imparidade líquidas de anulações	-0,2	0,8	-100%
Resultado de filiais, associado e emp.conjuntos	0,0	0,0	0%
Resultados Operacionais	2,1	2,5	-18%
Resultados operações descontinuadas	0,0	0,0	-100%
Provisão para imposto sobre lucros	0,0	0,1	-100%
Resultados líquidos	2,1	2,4	-15%
Cashflow Operacional	5,8	10,3	-44%

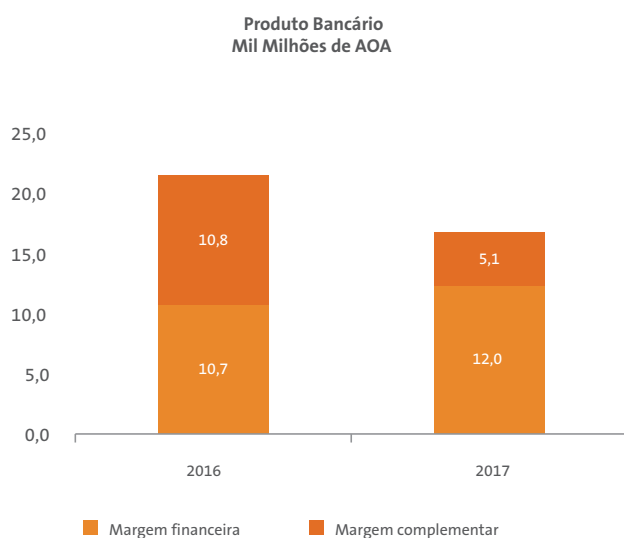
O Banco teve um lucro líquido de AOA 2,1 Mil Milhões o que corresponde a um abrandamento de -15% relativamente ao obtido em 2016 (AOA 2,4 Mil Milhões). A rentabilidade do capital próprio médio (ROAE) em 2017 situou-se em 13,4%, registando uma queda de -5,1 p.p comparativamente ao ano de 2016 (18,5%).



O principal factor que explica o decréscimo do ROAE é o abrandamento da taxa do resultado antes de impostos (-0,3 pontos percentuais face a 2016).

Em 2017, a margem financeira aumentou em 13%, relativamente a 2016, influenciada essencialmente pelo aumento dos juros de créditos em AOA 1,7 Mil Milhões e Juros de Títulos e valores mobiliários em AOA 1,5 Mil Milhões contra o incremento dos Juros e encargos similares de AOA 1,2 Mil Milhões.

O resultado de intermediação Financeira totalizou AOA 13,2 Mil Milhões, representando uma redução de -7%, face ao mesmo período em 2016, justificado principalmente pela diminuição do Produto Bancário em AOA -4,3 Mil Milhões.



Produto Bancário

Mil Milhões AOA	2017	2016	Δ %
Margem financeira	12,0	10,8	11%
Rendimentos de serviços e comissões	4,1	3,6	14%
Encargos com serviços e comissões	-0,2	0,2	-27%
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor	0,0	0,0	0%
Resultados de investimentos detidos até à maturidade	0,4	5,3	93%
Resultados cambiais	1,3	1,9	35%
Outros resultados de exploração	-0,5	-0,3	47%
Produto bancário	17,1	21,1	-19%

A nível do Produto bancário a redução foi de 19% relativamente ao ano anterior, impulsionado essencialmente pela redução da margem complementar. A rubrica de resultados de investimentos detidos até a maturidade reduziu AOA 4,9 mil milhões em 2017 fruto da diminuição das reavaliações cambiais.

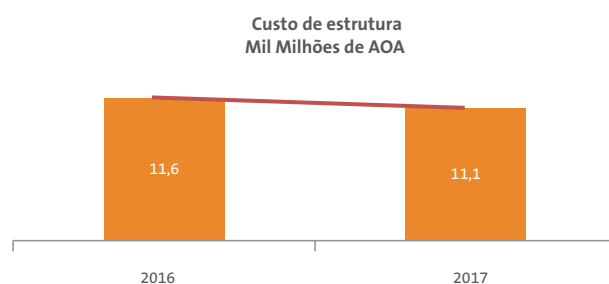
O aumento da margem financeira em 11% não foi suficiente para cobrir a redução de 51% na margem complementar.

Custos de estrutura

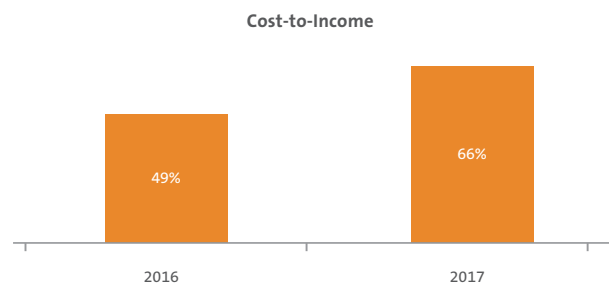
Os custos de estrutura que agregam os custos com o pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros, Outros custos administrativos e de Comercialização e Depreciações do exercício cresceram 9% passando de AOA 10,2 Mil Milhões em 2016 para AOA 11,1 Mil Milhões em 2017.

Custos de estrutura

Mil Milhões AOA	2017	2016	Δ %
Custos com o pessoal	5,8	4,9	17%
Fornecimentos e serviços de terceiros	4,7	5,2	-9%
Amortizações	0,8	0,7	14%
Custos administrativos e de comercialização	11,3	10,8	5%
Outros custos administrativos	0,2	0,8	-122%
Custos de estrutura	11,1	11,6	-4%
Nº colaboradores em 30 de Dezembro	544	516	5%



A redução dos custos explica-se, em grande parte, pela redução dos custos com fornecimento e serviços de terceiros em AOA 0,4 Mil Milhões (-27%). O *cost-to-income* cresceu 16 pp., essencialmente devido ao abrandamento do Produto Bancário (-19%).

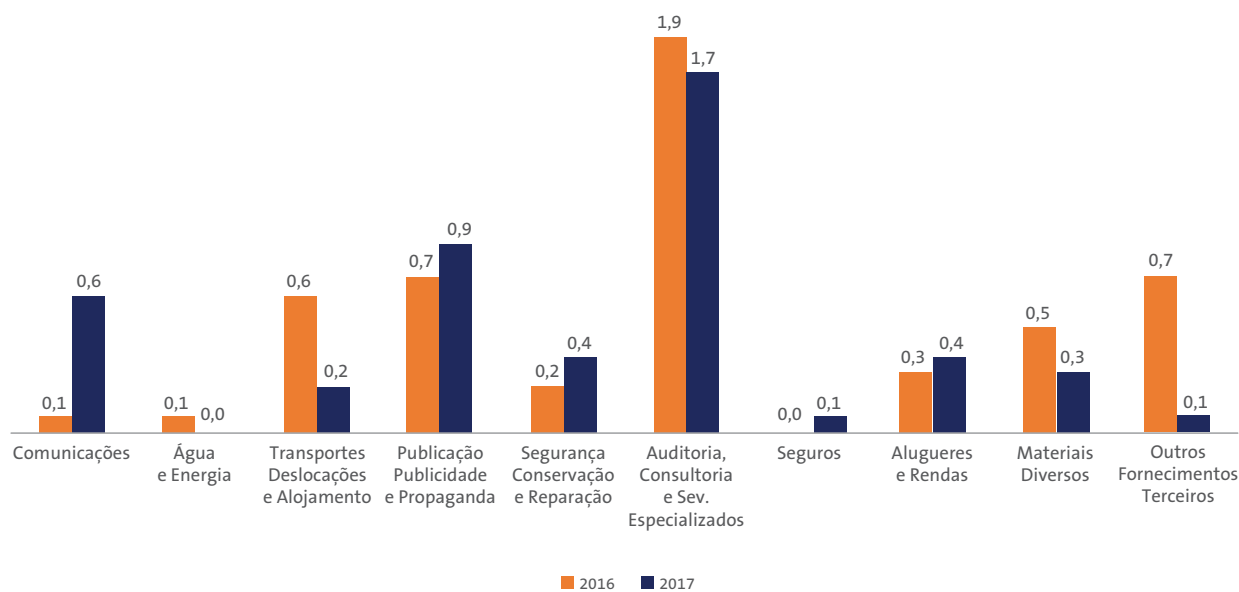


Os custos com fornecimentos e serviços de terceiros cresceram 2% passando de AOA 4,6 Mil Milhões em 2016 para AOA 4,7 Mil Milhões em 2017, com maior destaque para os custos com Auditoria e Consultoria que agregam o maior peso, cerca de 37% do total dos custos do ano em análise.

Fornecimento e Serviço de Terceiros

Mil Milhões AOA				Var. Anual
Descrição	2017	2016	Abs.	%
Comunicações	0,6	0,1	0,6	684 %
Água e Energia	0,0	0,1	0,0	-66 %
Transportes, Deslocação e Alojamento	0,2	0,6	-0,4	-62 %
Publicação, Publicidade e Propaganda	0,9	0,7	0,2	21 %
Segurança, Conservação e Reparação	0,4	0,2	0,1	64 %
Auditoria, Consultoria e Serv. Especializados	1,7	1,9	-0,2	-9 %
Seguros	0,1	0,0	0,0	110 %
Alugueres e Rendas	0,4	0,3	0,0	4 %
Materiais Diversos	0,3	0,5	-0,2	-40 %
Outros Fornecimentos Terceiros	0,1	0,7	-0,6	-81 %
Total	4,7	5,2	-0,4	9 %

Detalhe dos FST's
Mil Milhões de AOA



		2017		2016	
Mil Milhões AOA	Valor	Peso	Valor	Peso	Δ%
Activo líquido					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	17,1	11,3	9,4	6,7	82%
Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito	6,0	4,0	7,8	5,6	-23%
Aplicações em Bancos Centrais e em Outras Inst. de Crédito	8,9	5,9	5,2	3,7	70%
Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	0,2	0,1	0,0	0,0	-100%
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	0,1	0,1	0,0	0,1	0%
Investimentos Detidos até à Maturidade	52,4	34,7	50,1	35,6	5%
Crédito à Clientes	56,0	37,1	58,1	41,3	-4%
Activos não Correntes Detidos Para Venda	0,1	0,0	0,1	0,0	0%
Outros Activos Tangíveis	7,0	4,6	6,5	4,7	6%
Activos Intangíveis	0,1	0,0	0,0	0,0	257%
Outros Activos	3,3	2,2	3,3	2,3	-1%
Activo	151,0	100,0	140,6	100,0	7%

		2017		2016	
Mil Milhões AOA	Valor	Peso	Valor	Peso	Δ%
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instit. de Crédito	8,4	5,6%	1,5	1,1%	450%
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	116,3	76,8%	89,8	63,5%	30%
Responsabilidades Representadas Por Títulos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0%
Derivados De Cobertura	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0%
Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0%
Passivos não Correntes Detidos Para Venda	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0%
Provisões	1,8	1,2%	2,2	1,5%	-15%
Passivos Por Impostos Correntes	0,1	0,0%	0,1	0,1%	54%
Passivos Por Impostos Diferidos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0%
Passivos Subordinados	3,4	2,3%	3,4	2,5%	1%
Outros Passivos	4,7	3,0%	29,4	20,9%	84%
Fundos Próprios	16,3	11,1%	14,2	10,4%	15%
Passivo e fundos próprios	151,0	100,0%	140,6	100,0%	7%

Nota sobre as Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as políticas estabelecidas no Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF Ajustado), conforme definido no Instrutivo nº 06/2016, de 16 de Maio, do BNA e actualizações subsequentes, nas quais prevê a adopção das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS).

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Resultado do Exercício

Tendo em conta as disposições legais e estatutárias, a necessidade de manter uma base sólida de fundos próprios para fazer face aos objectivos estratégicos do Banco e de política de crescimento sustentado, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício de 2017, no valor de AOA 2.075.515.174,74

Reserva Legal 20%: AOA 415.103.034,95

Outras Reservas 80%: AOA 1.660.412.139,79



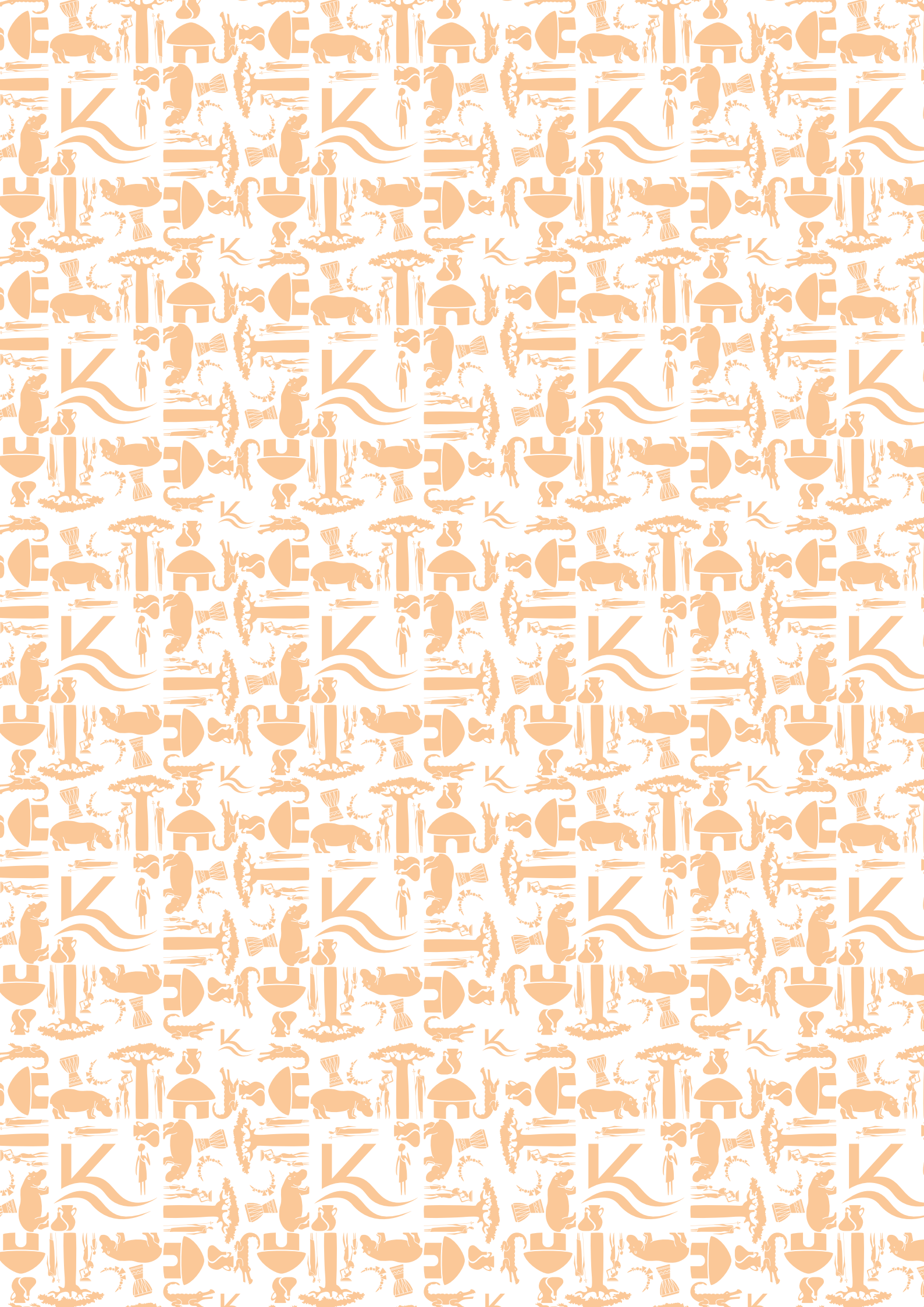
09

Demonstrações Financeiras e notas

Banco *Keve*
O BANCO À SUA MEDIDA

Gazela Africana





1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (PRÓ-FORMA) E EM 1 DE JANEIRO DE 2016 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAOA)

ACTIVO	Notas	31-12-2017			31-12-2016 (Pró-forma)	01-01-2016 (Pró-forma)
		Activo bruto	Amortizações e imparidade	Activo líquido		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	17.065.036	-	17.065.036	9.352.687	22.233.547
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	6.028.992	-	6.028.992	7.812.950	2.912.124
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	8.863.816	-	8.863.816	5.226.612	7.395.107
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	199.763	-	199.763	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	8	121.240	-	121.240	121.236	111.634
Investimentos detidos até à maturidade	9	52.380.068	-	52.380.068	50.108.794	30.443.702
Crédito a clientes	10	67.877.520	(11.861.585)	56.015.935	58.102.443	57.836.190
Activos não correntes detidos para venda	11	60.539	-	60.539	60.539	60.539
Outros activos tangíveis	12	10.935.633	(3.976.866)	6.958.767	6.543.234	5.425.563
Activos intangíveis	13	848.307	(792.012)	56.295	15.761	75.626
Activos por impostos correntes	14	-	-	-	-	148.982
Outros activos	15	3.352.995	(96.672)	3.256.323	3.283.581	3.993.872
Total do Activo		167.733.909	(16.727.135)	151.006.774	140.627.837	130.636.886
PASSIVO	Notas	31-12-2017			31-12-2016 (Pró-forma)	01-01-2016 (Pró-forma)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	16			8.442.037	1.534.361	2.017.283
Recursos de clientes e outros empréstimos	17			116.267.407	89.764.896	97.220.790
Provisões	18			1.835.417	2.157.314	1.761.576
Passivos por impostos correntes	14			62.734	137.574	376.375
Passivos subordinados	19			3.432.401	3.411.334	2.784.858
Outros passivos	20			4.670.948	29.402.043	14.691.057
Total do Passivo				134.710.944	126.407.522	118.851.939
CAPITAL PRÓPRIO		31-12-2017			31-12-2016 (Pró-forma)	01-01-2016 (Pró-forma)
Capital social	21			4.000.000	4.000.000	4.000.000
Outras reservas e resultados transitados	21			10.220.315	7.784.947	6.963.450
Resultado líquido do exercício				2.075.515	2.435.368	821.497
Total do Capital Próprio				16.295.830	14.220.315	11.784.947
Total do Passivo e do Capital Próprio				151.006.774	140.627.837	130.636.886

O anexo faz parte integrante destes balanços.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (PRÓ-FORMA)

Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAOA

	Notas	31-12-2017	31-12-2016 (Pró-forma)
Juros e rendimentos similares	22	15.197.623	12.697.784
Juros e encargos similares	22	(3.173.654)	(1.908.177)
Margem financeira		12.023.969	10.789.607
Rendimentos de serviços e comissões	23	4.126.487	3.623.309
Encargos com serviços e comissões	23	(179.303)	(246.848)
Resultados cambiais	24	1.258.895	1.928.607
Resultados de investimentos mantidos até à maturidade	25	363.612	5.313.492
Outros resultados de exploração	26	(490.382)	(334.466)
Produto da actividade bancária		17.103.278	21.073.701
Custos com o pessoal	27	(5.797.577)	(4.936.803)
Fornecimentos e serviços de terceiros	28	(4.715.351)	(5.160.243)
Depreciações e amortizações do exercício	12 e 13	(817.416)	(717.168)
Provisões líquidas de anulações	18	183.584	(816.086)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	10	(3.896.555)	(6.926.040)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e anulações	18	15.552	-
Resultado antes de impostos de operações em continuação		2.075.515	2.517.361
Impostos sobre os resultadosCorrentes	14	-	(81.993)
Resultado líquido do exercício		2.075.515	2.435.368
Rendimento não incluído na demonstração dos resultados		-	-
Rendimento integral do exercício		2.075.515	2.435.368
Número médio de acções ordinárias emitidas		5.000.000	5.000.000
Resultado por acção básico (em Kwanzas)		0,42	0,49
Resultado por acção diluído (em Kwanzas)		0,42	0,49

O anexo faz parte integrante destes balanços.



DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (PRÓ-FORMA)

Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAOA

mAOA	Outras reservas e resultados transitados					Resultado Líquido do Exercício	Total do capital Próprio
	Capital Social	Reservas Legal	Outras Reservas	Resultados transitados	Total		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	4.000.000	1.782.589	5.436.279	107.593	7.326.461	821.497	12.147.958
Efeitos da adopção das IAS/IFRS	0	0	0	(363.011)	(363.011)	0	(363.011)
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2016 (PRÓ-FORMA)	4.000.000	1.782.589	5.436.279	(255.418)	6.963.450	821.497	11.784.947
Aplicação do Resultado do Exercício de 2015	0	164.299	657.198	0	821.497	(821.497)	0
Rendimento integral do exercício	0	0	0	0	0	2.435.368	2.435.368
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (PRÓ-FORMA)	4.000.000	1.946.888	6.093.477	(255.418)	7.784.947	2.435.368	14.220.315
Aplicação do Resultado do Exercício de 2016	0	487.074	1.948.294	0	2.435.368	(2.435.368)	0
Rendimento integral do exercício	0	0	0	0	0	2.075.515	2.075.515
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	4.000.000	2.433.962	8.041.771	(255.418)	10.220.315	2.075.515	16.295.830

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(PRÓ-FORMA)**

Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAOA

	2017	2016 (pró-forma)
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	20.803.880	14.055.170
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(2.564.315)	(1.532.021)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(11.051.531)	(8.762.963)
Outros resultados	1.258.895	1.216.395
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais	8.446.929	4.976.581
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(3.635.193)	2.168.495
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(199.763)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(12.418)	9.253
Investimentos detidos até à maturidade	(1.528.033)	(16.064.870)
Crédito a clientes	(1.761.427)	(1.501.313)
Outros activos	47.397	(70.620)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	(7.089.437)	(15.459.055)
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	5.151.377	945.271
Recursos de clientes e outros empréstimos	24.335.654	(8.513.099)
Outros passivos	(967.161)	-
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	28.519.870	(7.567.828)
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	29.877.362	(18.050.302)
Impostos sobre o rendimento pagos	(375.738)	(206.293)
Caixa líquida das actividades operacionais	28.519.870	(18.256.595)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações	(1.203.366)	(1.048.551)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações	(48.942)	-
Caixa líquida das actividades de investimento	(1.252.308)	(1.048.551)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Remuneração paga relativa a responsabilidades representadas por títulos	(349.440)	(134.309)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(349.440)	(134.309)
Variação de caixa e seus equivalentes	27.899.876	(19.439.455)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	16.772.794	24.959.885
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes	(21.744.999)	11.252.364
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	22.927.671	16.772.794

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.



2. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Regional do Keve, S. A. (adiante igualmente desinado por “Banco Keve” ou “Banco”) é um Banco de capitais privados com sede no Sumbe, Kwanza Sul. Foi constituído em 19 de Setembro de 2003. A actividade comercial foi iniciada no dia 1 de Outubro de 2003. Por escritura pública de Dezembro de 2007, o Banco adoptou a abreviatura comercial «Banco Keve».

O objecto da sociedade é o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

O Banco foi constituído com um capital social de 456.000 mAOA (equivalente ao contravalor de 5.700.000 USD), representado por 570.000 acções nominativas de oitocentos Kwanzas cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Em 2006, o Banco registou um aumento do capital para 800.000 mAOA (equivalente a 10.000.000 USD) sendo a importância do aumento de 344.000 mAOA, integralmente realizada em dinheiro, passando o capital a estar representado por 1.000.000 acções nominativas de oitocentos kwanzas cada.

Em 2007, o Banco registou um aumento de capital para 4.000.000 mAOA (equivalente a 50.000.000 USD) sendo 2.400.000 mAOA por entrada em numerário e 800.000 mAOA por incorporação de reservas, passando a estar representado por 5.000.000 acções nominativas de oitocentos Kwanzas cada.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO, RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), nos termos do Aviso n.º 06/2016, de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola, conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”).

O Banco adoptou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, considerando para o efeito os termos da IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, as quais foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. Assim, a data de transição foi 1 de Janeiro de 2016, tendo o Banco preparado o seu balanço de abertura reportado a essa data (“Pró-forma”).

O Banco alterou as demonstrações financeiras do exercício de 2016, preparadas e aprovadas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (“CONTIF”), nos termos do Instrutivo n.º 09/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola, de modo a que as mesmas sejam comparáveis com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Como resultado do entendimento do Conselho de Administração sobre as divergências nas políticas contabilísticas das IAS/IFRS e o CONTIF e as análises e estimativas por si efectuadas, concluiu-se que a transição para as IAS/IFRS originou ajustamentos no capital próprio em 1 de Janeiro de 2016 e no capital próprio e no resultado líquido do Banco em 31 de Dezembro de 2016 apresentados na Nota 3.5.

As demonstrações financeiras do Banco, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontram-se expressas em milhares de Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas.

	31-12-2017	31-12-2016
1 USD	165,924	165,903
1 EUR	185,400	185,379

3.2 Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas “endorsed”.

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Interpretação
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	1-jan-18	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de activos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e à aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	1-jan-18	Apresenta-se informação detalhada sobre as alterações introduzidas pela IFRS 9, bem como os impactos potenciais, no final desta nota. Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transacções de troca directa envolvendo serviços de publicidade.
IFRS 16 – Locações	1-jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de activos e passivos para todos os contratos de locação, excepto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre activos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Clarificações sobre a IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	1-jan-18	Estas alterações vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
Emenda à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9, Instrumentos financeiros, com a IFRS 4, Contratos de seguros	1-jan-18	Esta emenda proporciona orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9. A IFRS 4 será substituída com a entrada em vigor da IFRS 17.
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-21	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à IFRS 2: Classificação e medida das transacções de pagamentos em acções	1-jan-18	Esta emenda vem introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transacções de pagamentos com base em acções que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transacções de pagamentos com base em acções (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transacções com características de liquidação compensada.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	1-jan-18 com excepção das alterações à IFRS 12, cuja data de aplicação é 1-jan-17	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou joint ventures detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.

continua



continuação

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Interpretação
Emenda à IFRS 9: características de pagamentos antecipados com compensação negativa	1-jan-19	Esta emenda vem permitir que activos financeiros com condições contratuais que prevêem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do activo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o activo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros.
Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos	1-jan-19	Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respectivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos.
IFRIC 22 - Transacções em moeda estrangeira incluindo adiantamentos para compra de activos	1-jan-18	Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.
IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento	1-jan-19	Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento

Estas normas apesar de aprovadas “endorsed”, não foram adoptadas pelo Banco em 2017, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Após as análises e estimativas já efectuadas pelo Conselho de Administração do Banco sobre os impactos da aplicação em períodos futuros destas normas, não se estimam impactos significativos. Não obstante, no que se refere especificamente à Norma IFRS 9, dada a complexidade das alterações e da respectiva implementação, o Banco irá constituir um grupo de trabalho para analisar os impactos resultantes da sua aplicação de forma mais detalhada.

A Norma IFRS 9 vem, para os exercícios iniciados em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, estabelecer um conjunto de novas regras quanto aos instrumentos financeiros, que podem apresentar-se da seguinte forma:

- Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: são definidos novos requisitos de classificação e mensuração de instrumentos financeiros, nomeadamente no que se refere ao modelo de negócio utilizado na gestão destes instrumentos, e nas suas características contratuais;
- Metodologia de apuramento das perdas por imparidade: são definidas três categorias de risco para os activos financeiros, sendo a classificação em cada uma delas dependente da alteração do risco de crédito a cada data de reporte, face ao seu reconhecimento inicial. A metodologia de reconhecimento das perdas por imparidade destes activos financeiros passa a ser apurada como base em perdas esperadas (“expected loss model” ou “ECL”), e não em perdas incorridas, conforme previsto na IAS 39. Esta metodologia implica o reconhecimento de perdas esperadas antes da ocorrência dos eventos de perda. Para este efeito é necessária a inclusão de informação prospectiva (“forward looking”) nas estimativas de perda esperada, com inclusão de tendências e cenários futuros, nomeadamente macroeconómicos;

- Contabilidade de cobertura: onde são apresentadas novas possibilidades de aplicação das regras contabilísticas de cobertura através de um maior número de relações de hedge entre os itens objecto de cobertura e os instrumentos cobertos.

3.3. Políticas contabilísticas

3.3.1. Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

3.3.2. Transacções em moedas estrangeiras

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica de “Resultados cambiais” (Nota 24).

3.3.3. Instrumentos financeiros

- Crédito a clientes e valores a receber

Valorimetria

No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito. Posteriormente, os créditos e valores a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.



i. Crédito concedido

Os créditos são activos financeiros e são registados pelos valores contratados quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

ii. Crédito e juros vencidos

Nesta rubrica são registados o capital, juros, e outros valores vencidos e não cobrados, deduzidos dos juros anulados. Conforme previsto no Instrutivo n.º 09/2015, de 4 de Junho, do Banco Nacional de Angola, o Banco procede, à anulação dos juros vencidos há mais de 90 dias.

iii Reconhecimento de proveitos

Os juros e comissões associadas a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As outras comissões cobradas, nomeadamente, comissões de serviços financeiros de um empréstimo, comissões de compromisso para originar um empréstimo e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são reconhecidos nas rubricas de resultados no momento em que são cobrados.

Garantias prestadas e créditos documentários à importação

As responsabilidades por garantias prestadas e créditos documentários à importação são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

Desreconhecimento

A anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

Imparidade

O Banco Keve, tem em curso um projecto para implementação de uma ferramenta informática e para definição da metodologia a aplicar com o objectivo de dar cumprimento aos requisitos da Norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros (“IAS 39”), no que respeita ao apuramento das perdas por imparidade da sua carteira de crédito concedido, não tendo esse processo sido concluído antes do encerramento das demonstrações financeiras do exercício de 2017. Neste contexto, o Banco manteve os seus procedimentos com vista ao cumprimento do registo de provisões com base nos requisitos do Instrutivo n.º 09/2015, de 4 de Junho, do Banco Nacional de Angola.

Assim, a imparidade para as operações de crédito é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas, incluindo as garantias e avales prestados e os créditos documentários à importação) em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas de acordo com o Regulamento de Crédito, atendidas as normas estabelecidas pelo Instrutivo n.º 09/2015, resultando do produto decorrente da aplicação dos percentuais de provisionamento sobre o valor contabilístico de cada crédito, assim considerado o montante a receber do tomador do crédito, acrescido dos

proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive aqueles decorrentes de variação cambial, se houver. O seu cálculo tem por base a classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e da operação e não apenas aquando da ocorrência de atrasos no pagamento da prestação de capital ou juros.

Operações com prazo inferior a 24 meses:

Risco	Nível de Risco	Dias de atraso	Provisão mínima a ser constituída
Nulo	A	Até 15 dias	0%
Muito reduzido	B	15 a 30	1%
Reduzido	C	30 a 60	3%
Moderado	D	60 a 90	10%
Elevado	E	90 a 150	20%
Muito elevado	F	150 a 180	50%
Perda	G	Superior a 180	100%

Operações com prazo inferior a 24 meses:

Risco	Nível de Risco	Dias de atraso	Provisão mínima a ser constituída
Nulo	A	Até 30 dias	0%
Muito reduzido	B	30 a 60	1%
Reduzido	C	60 a 120	3%
Moderado	D	120 a 180	10%
Elevado	E	180 a 300	20%
Muito elevado	F	300 a 360	50%
Perda	G	Superior a 360	100%

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

A reclassificação do crédito para uma categoria de menor risco, em função da redução do atraso, está limitada ao nível estabelecido na classificação inicial ou decorrente da avaliação periódica do risco.

As provisões para crédito concedido são registadas no activo na rubrica “Imparidade”, a abater à rubrica “Crédito a clientes” (Nota 10) e as provisões para garantias e avales prestados e créditos documentários não garantidos à data do balanço são apresentadas no passivo, na rubrica “Provisões” (Nota 18).

b) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com o preconizado na IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo seu justo valor.

i. Investimentos detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade



fixa, para os quais o Banco tem a intenção e capacidade de manter até ao vencimento (Nota 9). Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se valorizados pelo seu custo amortizado, acrescido dos juros periodificados e do prémio/desconto, reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o valor recebido nessa data e o respectivo valor contabilístico. Os juros e o prémio / desconto são calculados através do método da taxa de juro efectiva e reconhecidos na margem financeira (Nota 22).

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Os Bilhetes do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo seu custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos (Notas 9 e 22).

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda estrangeira, assim como as emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do dólar dos Estados Unidos (USD) estão sujeitas à actualização cambial. Deste modo, o resultado da actualização cambial do valor nominal dos títulos é registado na demonstração de resultados no exercício em que ocorrem na rubrica de “Resultados cambiais” (Nota 24). Sendo o juro corrido reflectido na margem financeira (Nota 22).

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Banco a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o Banco mantém em carteira, apenas investimentos relativos a Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, sendo classificados na categoria de investimentos detidos até à maturidade.

ii. Activos financeiros ao justo valor através de resultados
Os activos e passivos financeiros detidos para negociação incluem algumas Obrigações do Tesouro indexadas à taxa de câmbio do dólar dos Estados Unidos (USD).

Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” (Nota 22). A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associa-

dos ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

O justo valor dos activos financeiros transaccionados em mercados activos é o seu *bid-price* ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de desconto de fluxos de caixa contratuais.

Quando são utilizadas técnicas de desconto de fluxos de caixa contratuais, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas do mercado e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

iii. Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital, nomeadamente as participações na EMIS, Sagripek e Gestacall (Nota 8).

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo, o que é o caso das referidas participações.

Caso existam variações no valor desta participação as mesmas são registadas na rubrica de “Outras reservas”.

No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”, respectivamente. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados.

iv. Imparidade

Conforme anteriormente referido, os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

v. Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação a ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes e empréstimos. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos na margem financeira (Nota 22).

O custo amortizado de um passivo financeiro é o montante pelo qual é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido ou deduzido de amortizações acumuladas usando o método da taxa de juro efectiva, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido e o montante na maturidade.

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (Nota 22), pelo método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas

perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 – Rêdito no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18 – Rêdito, que a sua recuperação é remota.

c) Depósitos indexados

Os Depósitos a prazo de clientes em moeda nacional, indexados à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos (USD) estão sujeitos à actualização cambial. Deste modo, o resultado da actualização cambial do valor nominal dos depósitos é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre na rubrica “Resultados cambiais” (Nota 24), sendo o juro corrido reflectido na rubrica “Juros a pagar” (Nota 17).

3.3.4. Activos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica “Activos não correntes detidos para venda” os bens recebidos em dação em pagamento, na sequência da recuperação de créditos em incumprimento, se destinados à alienação posterior.

Estes activos são registados pelo menor montante apurado entre a sua avaliação e o valor do crédito em dívida deduzido das respectivas provisões específicas constituídas.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre a quantia escriturada e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O valor de reavaliação destes activos é determinado com base em avaliações periódicas efectuadas por peritos avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) for inferior ao valor por que se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações”.

Quando esgotado o prazo legal de 2 anos sem que os bens sejam alienados (prorrogáveis por autorização do BNA), é efectuada nova avaliação, destinada a apurar o valor de mercado actualizado, com vista a eventual constituição da correspondente imparidade.

3.3.5. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens e indispensáveis para os colocar em condições de utilização.



Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios (Nota 28).

As amortizações são calculadas ao longo da vida útil estimada dos bens, a qual corresponde ao período em que se espera que os activos estejam disponíveis para uso. Os anos de vida útil estimada para as principais classes de activos tangíveis do Banco são como seguem:

	Anos de vida útil
Imóveis de uso próprio (Edifícios)	10 a 50
Obras em edifícios arrendados	10 a 50
Equipamento	
Material de transporte	4
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	3 a 7
Equipamento informático	3 a 6
Instalações Interiores	8 a 10
Equipamento de Segurança	5 a 8
Outro equipamento	5 a 10

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de activos, quando um activo tem indícios de imparidade deve ser estimado o seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.3.6. Activos intangíveis

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a *software*.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas linearmente pelo período da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde em média a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de *software* são registadas como custo no exercício em que são incorridas, sendo que o desenvolvimento de aplicações informáticas para as quais exista expectativa que venham a ser gerados benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

3.3.7. Relato financeiro em economias hiperinflacionárias

Nos termos da IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias (“IAS 29”), as instituições financeiras devem, em caso de existência de hiperinflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor aos saldos de capital, reservas e resultados transitados. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da

unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- A taxa acumulada de inflação durante 3 anos aproxima-se, ou excede 100%.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de “Resultado na posição monetária líquida” da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de capital próprio, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reservas de reavaliação”) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

A Associação Angolana de Bancos (“ABANC”) e o Banco Nacional de Angola (“BNA”) expressaram uma interpretação de que não se encontram cumpridos a totalidade dos requisitos previstos na IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias (“IAS 29”) para que a economia Angola seja considerada hiperinflacionária para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017. Com base nessa interpretação, o Conselho de Administração decidiu não aplicar nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a reexpressão das mesmas de acordo com aquela norma.

3.3.8. Impostos sobre o rendimento

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual pode diferir do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor dos activos e passivos no balanço e a sua base fiscal, utilizados na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 não foram registados impostos diferidos nas demonstrações financeiras do Banco, por não existirem diferenças temporais dedutíveis ou tributáveis enquadráveis.

Imposto industrial

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%.

A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, o qual passou a determinar que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”) são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável, não substanciando o IAC um custo aceite fiscalmente (Nota 14).

Adicionalmente, nos termos do novo Código do Imposto Industrial, os contribuintes cuja actividade esteja no âmbito dos poderes de supervisão do Banco Nacional de Angola, devem efectuar, até ao final do mês de Agosto de cada ano, a liquidação provisória do Imposto Industrial referente a esse exercício, sendo o imposto a entregar calculado com base em 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurado nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a IAC.

Imposto Sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais, tendo sido, entretanto, alterado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14. O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos resultantes de aplicações e rendimentos de títulos. A taxa varia entre 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Os rendimentos provenientes da reavaliação cambial de títulos de dívida pública emitidos em moeda estrangeira são tributados em sede de imposto industrial.

Em carta do Banco Nacional de Angola à ABANC, de 26 de Setembro de 2013, foi reiterado que os juros de Obrigações do Tesouro, Bilhetes do Tesouro e Títulos do Banco Central apenas são sujeitos a IAC, relativamente a títulos emitidos após 1 de Janeiro de 2013.

Imposto Predial Urbano (“IPU”)

Incide IPU, à taxa de 0,5%, sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal do Banco quando o seu valor patrimonial é superior a mAOA 5.000.

Outros impostos

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

3.3.9. Provisões e contingências

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação, em conformidade com os requisitos do IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a sua melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

3.3.10. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; e
- Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

3.3.11. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

3.3.12. Reconhecimento de juros de instrumentos financeiros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (Nota 22), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 – Rêdito no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18 – Rêdito, que a sua recuperação é remota.

3.3.13. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Saldo em disponibilidades do fim do exercício” o total dos saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, excluindo a rubrica referente a “Créditos no sistema de pagamentos” (Notas 4 e 5).

3.4. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As Normas Internacionais de Relato Financeiro definem um conjunto de tratamentos contabilísticos estando subjacente que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos apresentadas nesta Nota visam facilitar o entendimento no que se refere à sua aplicação e de como a mesma afecta os resultados reportados pelo Banco, e as respectivas divulgações. A descrição das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 3.3 às demonstrações financeiras.

No que se refere aos resultados divulgados pelo Banco, uma vez que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico, caso o Banco optasse por outro tratamento os resultados poderiam ser diferentes. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira

do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Perdas de imparidade em crédito a clientes

O Banco efectua uma revisão periódica do risco da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 3.3.3 a).

A imparidade é determinada tendo por base o julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e a estimativa do valor das garantias recebidas em colateral. Caso não se verifiquem os pressupostos e julgamentos utilizados nas análises, os resultados podem ser diferentes.

O Banco considera que a imparidade determinada com base na metodologia descrita na Nota 3.3.3 a) permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito a clientes.

Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os activos financeiros com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo, sendo realizada uma avaliação no que concerne à sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos financeiros detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

O Banco mantém como investimentos detidos até à maturidade títulos emitidos pelo Estado Angolano (Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro), não sendo por esse motivo registada imparidade.

É entendimento do Conselho de Administração de que o valor de aquisição dos títulos é semelhante ao seu justo valor, motivo pelo qual não foram efectuados ajustamentos no momento da mensuração inicial, excepto para os títulos em moeda nacional não reajustáveis, cujo justo valor foi ajustado com base na média da inflação semestral (anualizada) dos últimos 3 anos anteriores à aquisição do título.

Impostos sobre o lucro

Os impostos sobre os lucros são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis pelo Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.



As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

3.5. Impactos de transição pela introdução das normas internacionais de relato financeiro

Estas são as primeiras demonstrações financeiras anuais do Banco preparadas de acordo com as IFRS, tendo sido cumprido o disposto na IFRS 1 para a determinação dos ajustamentos de transição, com referência a 1 de Janeiro de 2016.

A entrada em vigor das IFRS, em 1 de Janeiro de 2017, conforme previsto no Aviso n.º 06/2016, de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola, implicou o cálculo e registo de ajustamentos decorrentes da aplicação dos novos princípios contabilísticos, que determinam alterações aos valores de Balanço, Capital Próprio e dos Resultados Líquidos do exercício de 2016, preparados de acordo com as anteriores normas de contabilidade estabelecidas no Plano de Contas das Instituições Financeiras (“CONTIF”).

Na preparação das demonstrações financeiras na data de transição, o Banco adoptou retrospectivamente as IFRS optando por algumas das excepções permitidas na “IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, nomeadamente:

Desreconhecimento de activos financeiros

De acordo com a opção da IFRS 1, foram aplicados os requisitos de desreconhecimento da IAS 39 apenas para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2016. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as normas contabilísticas anteriormente aplicadas, não foram reexpressos no balanço.

Valorização dos activos fixos tangíveis

O Banco decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis, com referência a 1 de Janeiro de 2016, o valor de balanço determinado em conformidade com as políticas contabilísticas anteriormente aplicadas.

Com excepção das situações referidas acima, o Banco adoptou retrospectivamente as restantes IFRS.



Balanco Contif	Balanco IAS/FRS		31 de Dezembro de 2016				1 de Janeiro de 2016		
Activo	Activo	Contif	Reclassifi- cações	Ajusta- mentos de transição	IAS/FRS	CONTIF	Reclassifi- cações	Ajusta- mentos de transição	IAS/FRS
Disponibilidades	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	9.352.687	-	9.352.687	24.959.885	(2.726.338)	-	22.233.547
	Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.772.795	(8.959.845)	-	7.812.950		2.912.124	-	2.912.124
Aplicações de liquidez	Aplicações em bancos centrais e em outras institu- ições de crédito	5.226.612	-	-	5.226.612	7.395.107	-	-	7.395.107
Títulos e valores mo- biliários - mantidos para negociação	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	8.323.877	(8.323.877)	-	-	6.652.900	(6.652.900)		
Imobilizações financeiras	Activos financeiros dis- poniveis para venda	108.822	12.414	-	121.236	118.076	(6.442)	-	111.634
Títulos e valores mo- biliários - Mantidos até ao vencimento	Investimentos detidos até à maturidade	41.844.058	8.323.877	(59.141)	50.108.794	23.930.512	6.652.900	(139.710)	30.443.702
Créditos no sistema de pagamentos	-	392.843	(392.843)	-	-	185.786	(185.786)	-	-
Operações cambiais	-	-	-	-	-	5.356	(5.356)	-	-
Créditos	Crédito a clientes	58.102.443	-	-	58.102.443	58.600.633	(764.443)	-	57.836.190
Bens de uso não próprio	Activos não correntes detidos para venda	-	60.539	-	60.539	-	60.539	-	60.539
Imobilizações corpóreas	Outros activos tangíveis	6.543.234	-	-	6.543.234	5.122.184	303.379		5.425.563
Imobilizações incorpóreas	Activos intangíveis	15.761	-	-	15.761	379.005	(303.379)	-	75.626
	Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	148.982	-	148.982
Outros valores	Outros activos	3.356.533	(72.952)	-	3.283.581	3.427.152	566.720	-	3.993.872
Total Activo	Total Activo	140.686.978	-	(59.141)	140.627.837	130.776.596	-	(139.710)	130.636.886
Passivo e capital próprio	Passivo e capital próprio	Contif	Reclassifi- cações	Ajusta- mentos de transição	IAS/FRS	CONTIF	Reclassifi- cações	Ajusta- mentos de transição	IAS/FRS
Passivo	Passivo								
Captações para liquidez	Recursos de bancos centrais e de outras inst. de crédito	1.010.849	523.512		1.534.361	65.579	1.951.704	-	2.017.283
Obrigações no sistema de pagamentos	-	523.512	(523.512)	-	-	786.344	(786.344)	-	-
Depósitos	Recursos de clientes e outros empréstimos	89.263.624	144.031	357.241	89.764.896	96.997.489	-	223.301	97.220.790
Passivos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes	137.574	-	-	137.574	376.375	-	-	376.375
Dívida subordinada	Passivos subordinados	3.411.334	-	-	3.411.334	2.784.858	-	-	2.784.858
Outras captações con- tratadas	-	144.031	(144.031)	-	-	1.165.360	(1.165.360)	-	-
Outras obrigações	Outros passivos	1.678.229	(1.678.229)	-	-	1.239.701	13.451.356	-	14.691.057
Provisões para responsabi- lidades prováveis	Provisões	2.157.314	-	-	2.157.314	1.761.576	-	-	1.761.576
Operações cambiais	Outros passivos	27.723.814	1.678.229	-	29.402.043	13.451.356	(13.451.356)	-	-
Total do Passivo	Total do Passivo	126.050.281	-	357.241	126.407.522	118.628.638	-	223.301	118.851.939
Fundos Próprios	Capital Próprio								
Capital social	Capital social	4.000.000	-	-	4.000.000	4.000.000	-	-	4.000.000
Reservas e fundos	Outras reservas e resultados transitados	8.147.958	-	(363.011)	7.784.947	7.326.461	-	(363.011)	6.963.450
Resultado líquido do exercício	Resultado líquido do exercício	2.488.739	-	(53.371)	2.435.368	821.497	-	-	821.497
Total dos Fundos Próprios	Total do Capital Próprio	14.636.697	-	(416.382)	14.220.315	12.147.958	-	(363.011)	11.784.947
Total do Passivo e dos Fundos Próprios	Total do Passivo e do Capital Próprio	140.686.978	-	(59.141)	140.627.837	130.776.596	-	(139.710)	130.636.886

Demonstração Dos Resultados Contif	Demonstração Dos Resultados IAS/IFRS	31 de Dezembro de 2016			
		Contif	Reclassifi- cações	Ajusta- mentos de transição	IAS/FRS
Proveitos de instrumentos financeiros activos	Juros e rendimentos similares	12.617.215	-	80.569	12.697.784
Custos de instrumentos financeiros passivos	Juros e encargos similares	(1.908.177)	-	-	(1.908.177)
Margem financeira	Margem financeira	10.709.038	-	80.569	10.789.607
Resultados de prestação de serviços financeiros	Rendimentos de serviços e comissões	3.510.401	246.848	(133.940)	3.623.309
	Encargos com serviços e comissões	-	(246.848)	-	(246.848)
Resultados de negociação e ajuste ao valor justo	Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	5.313.492	(5.313.492)	-	-
Resultados de negociação e ajuste ao valor justo	Resultados de investimentos mantidos até à maturidade	-	5.313.492	-	5.313.492
Resultados de operações cambiais	Resultados cambiais	1.928.607	-	-	1.928.607
Resultado não operacional	Outros resultados de exploração	(626.882)	292.416	-	(334.466)
Resultado de intermediação financeira	Produto da actividade bancária	20.834.656	292.416	(53.371)	21.073.701
Pessoal	Custos com o pessoal	(4.623.298)	(313.505)	-	(4.936.803)
Fornecimentos de terceiros	Fornecimentos e serviços de terceiros	4.635.192	(525.051)	-	(5.160.243)
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	-	(264.861)	264.861	-	-
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	-	(11.039)	11.039	-	-
Outros administrativos e de comercialização	-	(271.432)	271.432	-	-
Depreciações e amortizações	Depreciações e amortizações do exercício	(717.168)	-	-	(717.168)
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(7.741.733)	815.693	-	(6.926.040)
Outros custos e proveitos operacionais	Outros custos e proveitos operacionais	1.193	(1.193)	-	-
Provisões para responsabilidades prováveis	-	(394)	394	-	-
-	Provisões líquidas de anulações	-	(816.086)	-	(816.086)
Resultado operacional	Resultado antes de impostos	2.570.732	-	(53.371)	2.517.361
Encargos sobre o resultado corrente	Impostos sobre os resultados - Correntes	(81.993)	-	-	(81.993)
Resultado líquido do exercício	Resultado líquido do exercício	2.488.739	-	(53.371)	2.435.368

As diferenças entre o CONTIF e as IFRS, com impacto nas demonstrações financeiras em 1 de Janeiro, e 31 de Dezembro de 2016 e a reconciliação dos capitais próprios e resultados nas referidas datas, são apresentados como segue:

		31 de Dezembro de 2016 (pró-forma)		1 de Janeiro de 2016 (pró-forma)
		Capitais próprios	Resultados do exercício	Capitais própriosNormas
Normas locais (CONTIF)		14.636.697	2.488.739	12.147.958
Aplicação da taxa efectiva à carteira de títulos e justo valor dos títulos no momento inicial	a)	(59.141)	80.569	(139.710)
Aplicação da taxa efectiva para registo das comissões da carteira de crédito	b)	(272.577)	(49.276)	(223.301)
Aplicação do diferimento de comissões dos crédito documentários à importação	c)	(84.664)	(84.664)	-
Total dos ajustamentos de transição		(416.382)	(53.371)	(363.011)
Capitais próprios - IAS/IFRS		14.220.315	2.435.368	11.784.947

a) Ajustamento resultante de:

- i. valorização dos instrumentos financeiros classificados como detidos até à maturidade, de acordo com os critérios estabelecidos pela IAS 39, ao justo valor no reconhecimento inicial.
- ii. aplicação do método de taxa de juro efectiva na amortização do desconto/diferimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor nominal para cada um dos títulos constantes da carteira de detidos até à maturidade, ao longo da vida útil de cada título. É através da aplicação desta taxa, até à data de desreconhecimento do título, que o desconto ou prémio de aquisição é reconhecido em resultados.

A taxa efectiva é a taxa de desconto que, aplicada sobre os recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contabilístico líquido do activo financeiro.

Conforme divulgado na Nota 3.4. – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, no momento inicial as obrigações do tesouro em moeda nacional não reajustáveis divergem do seu justo valor sendo o mesmo ajustado com base na média da inflação (anualizada) dos últimos 3 anos anteriores à aquisição do título.

- b) Ajustamento resultante do diferimento das comissões sobre operações de crédito ao longo da vida útil. Considerando que ainda não foi possível implementar, a esta data, sistemas informáticos para o cálculo das comissões de crédito de acordo com o método da taxa efectiva, o ajustamento apurado tem por base o diferimento linear das comissões, pelo período de vida remanescente dos créditos em carteira, à data de reporte.

- c) À semelhança do ajustamento referente ao diferimento das comissões de crédito, para efeitos de cálculo do ajustamento relativo ao diferimento das comissões dos créditos documentários à importação, foi considerado o diferimento linear das comissões pelo período de vida remanescente dos créditos em carteira, à data de reporte.

Os montantes apurados serão reconhecidos na margem financeira, nos próximos exercícios, até à maturidade dos créditos.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016 (pró-forma)
Caixa		
Notas e moedas nacionais	3.494.337	2.935.702
Notas e moedas estrangeiras		
Em Dólares dos Estados Unidos (USD)	54.371	56.722
Em outras divisas	15.627	53.876
	3.564.335	3.046.300
Disponibilidades no Banco Nacional de Angola		
Em moeda nacional	12.802.161	5.607.935
Em Dólares dos Estados Unidos (USD)	698.540	698.452
	13.500.701	6.306.387
	17.065.036	9.352.687

Os depósitos à ordem mantidos junto do Banco Nacional de Angola em moeda nacional e moeda estrangeira visam cumprir com as disposições em vigor de manutenção de reservas obrigatórios e não são remunerados.

Em 31 de Dezembro de 2017, as reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo nº 06/2017 de 1 de Dezembro, sendo constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da correspondente denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem. A exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de uma taxa de 21% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda nacional e de uma taxa de 15% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda estrangeira. No caso de reservas obrigatórias em moeda estrangeira, o Banco pode cumprir até 80% da exigibilidade em Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira, pertencentes à carteira própria do Banco, desde que emitidas a partir de Janeiro de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2016, as reservas obrigatórias eram apuradas nos termos do disposto dos Instrutivos número 02/2016, de 11 de Abril e 04/2016, de 13 de Maio, que prevêem as bases de incidência em moeda nacional e moeda estrangeira. Assim, o coeficiente de reservas obrigatórias a ser aplicado sobre os saldos diários das rubricas que compõem a base de incidência em moeda nacional (exceptuando as contas do Governo Central, dos Governos Locais e das Administrações Municipais) era de 30% (trinta por cento), podendo os bancos cumprir até 20% (vinte por cento) com Obrigações do Tesouro pertencentes à carteira própria, desde que emitidas a partir de Janeiro de 2015 e com o total do montante dos contratos de financiamento realizados com o Ministério das Finanças (de acordo com as regras de ponderação definidas no Instrutivo n.º 04/2016, de 13 de Maio). O coeficiente de reservas obrigatórias a ser aplicado sobre os saldos diários das rubricas que compõem a base de incidência em moeda estrangeira (exceptuando as contas do Governo Central, dos Governos Locais e das Administrações Municipais) é de 15%.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016 (pró-forma)
Disponibilidades em instituições de crédito no país		
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	35.794	267.192
	35.794	267.192
Disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro		
Banco BAI Europa, S.A.	3.828.923	2.553.790
Banco Millennium Atlântico, S.A.	843.721	710.174
Banque de Commerce et de Placements, S.A.	713.175	471.074
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	380.827	1.314.659
Outras entidades	60.195	2.103.218
	5.826.841	7.152.915
Créditos no sistema de pagamentos	166.357	392.843
	6.028.992	7.812.950

Em 2017 e 2016, as “Disponibilidades em outras instituições de crédito” não são remuneradas.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Disponibilidades em instituições de crédito no país” corresponde a um depósito junto do Banco BAI que serve de colateral às operações feitas com cartões de crédito VISA de clientes do Banco Keve. O Banco BAI serve de intermediário entre o Banco Keve e a VISA.

O detalhe por moeda da rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro” apresenta a seguinte composição:

	2017	2016 (pró-forma)
Disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro:		
Expressas em Dólares dos Estados Unidos (USD)	3.096.432	1.002.715
Expressas em Euros (EUR)	2.723.501	6.144.118
Expressas em Libras Estrelinas (GBP)	6.456	-
Expressas em Rand Sul Africano (ZAR)	452	6.082
	5.826.841	7.152.915

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de “Créditos no sistema de pagamentos” inclui cheques recebidos no Banco apresentados para compensação nos primeiros dias úteis de 2018 e 2017, respectivamente. Os cheques a compensar com referência a 31 de Dezembro de 2017, foram totalmente compensados no dia 2 de Janeiro de 2018.

6. APLICAÇÕES EM BANCOS CENTRAIS E EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016 (pró-forma)
Aplicações em instituições de crédito no país		
Banco Sol, S.A.	2.000.000	-
Banco Nacional de Angola	1.900.000	-
Banco de Poupança e Crédito, S.A.	1.000.000	829.515
Banco Angolano de Negócios e Comércio, S.A.	800.000	1.000.000
	5.700.000	1.829.515
Proveitos a receber	10.522	7.975
	5.710.522	1.837.490
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos		
Banco BIC Português, S.A.	727.457	650.120
Banco Atlântico Europa, S.A.	414.810	116.132
Byblos Bank Europe, S.A.	248.554	889.472
Banque de Commerce et de Placements, S.A.	202.976	787.989
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	-	414.758
	1.593.797	2.858.471
Proveitos a receber	848	873
	1.594.645	2.859.344
Operações colaterais de cartas de crédito		
Byblos Bank Europe, S.A.	1.320.368	528.205
Banco Millennium Atlântico, S.A.	237.769	-
First National Bank	512	512
Outras entidades	-	1.061
	1.558.649	529.778
	3.153.294	3.389.122
	8.863.816	5.226.612

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, as “Aplicações em instituições de crédito no país” correspondiam a operações em mercado interbancário, em moeda nacional, que venciam juro à taxa média de 16,40% e 25,28%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2017, o Banco tinha uma aplicação em moeda nacional junto do Banco Sol, S.A. no montante de 2.000.000 mAOA, com maturidade inferior a 1 mês e remunerada a 16,4%.

Em 31 de Dezembro de 2017, o saldo relativo a “Aplicações em instituições de crédito no país – Banco Nacional de Angola” correspondia a quatro operações de venda de títulos próprios com acordo de recompra (REPOS), com datas de contratação compreendidas entre 19 e 26 de Dezembro de 2017 e com data de maturidade entre 2 e 16 de Janeiro de 2018. A taxa de juro média das operações é de 8,74%.



Em 31 de Dezembro de 2017, o Banco tinha uma aplicação em moeda nacional junto do Banco Poupança e Crédito, S.A. no montante de 1.000.000 mAOA, com maturidade inferior a 1 mês e remunerada a 16,4%. Em 31 de Dezembro de 2016, o Banco tinha uma aplicação em moeda estrangeira junto do Banco de Poupança e Crédito, S.A. no montante de 5.000.000 USD, equivalente a 829.515 mAOA, remunerada a uma taxa de juro de 5,5%, e com uma maturidade de aproximadamente 2 meses.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o Banco tinha uma aplicação em moeda nacional junto do Banco Angolano de Negócios e Comércio, S.A., no montante de 800.000 mAOA e 1.000.000 mAOA, respectivamente, remunerada a uma taxa de juro de 16,4% e 25,3%, respectivamente e maturidade inferior a 1 mês.

As aplicações em instituições de crédito do país detidas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2017 foram liquidadas no início do mês de Janeiro de 2018.

O detalhe por moeda das “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro” tem a seguinte composição:

	2017	2016 (pró-forma)
Aplicações em instituições de crédito no país		
Expressas em Dólares dos Estados Unidos (USD)	1.136.151	2.580.348
Expressas em Euros (EUR)	458.494	278.996
	1.594.645	2.859.344

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o saldo relativo a “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Banco BIC Português, S.A.” correspondia a aplicações não remuneradas, em moeda estrangeira (Euros), no montante de 458.494 mAOA e 278.996 mAOA, respectivamente e a aplicações remuneradas à taxa de 0,95% e 0,25%, respectivamente, em moeda estrangeira (USD), no montante de 68.963 mAOA e 371.124 mAOA, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, as “Operações colaterais de cartas de crédito” correspondem a operações que servem como colateral de operações de cartas de crédito, conforme indicação de contrapartes específicas.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o prazo residual das aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito apresenta o seguinte detalhe:

	2017	2016 (pró-forma)
Até 15 dias	5.198.596	1.829.515
Entre 15 e 30 dias	1.392.740	3.397.097
Entre 1 e 2 meses	2.272.480	-
	8.863.816	5.226.612

7. ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016 (pró-forma)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	199.763	-
	199.763	-

A 31 de Dezembro de 2017, a rubrica “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” apresenta os seguintes valores:

Descrição	Moeda	País	2017		Proveitos a receber	Valor de Balanço
			Taxa de juro média	Custo de aquisição		
Obrigações do Tesouro indexadas ao USD	AOA	Angola	5,00%	193.201	6.562	199.763
			-	193.201	6.562	199.763

Conforme a política contabilística descrita na Nota 3.3.3.b), os títulos detidos para negociação são aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo.

Em 31 de Dezembro de 2017, o valor de balanço das Obrigações do Tesouro indexadas ao dólar, consiste numa Obrigação do Tesouro indexada, que foi adquirida em Março de 2017 e cuja data de vencimento ocorre em Setembro de 2023. Este título remunera de acordo com cupões semestrais a uma taxa de 5%.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica é constituída pelos seguintes instrumentos de capital:

Participações em outras sociedades	% de Participação	Nº de Títulos	Espécie	Método de Valorização
EMIS - Empresa Interbancária de Serviços	2,42%	2.988	Ordinária	Custo de aquisição ⁽¹⁾
Gestcall - Gestão de Serviços de Atendimento	15,00%	1.500	Ordinária	Custo de aquisição ⁽¹⁾
Sagripek	5,00%	80	Ordinária	Custo de aquisição ⁽¹⁾

⁽¹⁾ As participações financeiras do Banco (incluindo as respectivas prestações acessórias) encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição, sendo alvo de testes de imparidade anuais na medida em que o Banco não consegue apurar o seu justo valor com fiabilidade, conforme descrito na Nota 3.3.3.b).

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 é referente às seguintes participações financeiras:

	2017	2016 (Pró-forma)
Ações:		
EMIS - Empresa Interbancária de Serviços		
Capital	93.958	93.958
Prestações acessórias	22.025	22.021
	115.983	115.979
Gestcall - Gestão de Serviços de Atendimento	3.090	3.090
Sagripek	2.167	2.167
	121.240	121.236

A EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS) foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços complementares, sendo a participação do Banco correspondente a 2,42%. No seguimento da 27.ª Assembleia Geral da EMIS, a 20 de Maio de 2016, foi aprovada a adesão do Banco ao pacto social da EMIS, tendo assim sido adquirida a participação no capital da sociedade. Adicionalmente, foram ainda entregues à EMIS os valores correspondentes ao prémio de emissão e a prestações acessórias da respectiva participação no capital.

9. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

		2017		2016 (Pró-forma)
	Taxa de juro	Valor de balanço	Taxa de juro	Valor de balanço
Bilhetes do Tesouro	21,82%	9.643.417	23,48%	7.449.211
		9.643.417		7.449.211
Obrigações do Tesouro				
Em moeda nacional				
Indexadas ao USD (1)	7,05%	37.781.104	6,98%	37.672.951
Não reajustáveis	8,96%	1.798.136	7,36%	2.677.842
		39.579.240		40.350.793
Em moeda estrangeira (USD)				
	5,00%	1.614.441	4,58%	1.375.336
		1.614.441		1.375.336
Proveitos a receber		1.542.970		933.454
		52.380.068		50.108.794

1) Valor nominal indexado ao Dólar dos Estados Unidos.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, considerando que não se verificaram indícios de imparidade nas Obrigações do Tesouro em carteira e, atendendo a que estas foram emitidas pelo Estado Angolano, o Banco classifica-as em “Investimentos detidos até à maturidade” não sendo constituída imparidade.



Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os investimentos detidos até à maturidade apresentam a seguinte desagregação, excluindo juros a receber, de acordo com prazos residuais de vencimento:

	Até um mês	De um a três meses	De três a seis meses	De seis meses a um ano	Mais de um ano	Total
Bilhetes do tesouro	2.652.043	1.812.853	3.798.647	1.379.874	-	9.643.417
Obrigações do tesouro em moeda nacional						
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	-	730.217	1.265.062	11.068.786	24.717.039	37.781.104
Não indexadas	-	-	332.311	-	1.465.825	1.798.136
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira	-	-	-	248.886	1.365.555	1.614.441
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	2.652.043	2.543.070	5.396.020	12.697.546	27.548.419	50.837.098
Bilhetes do tesouro	462.645	1.595.742	2.306.256	3.084.568	-	7.449.211
Obrigações do tesouro em moeda nacional						
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	-	-	288.365	5.481.438	31.903.148	37.672.951
Não indexadas	-	-	1.156.440	-	1.521.402	2.677.842
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira	-	-	-	-	1.375.336	1.375.336
Saldo a 31 de Dezembro de 2016 (Pró-forma)	462.645	1.595.742	3.751.061	8.566.006	34.799.886	49.175.340

Conforme divulgado na Nota 3.4. – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, no momento inicial o custo de aquisição das Obrigações do Tesouro em moeda nacional não reajustáveis divergem do seu justo valor sendo o mesmo ajustado com base média da inflação (anualizada) dos últimos 3 anos anteriores à aquisição do título.

10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é analisada como segue:

	2017	2016 (Pró-forma)
Crédito vivo		
Moeda nacional		
Empresas	48.104.959	50.210.399
Particulares	5.651.054	50.210.399
Cartões de crédito	1.266.399	536.702
Sector público empresarial	40.324	9.141
Fundos e serviços públicos autónomos	-	1.628.155
Proveitos a receber	1.846.818	2.434.216
	56.909.555	59.690.787
Moeda estrangeira		
Empresas	333.475	426.886
Particulares	165.625	185.537
Sector público empresarial	-	3.995
Proveitos a receber	406.177	367.068
	905.278	983.486
Total de crédito vivo	57.814.833	60.674.273
Crédito vencido		
Moeda nacional		
Empresas	7.992.839	2.170.816
Sector público empresarial	577.574	-
Particulares	425.003	137.195
Proveitos a receber	6.223	4.700
	9.001.639	2.312.711
Moeda estrangeira		
Empresas	807.910	1.254.897
Sector público empresarial	158.522	-
Particulares	94.616	4.182
	1.061.048	1.259.079
Total de crédito vencido	10.062.687	3.571.790
Total de crédito bruto	67.877.520	64.246.063
Imparidade (Nota 18)	(11.861.585)	(6.143.620)
Total de crédito líquido	56.015.935	58.102.443



No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, existe um conjunto de divulgações obrigatórias, ao abrigo dos Instrutivos n.º 5 e 6 de 2016, publicados pelo Banco Nacional de Angola, para as quais o Banco ainda não dispõe de informação, não sendo assim possível a sua apresentação no anexo às demonstrações financeiras. Esta situação decorre do facto de se encontrar em curso a implementação de uma ferramenta informática e a definição da metodologia a aplicar para o apuramento das perdas por imparidade da carteira de crédito concedido, que cumpra os requisitos definidos pela Norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros (“IAS 39”) (Nota 3.3.3 a)).

Em 31 de Dezembro de 2017, o Banco com a adopção da IAS/IFRS alterou a sua política de abate de crédito ao activo de 6 meses após a classificação no nível de risco “G” para uma política baseada na expectativa de recuperação, conforme descrito na Nota 3.3.3 a) – Desreconhecimento. Assim, em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica “Crédito vencido – Moeda nacional” inclui 6.489.668 mAOA referentes à reestruturação de créditos que tinham sido abatidos ao activo em exercícios anteriores, sendo o seu reconhecimento em balanço efectuado mediante o reconhecimento do valor da imparidade que havia sido utilizada para o seu abate.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o crédito concedido a clientes (excepto cartões de crédito) vencia juros à taxa média anual de 22,72% e 18,47%, respectivamente, para o crédito concedido em moeda nacional, e 11,87% e 9,85%, respectivamente, para o crédito concedido em moeda estrangeira. O crédito em moeda estrangeira é maioritariamente em Dólares dos Estados Unidos.

Em 31 de Dezembro de 2017, o Banco mantinha com entidades relacionadas operações de crédito no montante de 23.682.726 mAOA, sendo que para quatro grupos económicos a exposição excedia 25% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR). Assim, a exposição a estes grupos encontrava-se a ultrapassar os limites dos grandes riscos estipulados pelo Aviso nº 09/2016, do Banco Nacional de Angola.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito encontram-se evidenciados na Nota 18 – Provisões e Imparidade.

Não obstante o reforço significativo da imparidade para a carteira de crédito concedido nos exercícios de 2017 e 2016 nos montantes líquidos de 3.896.555 mAOA e 6.926.040 mAOA, respectivamente, o Conselho de Administração do Banco compromete-se em continuar o reforço da imparidade em 2018.

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a carteira de crédito, incluindo os proveitos a receber, apresenta a seguinte estrutura de acordo com o prazo residual de vencimento:

	2017	2016 (Pró-forma)
Em moeda nacional		
De um a três meses	13.025.314	8.518.947
De três a seis meses	1.315.346	11.655.736
De seis meses a um ano	1.701.026	706.476
Mais de um ano	39.410.794	37.772.359
Cartões de crédito	1.266.399	536.702
Descobertos bancários	190.676	500.567
Vencido	9.001.639	2.312.711
	65.911.194	62.003.498
Em moeda estrangeira		
De um a três meses	413.711	367.254
De seis meses a um ano	-	431
Mais de um ano	490.686	615.738
Descobertos bancários	881	63
Vencido	1.061.048	1.259.079
	1.966.326	2.242.565
	67.877.520	64.246.063

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a carteira de crédito, incluindo os proveitos a receber, apresenta a seguinte estrutura por sector de actividade:

	2017		2016 (Pró-forma)	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Serviços	19.144.006	(4.547.810)	16.242.549	(3.880.274)
Comércio	12.348.178	(2.816.629)	11.134.581	(449.363)
Construção Civil	10.186.877	(1.173.532)	10.220.418	(156.397)
Particulares	6.336.299	(460.933)	5.535.822	(456.818)
Indústria Transformadora	6.302.359	(843.693)	6.071.494	(297.244)
Desporto	4.407.815	(968.234)	4.288.581	(108.761)
Hotelaria & Turismo	4.299.838	(616.961)	3.377.454	(165.933)
Imobiliária	3.525.351	(281.793)	3.319.314	(84.730)
Educação	722.105	(19.160)	825.043	(15.835)
Agricultura	360.803	(129.098)	3.083.084	(527.134)
Saúde	145.959	(480)	123.927	(515)
	97.930	(3.262)	23.797	(618)
	67.877.520	(11.861.585)	64.246.063	(6.143.620)

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a carteira de crédito, incluindo os proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura por domicílio:

	2017	2016 (Pró-forma)
Residentes	67.741.703	63.961.717
Não residentes	135.817	284.346
	67.877.520	64.246.063

Devido às limitações das ferramentas de informação do Banco referidas anteriormente o detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações, exclui o montante de 1.266.399 mAOA referente a cartões de crédito, detalhando-se como se segue:

Ano de concessão	Crédito a empresas			Crédito a particulares			Sector público empresarial			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2012 e anteriores	122	13.132.508	(3.333.121)	204	2.068.869	(57.374)	2	778.056	(158.522)	328	15.979.434	(3.549.017)
2013	18	4.022.883	(403.172)	44	313.303	(3.429)	-	-	-	62	4.336.185	(406.601)
2014	28	9.573.801	(355.693)	141	477.737	(19.691)	-	-	-	169	10.051.538	(375.384)
2015	23	5.016.189	(1.051.134)	427	1.038.787	(41.827)	-	-	-	450	6.054.976	(1.092.961)
2016	41	15.316.512	(5.182.621)	456	922.707	(53.810)	-	-	-	497	16.239.219	(5.236.431)
2017	124	12.067.661	(984.019)	5.440	1.839.517	(215.947)	1	42.591	(1.225)	5.565	13.949.769	(1.201.191)
Total	356	59.129.554	4.968.125	6.712	6.660.920	-189.919	3	820.648	(159.747)	7.071	66.611.121	(11.861.585)

O montante das operações de crédito concedido em 2017 relativo a crédito a empresas inclui operações reestruturadas durante o exercício.

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade, por segmento actividade é como segue:

	Crédito a Empresas		Crédito a Particulares		Sector Público Empresarial		Fundos e serviços públicos autónomos		Cartões de crédito		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
2017												
Análise individual (1)	59.129.554	(11.309.760)	6.660.920	(392.078)	820.648	(159.747)	-	-	1.266.399	-	67.877.520	(11.861.585)
	59.129.554	(11.309.760)	6.660.920	(392.078)	820.648	(159.747)	-	-	1.266.399	-	67.877.520	(11.861.585)
2016 (Pró-forma)												
Análise individual (1)	58.129.160	(5.538.533)	4.109.160	(598.988)	158.504	(6.099)	1.312.537	-	536.702	-	64.246.063	(6.143.620)
	58.129.160	(5.538.533)	4.109.160	(598.988)	158.504	(6.099)	1.312.537	-	536.702	-	64.246.063	(6.143.620)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a totalidade da exposição de crédito, líquida de imparidade, encontra-se sediada em Angola, ascendendo a 56.015.935 mAOA e 58.102.443 mAOA, respectivamente (montantes líquidos de imparidade).

A distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos é como segue:

2017								
	Nulo (A)	Muito reduzido (B)	Reduzido (C)	Moderado (D)	Elevado (E)	Muito elevado (F)	Perda (G)	Total
Crédito a Empresas	17.725	18.190.778	22.352.200	674.634	8.903.114	42.515	8.948.587	59.129.554
Crédito a Particulares	1.169.233	817.896	3.276.429	124.605	21.569	9.036	1.242.151	6.660.920
Sector Público Empresarial	-	-	42.591	-	-	-	778.056	820.648
Cartões de crédito	-	-	1.266.399	-	-	-	-	1.266.399
	1.186.957	19.008.674	26.937.620	799.240	8.924.683	51.552	10.968.795	67.877.520

2016 (Pró-forma)								
	Nulo (A)	Muito reduzido (B)	Reduzido (C)	Moderado (D)	Elevado (E)	Muito elevado (F)	Perda (G)	Total
Fundos e serviços públicos autónomos	1.628.155	-	-	-	-	-	-	1.628.155
Crédito a Empresas	315.618	15.783.598	24.774.223	4.649.026	2.701.513	156.095	9.123.316	57.503.389
Crédito a Particulares	1.859.537	507.261	1.395.097	32.154	170.983	5.474	474.175	4.444.681
Sector Público Empresarial	-	-	-	133.136	-	-	-	133.136
Cartões de crédito	-	-	536.702	-	-	-	-	536.702
	3.803.310	16.290.859	26.706.022	4.814.316	2.872.496	161.569	9.597.491	64.246.063

Conforme referido anteriormente (Nota 3.3.3 a) – Imparidade), não tendo sido possível concluir a implementação da ferramenta metodológica para o apuramento de perdas por imparidade para o crédito concedido antes do encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, não foi possível divulgar a seguinte informação, requerida pelo Instrutivo n.º 5/2016 de 08 de Agosto, publicado pelo Banco Nacional de Angola:

- Quadro I – Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso;
- Quadro IV – Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada;
- Quadro V – Movimentos de entrada e saídas na carteira de créditos reestruturados;
- Quadro VI – Detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação;
- Quadro VII – Rácio financiamento-garantia dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação;
- Quadro VIII – Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução;
- Quadro X – Divulgação dos factores de risco associados ao modelo de imparidade por segmento.

11. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o saldo desta rubrica é composto por um imóvel avaliado em 60.539 m.AOA. Este imóvel foi recebido em 12 de Novembro de 2015, através da celebração de um contrato de dação em pagamento de crédito em incumprimento.

12. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

A rubrica “Outros activos tangíveis” apresenta o seguinte movimento durante o exercício de 2017:

	31.12.2016 (Pró-forma)		Activo líquido	Aumentos	Transferências	Abates			31.12.2017		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Amortizações do exercício	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Imóveis											
De serviço próprio	3.359.540	(768.714)	2.590.826	83.235	447.932	-	-	(264.634)	3.890.707	(1.033.348)	2.857.359
Obras em imóveis arrendados	1.502.570	(215.793)	1.286.777	128.061	158.419	-	-	(61.310)	1.789.050	(277.103)	1.511.947
	4.862.110	(984.507)	3.877.603	211.296	606.351	-	-	(325.944)	5.679.757	(1.310.451)	4.369.306
Equipamento											
Equipamento informático	1.922.040	(995.955)	926.085	321.274	-	(247)	(116)	(263.726)	2.243.067	(1.259.565)	983.502
Mobiliário e material	449.445	(232.957)	216.488	67.290	467	-	-	(50.373)	517.202	(282.863)	234.339
Material de transporte	396.046	(258.565)	137.481	293.107	-	(163.977)	(21.058)	(59.810)	525.176	(297.317)	227.859
Máquinas e ferramentas	310.580	(212.750)	97.830	5.314	(1.510)	-	-	(35.762)	314.384	(250.022)	64.362
Instalações interiores	232.904	(152.267)	80.637	61.617	-	-	-	(30.963)	294.521	(183.230)	111.291
Equipamento de segurança	219.135	(167.683)	51.452	63.644	-	-	-	(20.301)	282.779	(187.984)	94.795
	3.530.150	(2.020.177)	1.509.973	812.246	(1.043)	(164.224)	(21.174)	(460.935)	4.177.129	(2.460.981)	1.716.148
Imobilizações em curso											
Obras em curso	1.087.475	-	1.087.475	332.440	(606.351)	-	-	-	813.564	-	813.564
	1.087.475	-	1.087.475	332.440	(606.351)	-	-	-	813.564	-	813.564
Outras imobilizações											
Outros	252.532	(184.349)	68.183	11.608	1.043	-	-	(22.128)	265.183	(205.434)	59.749
	252.532	(184.349)	68.183	11.608	1.043	-	-	(22.128)	265.183	(205.434)	59.749
	9.732.267	(3.189.033)	6.543.234	1.367.590	-	(164.224)	(21.174)	(809.007)	10.935.633	(3.976.866)	6.958.767

A rubrica “Outros activos tangíveis” apresenta a seguinte movimentação durante o exercício de 2016:

	31.12.2015			Abates					31.12.2016 (Pró-forma)		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	Aumentos	Transferências	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Amortizações do exercício	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Imóveis											
De serviço próprio	2.893.784	(593.684)	2.300.100	206.837	258.919	-	-	(236.365)	3.359.540	(768.714)	2.590.826
Obras em imóveis arrendados	719.940	-	719.940	463.351	319.279	-	-	(45.471)	1.502.570	(215.793)	1.286.777
	3.613.724	(593.684)	3.020.040	670.188	578.198	-	-	(281.836)	4.862.110	(984.507)	3.877.603
Equipamento											
Equipamento informático	1.290.076	(802.991)	487.085	625.626	6.749	(411)	(193)	(193.093)	1.922.040	(995.955)	926.085
Mobiliário e material	412.837	(189.314)	223.523	36.608	-	-	-	(43.643)	449.445	(232.957)	216.488
Material de transporte	322.957	(211.021)	111.936	86.911	-	(13.822)	(1.775)	(58.311)	396.046	(258.565)	137.481
Máquinas e ferramentas	295.279	(176.722)	118.557	13.068	2.233	-	-	(36.028)	310.580	(212.750)	97.830
Instalações interiores	217.011	(133.246)	83.765	15.893	-	-	-	(21.471)	232.904	(152.267)	80.637
Equipamento de segurança	202.418	(146.893)	55.525	19.437	2.884	(5.604)	(825)	(20.791)	219.135	(167.683)	51.452
	2.740.578	(1.660.187)	1.080.391	797.543	11.866	(19.837)	(2.793)	(373.337)	3.530.150	(2.020.177)	1.509.973
Imobilizações em curso											
Obras em curso	1.087.475	-	1.252.183	425.356	(590.064)	-	-	-	1.087.475	-	1.087.475
	1.087.475	-	1.252.183	425.356	(590.064)	-	-	-	1.087.475	-	1.087.475
Outras imobilizações											
Outros	227.726	(154.777)	72.949	24.806	-	-	-	(29.569)	252.532	(184.349)	68.183
	227.726	(154.777)	72.949	24.806	-	-	-	(29.569)	252.532	(184.349)	68.183
	7.834.211	(2.408.648)	5.425.563	1.917.893	-	(19.837)	(2.793)	(684.742)	9.732.267	(3.189.033)	6.543.234

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Imobilizações em curso – Obras em curso” corresponde, essencialmente, aos investimentos realizados para a expansão do Banco através do reforço da sua rede de agências.

13. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

A rubrica “Activos intangíveis” apresenta os seguintes movimentos durante os exercícios de 2017 e de 2016:

	31.12.2016 (Pró-forma)						Abates			31.12.2017		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	Aumentos	Transferências		Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Amortizações do exercício	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Software	348.193	(338.325)	9.868						(3.629)	348.193	(341.954)	6.239
Custos Plurianuais	427.588	(422.262)	5.326	-	-	-	-	-	(4.213)	427.588	(426.475)	1.113
Despesas de constituição	5.766	(5.766)	-	48.943	-	-	-	-	-	5.766	(5.766)	-
Activos intangíveis em curso	-	-	-	48.943	-	-	-	-	-	48.943	-	48.943
Outros	17.817	(17.250)	567	-	-	-	-	-	(567)	17.817	(17.817)	-
	799.364	(783.603)	15.761	48.943	-	-	-	-	(8.409)	848.307	(792.012)	56.295

	31.12.2015					Abates			31.12.2016 (Pró-forma)		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	Aumentos	Transferências	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Amortizações do exercício	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Software	339.405	(333.994)	5.411	8.788	-	-	-	(4.331)	348.193	(338.325)	9.868
Custos Plurianuais	496.089	(471.725)	24.364	-	-	(68.501)	75.291	(25.828)	427.588	(422.262)	5.326
Despesas de constituição	51.863	(8.845)	43.018	-	-	(46.097)	3.079	-	5.766	(5.766)	-
Activos intangíveis em curso	412.367	(108.989)	303.378	-	-	(412.367)	108.989	-	-	-	-
Outros	17.817	(14.983)	2.834	-	-	-	-	(2.267)	17.817	(17.250)	567
	1.317.541	(938.536)	379.005	8.788	-	(526.965)	187.359	(32.426)	799.364	(783.603)	15.761

14. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de imposto industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foi apurado nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 4º, da Lei n.º 19 / 14, de 22 de Outubro, sendo a taxa de imposto aplicável de 30%.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2013 a 2017. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

Os activos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 podem ser detalhados como seguem:

	2017	2016 (Pró-forma)
Passivos por impostos correntes		
Contribuição Especial sobre Operações Bancárias	75.806	-
Imposto sobre o resultado do exercício	(13.072)	137.574
	62.734	137.574

A estimativa de impostos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresenta-se conforme segue:

	2017	2016 (Pró-forma)
Resultado antes de impostos e outros encargos	2.075.515	2.570.732
Rendimentos de títulos de dívida pública ou equivalentes sujeitos a IAC	(4.772.856)	(3.311.327)
Custos fiscalmente não aceites:		
Imposto (incluindo IAC)	-	13.823
Despesas de representação	336.045	406.462
Outros	535.696	137.574
Lucro tributável	(1.825.600)	273.309
Taxa nominal de imposto	30%	30%
Imposto industrial sobre o resultado do exercício (Nota 14)	-	81.993

Os impostos sobre o rendimento são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, até 31 de Dezembro de 2012, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial

(Lei nº 18/92, de 3 de Julho), em vigor até 31 de Dezembro de 2014, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2012 estão sujeitos a tributação em Imposto de Aplicação da Capitais, conforme definido na alínea k) do número 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2014 de 20 de Outubro. Os rendimentos tributados em sede de Imposto de Aplicação de Capitais não estão sujeitos a imposto Industrial, conforme disposto no artigo 47º do Código de Imposto Industrial (Lei n.º 19/14 de 22 de Outubro).

Em 31 de Dezembro de 2017, o Banco procedeu ao registo de 75.806 mAOA referentes à contribuição especial sobre operações bancárias (“CEOB”) na rubrica “Passivos por impostos correntes”, uma vez que se encontra ainda a aguardar uma decisão sobre a responsabilidade que o Banco tem relativamente a esta contribuição. Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

De igual forma, o custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais, está excluído dos custos fiscalmente aceites para apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

A 31 de Dezembro de 2017, o Banco não apresenta qualquer montante relativo a imposto sobre o rendimento a pagar, pelo facto de ter sido apurado um lucro tributável negativo no ano corrente. O Banco não registou impostos diferidos activos sobre o lucro tributável negativo por não dispor de um estudo que suporte a sua recuperabilidade através de lucros fiscais nos próximos exercícios.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada no exercício de 2016, bem como a reconciliação entre o custo/proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

	2017		2016 (Pró-forma)	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultados antes de impostos		2.075.515		2.570.732
Imposto apurado com base na taxa nominal do imposto	30,00%	622.655	30,00%	771.220
Rendimento de títulos da dívida pública ou equivalentes sujeitos a IAC	-68,99%	(1.431.857)	-38,64%	(993.398)
Custos fiscalmente não aceites:				
Impostos (incluindo IAC)			4,74%	121.940
Despesas de representação	4,86%	100.814	0,16%	4.146
Outros	7,74%	160.709	6,93%	178.085
Imposto a pagar/ recuperar	0,00%	-	3,19%	81.993

15. OUTROS ACTIVOS

A rubrica “Outros activos” apresenta a seguinte composição:

	2017	2016 (Pró-forma)
Outros adiantamentos	1.808.121	2.349.044
Sector estatal	528.181	229.690
Despesas antecipadas	330.769	272.039
Impostos a recuperar	309.537	173.684
Sector empresarial	219.050	118.765
Diferenças de caixa	70.314	94.198
Particulares	55.299	11.892
Património artístico	18.558	9.606
Material de expediente	13.166	24.663
	3.352.995	3.283.581
Imparidade (Nota 18)	(96.672)	-
	3.256.323	3.283.581

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Outros adiantamentos” inclui o valor a receber da venda da participação financeira na Global Seguros à Holding do grupo, que ocorreu durante o exercício de 2014, no montante de 386.689 mAOA. Durante o exercício de 2017, o Banco reconheceu imparidade de 25% deste valor, correspondente a 96.672 mAOA. Esta rubrica inclui ainda os adiantamentos efectuados ao Clube Recreativo Desportivo do Libolo, no montante de 1.345.573 mAOA em 2017 e 2016.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Sector estatal” inclui pagamentos referentes à aquisição de selos de circulação para automóveis.

A rubrica “Despesas antecipadas” engloba os custos diferidos relativos aos contratos de rendas e alugueres, bem como a contratos relativos a projectos de consultoria junto de entidades externas. Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda o diferimento de valores a pagar referentes a seguros de saúde, automóvel, acidentes de trabalho, riscos de engenharia e multiriscos.



Em 31 de Dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Impostos a recuperar” inclui 173.684 mAOA referentes a imposto industrial que o Banco tem a receber por um pagamento excessivo de liquidação provisória em 2012. A variação face a 2016 é justificada pelo facto de terem ocorrido movimentos duplicados que o Banco realizou, por lapso a favor da Conta Única do Tesouro (“CUT”) no valor de 102.423 mAOA.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Sector empresarial” compreende o registo de adiantamentos de valores a pagar a fornecedores e valores a pagar ao pessoal.

A rubrica “Material de expediente” inclui economato com consumíveis de natureza diversa (material de escritório, material de informática e impressos). Face à antiguidade de alguns destes saldos, em 31 de Dezembro de 2016 o Banco procedeu à contagem física do material de expediente, e assumiu o prejuízo de 273.002 mAOA (Nota 27).

16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016 (Pró-forma)
Recursos de Outras Instituições de crédito		
Banco Nacional de Angola	5.870.783	653.608
Obrigações no sistema de pagamentos	2.571.254	880.753
	8.442.037	1.534.361

Em 31 de Dezembro de 2017, o Banco efectuou operações de venda de títulos ao BNA com acordo de recompra no valor total de 6.162.225 mAOA, com o objectivo de obter liquidez no curto prazo, a uma taxa de juro de 21% e com vencimento em Janeiro de 2018.

Em 31 de Dezembro de 2016 o Banco tinha uma captação em moeda nacional junto do Banco de Desenvolvimento de Angola, S.A. remunerado a uma taxa de juro de 16,5%, no montante de 1.000.000 mAOA e com uma maturidade de aproximadamente 1 mês.

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica “Obrigações no sistema de pagamentos” inclui um montante de 1.187.134 mAOA relativo a liquidações de cartões de crédito reclassificadas na data reporte devido a uma correcção nos sistemas operacionais internos do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016, esta rubrica inclui obrigações por operações pendentes de liquidação, que correspondem a cheques, no montante de 481.557 mAOA.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os “Recursos de outras instituições de crédito”, excluindo juros a pagar, apresentavam a seguinte estrutura por prazos residuais de vencimento:

	2017	2016 (Pró-forma)
Até 3 meses	5.870.783	653.608
	5.870.783	653.608

17. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” apresenta a seguinte composição:

	2017	2016 (Pró-forma)
Depósitos à ordem de residentes		
Em moeda nacional		
Empresas	47.154.011	34.479.456
Particulares	13.187.380	11.199.921
Em moeda estrangeira		
Empresas	3.758.570	3.506.265
Particulares	1.504.548	1.438.202
Depósitos à ordem de não residentes		
Em moeda nacional		
Empresas	374.780	200.230
Particulares	428.614	246.827
Em moeda estrangeira		
Empresas	14.626	12.054
Particulares	45.607	46.014
	66.468.136	51.128.969
Depósitos a prazo de residentes		
Em moeda nacional		
Empresas	9.655.305	11.838.411
Particulares	13.991.475	11.170.455
Em moeda estrangeira		
Empresas	673.693	1.039.654
Particulares	1.745.367	1.875.872
	26.065.840	25.924.392
Depósitos Indexados	21.219.835	12.230.102
Juros a pagar	706.093	337.402
Total de depósitos à ordem e a prazo	47.991.768	38.491.896
Outros empréstimos de residentes	144.031	144.031
Outros empréstimos de não residentes	1.663.472	-
	1.807.503	144.031
	116.267.407	89.764.896

Em 31 de Dezembro de 2017, os depósitos à ordem de clientes não são remunerados, excepto os de quatro clientes com depósitos remunerados, em moeda estrangeira (USD) e em moeda nacional, no valor de 263.838 mAOA e 32.524 mAOA, com uma taxa média de 2,2% e 0,12%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016, existiam quatro clientes com depósitos remunerados, no valor total de 394.424 mAOA, com uma taxa média de 1,1%.

Os depósitos indexados ao USD correspondem a uma aplicação financeira com o capital indexado ao dólar dos Estados Unidos (USD) que salvaguarda o depósito da depreciação da moeda nacional (MN), sendo o reembolso do capital feito pelo valor de reavaliação à taxa de câmbio da data de vencimento, acrescido dos respectivos juros. Em 31 de Dezembro de 2017 foi subscrito um maior número de depósitos indexados, em virtude dos efeitos especulativos causados pela expectativa de desvalorização da moeda nacional face ao dólar.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os depósitos a prazo em moeda estrangeira são remunerados a uma taxa de juro média ponderada de 2,66% e 2%, respectivamente, sendo que depósitos a prazo em moeda nacional são remunerados a uma taxa de juro média ponderada de 8,58% e 8,47%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de “Outros empréstimos” corresponde a um financiamento no montante de 10.000 milhares de USD concedido pela Norsad Finance Limited, equivalentes a 1.663.472 mAOA, que foi concedido pelo prazo de 5 anos e tem vencimento em 22 de Dezembro de 2022, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à LIBOR a 3 meses acrescida de um spread de 8%. O pagamento dos juros é efectuado trimestral e postecipadamente, em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os depósitos a prazo de clientes, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2017			2016 (Pró-forma)		
	Taxa de juro	Montante em divisa	Montante em mAOA	Taxa de juro	Montante em divisa	Montante em mAOA
Em kwanzas	8,40%	24.326.488	24.326.486	8,02%	22.796.582	22.796.572
Indexado ao Dólar dos Estados Unidos	1,50%	-	21.219.835	1,79%	-	12.230.102
Em Dólar dos Estados Unidos (USD)	2,10%	14.723.983	2.443.062	2,03%	20.863.308	3.461.294
Em Euros	1,60%	12.864	2.385	1,38%	21.191	3.928
			47.991.768			38.491.896



Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os “Recursos de clientes e outros empréstimos” apresentam a seguinte estrutura por prazos residuais de vencimento:

	2017	2016 (Pró-forma)
Depósitos a prazo e indexados		
Até 3 meses	12.813.925	817.612
De 3 a 6 meses	5.662.693	7.258.326
De 6 meses a um ano	8.259.803	18.152.316
De um a cinco anos	21.253.375	12.263.642
Mais de cinco anos	1.972	-
	47.991.768	38.491.896
Outros empréstimos		
De um a três anos	144.031	144.031
De três a cinco anos	1.663.472	-
	1.807.503	144.031
	49.799.271	38.635.927

18. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas rubricas de “Provisões” e “Imparidade” em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Saldo 31.12.2016 (Pró-forma)	Dotações	Reversões	Recuperações de crédito	Utilizações	Transferências	Diferenças de câmbio	Saldo 31.12.2017
Imparidade para crédito (Nota 10)	6.143.620	3.896.555	-	3.705.057	(1.883.647)	-	-	11.861.585
Imparidade para outros activos (Nota 15)	-	15.552	-	-	(57.349)	138.469	-	96.672
Provisões para garantias (Nota 28)	1.939.336	250.424	(606.177)	-	-	-	156	1.583.739
Provisões para responsabilidades com reforma	138.469	-	-	-	-	(138.469)	-	-
Provisões para responsabilidades e outros compromissos	-	191.294	-	-	-	-	-	191.294
Provisões para riscos bancários gerais	79.509	-	(19.125)	-	-	-	-	60.384
	8.300.934	4.353.825	(625.302)	3.705.057	(1.940.996)	-	156	13.793.674

	Saldo 31.12.2015	Dotações	Reversões	Recuperações de crédito	Utilizações	Transferências	Diferenças de câmbio	Saldo 31.12.2016 (Pró-forma)
Imparidade para crédito (Nota 10)	1.896.598	6.951.821	(25.781)	-	(2.600.300)	-	(78.718)	6.143.620
Provisões para garantias (Nota 28)	1.107.624	854.991	(39.299)	-	(58.086)	233.198	(159.092)	1.939.336
Provisões para responsabilidades com reforma	138.570	394	-	-	-	(495)	-	138.469
Provisões para responsabilidades e outros compromissos	232.703	-	-	-	-	(232.703)	-	-
Provisões para riscos bancários gerais	282.679	-	-	-	(203.170)	-	-	79.509
	3.658.174	7.807.206	(65.080)	-	(2.861.556)	-	(237.810)	8.300.934

O saldo da rubrica de “Provisões” visa reflectir a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrentes da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

O movimento das provisões apresenta valores referentes a diferenças de câmbio que reflectem a revalorização cambial da imparidade para crédito e garantias prestadas em moeda estrangeira cuja contrapartida se encontra registada em resultados do exercício na rubrica “Resultados cambiais”.

O Banco encontra-se a estudar a possibilidade de atribuir um complemento de reforma aos seus colaboradores, motivo pelo qual tem em curso a adesão a um plano de pensões de reforma.

A data efectiva da responsabilidade, bem como o montante relativo à mesma ainda não se encontram definidos, pelo que não existe nenhuma obrigação legal ou construtiva para tal na data de aprovação destas demonstrações financeiras, motivo pelo qual o Banco optou pelo desconhecimento da provisão que tinha registada para fazer face às responsabilidades com compensação de reforma previstas na lei geral do trabalho.

Em 31 de Dezembro de 2016 as transferências evidenciadas no movimento das provisões consistem em 60.880 mAOA transferidos durante o exercício de 2016 para a rubrica de “Provisões para riscos bancários gerais”, onde passaram a encontrar-se especializadas as provisões para custos com o pessoal, nomeadamente prémios e remuneração variável por desempenho.

Não obstante o reforço significativo da imparidade para a carteira de crédito concedido nos exercícios de 2017 e 2016 nos montantes líquidos de 3.896.555 mAOA e 6.926.040 mAOA, respectivamente, o Conselho de Administração do Banco compromete-se em continuar o reforço da imparidade em 2018.

19. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016 (Pró-forma)
Dívida subordinada	3.318.480	3.318.060
Juros a pagar	113.921	93.274
	3.432.401	3.411.334

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o saldo da rubrica diz respeito a uma emissão de 20.000 milhares de USD, equivalentes a 3.318.480 mAOA e 3.318.060 mAOA, respectivamente, em Corporate Bonds, que ocorreu em 27 de Setembro de 2012. Estas obrigações são remuneradas à taxa fixa de 11% com vencimento em 26 de Março de 2018, adquiridas essencialmente por entidades estrangeiras.

A liquidação das referidas obrigações ocorreu em 26 de Março de 2018, de acordo com os termos contratualmente previstos.

20. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros passivos” apresenta a seguinte composição:

	2017	2016 (Pró-forma)
Recursos vinculados a operações cambiais	3.456.484	27.723.814
Custos com o pessoal	822.582	831.588
Fornecedores	238.886	618.347
Obrigações de natureza fiscal	143.205	201.453
Outros passivos	9.791	26.841
	4.670.948	29.402.043

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o saldo da rubrica “Recursos vinculados a operações cambiais” inclui 3.378.515 mAOA e 26.061.961 mAOA, respectivamente. A variação ocorrida está relacionada com a entrada em vigor do Instrutivo nº 05/2017, de 1 de Dezembro, no qual está prevista a cessão da obrigatoriedade de constituição de cativos de recursos em moeda nacional na conta do solicitante, para efeitos de compra de moeda estrangeira, junto das Instituições Financeiras Bancárias.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Custos com o pessoal” inclui o subsídio de férias dos colaboradores do Banco, no montante de 166.493 mAOA e 155.674 mAOA, respectivamente. De acordo com o preconizado na Lei Geral do Trabalho, o montante de subsídio de férias liquidado aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Assim sendo, o Banco procedeu ao acréscimo do subsídio de férias relativo ao exercício de 2017, que apenas foram liquidadas em Janeiro de 2018. Esta rubrica inclui ainda a provisão para “Remuneração variável por desempenho” (RVD), no valor de 498.668 mAOA e 470.898 mAOA, respectivamente (Nota 27). Esta remuneração variável será liquidada em 2018.

21. CAPITAL PRÓPRIO

O movimento nas rubricas de capital próprio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, detalha-se da seguinte forma:

	Outras reservas e resultados transitados					Resultado líquido do exercício	Total do capital Próprio
	Capital social	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	4.000.000	1.782.589	5.436.279	107.593	7.326.461	821.497	12.147.958
Efeitos da adopção das IAS/IFRS	-	-	-	(363.011)	(363.011)	-	(363.011)
Saldos em 1 de Janeiro de 2016 (Pró-forma)	4.000.000	1.782.589	5.436.279	(255.418)	6.963.450	821.497	11.784.947
Aplicação do resultado do exercício de 2015	-	164.299	657.198	-	821.497	(821.497)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	2.435.368	2.435.368
Saldos em 31 de Dezembro de 2016 (Pró-forma)	4.000.000	1.946.888	6.093.477	(255.418)	7.784.947	2.435.368	14.220.315
Aplicação do resultado do exercício de 2016	-	487.074	1.948.294	-	2.435.368	(2.435.368)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	2.075.515	2.075.515
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	4.000.000	2.433.962	8.041.771	(255.418)	10.220.315	2.075.515	16.295.830

Capital Social

O Banco é constituído por um capital social de 4.000.000 mAOA, representado por 5.000.000 acções ordinárias, com um valor nominal de 800 AOA cada, totalmente subscritas e realizadas em dinheiro, com a seguinte estrutura accionista:

Escalão	% Participação acumulada	N.º de acionistas	N.º de acções detidas	Montante
Inferior a 2%	29,28%	28	1.463.910	1.171.200
De 2 a 5%	63,77%	21	3.188.511	2.550.800
Superior a 5%	6,95%	1	347.579	278.000
	100%	50	5.000.000	4.000.000

Dada a elevada dimensão da estrutura accionista do Banco Keve, a 31 de Dezembro de 2017, a mesma foi apresentada por escalões de participação.

Os saldos com entidades relacionadas dos exercícios de 2017 e de 2016 são apresentados na Nota 29.

Aumento de capital

O Banco aprovou em Assembleia Geral realizado no dia 27 de Novembro de 2015, um aumento de capital social com o objectivo de passar o capital do Banco de 4.000.000 mAOA para 31.000.000 mAOA através da emissão de 33.750.000 novas acções ao valor nominal de 800 AOA. Esta operação encontra-se em processo de aprovação pelo Banco Nacional de Angola exercício e o Conselho de Administração estima que venha a ser realizado no exercício de 2018.

As novas entradas serão subscritas pelos accionistas em numerário no exercício do seu respectivo direito de preferência e na proporção das suas participações sociais actuais.

Estrutura accionista

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, a estrutura accionista do Banco sofreu alterações, tendo sido celebrado uma aquisição por compra e venda de 65.600 acções, representativas de 1,31% do capital social do Banco Keve, S.A..

O Banco não detém acções próprias em 31 de Dezembro de 2017

Outras reservas e resultados transitados

Reserva legal

Nos termos da legislação vigente, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

Por deliberação unânime da Assembleia Geral de 06 de Abril de 2017 foi decidido transferir 20% do Resultado líquido do exercício de 2016 para reforço da “Reserva legal” e 80% para reforço das “Outras reservas”.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

Escalão	Saldos 31.12.2016 (Pró-forma)	Aplicação do resultado	Aumentos / (diminuições)	Reavaliações	Saldos 31.12.2017
Reserva Legal	1.946.888	487.074	-	-	2.433.962
Outras reservas	6.093.477	1.948.294	-	-	8.041.771
Resultados transitados	(255.418)	-	-	-	(255.418)
	7.784.947	2.435.368	-	-	10.220.315

22. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016 (Pró-forma)
	De activos/ passivos ao custo amortizado e ac- tivos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao custo amortizado e ac- tivos disponíveis para venda
Juros e rendimentos similares		
Juros de créditos a clientes	10.273.040	8.639.678
Juros de aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito	138.975	646.716
Juros de investimentos detidos até à maturidade		
Obrigações do Tesouro não reajustáveis	169.887	388.834
Obrigações do Tesouro indexadas ao Dólar dos Estados Unidos (USD)	2.244.691	2.353.444
Bilhetes de Tesouro	2.371.030	669.112
	15.197.623	12.697.784
Juros e encargos similares		
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	(185.239)	(152.624)
Juros responsabilidades representadas por títulos	(370.086)	(376.156)
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	(2.618.329)	(1.379.397)
	(3.173.654)	(1.908.177)
	12.023.969	10.789.607

Foi publicado, no Diário da República do dia 20 de Outubro de 2016, o Decreto Legislativo Presidencial nº2/14, que aprova a revisão e republicação do Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”). De acordo com o Diploma em apreço, além dos juros, quaisquer outros rendimentos de títulos de dívida pública (Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro) e privada (obrigações e outros títulos de dívida de sociedades) é tributado em sede de imposto sobre a aplicação de capitais. Os custos incorridos pelo Banco em sede de IAC encontram-se registados na rubrica “Outros resultados de exploração” (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Juros e rendimentos similares – Investimentos detidos até à maturidade” refere-se essencialmente a proveitos obtidos do investimento em Obrigações e Bilhetes do Tesouro.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Juros e encargos similares – Recursos de clientes e outros empréstimos”, refere-se à remuneração paga pelos depósitos à ordem e a prazo dos clientes, bem como aos juros associados ao empréstimo contratado em 2017 junto da Norsad Finance Limited (Nota 17).

23. RESULTADOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016 (Pró-forma)
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões sobre serviços bancários prestados	1.717.451	1.114.360
Comissões sobre operações cambiais	1.406.847	1.840.278
Comissões sobre operações de crédito	879.232	536.015
Comissões em cartões	27.593	-
Comissões operações com títulos	4.523	53.017
Outros rendimentos	90.841	79.639
	4.126.487	3.623.309
Encargos de serviços e comissões		
Comissões por responsabi- lidades ou compromissos eventuais	(179.303)	(246.848)
	(179.303)	(246.848)
	3.947.184	3.376.461

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Comissões sobre serviços bancários prestados” é referente essencialmente aos proveitos decorrentes das comissões relativas a cobrança de valores e compensações electrónicas. Estas comissões encontram-se associadas aos saldos diários apurados nas câmaras de compensação electrónica que apenas são liquidados no dia útil seguinte.



Nos exercícios de 2017 e de 2016, a rubrica “Comissões sobre operações cambiais” corresponde às comissões cobradas pelo Banco nas operações de emissão de ordens de pagamento sobre o estrangeiro.

As “Comissões sobre operações de crédito” em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, correspondem essencialmente a comissões cobradas pela abertura de linhas de crédito.

A rubrica de “Outros rendimentos” corresponde essencialmente, a comissões cobradas sobre a impressão de documentação solicitada pelos clientes junto das agências, bem como comissões relativas a transferências bancárias ou requisições de cheques.

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Encargos de serviços e comissões – Comissões por responsabilidades ou compromissos eventuais” engloba as comissões relativas a garantias recebidas, comissões respeitantes a compromissos perante terceiros, comissões associadas a serviços bancários prestados, entre outras.

24. RESULTADOS CAMBIAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017			2016 (Pró-forma)		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial e resultados de operações cambiais	1.471.126	(209.122)	1.262.004	-	(4.017.894)	(4.017.894)
Reavaliação Passivos indexados	-	(3.109)	1.732.262	4.518.185	(2.428.898)	2.089.287
	1.471.126	(212.231)	(3.109)	4.518.185	(6.446.792)	(1.928.607)

A rubrica “Reavaliação cambial e resultados de operações cambiais” inclui comissões recebidas pelo Banco nas operações de venda de moeda estrangeira a terceiros. De acordo com o Instrutivo nº 03/2014, de 3 de Abril, as Instituições Financeiras são autorizadas a praticar taxas de câmbio efectivas em cada operação de venda de divisas, ou seja, taxa de câmbio nominal acrescida de todas as comissões e custos ilíquidos de impostos, até o limite de 3% a acrescer à taxa de câmbio de referência de venda publicada pelo Banco Nacional de Angola.

Estes valores englobam também os proveitos resultantes das flutuações cambiais das Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos (Nota 9) e os custos dos depósitos de clientes indexados à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos (Nota 17).

25. RESULTADOS DE INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Resultados de investimentos mantidos até à maturidade” corresponde às valias registadas em Obrigações do Tesouro.

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016 (Pró-forma)
Outros proveitos de exploração		
Outros proveitos operacionais	409.118	1.193
Resultados de alienação de investimentos em participadas	119	-
Outros custos de exploração		
Negociações de créditos	(466.278)	-
Impostos directos e indirectos	(431.732)	(264.861)
Multas e penalidades aplicadas pela entidade reguladora	(1.332)	(11.039)
Outros custos operacionais	(277)	(59.759)
	(490.382)	(334.466)

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica “Outros proveitos operacionais” inclui 282.861 mAOA referentes às utilizações de cartões VISA em moeda estrangeira.

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica “Negociações de créditos” refere-se a custos decorrentes da renegociação de créditos por via do perdão de dívida. Em 31 de Dezembro de 2017 esta rubrica corresponde essencialmente ao perdão de um descoberto bancário, em Novembro de 2017, no valor de 369.459 mAOA.

A rubrica “Outros resultados de exploração – Impostos directos e indirectos” corresponde essencialmente ao Imposto sobre a aplicação de capitais (Nota 3.3.8).

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outros proveitos operacionais” refere-se essencialmente a proveitos cambiais decorrentes de transacções efectuadas diariamente com recurso a cartões VISA.

27. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016 (Pró-forma)
Vencimento e salários		
Remunerações	4.369.706	3.898.404
Remuneração variável por desempenho	498.668	470.898
Encargos sociais facultativos	660.339	334.562
Encargos sociais obrigatórios	236.604	203.798
Outros custos	32.260	29.141
	5.797.577	4.936.803

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o número de colaboradores ascende a 544 e 516, respectivamente. O crescimento verificado nos custos com remunerações em 2017 deveu-se essencialmente à admissão de novos colaboradores para fazer face à abertura de novas agências e ao reforço de áreas técnicas dos serviços centrais do Banco, no seguimento da sua política de crescimento.

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica “Encargos sociais facultativos” compreende os custos associados a despesas de representação, seguro de saúde e serviços clínicos. A variação implícita face ao exercício de 2016 respeita ao facto dos saldos relativos a despesas de representação e seguro de saúde se encontrarem registados na rubrica de “Fornecimentos e Serviços de Terceiros”, sendo que com referência ao exercício de 2017 estes montantes foram reconhecidos na rubrica de “Custos com o pessoal”.

Esta rubrica inclui ainda “Remuneração variável por desempenho” (RVD) a pagar em 2018 referente ao exercício de 2017, no valor de 498.668 mAOA. Em 31 de Dezembro de 2016 este montante correspondia a 470.898 mAOA (Nota 20).

O montante relativo a custos com pessoal, considerando os colaboradores efectivos e os contratados a termo, apresenta a seguinte desagregação por categoria profissional:

	2017	2016 (Pró-forma)
Funções directivas	2.365.917	1.950.389
Funções de chefia	1.130.122	989.578
Funções específicas	1.871.688	1.679.267
Funções administrativas e outras	429.850	317.569
	5.797.577	4.936.803

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016 (Pró-forma)
Publicidade e propaganda	893.998	739.428
Comunicações	648.177	82.642
Segurança em transporte de valores	558.132	489.642
Segurança e vigilância	426.788	396.588
Segurança, conservação e reparação	362.057	221.117
Rendas e alugueres	358.776	345.616
Materiais diversos	299.034	501.155
Informática	267.950	392.793
Outros serviços especializados	245.839	301.230
Transporte, Deslocações e Alojamento	225.174	594.716
Consultoria	200.893	285.191
Seguros	71.742	34.197
Formação	37.948	12.917
Água e energia	25.507	74.056
Serviços e notariado	9.834	1.772
Recrutamento do pessoal	910	-
Segurança em transporte de equipamento	178	2.349
Encargos com acções de natureza cultural	74	46.960
Outros custos	82.340	637.874
	4.715.351	5.160.243

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica “Comunicações” registou uma variação significativa em relação ao período homólogo devido ao aumento no preço dos fornecedores relativo aos tarifários associados aos terminais de pagamento do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Seguros” compreendia os montantes relativos aos seguros de saúde pagos aos colaboradores. Com referência ao exercício de 2017, estes saldos foram reclassificados para a rubrica de custos com pessoal, relativa “Encargos Sociais Facultativos” (Nota 27).

Em 31 de Dezembro de 2017 o saldo da rubrica de “Outros custos” inclui despesas relativas a operações de pagamento no estrangeiro, manutenção de máquinas e outras despesas referentes a manutenção de material de escritório. Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Outros custos” incorpora custos relacionados com a liquidação por parte dos clientes de juros de crédito vencidos que respeitam a exercícios anteriores e custos relacionados com a regularização de activos considerados não recuperáveis.

29. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016 (Pró-forma)
Garantias e outros passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	7.740.825	6.012.084
Créditos documentários à importação	6.341.032	6.583.951
	14.081.857	12.596.035
Compromissos assumidos perante terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	-	829.515
Responsabilidades por prestações de serviços		
De depósitos e guarda de valores	1.363.365	189.616
	15.445.222	13.615.166

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilizações de fundos por parte do Banco, estando relacionadas com garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contratos por parte de clientes do Banco. As garantias prestadas representam valores que podem ser exigíveis no futuro.

Os créditos documentários abertos são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, para pagar/mandar pagar um determinado montante ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, as provisões constituídas sobre responsabilidades por garantias prestadas ascendem a 1.583.739 mAOA e 1.939.336 mAOA, respectivamente (Nota 18).

As responsabilidades por prestações de serviços de “Depósitos e guarda de valores” dizem respeito a títulos de terceiros depositados no Banco.

30. PARTES RELACIONADAS

De acordo com a IAS 24, são consideradas entidades relacionadas com o Banco:

- Aquelas em que o Banco exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira – Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundo de Pensões;
- As entidades que exercem, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a gestão e política financeira do Banco – Accionistas; e
- Os membros do pessoal-chave da gerência do Banco, considerando-se para este efeito os Membros do Conselho de Administração executivos e não executivos e as Sociedades em que os membros do Conselho de Administração têm influência significativa.

O montante global de activos, passivos e responsabilidades extrapatrimoniais a 31 de Dezembro de 2017 relativos a accionistas, membros dos órgãos sociais, empresas associadas e sociedades e entidades colectivas onde os accionistas e membros dos órgãos sociais têm influência significativa, tem a seguinte composição:

	Accionistas	Membros do Conselho de Administração	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	Total 31-12-2017
Activo				
Crédito	47.432	599.348	23.682.726	24.329.507
Outros valores	-	-	1.732.262	1.732.262
	47.432	599.348	25.414.988	26.061.769
Passivo				
Depósitos à ordem	(642.624)	(89.234)	(342.640)	(1.074.498)
Depósitos a prazo	(902.981)	(154.536)	(45.935)	(1.103.452)
	(1.545.605)	(243.770)	(388.575)	(2.177.950)
Resultados				
Juros e rendimentos similares	13	-	1.944.645	1.944.658
Juros e encargos similares	(52.891)	(2.367)	-	(55.258)
	(52.878)	(2.367)	1.944.645	1.889.400
Extrapatrimoniais				
Garantias bancárias	-	-	4.064.849	4.064.849

Em 31 de Dezembro de 2016, os principais saldos e transacções mantidos pelo Banco com entidades relacionadas são os seguintes:

	Accionistas	Membros do Conselho de Administração	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	Total 31-12-2016 (pró-forma)
Activo				
Crédito	83.787	446.464	16.717.406	17.247.657
Outros valores	-	-	1.732.262	1.732.262
	83.787	446.464	18.449.668	18.979.919
Passivo				
Depósitos à ordem	(331.943)	(28.997)	78.274	(282.666)
Depósitos a prazo	(163.476)	-	(210.584)	(374.060)
	(495.419)	(28.997)	(132.310)	(656.726)
Resultados				
Juros e rendimentos similares	-	-	770.546	770.546
Juros e encargos similares	(21.770)	(1.150)	-	(22.920)
	(21.770)	(1.150)	770.546	747.626
Extrapatrimoniais				
Garantias bancárias	80.309	390.819	2.580.397	3.051.525

31. BALANÇO POR MOEDA

Activo	Moeda nacional	Indexado a moeda estrangeira	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Indexado a moeda estrangeira	Moeda estrangeira	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16.296.498	-	768.538	17.065.036	8.543.637	-	752.911	9.352.687
Disponibilidades em outras instituições de crédito	202.151	-	5.826.841	6.028.992	660.035	-	7.152.915	7.812.950
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	7.269.171	-	1.594.645	8.863.816	5.226.612	-	-	5.226.612
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	199.763	-	199.763	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	121.240	-	-	121.240	121.236	-	-	121.236
Investimentos detidos até à maturidade	12.984.523	37.781.104	1.614.441	52.380.068	11.060.507	37.672.951	1.375.336	50.108.794
Crédito a clientes	54.049.610	-	1.966.325	56.015.935	55.859.878	-	2.242.565	58.102.443
Activos não correntes detidos para venda	60.539	-	-	60.539	60.539	-	-	60.539
Outros activos tangíveis	6.958.767	-	-	6.958.767	6.543.234	-	-	6.543.234
Activos intangíveis	56.295	-	-	56.295	15.761	-	-	15.761
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	3.256.323	-	-	3.256.323	3.283.581	-	-	3.283.581
Total do Activo	101.255.117	37.980.867	11.770.790	151.006.774	91.375.020	37.672.951	11.523.727	140.627.837
Passivo								
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	8.442.037	-	-	8.442.037	1.534.361	-	-	1.534.361
Recursos de clientes e outros empréstimos	87.305.161	21.219.835	7.742.411	116.267.407	69.616.733	12.230.102	7.918.061	89.764.896
Provisões	1.835.417	-	-	1.835.417	2.157.314	-	-	2.157.314
Passivos por impostos correntes	62.734	-	-	62.734	137.574	-	-	137.574
Passivos subordinados	-	-	3.432.401	3.432.401	-	-	3.411.334	3.411.334
Outros passivos	4.670.948	-	-	4.670.948	29.402.043	-	-	29.402.043
Total do Passivo	102.316.297	21.219.835	11.174.812	134.710.944	102.848.025	12.230.102	11.329.395	126.407.522

32. GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos apresenta-se como eixo fundamental de actuação do Banco assegurando a convergência com a política corporativa vigente. A função de gestão do risco encontra-se suportada num conjunto de princípios, estratégias, políticas, sistemas, processos, regras e procedimentos, que visam garantir um desempenho eficiente e rentável da actividade do Banco no médio e longo prazo, com a qual é assegurada a utilização eficaz dos activos e recursos e uma gestão adequada não só dos controlos como dos riscos inerentes à actividade que visam a implementação de mecanismos de prevenção e protecção contra erros e fraudes e assim garantir a continuidade do negócio.

A gestão do risco no Banco assenta na constante identificação e análise da exposição aos diferentes riscos (risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e outros riscos), e na execução de estratégias com o objectivo de maximizar os resultados face aos riscos a que se encontra exposto, tendo em consideração as restrições pré-estabelecidas e que são devidamente supervisionadas.

Tendo em conta a actividade do Banco, os riscos considerados materialmente relevantes e, consequentemente, para os quais é efectuado um maior esforço de identificação, acompanhamento, avaliação, monitorização e controlo são:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
 - ◊ Risco de taxa de juro
 - ◊ Risco cambial
- Risco operacional

32.1. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito corresponde ao risco de incumprimento das contrapartes com as quais o Banco detém posições abertas em instrumentos financeiros, enquanto entidade credora. O Banco está dotado de uma estrutura de gestão de risco de crédito adequada, abrangendo todas as fases do processo, desde a aceitação da proposta até à liquidação do crédito, incluindo o acompanhamento e recuperação.

O Banco Nacional de Angola define a legislação relativamente aos níveis de fundos próprios regulamentares que assegura que são mantidos níveis de exposição ao risco de crédito adequados, em que se destaca:

- Aviso n.º 03/2016, de 28 de Abril: estabelece os requisitos de fundos próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte;



- Instrutivo n.º 12/2016, de 08 de Agosto: define o método de cálculo e os requisitos de fundos próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte;
- Instrutivo n.º 13/2016, de 08 de Agosto: define a prestação de informação sobre o requisito de fundos próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte.

O Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com os níveis de risco definidos no Aviso n.º 11/2014 de 10 de Dezembro do Banco Nacional de Angola conforme segue:

Nível	Risco
A	Risco mínimo
B	Risco muito baixo
C	Risco baixo
D	Risco moderado
E	Risco elevado
F	Risco muito elevado
G	Risco máximo

A classificação individual da posição em risco considera as características e os riscos da operação e do mutuário sendo classificadas inicialmente com base nos seguintes critérios adoptados pelo Banco.

No nível de risco A são classificadas as operações com as seguintes características:

- Exposições assumidas pelo Estado Angolano, englobando as suas administrações centrais e provinciais;
- Assumidas por administrações ou bancos centrais de países divulgados pelo Banco Nacional de Angola (Instrutivo n.º 01/2015, de 14 de Janeiro) enquanto registando nível de risco mais reduzido;
- Exposições totalmente garantidas por depósitos em numerário constituídos ou emitidos pelo Banco;
- Exposições totalmente garantidas por títulos ou obrigações emitidas pelo Estado Angolano ou Banco Nacional de Angola.

As restantes operações que não cumprem os requisitos para classificação no nível de risco A e caso não resultem de incumprimentos anteriores, são classificadas no nível de risco B.

Os níveis de risco devem ser revistos em situações de incumprimento, tendo por base:

Nível	Risco
B	Atraso inferior ou igual a 30 dias
C	Atraso superior a 30 dias e inferior ou igual a 60 dias
D	Atraso superior a 60 dias e inferior ou igual a 90 dias
E	Atraso superior a 90 dias e inferior ou igual a 150 dias
F	Atraso superior a 150 dias e inferior ou igual a 180 dias
G	Atraso superior a 180 dias

Caso um cliente registe diversas operações, classificadas em diferentes níveis de risco, a classificação final terá por base a classe de risco mais gravosa.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a exposição máxima ao risco de crédito por instrumento financeiro pode ser detalhada conforme segue:

	2017			2016 (Pró-forma)		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17.065.036	-	17.065.036	9.352.687	-	9.352.687
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.028.992	-	6.028.992	7.812.950	-	7.812.950
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	8.863.816	-	8.863.816	5.226.612	-	5.226.612
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	199.763	-	199.763	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	121.240	-	121.240	121.236	-	121.236
Investimentos detidos até à maturidade	52.380.068	-	52.380.068	50.108.794	-	50.108.794
Crédito a clientes	67.877.520	(11.861.585)	56.015.935	64.246.063	(6.143.620)	58.102.443
Outros activos	3.352.995	(96.672)	3.256.323	3.283.581	-	3.283.581
	155.889.430	(11.958.257)	143.931.173	140.151.923	(6.143.620)	134.008.303
Extrapatrimoniais						
Garantias e avals prestados	(7.740.825)	1.583.739	(6.157.086)	(6.012.084)	3.283.581	(4.072.748)
Créditos documentários abertos	(6.341.032)	-	(6.341.032)	(6.583.951)	91.375.020	(6.583.951)
Linhas de crédito irrevogáveis	-	-	-	(829.515)	-	(829.515)
	(14.081.857)	1.583.739	(12.498.118)	(13.425.550)	1.534.361	(11.486.214)

A qualidade de crédito de activos financeiros apresenta a seguinte composição, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

	2017				
	Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating interno	Nulo (A)	17.065.036	-	17.065.036
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Rating interno	Reduzido (C)	6.028.992	-	6.028.992
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating interno	Reduzido (C)	8.863.816	-	8.863.816
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Rating interno	Reduzido (C)	199.763	-	199.763
Activos financeiros disponíveis para venda	Rating interno	Reduzido (C)	121.240	-	121.240
Investimentos detidos até à maturidade	Rating interno	Muito Reduzido (B)	52.380.068	-	52.380.068
Crédito a clientes	Rating interno	Nulo (A)	1.137.604	-	1.137.604
		Muito Reduzido (B)	19.625.950	2.246.455	17.379.495
		Reduzido (C)	25.175.103	2.973.423	22.201.680
		Moderado (D)	8.908.686	1.971.993	6.936.693
		Elevado (E)	1.108.020	527.250	580.770
		Muito Elevado (F)	37.861	18.929	18.932
		Perda (G)	11.884.296	4.123.535	7.760.761
Outros activos	Rating interno	Nulo (A)	1.544.874	-	1.544.874
		Reduzido (C)	1.808.121	96.672	1.711.449
			155.889.430	11.958.257	143.931.173

			2016 (Pró-forma)		
	Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating interno	Nulo (A)	9.352.687	-	9.352.687
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Rating interno	Muito Reduzido (B)	7.812.950	-	7.812.950
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating interno	Muito Reduzido (B)	5.226.612	-	5.226.612
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Rating interno	Muito Reduzido (B)	121.236	-	121.236
Activos financeiros disponíveis para venda	Rating interno	Muito Reduzido (B)	50.108.794	-	50.108.794
Investimentos detidos até à maturidade	Rating interno	Nulo (A)	3.034.888	415	3.034.473
Crédito a clientes	Rating interno	Muito Reduzido (B)	16.434.365	246.130	16.188.235
		Reduzido (C)	25.949.938	966.681	24.983.257
		Moderado (D)	4.848.778	143.572	4.705.206
		Elevado (E)	2.920.867	533.800	2.387.067
		Muito Elevado (F)	163.118	80.928	82.190
		Perda (G)	10.894.109	4.172.094	6.722.015
Outros activos	Rating interno	Nulo (A)	934.537	-	934.537
		Reduzido (C)	2.349.044	-	2.349.044
			140.151.923	6.143.620	134.008.303

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a concentração geográfica da exposição ao risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:

2017					
Área geográfica					
	Angola	Outros países de África	Europa	Outros	Total
Patrimoniais					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17.065.036	-	-	-	17.065.036
Disponibilidades em outras instituições de crédito	202.151	-	5.826.841	-	6.028.992
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	5.710.522	512	3.152.782	-	8.863.816
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	199.763	-	-	-	199.763
Activos financeiros disponíveis para venda	121.240	-	-	-	121.240
Investimentos detidos até à maturidade	52.380.068	-	-	-	52.380.068
Crédito a clientes	56.015.935	-	-	-	56.015.935
Outros activos	3.256.323	-	-	-	3.256.323
	134.951.038	512	8.979.623	-	143.931.173
Extrapatrimoniais					
Garantias e avals prestados	6.157.086	-	-	-	6.157.086
Créditos documentários abertos	6.341.032	-	-	-	6.341.032
Linhas de crédito irrevogáveis	-	-	-	-	-
	12.498.118	-	-	-	12.498.118
Total	147.449.156	512	8.979.623	-	156.429.291

2016 (Pró-forma)					
Área geográfica					
	Angola	Outros países de África	Europa	Outros	Total
Patrimoniais					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.352.687	-	-	-	9.352.687
Disponibilidades em outras instituições de crédito	660.035	-	7.152.915	-	7.812.950
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	1.837.490	512	3.388.610	-	5.226.612
Activos financeiros disponíveis para venda	121.236	-	-	-	121.236
Investimentos detidos até à maturidade	50.108.794	-	-	-	50.108.794
Crédito a clientes	58.102.443	-	-	-	58.102.443
Outros activos	3.283.581	-	-	-	3.283.581
	123.466.266	512	10.541.525	-	134.008.303
Extrapatrimoniais					
Garantias e avals prestados	4.072.748	-	-	-	4.072.748
Créditos documentários abertos	6.583.951	-	-	-	6.583.951
Linhas de crédito irrevogáveis	829.515	-	-	-	829.515
	11.486.214	-	-	-	11.486.214
Total	134.952.480	1.024	10.541.525	-	145.494.517

De acordo com o descrito na Nota 3.3.3.a), o Banco tem em curso um projecto para implementação de uma ferramenta informática para definição da metodologia a aplicar, com o objectivo de dar cumprimento aos requisitos da norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros (“IAS 39”), no que respeita ao apuramento das perdas por imparidade da sua carteira de crédito concedido, não lhe tendo sido possível concluir tal processo antes do encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017. Desta forma, não foi possível divulgar um conjunto de informação requerida pelo Instrutivo n.º 5/2016 de 08 de Agosto, publicado pelo Banco Nacional de Angola, nomeadamente:

- Quadro XX – Composição do crédito a clientes
- Quadro XXI – Composição do crédito vencido sem imparidade;
- Quadro XXII – Composição do crédito vencido com imparidade;
- Quadro XXIII – Crédito reestruturado;
- Quadro XXIV – Garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido.

32.2. RISCO DE LIQUIDEZ

O Banco efectua o controlo e os reportes relacionados com o risco de liquidez de acordo com o disposto no Instrutivo n.º 19/2016, de 8 de Agosto, e no Instrutivo n.º 26/2016, de 16 de Novembro, ambos publicados pelo Banco Nacional de Angola, intitulados Risco de Liquidez e Governação do Risco de Liquidez, respectivamente.

O Risco de Liquidez reflecte a potencial incapacidade do Banco em cumprir as suas obrigações, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afectar as suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Para rentabilizar os excedentes de liquidez, o Banco realiza investimentos com maturidades até 12 meses para a carteira própria em complemento com as aplicações no Mercado

Monetário Interbancário, que contribuem positivamente para a margem financeira do Banco. Englobam-se neste domínio as aplicações em Bilhetes de Tesouro e a aquisição de Repurchase Agreements (Repos).



Os fluxos de caixa contratuais respeitantes a capital têm a seguinte decomposição, em 31 Dezembro de 2017 e 2016:

2017										
Prazos residuais contratuais 2016										
Activo	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17.065.036	-	-	-	-	-	-	-	-	17.065.036
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.028.992	-	-	-	-	-	-	-	-	6.028.992
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	6.591.336	2.272.480	-	-	-	-	-	-	8.863.816
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	199.763	-	199.763
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	121.240	121.240
Investimentos detidos até à maturidade	-	2.652.043	2.543.070	5.396.020	12.697.546	23.264.292	5.360.045	467.052	-	52.380.068
Crédito a clientes	-	10.599.955	2.103.273	1.738.039	695.250	7.530.774	23.055.493	9.026.752	1.266.399	56.015.935
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	3.256.323	3.256.323
	23.094.028	19.843.334	6.918.823	7.134.059	13.392.796	30.795.066	28.415.538	9.693.567	4.643.962	143.931.173
Passivo										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(2.571.254)	-	(5.870.783)	-	-	-	-	-	-	(8.442.037)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(66.468.136)	(8.932.927)	(3.880.998)	(5.662.693)	(8.403.834)	(21.242.405)	(1.674.442)	(1.972)	-	(116.267.407)
Passivos subordinados	-	-	(3.256.323)	-	-	-	-	-	-	(3.256.323)
	(69.039.390)	(8.932.927)	(13.008.104)	(5.662.693)	(8.403.834)	(21.242.405)	(1.674.442)	(1.972)	-	(127.965.767)
Gap de liquidez	(45.945.362)	10.910.407	(6.089.281)	1.471.366	4.988.962	9.552.661	26.741.096	9.691.595	4.643.962	15.965.406
Gap acumulado de liquidez	(45.945.362)	(35.034.955)	(41.124.236)	(39.652.870)	(34.663.908)	(25.111.247)	1.629.849	11.321.444	15.965.406	15.965.406
2016 (pró-forma)										
Prazos residuais contratuais 2016										
Activo	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.352.687	-	-	-	-	-	-	-	-	9.352.687
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.812.950	-	-	-	-	-	-	-	-	7.812.950
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	5.226.612	-	-	-	-	-	-	-	5.226.612
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	121.236	121.236
Investimentos detidos até à maturidade	-	462.645	1.595.742	3.751.061	8.566.006	21.495.197	11.841.761	2.396.382	-	50.108.794
Crédito a clientes	-	68.832	8.518.947	11.655.736	944.793	4.204.301	21.410.794	10.762.338	536.702	58.102.443
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	3.283.581	3.283.581
	17.165.637	5.758.089	10.114.689	15.406.797	9.510.799	25.699.498	33.252.555	13.158.720	3.941.519	134.008.303
Passivo										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(880.753)	-	(653.608)	-	-	-	-	-	-	(1.534.361)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(51.128.969)	(371.315)	(446.297)	(7.258.326)	(18.152.316)	(144.031)	(9.521.345)	(2.742.297)	-	(89.764.896)
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	(3.411.334)	-	-	-	(3.411.334)
	(52.009.722)	(371.315)	(1.099.905)	(7.258.326)	(18.152.316)	(144.031)	(9.521.345)	(2.742.297)	-	(91.299.257)
Gap de liquidez	(34.844.085)	5.386.774	9.014.784	8.148.471	(8.641.517)	25.555.467	23.731.210	10.416.423	3.941.519	42.709.046
Gap acumulado de liquidez	(34.844.085)	(29.457.311)	(20.442.527)	(12.294.056)	(20.935.573)	4.619.894	1.629.849	38.767.527	42.709.046	85.418.092

32.3. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado define-se como a possibilidade de incorrer em perdas financeiras decorrentes de variações inesperadas nos valores de mercado de exposições detidas. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juro, das paridades cambiais, dos preços das acções e *commodities*. O risco de mercado pode ser desagregado em risco de taxa de juro e risco cambial.

32.3.1. Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital do Banco decorrentes de movimentos adversos na taxa de juro.

De acordo com o Aviso n.º 08/2016, de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola, são definidos os requisitos de análise e reporte associados ao risco de taxa de juro.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta a seguinte composição:

Activo	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	17.065.036	-	17.065.036
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	6.028.992	-	6.028.992
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	8.863.816	-	2.272.480	-	8.863.816
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	199.763	-	-	-	199.763
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	121.240	-	121.240
Investimentos detidos até à maturidade	52.380.068	-	-	-	52.380.068
Outros activos	-	-	3.256.323	-	3.256.323
	61.443.647	-	26.471.591	-	87.915.238
Passivo					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(6.162.225)	-	(2.279.812)	-	(8.442.037)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(48.432.061)	(1.663.572)	(66.171.774)	-	(116.267.407)
Passivos subordinados	(3.432.401)	-	-	-	(3.432.401)
	(58.026.687)	(1.663.572)	(68.451.586)	-	(128.141.845)
	3.416.960	(1.663.572)	(41.979.995)	-	(40.226.607)

Activo	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	9.352.687	-	9.352.687
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	7.812.950	-	7.812.950
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	5.226.612	-	-	-	5.226.612
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	121.236	-	121.236
Investimentos detidos até à maturidade	52.380.068	-	8.701.051	-	50.108.794
Outros activos	-	-	3.283.581	-	3.283.581
	46.634.355	-	29.271.505	-	75.905.860
Passivo					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(1.010.849)	-	(523.512)	-	(1.534.361)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(38.635.927)	-	(51.128.969)	-	(89.764.896)
Passivos subordinados	(3.411.334)	-	-	-	(3.411.334)
	(43.058.110)	-	(51.652.481)	-	(94.710.591)
	3.576.245	-	(22.380.976)	-	(18.804.731)

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica “Crédito a clientes” por exposição ao risco de taxa de juro de acordo com taxa fixa ou variável não se encontra apresentado no quadro anterior devido a limitações dos sistemas operacionais internos, o Banco encontra-se a desenvolver esforços para que esta limitação seja ultrapassada.

O detalhe dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, tem a seguinte composição:

2017									
Datas de refixação / Datas de maturidade									
Activo	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6.591.336	2.272.480	-	-	-	-	-	-	8.863.816
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	199.763	-	199.763
Investimentos detidos até à maturidade	2.652.043	2.543.070	5.396.020	12.697.546	23.264.292	5.360.045	467.052	-	52.380.068
Crédito a clientes	10.599.955	2.103.273	1.738.039	695.250	7.530.774	23.055.493	9.026.752	1.266.399	56.015.935
	19.843.334	6.918.823	7.134.059	13.392.796	30.795.066	28.415.538	9.693.567	1.266.399	117.459.582
Passivo									
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(5.870.783)	-	-	-	-	-	-	(5.870.783)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(8.932.927)	(3.880.998)	(5.662.693)	(8.403.834)	(20.885.164)	(1.674.442)	(1.972)	(357.241)	(49.799.271)
Passivos subordinados	-	(3.432.401)	-	-	-	-	-	-	(3.432.401)
	(8.932.927)	(13.184.182)	(5.662.693)	(8.403.834)	25.555.467	(1.674.442)	(1.972)	(357.241)	(59.102.455)
Exposição líquida	(28.776.261)	(20.103.005)	(12.796.752)	(21.796.630)	(51.680.230)	(30.089.980)	(9.695.539)	(1.623.640)	(176.562.037)

2016 (pró-forma)									
Datas de refixação / Datas de maturidade									
Activo	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	5.226.612	-	-	-	-	-	-	-	5.226.612
Investimentos detidos até à maturidade	462.645	1.595.742	3.751.061	8.566.006	21.495.197	11.841.761	2.396.382	-	50.108.794
Crédito a clientes	-	68.832	-	944.793	54.271.989	-	-	536.702	55.822.316
	5.689.257	1.664.574	3.751.061	9.510.799	75.767.186	11.841.761	2.396.382	536.702	111.157.722
Passivo									
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(653.608)	-	-	-	-	-	-	(653.608)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(371.315)	(446.297)	(7.258.326)	(18.152.316)	(144.031)	(9.521.345)	(2.742.298)	(357.241)	(38.993.169)
Passivos subordinados	-	-	-	-	(3.411.334)	-	-	-	(3.411.334)
	(371.315)	(1.099.905)	(7.258.326)	(18.152.316)	(3.555.365)	(9.521.345)	(2.742.298)	(357.241)	(43.058.111)
Exposição líquida	(6.060.572)	(2.764.479)	(11.009.387)	(27.663.115)	(79.322.551)	(21.363.106)	(5.138.680)	(893.943)	(154.215.833)

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a análise de sensibilidade dos resultados gerados por instrumentos financeiros a variações das taxas de juro apresenta o seguinte detalhe:

2017						
Datas de refixação / Datas de maturidade						
Activo	-200 bp ¹	-100 bp ¹	-50 bp ¹	+50 bp ¹	+100 bp ¹	+200 bp ¹
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(3.068)	(1.534)	(767)	767	1.534	3.068
Activos financeiros disponíveis para venda	(2.625)	(1.312)	(656)	656	1.312	2.625
Investimentos detidos até à maturidade	(265.261)	(132.630)	(66.315)	66.315	132.630	265.261
Crédito a clientes	(232.004)	(116.002)	(58.001)	58.001	116.002	232.004
	(502.958)	(251.479)	(125.739)	125.739	251.479	502.958
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	168.117	84.059	42.029	(42.029)	(84.059)	(168.117)
Passivos subordinados	20.713	10.356	5.178	(5.178)	(10.356)	(20.713)
	188.830	94.415	47.208	(47.208)	(94.415)	(188.830)
Exposição líquida	(314.128)	(157.064)	(78.532)	78.532	157.064	314.128
2016						
Datas de refixação / Datas de maturidade						
Activo	-200 bp ¹	-100 bp ¹	-50 bp ¹	+50 bp ¹	+100 bp ¹	+200 bp ¹
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(2.810)	(1.405)	(703)	703	1.405	2.810
Investimentos detidos até à maturidade	(204.636)	(102.318)	(51.159)	51.159	102.318	204.636
Crédito a clientes	(338.117)	(169.059)	(84.529)	84.529	169.059	338.117
	(545.564)	(272.782)	(136.391)	136.391	272.782	545.564
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	84.140	42.070	21.035	(21.035)	(42.070)	(84.140)
Passivos subordinados	16.959	8.479	4.240	(4.240)	(8.479)	(16.959)
	101.099	50.550	25.275	(25.275)	(50.550)	(101.099)
Exposição líquida	(444.465)	(222.233)	(111.116)	111.116	222.233	444.465

1 Um bp ("basis point" ou ponto base) corresponde a 0,01 pontos percentuais.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a análise de sensibilidade dos resultados para a rubrica "Crédito a clientes" a variações da taxa de juro foi efectuada tendo por base as taxas médias das operações de créditos a clientes, conforme divulgado na Nota 10.

32.3.2. Risco cambial

O risco de taxa de câmbio pode ser definido como o risco proveniente de movimentos nas taxas de câmbio resultando das posições cambiais originadas pela existência de instrumentos financeiros denominados em diferentes moedas.

No seguimento das recomendações da Instrução n.º 06/2016, de 08 de Agosto, do Banco Nacional de Angola, o Banco faz apuramento da sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia definida no Instrutivo.



Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos instrumentos financeiros por moeda tem a seguinte composição:

2017					
	Kwanzas	Dólares dos Estados Unidos da América	Euros	Outras moedas	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16.296.497	768.539	-	-	17.065.036
Disponibilidades em outras instituições de crédito	202.151	3.096.432	2.723.501	6.908	6.028.992
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	7.269.171	1.136.151	458.494	-	8.863.816
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	199.763	-	-	199.763
Activos financeiros disponíveis para venda	121.240	-	-	-	121.240
Investimentos detidos até à maturidade	14.598.964	37.781.104	-	-	52.380.068
Crédito a clientes	54.049.610	1.634.921	331.405	-	56.015.936
Outros activos	3.256.323	-	-	-	3.256.174
	95.793.956	44.616.910	3.513.400	6.908	143.931.174
Passivos					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(8.442.037)	-	-	-	(8.442.037)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(107.648.505)	(7.898.464)	(718.051)	(2.477)	(116.267.497)
Passivos subordinados	-	(3.432.401)	-	-	(3.432.401)
	(116.090.542)	(11.330.865)	(718.051)	(2.477)	(128.141.935)
	(20.296.586)	33.286.045	2.795.349	4.431	15.789.239
2016 (Pró-forma)					
	Kwanzas	Dólares dos Estados Unidos da América	Euros	Outras moedas	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	8.543.637	809.050	-	-	9.352.687
Disponibilidades em outras instituições de crédito	660.035	1.002.715	6.144.118	6.082	7.812.950
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	2.367.268	2.580.348	278.996	-	5.226.612
Investimentos detidos até à maturidade	11.060.507	39.048.287	-	-	50.108.794
Crédito a clientes	55.859.878	1.441.398	801.167	-	58.102.443
Outros activos	3.283.581	-	-	-	3.283.581
	81.774.906	44.881.798	7.224.281	6.082	133.887.067
Passivos					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(1.534.361)	-	-	-	(1.534.361)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(86.299.674)	(3.461.294)	(3.928)	-	(89.764.896)
Passivos subordinados	-	(3.411.334)	-	-	(3.411.334)
	(87.834.035)	(6.872.628)	(3.928)	-	(94.710.591)
	(6.059.129)	38.009.170	7.220.353	6.082	39.176.476

No quadro dos detalhes dos instrumentos financeiros por moeda os montantes da coluna “Dólares dos Estados Unidos da América” incluem as operações indexadas ao USD.

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, tem o seguinte detalhe:

2017						
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	(14.734.526)	(7.367.263)	(3.683.631)	3.683.631	7.367.263	14.734.526
Euro	(846.290)	(423.145)	(211.573)	211.573	423.145	846.290
Outras moedas	(1.767)	(884)	(442)	442	884	1.767
Total	(14.734.526)	(7.367.263)	(3.683.631)	3.683.631	7.367.263	14.734.526

2016						
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	(12.688.917)	(6.344.459)	(3.172.229)	3.172.229	6.344.459	12.688.917
Euro	(1.513.610)	(756.805)	(378.403)	378.403	756.805	1.513.610
Outras moedas	(1.216)	(608)	(304)	304	608	1.216
Total	(12.688.917)	(6.344.459)	(3.172.229)	3.172.229	6.344.459	12.688.917

32.4. JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

2017				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Imparidade	Valor líquido
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	17.065.036	-	17.065.036
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	6.028.992	-	6.028.992
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	8.863.816	-	8.863.816
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	199.763	-	-	199.763
Activos financeiros disponíveis para venda	121.240	-	-	121.240
Investimentos detidos até à maturidade	-	52.380.068	-	52.380.068
Crédito a clientes	-	67.877.520	(11.861.585)	56.015.935
Outros activos	-	3.352.995	(96.672)	3.256.323
	321.003	155.568.427	(11.958.257)	143.931.173
Passivos				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(8.376.238)	-	(8.376.238)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(115.910.166)	-	(115.910.166)
Passivos subordinados	-	(3.432.401)	-	(3.432.401)
	-	(127.718.805)	-	(127.718.805)
	321.003	27.849.622	(11.958.257)	16.212.368



	2017 (Pró-Forma)			
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Imparidade	Valor líquido
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	9.352.687	-	9.352.687
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	7.812.950	-	7.812.950
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	5.226.612	-	5.226.612
Activos financeiros disponíveis para venda	121.236	-	-	121.236
Investimentos detidos até à maturidade	-	50.108.794	-	50.108.794
Crédito a clientes	-	64.246.063	(6.143.620)	58.102.443
Outros activos	-	3.283.581	-	3.283.581
	121.236	140.030.687	(6.143.620)	134.008.303
Passivos				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(1.534.361)	-	(1.534.361)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(89.764.896)	-	(89.764.896)
Passivos subordinados	-	(3.411.334)	-	(3.411.334)
	-	(94.710.591)	-	(91.299.257)
	121.236	45.320.096	(6.143.620)	42.709.046

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o Banco não detém em carteira instrumentos de cobertura nem instrumentos financeiros valorizados ao custo histórico.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o justo valor dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	2017					
	Justo valor de instrumentos financeiros					
	Valor contabilístico (líquido)	Registados no balanço ao justo valor	registados no balanço ao custo amortizado	Total	Diferença	Valor contabilístico total
Activos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17.065.036	-	17.065.036	17.065.036	-	17.065.036
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.028.992	-	6.028.992	6.028.992	-	6.028.992
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	8.863.816	-	8.863.816	8.863.816	-	8.863.816
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	199.763	199.763	-	199.763	-	199.763
Activos financeiros disponíveis para venda	121.240	121.240	-	121.240	-	121.240
Investimentos detidos até à maturidade	52.380.068	-	52.380.068	52.380.068	-	52.380.068
Crédito a clientes	56.015.935	-	56.015.935	56.015.935	-	56.015.935
Outros activos	3.256.323	-	3.256.323	3.256.323	-	3.256.323
	143.931.173	321.003	143.610.170	143.931.173	-	143.931.173
Passivos						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(8.442.037)	-	(8.442.037)	(8.442.037)	-	(8.442.037)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(116.267.407)	-	(116.267.407)	(116.267.407)	-	(116.267.407)
Passivos subordinados	(3.432.401)	-	(3.432.401)	(3.432.401)	-	(3.432.401)
	(128.141.845)	-	(128.141.845)	(128.141.845)	-	(128.141.845)
	15.789.328	321.003	15.468.325	15.789.328	-	15.789.328

2016 (Pró-forma)

Justo valor de instrumentos financeiros						
	Valor contabilístico (líquido)	Registados no balanço ao justo valor	registados no balanço ao custo amortizado	Total	Diferença	Valor contabilístico total
Activos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.352.687	-	9.352.687	9.352.687	-	9.352.687
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.812.950	-	7.812.950	7.812.950	-	7.812.950
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	5.226.612	-	5.226.612	5.226.612	-	5.226.612
Activos financeiros disponíveis para venda	121.236	121.236	-	121.236	-	121.236
Investimentos detidos até à maturidade	50.108.794	-	50.108.794	50.108.794	-	50.108.794
Crédito a clientes	58.102.443	-	58.102.443	58.102.443	-	58.102.443
Outros activos	3.283.581	-	3.283.581	3.283.581	-	3.283.581
	134.008.303	121.236	133.887.067	134.008.303	-	134.008.303
Passivos						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	1.534.361)	-	(1.534.361)	(1.534.361)	-	(1.534.361)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(89.764.896)	-	(89.764.896)	(89.764.896)	-	(89.764.896)
Passivos subordinados	(3.411.334)	-	(3.411.334)	(3.411.334)	-	(3.411.334)
	(94.710.591)	-	(94.710.591)	-	(94.710.591)	(128.141.845)
	39.297.712	121.236	39.176.476	39.297.712	-	39.297.712

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o justo valor dos instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

2017

	Nível 1 Cotações em mercado activo	Nível 2 Dados observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	Total
Activos				
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	199.763	199.763
Activos financeiros disponíveis para venda	-	121.240	-	121.240
	-	121.240	199.763	321.003

2016 (Pró-forma)

	Nível 1 Cotações em mercado activo	Nível 2 Dados observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	Total
Activos				
Activos financeiros disponíveis para venda	-	121.240	-	121.240
	-	121.240	-	121.240

No decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o Banco não procedeu à reclassificação de activos financeiros.

32.5. RUBRICAS DE RENDIMENTOS, GASTOS, GANHOS OU PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os rendimentos e gastos associados a instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2017			2016 (Pró-forma)		
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de resultados		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos						
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	138.975	-	138.975	646.716	-	646.716
Investimentos detidos até à maturidade	4.785.608	-	4.785.608	3.330.821	-	3.330.821
Crédito a clientes	10.273.040	-	10.273.040	8.639.678	-	8.639.678
	15.197.623	-	15.197.623	12.617.215	-	12.617.215
Passivos						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(119.440)	(119.440)	-	(152.624)	(152.624)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(2.618.330)	(2.618.330)	-	(1.379.396)	(1.379.396)
Passivos subordinados	-	(370.086)	(370.086)	-	(376.156)	(376.156)
	-	(3.107.855)	(3.107.855)	-	(1.908.177)	(1.908.177)
	15.197.623	3.107.855	18.305.478	12.617.215	1.908.177	14.525.392

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os rendimentos e gastos associados a instrumentos não mensurados ao justo valor através de resultados apresentam o seguinte detalhe:

	2017			2016 (Pró-forma)		
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de resultados		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activos						
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	144.073	-	144.073	646.716	-	646.716
Investimentos detidos até à maturidade	4.983.765	-	4.983.765	3.330.821	-	3.330.821
Crédito a clientes	10.273.040	-	10.273.040	8.639.678	-	8.639.678
	15.400.878	-	15.400.878	12.617.215	-	12.617.215
Passivos						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(119.440)	(119.440)	-	(152.624)	(152.624)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(2.623.428)	(2.623.428)	-	(1.379.396)	(1.379.396)
Passivos subordinados	-	(376.156)	(376.156)	-	(376.156)	(376.156)
	-	(3.119.023)	(3.119.023)	-	(1.908.177)	(1.908.177)
	15.400.878	(3.119.023)	12.281.855	12.617.215	(1.908.177)	10.709.038

32.6. RISCO OPERACIONAL

De acordo com o disposto no Aviso nº 2/2013, de 19 de Abril, do Banco Nacional de Angola, o risco operacional é proveniente da inadequação dos processos internos, pessoas ou sistemas, gerando a possibilidade de ocorrência de fraudes, internas e externas, bem como dos eventos externos. Este risco inclui o risco de sistemas de informação e de compliance. O risco operacional encontra-se inerente a qualquer actividade realizada e a sua presença não é limitada apenas a algumas áreas do Banco.

O Banco adopta o Método do Indicador Básico no que se refere ao cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios afectos ao risco operacional, previstos no Instrutivo nº 16/2016, de 01 de Julho, do Banco Nacional de Angola.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Requisitos de capital social mínimo das Instituições Financeiras

No início do ano de 2018 foi publicado pelo Banco Nacional de Angola o Aviso n.º 02/2018 de 21 de Fevereiro, que prevê a alteração do capital social mínimo requerido para as Instituições Financeiras em Angola, passando do valor de mAOA 2.500.000, aplicável até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, para mAOA 7.500.000 a ser cumprido até 31 de Dezembro de 2018.

Adicionalmente, o referido Aviso prevê um prazo de 120 dias para as Instituições Financeiras apresentar ao Banco Nacional de Angola um plano de acção detalhado descrevendo as medidas a implementar que visam o cumprimento dos requisitos indicados.

Conforme divulgado na Nota 21 – Aumento de capital, encontra-se em processo de aprovação pelo Banco Nacional de Angola um aumento de capital de 4.000.000 mAOA para 31.000.000 mAOA.

b) Dívida subordinada

No mês de Março de 2018, de acordo com os termos contratualmente previstos, o Banco efectuou a liquidação das “Obrigações Keve” e respectivos juros no valor de 3.432.401 mAOA (20.995.500 USD) aos detentores de dívida subordinada registada em 31 de Dezembro de 2017 da rubrica “Passivos subordinados” (Nota 19).

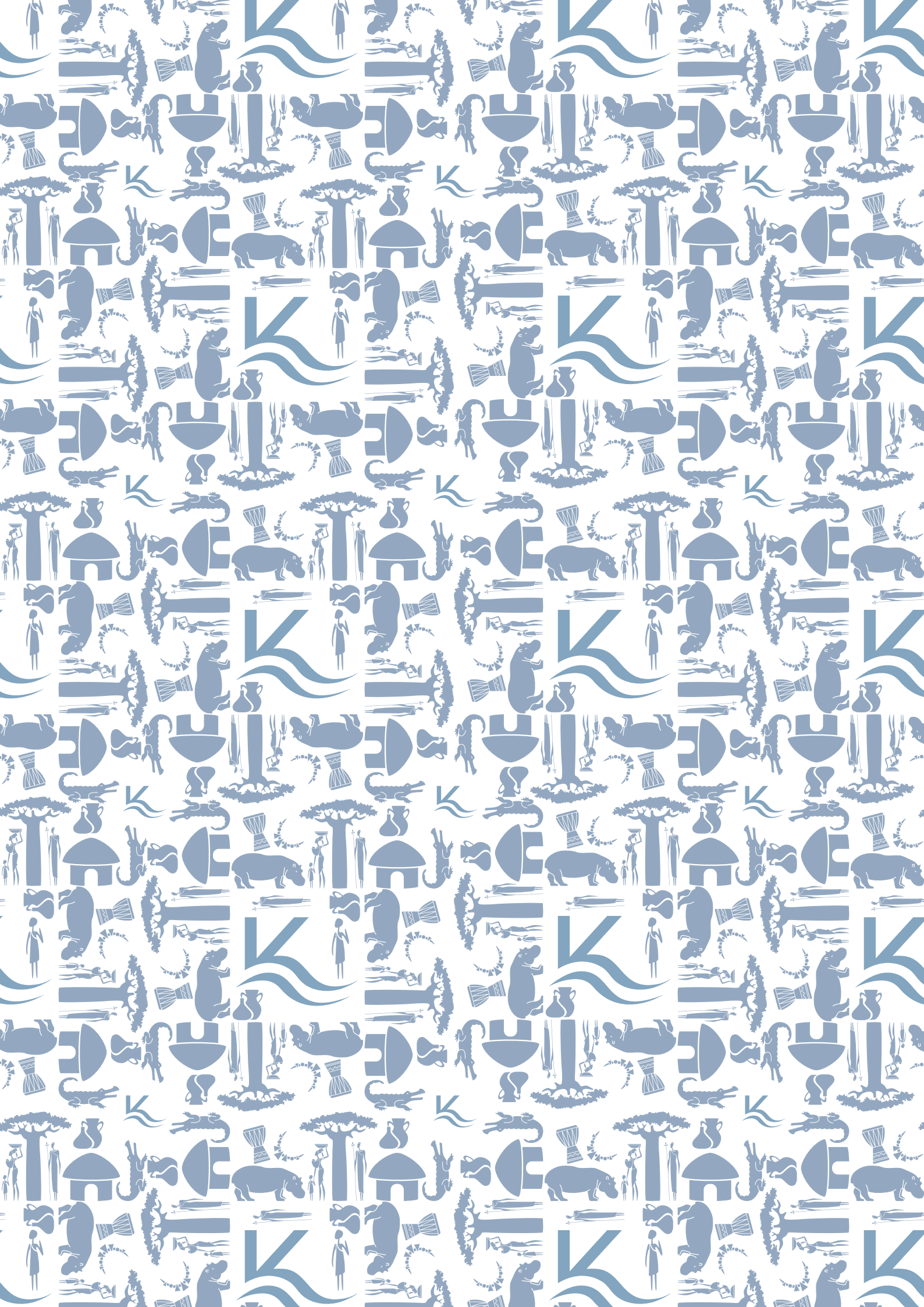
c) Variação cambial até 28 de Fevereiro de 2018

Em 28 de Fevereiro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, os câmbios médios do Kwanza (AOA) publicados pelo Banco Nacional de Angola face às moedas estrangeiras em que o Banco tem posição activa e/ou passiva eram os seguintes:

Moeda	31-12-2017	28-02-2018
Dólar dos Estados Unidos (USD)	165,924	213,137
Euro (EUR)	185,400	261,650
Libra Estrelina (GBP)	224,420	296,506
Dólar canadense (CAD)	131,737	167,535
Dólar namibiano (NAD)	13,951	18,241
Rand sul-africano (ZAR)	13,451	18,239
Coroa Sueca (SEK)	20,128	25,989

O efeito da variação cambial entre 31 de Dezembro de 2017 e 28 de Fevereiro de 2018, sobre os saldos de Balanço do Banco a 31 de Dezembro de 2017, *ceteris paribus*, seria detalhado como se segue:

	Moeda nacional	Indexado a moeda estrangeira	Moeda estrangeira	Total
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16.296.498	-	988.640	17.285.138
Disponibilidades em outras instituições de crédito	202.151	-	7.830.267	8.032.418
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	7.269.171	-	2.106.503	9.375.674
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	256.606	-	256.606
Activos financeiros disponíveis para venda	121.240	-	-	121.240
Investimentos detidos até à maturidade	12.948.523	48.531.710	2.120.073	63.600.306
Crédito a clientes	54.049.610	-	2.535.378	56.584.988
Activos não correntes detidos para venda	60.539	-	-	60.539
Outros activos tangíveis	6.958.767	-	-	6.958.767
Activos intangíveis	56.295	-	-	56.295
Activos por impostos correntes	-	-	-	-
Outros activos	3.256.323	-	-	3.256.323
Total do Activo	101.219.117	48.788.315	15.580.862	165.588.294
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	8.442.037	-	314.446	8.756.483
Recursos de clientes e outros empréstimos	87.305.161	27.254.081	9.712.967	124.272.210
Provisões	1.778.201	-	28.328	1.806.529
Passivos por impostos correntes	62.734	-	-	62.734
Passivos subordinados	-	-	4.409.090	4.409.090
Outros passivos	4.670.948	-	364.081	5.035.029
Total do Passivo	102.259.081	27.254.081	14.828.912	144.342.074
Total Capital Próprio				21.246.220
Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2017 (Câmbios de 31 de Dezembro de 2017)				16.295.830
Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2017 (Câmbios de 28 de Fevereiro de 2018)				21.246.220
Impacto potencial da variação cambial em Capitais Próprios				4.950.390





10

Parecer do Auditor Externo

Banco *Keve*

O BANCO À SUA MEDIDA

Hipopótamo





Deloitte & Touche - Auditores,
Limitada
Condomínio da Cidade Financeira
Via 58, Bloco 4 - 5º, Talatona
Luanda, Angola

Tel: +(244) 22 2391 808/ 391 673
Fax: +(244) 22 2391 972
www.deloitte.co.ao

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mAOA)

Aos Accionistas
do Banco Regional do Keve, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Regional do Keve, S.A. (adiante designado por "Banco"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 que evidencia um total de 151.006.774 mAOA e um capital próprio de 16.295.830 mAOA, incluindo um resultado líquido de 2.075.515 mAOA, as demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade por quotas | NIPC: 5431022670 | Matrícula CRC de Luanda: 106-97 | Capital social: KZ 1.420.000 | Sede: Condomínio Cidade Financeira, Via 58, Bloco 4 - 5º, Talatona, Luanda

© 2018. Para informações contacte Deloitte & Touche - Auditores, Limitada



IS 668746

**Bases para a opinião com reservas**

6. No âmbito da adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 (Nota 3) o Banco tem em curso um projecto para implementação de uma ferramenta informática e para definição da metodologia a aplicar com o objectivo de dar cumprimento aos requisitos da Norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros ("IAS 39"), no que respeita ao apuramento das perdas por imparidade da sua carteira de crédito concedido, não lhe tendo sido possível concluir tal processo antes do encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo naquela data. Neste contexto, como resultado do processo em curso acima descrito o Banco não se encontra a cumprir adequadamente com todos os requisitos previstos na IAS 39 relativamente à constituição de imparidade e, consequentemente, com o que se encontra disposto na Norma IFRS 7 – Instrumentos Financeiros – Divulgações, referente à informação a divulgar sobre a carteira de crédito. Assim, não obstante o reforço significativo da imparidade para a carteira de crédito concedido nos exercícios de 2017 e 2016 nos montantes líquidos de 3.896.555 mAOA e 6.926.040 mAOA, respectivamente, bem como o compromisso do Conselho de Administração do Banco em continuar o reforço da imparidade em 2018, atendendo ao assunto acima descrito e às conclusões que nos foi possível obter da análise específica da carteira de crédito concedido, dos juros de crédito na demonstração de resultados e dos "outros valores" a receber, entendemos que a imparidade constituída é insuficiente para fazer face aos riscos a que se destina e às respectivas perdas estimadas num montante que, devido à referida limitação, não nos é possível quantificar.
7. Conforme divulgado na Nota 3.3.7 do Anexo, a Associação Angolana de Bancos ("ABANC") e o Banco Nacional de Angola ("BNA") expressaram uma interpretação de que não se encontram cumpridos a totalidade dos requisitos previstos na IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias ("IAS 29") para que a economia Angolana seja considerada hiperinflacionária no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e, consequentemente, o Conselho de Administração do Banco decidiu não aplicar as disposições constantes naquela Norma às demonstrações financeiras naquela data. Em 31 de Dezembro de 2017, a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos aproxima-se ou ultrapassa os 100%, dependendo do índice utilizado, existindo igualmente a expectativa de que continuará a exceder cumulativamente os 100% em 2018, o que é uma condição quantitativa objectiva que nos leva a considerar, para além da existência de outras condições previstas na IAS 29, que a moeda funcional das demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2017 corresponde à moeda de uma economia hiperinflacionária. Nestas circunstâncias, o Banco deveria ter apresentado as suas demonstrações financeiras naquela data, atendendo àquela premissa e de acordo com as disposições previstas naquela Norma, as quais estabelecem também a reexpressão das demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentadas para efeitos comparativos. Não obtivemos, contudo, informações suficientes que nos permitam quantificar com rigor os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2017, que entendemos serem significativos.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos assuntos descritos na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Regional do Keve, S.A. em 31 de Dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.



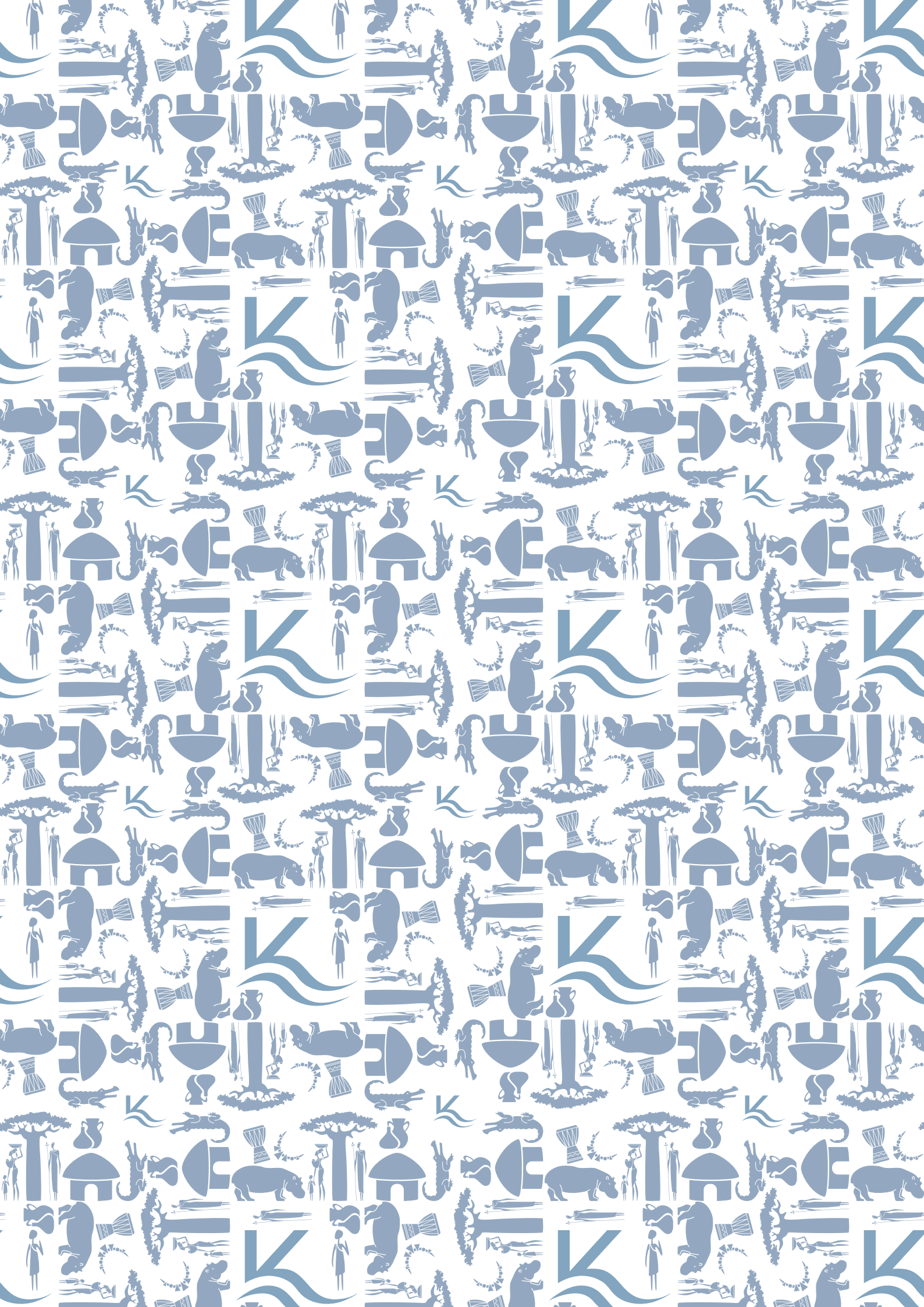
Página 3 de 3

Ênfases

9. Atendendo aos impactos do assunto descrito no parágrafo 6 acima, a capacidade do Banco para continuar as operações depende do sucesso das suas operações futuras e da manutenção do suporte financeiro dos seus accionistas. Adicionalmente, conforme divulgado na Nota 10, existem operações de crédito concedido, incluindo com entidades relacionadas, às quais o Banco apresenta em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 exposição superior ao limite dos grandes riscos para uma contraparte ou um grupo de contrapartes ligadas entre si (25% dos fundos próprios regulamentares do Banco) estabelecido no Aviso n.º 09/2016, de 22 de Junho do Banco Nacional de Angola. Por outro lado, o capital social do Banco ascende em 31 de Dezembro de 2017 a 4.000.000 mAOA devendo, de acordo com o Aviso n.º 02/2018, de 21 de Fevereiro do Banco Nacional de Angola, ser aumentado e realizado para o valor mínimo de 7.500.000 mAOA até 31 de Dezembro de 2018. Conforme divulgado na Nota 21, com o objectivo de dotar o Banco dos recursos necessários para o desenvolvimento da sua actividade e para resolver os assuntos acima descritos, foi aprovado em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 27 de Novembro de 2015 um aumento de capital social, cuja aprovação se encontra em curso junto do Banco Nacional de Angola e que o Conselho de Administração estima que venha a ser realizado no exercício de 2018.
10. Conforme divulgado na Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras, no exercício de 2017, o Banco adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), na sequência da publicação do Aviso n.º 6/2016, de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano de Contas das Instituições Financeiras - "CONTIF") para as IFRS, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS 1), tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2016. Neste sentido, a informação financeira com referência a 1 de Janeiro de 2016 e ao exercício de 2016, anteriormente apresentada de acordo com o CONTIF, foi reexpressa para as IFRS para efeitos de comparabilidade (Nota 3.5 do Anexo).

Luanda, 3 de Abril de 2018

Deloitte & Touche - Auditores, Limitada
Representada por José António Mendes Garcia Barata
Membro da OCPCA nº 20130163





11

Parecer do Conselho Fiscal

Banco *Keve*
O BANCO À SUA MEDIDA

Kudo Africano



BANCO KEVE
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores accionistas

- 1 – O Conselho Fiscal apresenta o seu parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e a Demonstração de Resultados do ano económico de 2017, documentos cuja elaboração e conteúdo são de responsabilidade exclusiva do Conselho de Administração, em cumprimento das disposições legais em vigor, nomeadamente a Lei n.º 1/04 de 13 de Fevereiro – Lei das Sociedades Comerciais e o artigo 23.º dos Estatutos do Banco Keve, S.A.
- 2 – No decurso do exercício em apreço e com observância das normas e procedimentos habituais, o Conselho Fiscal acompanhou com a periodicidade e a extensão que considerou adequadas a evolução da actividade desenvolvida pelo Banco, realizando, de forma sistematizada, a verificação dos relatórios financeiros e demais informações postos à disposição pelo Conselho de Administração, mormente o Balanço, a Demonstração de Resultados e as Notas às Contas do Banco e a regularidade dos seus registos contabilísticos.
- 3 – O Conselho Fiscal examinou o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Mutações nos Fundos Próprios, a Demonstração dos Fluxos de Caixa bem como o Relatório de Gestão preparados pelo Conselho de Administração para o exercício fiscal de 2017 e auscultou este órgão sempre que considerou necessário, factores determinantes para uma maior compreensão da actividade do Banco, dos resultados obtidos e objectivos conseguidos e para respaldo do parecer que se coloca à disposição de Vossas Excelências.
- 4 – Em resultado do acompanhamento de proximidade realizado, o Conselho Fiscal constatou a importância das acções de modernização dos sistemas aplicativos de suporte à actividade do Banco, quer decorrentes de exigências de natureza regulamentar, quer por imperativos de melhoria da imagem e de saneamento financeiro interno, com particular enfoque no reforço expressivo do seu stock de provisões para imparidades de crédito e outros valores, tendo reconhecido a importância e pertinência na solidez da actividade e idoneidade do Banco e no reforço da robustez da sua marca e sustentabilidade no mercado bancário angolano.



Journal of Interpersonal Violence 28(10) 1911-1926
© The Author(s) 2013
Reprints and permissions: sagepub.com/journalsPermissions.nav
DOI: 10.1177/0886260513505111
jiv.sagepub.com





- 5 – O Conselho Fiscal observou o trabalho realizado pelos auditores externos independentes, em cuja opinião se afirma que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Keve, SA em 31 de Dezembro de 2017, bem como os resultados das suas operações e as origens e aplicações de fundos para o ano findo, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Angola.
- 6 – Conquanto releve o compromisso do Banco Keve SA no cumprimento da política de imparidades de crédito, preconizada pela IAS 39 e IFRS 9 o Conselho Fiscal, expressa ser indispensável e urgente, mitigar a reserva do Auditor Externo, relacionado com o subsistema de crédito e outros valores.
- 7 – O Conselho Fiscal constatou o crescimento genérico do Banco e reitera a relevância e pertinência da plena efectivação da deliberação do aumento do Capital Social do Banco, visando reforçar a sua robustez e sustentabilidade.
- 8 - O Conselho Fiscal reconhece que a contabilidade, o Balanço, as Demonstrações de Resultados, de Mutações de Fundos Próprios e de Fluxos de Caixa bem como o Anexo às Contas e o Relatório de Gestão estão conformes às disposições legais e estatutárias, traduzindo apropriadamente a situação patrimonial do Banco a 31 de Dezembro de 2017.
- 9 – Face ao que precede o Conselho Fiscal propõe que sejam submetidos à apreciação da Assembleia Geral e consequentemente aprovados:
 - O Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2017;
 - A Proposta de aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração do Banco Keve. SA

[illegible]



Conselho Fiscal do Banco Keve S.A., em Luanda, aos 21 de Março de 2018.

O Presidente do Conselho Fiscal



Décio Leandro de Carvalho Gaspar

Os Vogais:

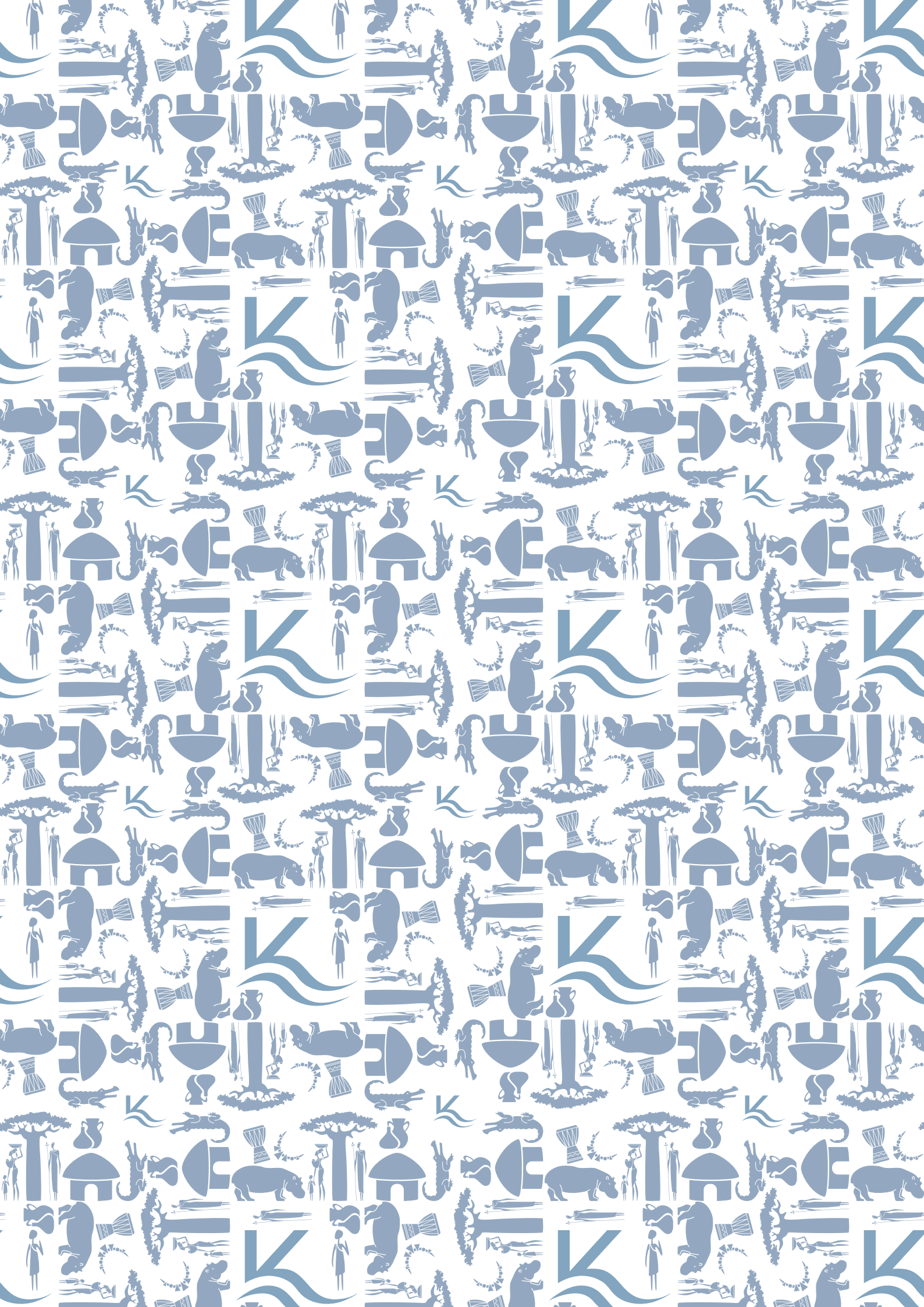


Manuel João Carneiro



João da Silva







12

Agências Banco Keve

Banco Keve

O BANCO À SUA MEDIDA

Chimpazé Africano

BENGUELA

AG DE BENGUELA (1401)	Rua Aires de Almeida Santos Nº 75
AG LOBITO (1402)	Zona Comercial - Av. 25 de Abril Nº 73/75/77
AG LOBITO SECIL (1403)	Bairro Lobito Velho - Lobito Instalações da Secil Cimentos
AG LOBITO CATUMBELA (1404)	Rua da fábrica velha Antiga Açucareira Catumbela
AG LOBITO RESTINGA (1405)	Avenida de Moçambique Nº 99

CABINDA

AG CABINDA (201)	Av. Comendador Henrique Serrano
AG MASSABI (202)	Instalações do Posto fronteiriço de Massabi

CUANDO CUBANGO

AG MENONGUE (1801)	Rua 1º de Maio
BALCÃO CATUITUI (1802)	Posto fronteiriço do Cuangar
AG CUANGAR (1803)	Cuangar-Cuando Cubango
POSTO RIVUNGO (1804)	Posto fronteiriço Cuangar - Cuando Cubango

CUNENE

AG SANTA CLARA (1702)	Estrada Principal de Santa Clara, Edifício do Posto Aduaneiro
AG BROMANGOL SANTA CLARA (1702)	Estrada Principal de Santa Clara Edifício da Bromangol Santa Clara-Cunene

HUAMBO

AG HUAMBO (1201)	Rua Traseiro Lopes Cidade Baixa
AG HUAMBO NOCEBO (1202)	Zona Industrial do Huambo Bairro da Chiva

KWANZA SUL

AG SUMBE - SEDE (1301)	Av. Joaquim Kapango nº Y- 43 - Sumbe
AG WACO KUNGO (1302)	Rua 04 de Fevereiro
AG CALULO (1303)	Rua 11 de Novembro R/C
AG DE PORTO - AMBOIM (1305)	Rua: Viriato da Cruz-Complexo Industrial da PESKWANZA-EP,Lote N/D,R/C
BALCÃO ALFÂNDEGA PORTO - AMBOIM (1306)	Porto Amboim - Kwanza Sul
BALCÃO REPARTIÇÃO FISCAL DO CALULO (1308)	Rua 10 de Novembro
AG SELES (1307)	Rua Lar 2 dos Estudantes
BALCÃO REPARTIÇÃO FISCAL DO WACO KUNGO (1304)	Rua 4 de Fevereiro S/N

LUANDA

AG RAINHA GINGA (501)	Rua Rainha Ginga, 77
AG MACULUSSO (502)	Rua Joaquim Kapango, 32 - Luanda
AG NOCAL (503)	Bairro Hoji Ya Henda - Luanda Instalações da Nocal
AG NOVA CIMANGOLA (504)	Bairro Kikolo - Luanda Instalações da fábrica da nova cimangola
AG CUCA (505)	Bairro Cazenga - Rua N'gola kiluanje Instalações da Cuca - Luanda
AG TALATONA II (523)	Bairro Benfica Estrada direita do futungo, S/N
AG PORTO DE LUANDA (507)	Bairro Boavista, Av. 4 de Fevereiro Instalações do porto de luanda - Luanda
AG AEROPORTO (510)	Av. 21 de Janeiro / Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro Terminal de carga aéreo
AG PORTO SECO (511)	Instalações Porto Seco Viana
AG SOVINHOS (512)	Instalações Seis Líquidos/Sovinhos Viana
AG CACUACO (513)	Rua do Mutobe, Instalações da Vidrul
AG SERPA PINTO (514)	Largo Serpa Pinto - Rua Amílcar Cabral nº 4A
AG NOVA VIDA (515)	Rua 55/ 60, Projecto Nova Vida
AG NOVA VIDA II (524)	Rua 53 Projecto Nova Vida Município de Belas-Luanda

BALCÃO CORREIOS DE ANGOLA (516)	R. do 1º Congresso do MPLA
BALCÃO AEROPORTO 4 DE FEVEREIRO PARTIDAS (517)	Av. 21 de Janeiro / Terminal de Passageiros
BALCÃO AEROPORTO 4 DE FEVEREIRO CHEGADAS (517)	Av. 21 de Janeiro / Terminal de Passageiros
AG MAJOR KANHANGULO (518)	Rua Major Kanhangulo, nº 61 B
AG KILAMBA KIAXE (519)	Nova Cidade do Kilama Kiaxe
AG GIKA SEDE (526)	Av. Ho Chi Min, Edifício Garden Towers-Torre B, 11º Andar
AG UNIVERSIDADE METODISTA (522)	Rua Nossa Senhora da Muxima, Bairro Ingombotas
BALCÃO UNIVERSIDADE ISPAJ	Projecto Nova Vida
CENTRO DE EMPRESAS RAINHA GINGA (9501)	Rua Rainha Ginga, 77
CENTRO DE EMPRESAS PATRIOTA (9502)	Rua do Patriota S/N Município de Belas- Luanda
CENTRO DE EMPRESAS TALATONA II (9503)	Rua Pedro de Castro Van-Dúnem Loy Município de Belas -Luanda
CENTRO DE EMPRESAS VIANA COMETA (9504)	Estrada de Catete S/N Município de Viana-Luanda
CENTRO DE EMPRESAS ROYAL PARK (9505)	Rua Pedro de Castro Van-Dúnem Loy Município de Belas -Luanda
DIRECÇÃO DE PRIVATE (1901)	Rua Rainha Ginga, 77
AG PATRIOTA (225)	Rua do Patriota S/N Município de Belas- Luanda
AG VIANA COMETA (527)	Estrada de Catete S/N Município de Viana-Luanda
AG LUANDA SHOPPING (528)	Avenida Cmd Gika Município de Luanda-Luanda
AG SONANGALP KM 32 (529)	Estrada de Catete S/N Km 32 Município de Viana-Luanda
AG CAMAMA MULTICENTER (531)	Estrada Principal de Camama Município de Belas- Luanda
AG. CAMAMA ISPEKA	Município de Belas, Distrito de Camama, Estrada Principal de Camama
AG. CAMPUS UNIVERSITÁRIOS	Rua direita do Camama Instalações do Campus Universitários

LUBANGO

AG LUBANGO (1501)	Rua 1º de Agosto Nº26 - Bairro Comercial
AG LUBANGO ALFANDEGA (1502)	Rua Eng.º. Torres

MALANGE

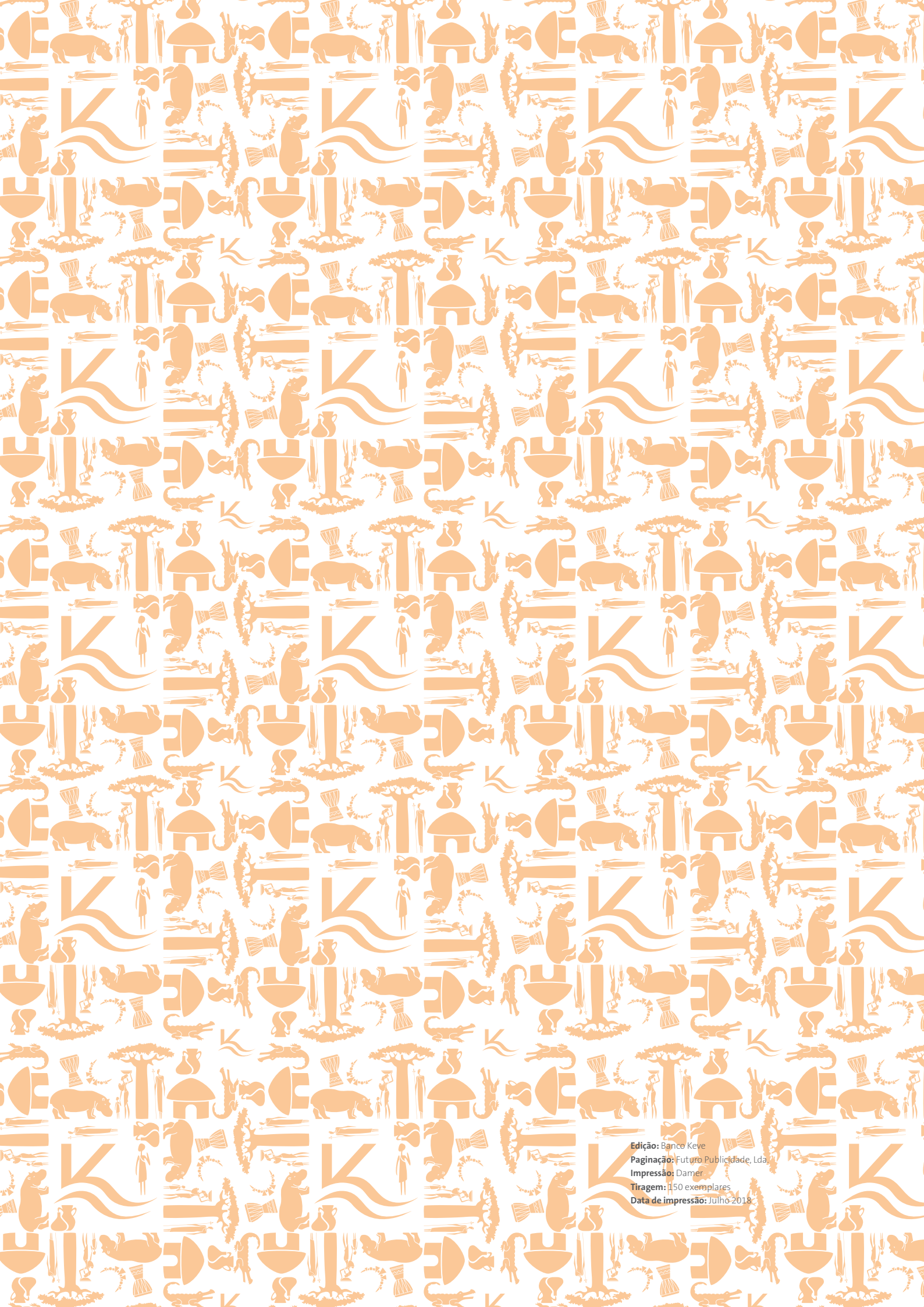
AG MALANGE (701)	Rua Comandante Dangereux Prédio Che-Guevara R/C Malange
------------------	---

NAMIBE

AG NAMIBE ALFANDEGA (1601)	Rua Ekuikui II
AG NAMIBE (1602)	Rua da Praia do Bomfim

SOYO

AG SOYO BASE DO KWANDA (301)	Instalações da base do kwanda
AG SOYO HOTEL NEMPANZO (302)	Instalações do Hotel Nempanzo



Edição: Banco Keve
Paginação: Futuro Publicidade, Lda
Impressão: Damer
Tiragem: 150 exemplares
Data de impressão: Julho 2018